AAE
1.ª REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS

> Relatório Ambiental

> Câmara Municipal
de Macedo de Cavaleiros

Janeiro 2015
Março 2015 (correção)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE 7

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO 13

4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO 19

4.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS 20
4.2 DOMÍNIOS AMBIENTAIS 22
4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO 22
4.4 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES 28

5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD 35

5.1 FCD#1 RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE 35
5.1.1 ANÁLISE TENDENCIAL 35
5.1.2 OPORTUNIDADES E RISCOS 58
5.1.3 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO 60
5.2 FCD#2 PATRIMÓNIO CULTURAL 62
5.2.1 ANÁLISE TENDENCIAL 62
5.2.2 OPORTUNIDADES E RISCOS 72
5.2.3 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO 76
5.3 FCD#3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E COESÃO SOCIAL 77
5.3.1 ANÁLISE TENDENCIAL 77
5.3.2 OPORTUNIDADES E RISCOS 114
5.3.3 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO 124
5.4 FCD#4 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL 126
5.4.1 ANÁLISE TENDENCIAL 126
5.4.2 OPORTUNIDADES E RISCOS 163
5.4.3 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO 167

6. CONCLUSÕES 183

7. BIBLIOGRAFIA 191

8. ANEXOS 195

8.1 ANEXO I - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO PARA A REVISÃO DO PDMMC 195

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Fatores Críticos para a Decisão e respetiva descrição 19
Quadro 2: Interações entre os Domínios Ambientais e os FCD 22
Quadro 3: Documentos estratégicos relevantes para a revisão do PDMMC 23
Quadro 4: Interações entre o QRE e os FCD 26
Quadro 5: Área efetiva e percentual relativa das sub-bacias abrangidas pelo concelho 36
Quadro 6: Resumo das disponibilidades hídricas naturais das sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros 36
Quadro 7: Resumo das disponibilidades hídricas naturais das sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, modificadas pelos transvases 36
Quadro 8: Resumo das necessidades hídricas para usos consumptivos, em ano médio, por sub-bacia ... 37
Quadro 9: Resumo do balanço superficial, em ano médio, por sub-bacia 38
Quadro 10: Resumo do balanço hídrico subterrâneo 38
Quadro 11: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Rios Sabor e Maçãs 54
Quadro 12: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Morais 55
Quadro 13: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Montesinho/Nogueira 56
Quadro 14: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Romeu 56
Quadro 15: Área efetiva e percentual ocupada por povoamentos florestais autóctones do concelho de Macedo de Cavaleiros 57
Quadro 16: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#1 Recursos Hídricos e Biodiversidade 58
Quadro 17: Diretrizes para seguimento do FCD#1 Recursos Naturais e Biodiversidade 60
Quadro 18: Lista de reconstruções ou intervenções nos edifícios do concelho de Macedo de Cavaleiros 67
Quadro 19: Lista de intervenções no espaço público na envolvente ao imóvel de valor patrimonial do concelho de Macedo de Cavaleiros 72
Quadro 20: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#2 Património Cultural 73
Quadro 21 - Diretrizes para seguimento do FCD#2 Património Cultural 76
Quadro 22 : Articulação das funções dos Perímetros Florestais, com a Proposta do PDM 79
Quadro 23: Características dos Perímetros Florestais sujeitos a Planos de Gestão Florestal 80
Quadro 24: População empregada ou estudante no concelho e freguesias, segundo o local de trabalho/estudo 85
Quadro 25: População empregada ou estudante, no concelho e freguesias, segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de estudo ou trabalho 88
Quadro 26: Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante por Local de residência 91
Quadro 27: Evolução da População Residente por dimensão dos lugares, no concelho de Macedo de Cavaleiros entre 1991 e 2011 93
Quadro 28 - Edifícios licenciados destinados a comércio, serviços e indústria 96
Quadro 29: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta 105
Quadro 30: Propostas de Exclusão da REN - Áreas Comprometidas e derivadas de Proposta de Ordenamento em Áreas com Risco de Erosão 107
Quadro 31: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta 108
Quadro 32: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta 110
Quadro 33: Propostas de Exclusão da REN - Áreas Comprometidas e derivadas de Proposta de Ordenamento 111
Quadro 34: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#3Ordenamento do Território e Coesão Social 115
Quadro 35: Critérios de ordenamento do solo rural 116
Quadro 36: Quantificação da proposta de solo rural 118
Quadro 37: Quantificação da proposta de solo urbano em vigor (PDM anterior) e da proposta de revisão (em hectares e em peso percentual) 118
Quadro 38: Diretrizes para seguimento do FCD#3 Ordenamento do Território e Coesão Territorial 124
Quadro 39: População por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino no concelho de Macedo de Cavaleiros 134
Quadro 40: Educação Pré-Escolar (Jardins-de-Infância) no ano lectivo 2009/2010 135
Quadro 41: Creches no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 138
Quadro 42: Atividades de Tempos Livres (ATL) no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 139
Quadro 43: Lares no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 140
Quadro 44: Centros de Dia no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 140
Quadro 45: Apoio Domiciliário no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 141

Quadro 46: Síntese das Valências de Apoio aos Idosos no Concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 141
Quadro 47 : Indicadores de saúde no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2010 142
Quadro 48: Equipamento Cultural e Recreativo no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011 148
Quadro 49: Equipamentos de Prevenção e Segurança no concelho de Macedo de Cavaleiros, 2011 150
Quadro 50: População residente segundo o nível de instrução, em 2011 152
Quadro 51: População residente empregada segundo a profissão, em 2001 152
Quadro 52: Variação da taxa de constituição e dissolução de sociedades no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2010 159
Quadro 53: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#4 Desenvolvimento Económico e Social 163
Quadro 54: Diretrizes para seguimento do FCD#4Desenvolvimento Económico e Social 168
Quadro 55: Síntese das tendências com e sem plano 171

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estratégia de Desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros 20
Figura 2: Rede Natura 2000 no concelho de Macedo de Cavaleiros 44
Figura 3: Estrutura Ecológica Municipal 50
Figura 4: Percentagem de edifícios que necessitam de diferentes graus de intervenção de reparação. 71
Figura 5: Ocupação do solo: áreas predominantes COS2007 - quantificação 77
Figura 6: Ocupação do solo: áreas predominantes COS2007 - cartografia 78
Figura 7: Resumo das Propostas de Exclusão da RAN 78
Figura 8: Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias 94
Figura 9: Iniciativas municipais em beneficiação de vias 100
Figura 10: Áreas ardidas 2001-2011 no concelho de Macedo de Cavaleiros 102
Figura 11: Carta de Risco de Incêndios Florestais do concelho de Macedo de Cavaleiros 103
Figura 12: Carta de Erosão do Solo 106
Figura 13: Carta de Risco de Inundações 108
Figura 14: Carta de Risco de Acidentes com Transporte e Armazenamento de Materiais Perigosos 112
Figura 15: Circuitos dos transportes escolares e número de alunos 132
Figura 16: Equipamentos de segurança social 137
Figura 17: Equipamento Desportivo do Concelho de Macedo de Cavaleiros, por tipologia e por freguesia, 2011 145
Figura 18: Superfície Desportiva Útil por habitante, no concelho de Macedo de Cavaleiros 147
Figura 19: Evolução da estrutura da população ativa, entre 1960 e 2001 150
Figura 20: Principais fluxos pendulares com origem no concelho de Macedo de Cavaleiros 154
Figura 21: Movimentos pendulares originados em Macedo de Cavaleiros, por sub-região de destino 154
Figura 22: Principais fluxos pendulares com destino no concelho de Macedo de Cavaleiros 155
Figura 23: Movimentos pendulares com destino a Macedo de Cavaleiros, por sub-região de origem 155
Figura 24: Movimentos pendulares no concelho de Macedo de Cavaleiros 156
Figura 25: Matriz-síntese da visão estratégica, linhas de orientação e objetivos para a dinamização da atividade turística 161
Figura 26: A perspetiva do Plano de Marketing Territorial de Macedo de Cavaleiros face aos produtos turísticos a desenvolver 161

LISTA DE ACRÓNIMOS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CA	Comissão de Acompanhamento
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMMC	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
DA	Declaração Ambiental
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
DOP	Denominação de Origem Protegida
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais 2007
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito Estufa
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGP	Indicação Geográfica Portuguesa
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
InIR	Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
PDMMC	Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PERSU II	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016
PMDFCI	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PU	Plano de Urbanização
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
RA	Relatório Ambiental

RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
REN, S.A.	Rede Elétrica Nacional, S.A.
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
ZPE	Zona de Proteção Especial

>1
INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC) foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/95, de 19 de maio (Diário da República n.º 116, I Série-B), tendo sido alvo da 1.ª alteração através do Aviso n.º 12621/2009, de 16 de julho /Diário da República n.º 136, II Série), relativa à alteração dos artigos 7.º, 20.º e 21.º do Regulamento do Plano.

Decorridos desde então seis anos dessa primeira alteração, a evolução do município, da conjuntura internacional e nacional e do sistema de planeamento territorial da Região Norte, reclamam uma nova visão para o território de Macedo de Cavaleiros, adaptada à realidade do primeiro quartel do séc. XXI. Deste modo, a revisão do PDM em vigor é uma consequência lógica desta necessidade de adaptação às profundas transformações ocorridas nas últimas décadas.

O presente documento constitui o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativa à revisão do PDMMC.

A AAE de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e a Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, sobre a participação do público na elaboração dos planos ou programas relativos ao ambiente.

O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, alterou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, procedendo, entre outras alterações, à adaptação do regime de AAE contido no Decreto-Lei n.º 232/2007 aos instrumentos de gestão territorial, através da incorporação da análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos territoriais nos respetivos procedimentos de elaboração, alteração e revisão. O RJIGT foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que republica o Decreto-Lei n.º 380/99, conferindo-lhe uma nova redação.

A revisão do PDMMC encontra-se, deste modo, sujeita a um processo de AAE de acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007 e subsidiariamente com o Decreto-Lei n.º 232/2007. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (CMMC). Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, determinação do âmbito e alcance da AAE, consulta das entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AAE, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A identificação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) foi objeto de um primeiro relatório entregue em dezembro 2011, no qual se estabeleceu o âmbito da AAE, bem como o alcance e o nível de pormenorização da informação a incluir no RA. Esse relatório foi remetido para apreciação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e demais entidades e agentes que a CMMC

entendeu deverem ser consultados, designadamente os membros da Comissão de Acompanhamento (CA) do PDMMC. Foram recebidos os seguintes pareceres das entidades consultadas: ICNF; CCDR-N; DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; InIR; DGEG; REFER; ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil; EP – Estradas de Portugal, SA; ANACOM; DGT; IMT IP; DRCN - Direção Regional da Cultura do Norte; REN; APA; Turismo de Portugal, I.P. e da DGEstE.

Além do presente capítulo, correspondente à Introdução, o RA estrutura-se em mais cinco capítulos:

- No **Capítulo 2** descrevem-se o objetivo e a metodologia adotada no desenvolvimento da AAE;
- No **Capítulo 3** apresenta-se a visão estratégica e os objetivos que nortearam a revisão do PDMMC, que constituem o objeto de avaliação;
- O **Capítulo 4** constitui uma síntese da análise dos FCD realizada na fase precedente;
- No **Capítulo 5** procede-se à avaliação ambiental e de sustentabilidade dos objetivos estratégicos preconizados na revisão do PDMMC, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD;
- No **Capítulo 6** são enunciadas as principais conclusões retiradas da avaliação ambiental.

>2
OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE

2. OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE

A AAE da revisão do PDMMC é desenvolvida de acordo com uma metodologia de base estratégica, tal como descrita em Partidário (2007), segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a revisão do plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do plano. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007 e no Decreto-Lei n.º 46/2009.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à revisão do PDMMC, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda que ter em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as propostas estratégicas da revisão do PDMMC integram as dimensões ambientais e de sustentabilidade relevantes no município, e como se adequam para dar resposta aos riscos e às oportunidades que poderão suscitar no futuro.

Para assegurar este objetivo, a metodologia adotada na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais adiante descritas:

1. **Focalização** - Corresponde à identificação, justificação e apresentação dos FCD.

Os FCD refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos aspetos fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do plano e das ações que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- ✓ Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o desenvolvimento futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais;
- ✓ Questões Estratégicas do PDMMC (QE), que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam o PDMMC;
- ✓ Domínios Ambientais (DA), nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Estes FCD devem ser objeto de consulta institucional, uma vez que de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, compete à entidade responsável pelo plano "*determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental*", e de acordo com o n.º 3 do citado artigo "*a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental*". Apesar da legislação só exigir a

consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE), recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. **Análise de tendências** - Corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDMMC.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD considerados relevantes na definição do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Neste contexto, a análise desenvolvida pela equipa do PDMMC é um contributo crucial para a análise de tendências na AAE.

3. **Avaliação de impactes de natureza estratégica** - Baseia-se na análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no Plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD.

A estratégia do PDMMC, consubstanciada em objetivos estratégicos e no modelo territorial do Plano, constitui assim o objeto de avaliação da AAE.

4. **Definição das diretrizes para seguimento e do quadro de governança** - Decorre não só da avaliação de oportunidades e riscos, mas também dos contributos e recomendações resultantes da consulta de entidades realizada no âmbito do RFCD, dividindo-se em duas categorias fundamentais:
    - ✓ Diretrizes de planeamento e gestão: Recomendações a serem integradas diretamente na Proposta do Plano, ou a serem asseguradas no âmbito de um sistema de gestão ambiental;
    - ✓ Diretrizes de monitorização: Recomendações a serem desenvolvidas no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDMMC, tendo em conta questões críticas de sustentabilidade para o território concelhio.

O quadro de governança define as condições institucionais e de responsabilidade para um melhor desempenho do PDM em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das diretrizes propostas.

5. **Relatório Ambiental** - Apresenta os resultados finais da avaliação, satisfazendo os requisitos legais, que ficam assegurados com a aplicação desta metodologia, ao que se segue o acompanhamento do processo de consulta das ERAE e do público.
6. **Declaração Ambiental** - Preparação da declaração ambiental após a aprovação do Plano para efeito de encerramento do processo e entrega dos respetivos documentos, juntamente com o relatório final do PDMMC, à APA.

A Declaração Ambiental (DA) enviada à APA será disponibilizada na respetiva página da Internet e ao público em geral pela Câmara Municipal, através da sua página da Internet, em cumprimento do disposto no ponto 2 do artigo 10.º do Regime Jurídico de Avaliação Ambiental

de Planos e Programas, bem com às entidades com responsabilidades específicas, referidas no n.º 1 do artigo 7.º, tal como estabelecido no ponto 3 do artigo 10.º do diploma referido.

>3
OBJETO
DE AVALIAÇÃO

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

A necessidade de adaptação às profundas transformações ocorridas durante os dezanove anos de execução do PDMMC, resultantes da evolução do município, da conjuntura internacional e nacional e do sistema de planeamento territorial da Região Norte determinou a necessidade de adotar uma nova visão estratégica para o território de Macedo de Cavaleiros, a qual implica, necessariamente, a revisão do atual Plano.

Neste sentido, a CMMC deliberou proceder à revisão do seu PDM, em conformidade com a legislação relativa aos Instrumentos de Gestão Territorial e com o próprio Regulamento do PDM (que através do seu artigo 5º estipula como período máximo de vigência do plano os 10 anos contados a partir da sua publicação em Diário da República), por considerar que o PDM sofreu no decorrer dos anos uma forte desatualização, encontrando-se totalmente desadequado às novas oportunidades, à evolução económica social, cultural e ambiental do concelho e às novas realidades em termos da estrutura evolutiva de Macedo de Cavaleiros (turismo, micro e pequenas indústrias), e às atividades ligadas à natureza, com o Azibo em pano de fundo).Os maiores problemas na aplicação do PDM vigente centram-se na existência de uma grande percentagem de solos com condicionantes, ou nos reduzidos índices de ocupação do solo não urbano que inviabilizam, de todo, a instalação de atividades económicas (indústrias, agropecuária, turismo), de maior dimensão, revelando-se particularmente desajustado relativamente às oportunidades de investimentos que têm surgido.

A promoção da Revisão do PDMMC foi deliberada em reunião extraordinária ocorrida a 03 de maio de 2000, nos termos do n.º 2 do artigo 96.º e n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro) e do disposto no n.º 1, do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro. A composição da Comissão de Acompanhamento do Plano foi aprovada através do Aviso n.º 26142/2008, publicado no Diário da República n.º 36, 1.ª Série, de 20 de fevereiro.

Os objetivos estabelecidos pela equipa encarregue da elaboração da 1ª Revisão do PDM, são de natureza essencialmente instrumental, a saber:

- ✓ Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, atendendo à sua diversidade territorial e às mudanças operadas nos últimos anos;
- ✓ Constituir um instrumento de planeamento ajustado à realidade do concelho, e às necessidades e anseios da população;
- ✓ Agilizar os mecanismos de operacionalização do PDM, por forma a garantir uma gestão urbanística rápida e eficaz;
- ✓ Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1ª revisão, com os IGT hierarquicamente superiores que abrangem o concelho;
- ✓ Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando incentivar o crescimento à custa do preenchimento de áreas intersticiais;

- ✓ Promover a requalificação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização coletiva;
- ✓ Avaliar a necessidade de implementação de novos polos industriais e promover a requalificação dos existentes;
- ✓ Assegurar a defesa do património edificado, cultural e arqueológico do concelho, e promover a proteção e valorização dos núcleos antigos;
- ✓ Assegurar a preservação dos valores naturais e paisagísticos do concelho;
- ✓ Repensar a estratégia de ordenamento das áreas florestais e agroflorestais do concelho;
- ✓ Adequar e enquadrar alguns investimentos programados, quer pela Administração Local, quer por entidades privadas;
- ✓ Diversificar a base económica do concelho e promover o desenvolvimento de atividades preferenciais;
- ✓ Definir novos critérios de localização e distribuição de atividades turísticas;
- ✓ Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- ✓ Proceder à hierarquização da rede viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;
- ✓ Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais.

Interessa referir que a revisão do PDM se materializa na oportunidade de pensar na realidade concelhia a longo prazo e a uma escala alargada e integrada face ao seu contexto regional, constituindo-se, ainda, iniciativa para o estabelecimento de um compromisso entre as várias visões sobre as realidades-problema do concelho.

Neste sentido, a Proposta de Plano, com base no cruzamento dos diversos contributos e documentos orientadores, reveste a natureza de instrumento orientador das estratégias de desenvolvimento do território concelhio, que assenta em objetivos definidos para quatro fatores-chave:

1. **Relação entre atividades económicas e unidades de inovação**, particularmente a proximidade à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e ao Instituto Politécnico de Bragança, bem como a presença do Instituto Jean Piaget, que proporcionam contributos significativos para o desenvolvimento do concelho, especialmente com o aumento da população presente na cidade e a consequente dinamização económica em torno de atividades procuradas pela comunidade académica e o aumento direto do volume de emprego no concelho.

A valorização desta proximidade pressupõe, todavia, algo de mais rico a longo prazo, nomeadamente implicando a sensibilização e incentivo das empresas para o uso das novas tecnologias, para o recrutamento de competências especializadas e para o estabelecimento de parcerias que potenciem a relação de cooperação e experimentação.

2. **Integração regional transfronteiriça.**

A proximidade de Macedo de Cavaleiros com Espanha coloca o concelho numa posição privilegiada tanto no intercâmbio de produtos e bens, como para o intercâmbio de conhecimentos e experiências. A necessidade de dotar de massa crítica as produções locais poderá beneficiar de uma abertura do concelho ao exterior.

3. **Potencial turístico.**

Em termos de acessibilidades, o concelho encontra-se numa situação privilegiada que tende a facilitar fluxos de investimento e de visitantes. A ligação entre o IP2 e o IP4/A4 tenderá a beneficiar ainda mais a dinâmica económica e turística do concelho, a partir da atração de residentes, sobretudo da Área Metropolitana do Porto e de Espanha.

O vasto conjunto de fatores turísticos existentes no concelho que vão desde os recursos naturais, culturais, gastronómicos, arquitetónicos e paisagísticos, devem ser preservados mas também podem, e devem, ser valorizados economicamente como fontes de criação de rendimentos, especialmente através das atividades turísticas.

4. **Produções de qualidade**, em que o concelho dispõe de um conjunto de recursos que podem suportar uma evolução da estrutura produtiva, levando ao seu desenvolvimento socioeconómico, sendo reconhecida a existência de produtos locais variados e certificados (DOP e IGP).

Neste contexto, a AAE da 1.ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros assume como objeto de avaliação o conjunto de opções estratégicas e proposta de modelo territorial do plano.

Mais concretamente, e no que diz respeito à **proposta de ordenamento** desenvolvida para o concelho, foram tidas por base as seguintes linhas mestras:

- ✓ Ajustar os espaços urbanizados, delimitando-os com rigor, em função da ocupação efetiva, da dotação de infraestruturas urbanísticas e do seu comprometimento legal de ocupação;
- ✓ Definir os solos urbanizáveis, em função das expetativas de desenvolvimento e de crescimento, tendo em conta as características do território em causa e a estratégia de desenvolvimento;
- ✓ Dotar os aglomerados com maior relevância no sistema urbano de espaços urbanizáveis que permitam criar condições para a fixação de nova população, e dar resposta, às necessidades ao nível dos equipamentos e espaços verdes urbanos, caso existam;
- ✓ Definir a estrutura ecológica municipal através da implementação de faixas associadas ao domínio hídrico e às linhas de drenagem superficial e a outras áreas com interesse ecológico ou biofísico;
- ✓ Definir espaços verdes em solo urbano por forma a enquadrar áreas verdes, de recreio e lazer existentes e áreas com interesse ecológico ou cultural;
- ✓ Consolidar áreas de atividades económicas, como suporte à autonomização da base económica concelhia, fomentando, sempre que possível, iniciativas de carácter local;

- ✓ Dinamizar o setor turístico através da implementação de um quadro normativo que permita enquadrar os programas a desenvolver;
- ✓ Promover o potencial natural do concelho propondo espaços de fruição e lazer;
- ✓ Desenvolver uma proposta de rede viária estruturante e hierarquizada, articulada com as acessibilidades externas, e que sustente as propostas de ordenamento;
- ✓ Melhorar a mobilidade através da promoção dos diferentes modos de transporte existentes e da definição de modos de transporte inovadores adaptados às características de ocupação concelhias;
- ✓ Definir as características do ordenamento em solo rural ajustadas à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com a necessidade da sua utilização equilibrada para diversos fins;
- ✓ Identificar os valores culturais a salvaguardar e definir medidas de proteção, incentivo à conservação e revitalização;
- ✓ Identificar as áreas a sujeitar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, em função da especificidade da ocupação existente e da existência de valores a salvaguardar e promover, tendo em vista a sua requalificação ou, por outro lado, uma ocupação urbana planeada.

>4
FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica (QE, DA e QRE), realizada no âmbito do RFCD apresentado em dezembro de 2011. Os FCD selecionados, identificados no Quadro 1, focam-se nos aspetos críticos da situação existente e tendencial, relevantes para a AAE e para as opções de desenvolvimento contempladas na proposta de revisão do PDMMC.

Quadro 1: Fatores Críticos para a Decisão e respetiva descrição

FCD	Descrição
Recursos Naturais e Biodiversidade	Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais em presença.
Património Cultural	Incide sobre a proteção, requalificação e preservação da riqueza e variedade do património cultural do concelho, fator crucial na definição da identidade de uma região.
Ordenamento do Território e Coesão Territorial	Dirige-se à (re)configuração do sistema urbano e rural, numa lógica de qualificação e consolidação do tecido urbano e esbatimento das desigualdades territoriais e sociais. Inclui a análise dos diferentes usos e aptidões do solo das dinâmicas de urbanização e edificação, bem como as atividades económicas industriais.
Desenvolvimento Económico e Social	Atende aos aspetos de gestão da estabilização/contração potencial do modelo de desenvolvimento económico que suportou o crescimento vigoroso da última década, nomeadamente aos aspetos relacionados com a potenciação dos serviços públicos e privados do concelho, bem como dos equipamentos turísticos, através da incorporação de conhecimento, inovação e diversificação. Pretende avaliar em que medida as propostas constantes do plano asseguram o acesso da população a espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva, tendo em consideração se as premissas definidas para a estrutura urbana, incluindo o acesso às infraestruturas, formação, emprego e saúde, são salvaguardadas. Neste FCD são também focados os aspetos relacionados com o turismo, dando algum destaque às atividades geradoras de fluxos financeiros.

Cumpre salientar que o Turismo dada a sua transversalidade **será analisado em cada um dos FCD identificados**, apesar de estar incluído no FCD Desenvolvimento Económico e Social.

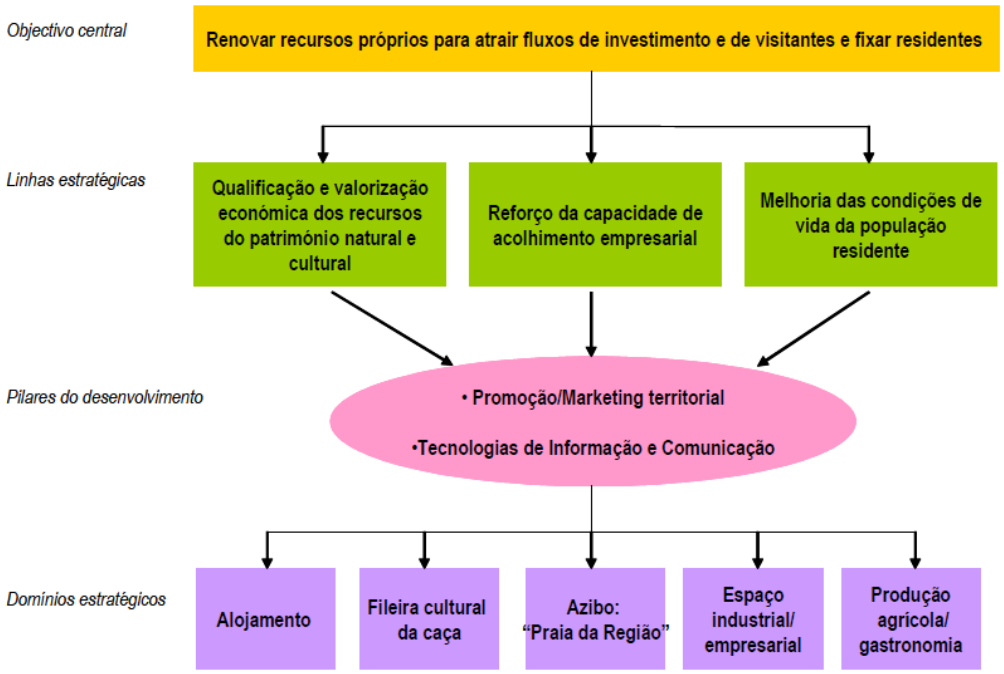
No presente capítulo reproduzem-se os aspetos mais relevantes da análise realizada no âmbito do RFCD, introduzindo-se algumas alterações decorrentes da análise entretanto realizada e dos comentários recebidos no âmbito da consulta de entidades.

4.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A identificação das Questões Estratégicas (QE) foi realizada com base na visão desenvolvida na proposta da 1ª revisão do PDM assente no objetivo geral de desenvolvimento: ***renovação dos recursos próprios para atrair fluxos de investimento e de visitantes e fixar residentes***.

A Estratégia de Desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros encontra-se refletida na figura abaixo apresentada.

FIGURA 1: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: Relatório de proposta da 1.ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, CMMC

Assim, no âmbito da AAE, pretende-se dar destaque às seguintes Linhas Orientadoras de desenvolvimento, baseadas no objetivo central supra referido:

1. Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural: como fontes de criação de rendimentos, especialmente através das atividades turísticas. É essencial apostar na promoção e ampliação da capacidade de alojamento do município, bem como no desenvolvimento da fileira da caça e na valorização e aproveitamento da Área Protegida da Albufeira do Azibo.
2. Reforço da capacidade de acolhimento empresarial: visando a atração de investimentos com componentes de inovação e emprego qualificado. Poderá ser maioritariamente materializada no espaço industrial de Macedo de Cavaleiros. Contudo, deve dar-se oportunidade à constituição de unidades empresariais relacionadas com as energias renováveis, nomeadamente através da criação de uma rede de parques eólicos.
3. Melhoria das condições de vida da população residente: impulso necessário para travar o processo de despovoamento que se tem verificado. Mais do que assegurar as condições

básicas de sobrevivência, nomeadamente de habitação e saneamento básico, trata-se, antes, de criar um conjunto de condições que potenciem a qualidade de vida da população promovendo a sua fixação.

A visão estratégica para o território de Macedo de Cavaleiros tem subjacentes **dois pilares fundamentais para a sua concretização**:

a. **Promoção e Marketing territorial de Macedo de Cavaleiros.**

O município dispõe do Plano de Marketing Territorial, um importante instrumento na definição das linhas estratégicas de atuação, no sentido da sua promoção. Centrando-se sobre o turismo como atividade catalisadora do dinamismo municipal, este instrumento define como linhas de orientação as seguintes:

- ✓ Qualificar e valorizar os recursos existentes, numa ótica de sustentabilidade;
- ✓ Aumentar os níveis de visibilidade, notoriedade e reconhecimento externo;
- ✓ Aproveitar as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da atividade turística.

b. **Recurso crescente às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).**

A introdução das TIC veio revolucionar a forma de funcionamento da sociedade, quer pelo conjunto de novas oportunidades que encerra, quer pela criação de novas formas de organização do trabalho. Neste contexto, esta nova vertente deve ser aproveitada e potencializada pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, conciliando os interesses de dinamização da economia local e da fixação da população. Este é um domínio fundamental na medida em que, atualmente, a exclusão da sociedade da informação agravará ainda mais a histórica interioridade.

São seis os grandes domínios de intervenção que a autarquia tem como objetivo dinamizar, promover, investir e apoiar, no sentido daquela que considera ser a melhor estratégia de intervenção para o desenvolvimento do município.

Assim, são definidos como **domínios estratégicos de intervenção**: o alojamento, a fileira cultural da caça, o “Azibo: Praia da região”, o “Ecocampo” de Golfe do Azibo, o espaço industrial/empresarial e a produção agrícola/gastronomia.

4.2 DOMÍNIOS AMBIENTAIS

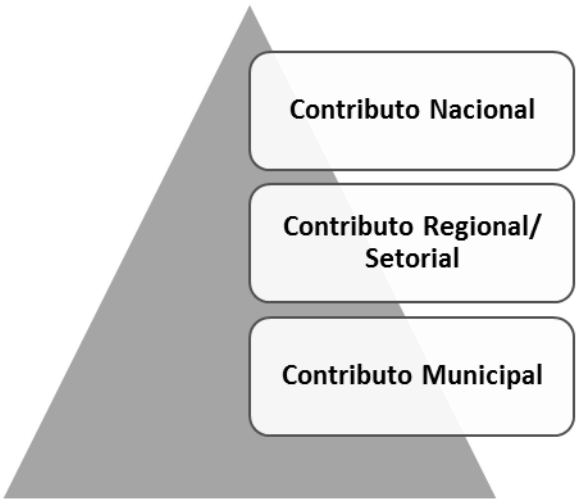
Os FCD identificados asseguram o tratamento dos domínios ambientais exigidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, conforme demonstram as interações assinaladas no Quadro 2.

Quadro 2: Interações entre os Domínios Ambientais e os FCD

Domínios Ambientais	FCD			
	Recursos Naturais e Biodiversidade	Património Cultural	Ordenamento do Território e Coesão Territorial	Desenvolvimento Económico e Social
Biodiversidade	X			X
População		X	X	X
Saúde humana	X		X	X
Fauna	X			
Flora	X			
Solo	X		X	
Água	X		X	X
Atmosfera	X			
Fatores climáticos	X			
Bens materiais		X	X	
Património cultural		X		
Paisagem			X	X

4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, os planos, os programas e outros documentos que enquadram estrategicamente o PDMMC (ver Quadro 3), e que servirão de base para o desenvolvimento da proposta de modelo de ordenamento do território concelhio.



No Anexo I identificam-se as orientações e os objetivos definidos em cada documento estratégico relevante para a revisão do PDMMC, os quais constituem um referencial para a avaliação das opções estratégicas do PDMMC.

Quadro 3: Documentos estratégicos relevantes para a revisão do PDMMC

Documentos Estratégicos	Publicação / Aprovação
Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013	Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007, de 3 de julho
Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (PO Norte)	Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5070, a 10 de outubro de 2007
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto
Estratégia Nacional de Energia no horizonte de 2020	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) no período 2013-2016	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril
Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril, em fase de conclusão da sua revisão, de acordo com a Lei da Água - Decreto-Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro
Plano Nacional para o uso Eficiente da Água (PNUEA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro. Diário da Republica n.º 253, Série I-B, 5.º Suplemento
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Documentos Estratégicos	Publicação / Aprovação
Sítio Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto
Sítio Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto
Sítio Morais (PTCON0023)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto
Sítio Romeu (PTCON0043)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de julho
ZPE Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro
ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037)	Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro
Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril
Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de junho, publicada em Diário da República I Série – B, de 9 de agosto de 1999
Estratégia Nacional para as Florestas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006. D.R. n.º 179, Série I de 15 de setembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 77/2006. D.R. n.º 219, Série I de 14 novembro). Resolução da Assembleia da República n.º 81/2014. D. R. n.º 189, Série I, de 1 de outubro
Plano Estratégico Nacional de Turismo	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 15 de fevereiro. Revisão do Plano Estratégico Nacional de Turismo para o período 2013-2015 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril
Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN)	Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98. D.R. n.º 195, Série I-B de 25 de agosto.
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)	Comissão Europeia, através da Decisão C (2008) 7840, de 3 de dezembro
Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificada pelas Declarações n.º 80-A, de 07 de setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 02 de novembro)
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)	Despacho (2.ª série) n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)	Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro

Documentos Estratégicos	Publicação / Aprovação
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro - Pecuários e Agroindustriais 2007 – 2013 (ENEAPAI)	Despacho Conjunto n.º 1098/2005, de 28 de dezembro
Direção-Geral da Saúde – Circular Informativa	2009
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) (2008-2013)	Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2008. D.R. n.º 107, Série Ide 4 de junho.
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-NE)	Decreto Regulamentar n.º 2/2007. D. R. n.º 12, Série I, de 17 de janeiro. Suspensão parcial através Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro. D. R. n.º 35, 1ª Série, de 19 de fevereiro.
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de março,
Plano da Bacia Hidrográfica do Douro (PBH Douro)	Decreto Regulamentar n.º 19/2001, de 10 de dezembro. Diário da República n.º 284, I Série-B
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH Douro)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013. D.R. n.º 58, Suplemento, Série I, de 22 de Março (revoga o PBH de Douro)
Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico	Decreto-Lei n.º 182/2008. D. R. n.º 171, Série I, de 4 de setembro
Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo	Decreto Regulamentar 13/99, de 3 de agosto
Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) da Albufeira do Azibo	Despacho Conjunto de 11 de março de 1993 (D.R. n.º 133, 2ª Série, de 8 de junho de 1993
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Macedo de Cavaleiros	Cadernos I e II, outubro 2007.

No Quadro 4 qualificam-se as interações (como Convergentes, Neutras ou Divergentes) entre as orientações e os objetivos estratégicos definidos pelos documentos que integram o QRE e os FCD identificados.

Quadro 4: Interações entre o QRE e os FCD

Documentos Estratégicos	FCD			
	Recursos Naturais e Biodiversidade	Património Cultural	Ordenamento do Território e Coesão Territorial	Desenvolvimento Económico e Social
Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013	C	C	C	C
Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (PO Norte)	C	C	C	C
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)	C	C	C	C
Estratégia Nacional para a Energia 2020	C	N	C	C
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)	C	C	C	C
Plano Nacional da Água (PNA) 2002-2012	C	N	C	C
Plano Nacional para o uso Eficiente da Água (PNUEA)	C	N	C	C
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)	C	C	C	C
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	C	N	C	C
Sítio Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	C	N	C	N
Sítio Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021)	C	N	C	N
Sítio Morais (PTCON0023)	C	N	N	N
Sítio Romeu (PTCON0043)	C	N	C	N
ZPE Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	C	N	C	N
ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037)	C	N	N	N

Documentos Estratégicos	FCD			
	Recursos Naturais e Biodiversidade	Património Cultural	Ordenamento do Território e Coesão Territorial	Desenvolvimento Económico e Social
Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC2020)	C	N	C	C
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)	N	N	C	C
Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação	C	N	C	C
Estratégia Nacional para as Florestas	C	N	C	C
Plano Estratégico Nacional de Turismo (para o período 2006-2015)	C	C	C	C
Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN)	C	C	C	C
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)	C	C	C	C
Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	C	C	C	C
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)	C	N	C	C
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)	N	N	N	C
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agroindustriais 2007 – 2013 (ENEAPAI)	C	N	C	C
Direcção-Geral da Saúde – Circular Informativa	C	C	C	C
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) (2008-2013)	C	N	C	C
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-NE)	C	N	C	N
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE)	C	C	C	C
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro (PGBH Douro)	C	N	C	C

Documentos Estratégicos	FCD			
	Recursos Naturais e Biodiversidade	Património Cultural	Ordenamento do Território e Coesão Territorial	Desenvolvimento Económico e Social
Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico	C	N	C	C
Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo	C	N	N	C
Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) da Albufeira do Azibo	C	N	C	C
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	C	N	C	N

Legenda: **C** - Convergente; **N** - Neutro; **D** - Divergente

4.4 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES

Nos quadros seguintes apresentem-se os FCD, bem como os respetivos critérios de avaliação e indicadores, já reajustados em relação ao RFCD, em função da análise entretanto realizada e dos comentários recebidos no âmbito da consulta de entidades

Os critérios de avaliação e os indicadores pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD, estabelecendo o âmbito da avaliação, o alcance do Relatório Ambiental e o nível de pormenor da informação a considerar na AAE.

FCD #1 Recursos Naturais e Biodiversidade	
Avaliar em que medida a biodiversidade é protegida e valorizada e de que forma as propostas do PDM permitem garantir a salvaguarda dos sistemas de maior fragilidade ecológica.	
Critérios de Avaliação	**Indicadores**
Recursos Hídricos	• Disponibilidade de água superficial e subterrânea • Grau de contaminação e suscetibilidade das águas à poluição • Qualidade da água nas zonas balneares • Linhas de água com galeria ripícola relevante • Medidas de requalificação de linhas de água e suas margens • Programas e políticas de monitorização dos aquíferos • Implementação da Diretiva-Quadro da Água
Biodiversidade	• Licenciamentos em áreas de Rede Natura 2000 (n.º)

	• Áreas protegidas ou em vias de classificação (%) • Grau de afetação do estado de conservação de habitats (ha; %) • Número e tipo de projetos de valorização dos espaços naturais • Estrutura Ecológica Municipal (m^2/área do município) • Corredores Ecológicos
Flora e Vegetação	• Normas de controlo das monoculturas e das invasoras lenhosas • Identificação de espécies /povoamentos florestais autóctones e de folhosas de folha caduca (ha) • Área florestal ocupada por povoamentos com espécies autóctones (%)
FCD #2 Património Cultural	
Incide sobre a preservação da riqueza e variedade do património cultural do concelho.	
Critérios de Avaliação	**Indicadores**
Património Imaterial	• Instituições de conservação do património cultural (n.º) • Iniciativas de promoção ao património cultural (n.º)
Património Arqueológico	• Elementos classificados ou em vias de classificação devidamente localizados e identificados (n.º) • Espaços expositivos (n.º)
Património Arquitetónico	• Reconstruções ou intervenções nos edifícios (n.º) • Imóveis classificados ou em vias de classificação (n.º) • Estado de conservação do património edificado • Imóveis de interesse municipal no total de edifícios do concelho (%) • Intervenções no espaço público na envolvente ao imóvel de valor patrimonial (n.º)
FCD #3 Ordenamento do Território e Coesão Territorial	
Atende aos diferentes usos e aptidões do solo e sua estrutura urbana, incluindo a análise das dinâmicas de urbanização e edificação.	
Critérios de Avaliação	**Indicadores**
Uso do Solo	• Área de solo com ocupação agrícola ganha/perdida (%) • Área de solo agrícola afetada pelas áreas de expansão urbana (ha) • Área do concelho com plano de gestão florestal (%) • Solo sujeito a condicionantes de salvaguarda e proteção (%)
Coesão Territorial	• Deslocações internas ao concelho (população ativa e estudantil) (n.º) • População residente em aglomerados com menos de 100 habitantes (% e n.º) • Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (n.º e tipologia) • Identificação da rede hídrica e leitos de cheia (ha)

Estrutura Urbana	• Edifícios licenciados destinados a comércio, serviços e indústria (n.º) • Alojamentos licenciados referentes a edifícios novos e a reconstruções (n.º) • Incentivos ao licenciamento e construção de edifícios energeticamente eficientes • Projetos de reconversão da iluminação pública para uso de tecnologias mais eficientes • Localização de queixas de habitantes relativas à poluição atmosférica ou de ruído • Áreas de conflito no ordenamento do PDM (ruído) • Iniciativas municipais em beneficiação de vias (n.º) • Rede de Parques Eólicos (n.º e capacidade produtiva) • Identificação de áreas de risco muito elevado e elevado de incêndio (ha) • Variação da área florestal ardida no concelho (%) • Existência de compartimentação dos espaços florestais • Ocorrência de movimentos de massas • Identificação de áreas com elevado risco de erosão (ha) • Área urbanizada e a urbanizar em zona inundável (ha) • Categorias e usos permitidos nas zonas de infiltração e recarga dos aquíferos
Riscos (Naturais, Tecnológicos e Mistos)	• Identificação dos meios necessários para o planeamento, a prevenção, proteção e socorro de pessoas e de bens • Estabelecimentos com atividades relacionadas com substâncias perigosas • Existência do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
FCD #4 Desenvolvimento Económico e Social	
Avaliar em que medida as propostas constantes do plano asseguram o acesso da população a espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva, tendo em consideração se as premissas definidas para a estrutura urbana, incluindo o acesso às infraestruturas, formação, emprego e saúde, são salvaguardadas. Neste FCD são também focados os aspetos relacionados com o turismo, dando algum destaque às atividades geradoras de fluxos financeiros.	
Critérios de Avaliação	**Indicadores**
Infraestruturas	• População servida por sistemas de abastecimento (%) • Perdas de água (%) • Qualidade da água para consumo humano • População servida por sistemas de saneamento (% ou n.º) • Tratamento de efluentes domésticos e industriais (tipo e %)

	• Depósitos de sucata (n.º) • Resíduos sólidos urbanos e industriais produzidos (kg/ hab.ano) • Circuitos de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e resíduos industriais • Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg/ hab.ano) • Operadoras de carreiras que servem o concelho (n.º e locais servidos) • Relação oferta/procura de transporte público • Serviços de transporte público de ligação à rede de equipamentos • Transporte de crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiências
População	• Equipamentos de utilização coletiva (n.º, localização e tipologia) • Qualidade do serviço prestado nos equipamentos de utilização coletiva • Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por setor de atividade (%) • Qualificação da População
	• Iniciativas de promoção da melhoria da qualificação profissional da população • Variação do nível de educação atingido pela população • Relação entre deslocações internas e externas da população ativa e estudante (% e/ou n.º) Medidas de criação de emprego • Implementação do programa Rede Social • Implementação da Carta Educativa
Atividades Económicas	• Postos de emprego gerados por atividades económicas locais (n.º) • Áreas afetas a usos ligados com Áreas de Localização Empresarial/ Zonas Industriais (ha) • Variação da taxa de constituição e dissolução de sociedades • Investimento e iniciativas locais (n.º)
Turismo	• Entidades e iniciativas dedicadas ao turismo de natureza (n.º) • Unidades Operativas e Planeamento e Gestão vocacionadas para o turismo (tipologia e relação com os recursos naturais) • Iniciativas de promoção turística do concelho • Existência de plano de Comunicação e de Marketing Territorial

>5
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

Neste capítulo apresenta-se a avaliação ambiental e de sustentabilidade das estratégias definidas para revisão do PDMMC. Esta avaliação comporta as seguintes dimensões analíticas por FCD:

1. Análise das tendências de desenvolvimento do concelho de Macedo de Cavaleiros, com base na caraterização e diagnóstico prospetivo desenvolvido pela Equipa do Plano na Fase 1 da Revisão do PDMMC;
2. Interpretação de oportunidades e riscos da Proposta de Plano e respetiva descrição;
3. Definição de um programa de seguimento para o PDMMC: diretrizes de planeamento e gestão, diretrizes de monitorização e quadro de governança.

5.1 FCD#1 RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE

5.1.1 Análise tendencial

5.1.1.1 Recursos Hídricos

O concelho de Macedo de Cavaleiros é abrangido na totalidade pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH Douro), ratificado Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março. A área abrangida pelo PGRH do Douro é de 19.000 km^2 (território nacional), que correspondem a 20% da área total desta bacia (79.000 km^2). Este Plano abrange um território que inclui total ou parcialmente 74 concelhos.

O concelho de Macedo de Cavaleiros é abrangido pelas sub-bacias do Sabor, Tua e Tuela.

A sub-bacia do Sabor tem 3.297 km^2 de área abrangendo 12 concelhos: Vinhais, Mirandela, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Mogadouro, Bragança, Alfândega da Fé e Vimioso. A principal linha de água desta sub-bacia é o rio Sabor, que nasce em Espanha na província de Zamora e desagua no rio Douro, no distrito de Bragança, cerca de 200 km depois.

A sub-bacia do Rabaçal/Tuela tem 1.867 km^2 de área, uma densidade populacional de 21 hab./km^2, e abrange sete concelhos: Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça, Valpaços e Vinhais. Esta sub-bacia é constituída por duas linhas de água principais: o rio Rabaçal e o rio Tuela. O rio Rabaçal nasce na Galiza e entra em Portugal pelo concelho de Vinhais, encontrando-se com o rio Tuela, 65 km depois, perto da cidade de Mirandela. O rio Tuela nasce na província de Castela e Leão, em Espanha, e, tal como o rio Rabaçal, entra em Portugal pelo concelho de Vinhais, dando origem ao rio Tua, após a afluência do rio Rabaçal.

A sub-bacia do Tua tem 1.255 km^2 de área e abrange dez concelhos: Alijó, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça, Valpaços, Vila Flor e Vila Pouca de Aguiar. O rio Tua desagua no rio Douro, na aldeia do Tua.

No Quadro 5 apresenta-se a área efetiva e percentual relativa às sub-bacias abrangidas pelo concelho.

Quadro 5: Área efetiva e percentual relativa das sub-bacias abrangidas pelo concelho

Sub-bacias	Área abrangida (%)	Área efetiva (km^2)
Sabor	53	369
Rabaçal/Tuela	26	180
Tua	21	150

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

A afluência anual média total disponível na bacia hidrográfica do Douro é de, aproximadamente, 17.023 hm^3, sendo 8.023 hm^3 gerados pela parte portuguesa da bacia hidrográfica e correspondendo 9.000 hm^3 ao escoamento originado na parte espanhola da bacia hidrográfica.

Quadro 6: Resumo das disponibilidades hídricas naturais das sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros

Sub-bacias	Escoamento endógeno (hm^3)	Escoamento proveniente de Espanha (hm^3)	Escoamento total (hm3)
Sabor	753	175	928
Rabaçal/Tuela	620	204	824
Tua	376	0	1.200

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

Quadro 7: Resumo das disponibilidades hídricas naturais das sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, modificadas pelos transvases

Sub-bacias	Disponibilidades em regime natural (hm^3)	Transvases (hm^3)	Disponibilidades totais (hm^3)
Sabor	928	0	928
Rabaçal/Tuela	824	0	824
Tua	376	0	376

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

Em regra, as características geológicas da região hidrográfica do Douro estão associadas a baixa condutividade hidráulica, a forte heterogeneidade espacial e a incerteza da sua aptidão hidrogeológica, resultando em produtividades reduzidas.

Em termos de águas subterrâneas, dada a representatividade deste tipo de aquíferos na região, estes assumem uma enorme importância para o abastecimento de água local. Realçam-se pela sua produtividade as captações associadas a formações quartzíticas e calcárias. A recarga natural é feita essencialmente a partir da infiltração direta da precipitação ou por infiltração a partir de massas de água superficiais que se encontrem em conexão

hidráulica com as unidades aquíferas. No caso dos aquíferos fissurados os valores anuais de recarga situam-se entre 5 a 10% da precipitação. A disponibilidade hídrica subterrânea situar-se-á entre os 2 hm^3/ano no sistema aquífero da Veiga de Chaves, 4 hm^3/ano na unidade hidrogeológica Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Douro e 969 hm^3/ano na unidade Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro, totalizando cerca de 975 hm^3/ano.

Relativamente às águas subterrâneas, a região do concelho de Macedo de Cavaleiros, não é muito proveitosa, uma vez que as formações existentes não são muito permeáveis. Os caudais debitados variam de 1 a 5 l/s ou até menos. Os principais tipos de captações que abastecem as populações são normalmente galerias de mina, drenos, poços e também furos verticais (64/N1 - Podence e 78/N1 - Malta).

As zonas a preservar são todas as envolventes das captações, onde num raio de cerca de 50m ou para montante delas, não devem ser autorizados quaisquer tipos de culturas; além destas zonas é importante preservar todo o planalto de Morais dado que é uma zona de infiltração donde têm origem várias linhas de água, sendo de salientar o rio Azibo.

A avaliação dos usos e necessidades de água teve em consideração as várias tipologias de uso, agrupadas em usos consumptivos (tais como usos urbanos, indústria, agricultura, pecuária e golfe) e usos não consumptivos (usos recreativos, produção de energia e aquicultura e pesca).

No concelho de Macedo de Cavaleiros as maiores necessidades de água são para usos agrícolas, sendo a sub-bacia do Rabaçal/Tuela uma das que apresenta maior necessidade da RH3 (11% das necessidades totais na RH3 – ascende 510 hm^3).

No quadro abaixo apresenta-se um resumo das necessidades de água para os diferentes usos consumptivos para as sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros.

Quadro 8: Resumo das necessidades hídricas para usos consumptivos, em ano médio, por sub-bacia

Sub-bacia	Necessidades hídricas para usos consumptivos (hm^3)						Necessidades hídricas por unidade de área (hm^3/ano.km^2)
	Urbano	Indústria	Agricultura	Pecuária	Golfe	Total	
Sabor	4,86	0,12	37,00	0,38	--	42,37	0,013
Rabaçal/Tuela	2,47	0,09	56,29	0,20	--	59,04	0,032
Tua	3,20	0,14	26,48	0,13	--	29,95	0,024

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

Da análise do quadro acima apresentado confirma-se que, em todos os casos, a agricultura, é o grande consumidor de água (com um peso de cerca de 95%, 87% e 88% das necessidades totais, para as sub-bacias do Rabaçal/Tuela, Sabor e Tua, respetivamente) seguido do sector urbano (com um peso de cerca de 4%, 12% e 11% das necessidades totais, para as sub-bacias do Rabaçal/Tuela, Sabor e Tua, respetivamente). Os restantes usos consumptivos (indústria, pecuária e golfe) não têm expressão significativa.

No Quadro seguinte apresenta-se um resumo do balanço entre as necessidades e disponibilidades para cada uma das sub-bacias abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, visando identificar potenciais problemas ou conflitos em termos da utilização dos recursos hídricos, que possam levar a situações de escassez e/ou excesso de água, a nível das massas de água e das sub-bacias hidrográficas.

Quadro 9: Resumo do balanço superficial, em ano médio, por sub-bacia

Sub-bacia	Escoamentos modificados pelos transvases (hm^3)	Retornos (hm^3)	Necessidades (hm^3)	Balanço (hm^3)	Taxa de utilização (%)
Sabor	928,37	10,39	49,89	888,87	5%
Rabaçal/Tuela	823,65	12,37	59,23	776,80	7%
Tua	374,86	7,78	24,73	357,91	6%

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

De acordo com o quadro acima verifica-se que as necessidades das três sub-bacias hidrográficas abrangidas pelo município de Macedo de Cavaleiros são bastante inferiores às respetivas disponibilidades hídricas: em termos anuais e em ano médio, as necessidades estimadas são inferiores a 8% das respetivas disponibilidades. Contudo, tal não significa que não possam ocorrer, como ocorrem, situações de escassez de água nas zonas interiores da RH3.

Relativamente às massas de água subterrâneas apresenta-se de seguida um resumo do balanço entre as necessidades e disponibilidades para a RH3.

Quadro 10: Resumo do balanço hídrico subterrâneo

Sub-bacia	Recarga (hm^3/ano)	Extrações (hm^3/ano)		Balanço (hm^3/ano) (entradas-saídas)		Disponibilidades hídricas (hm^3/ano)
		Conhecidas	Estimadas	Conhecidas	Estimadas	
RH3	1.083,8	30,3	113,1	1.053,5	970,7	975,4

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

De acordo com os valores acima descritos o balanço hídrico é positivo, quer considerando o valor de recarga média anual quer considerando apenas os valores estimados para as disponibilidades hídricas médias anuais, uma vez que estes não são excedidos pelas extrações médias anuais.

Em termos de qualidade das águas superficiais verifica-se, de acordo, com os dados do SNIRH, que apresentam classificação de razoável a boa.

Como referido anteriormente, a grande maioria das necessidades da água no concelho estão relacionadas com a agricultura. Nesse sentido a contaminação das águas para abastecimento público, está frequentemente associada à utilização de fertilizantes, de pesticidas e de

herbicidas na agricultura, bem como a descargas de águas residuais domésticas e de explorações pecuárias, à deposição de resíduos sólidos no solo e à presença de águas lixiviantes com deposição de terras na proximidade de linhas de água.

Os efluentes de origem urbana são os que mais contribuem para a carga orgânica afluente aos recursos hídricos superficiais na área da RH3. Por outro lado, a agricultura é o sector que mais contribui para as elevadas cargas de nutrientes (azoto e fósforo). Em concreto, na RH3, a rejeição de águas residuais urbanas contribui com cerca de 74% e 67% da carga poluente total afluente em termos de CBO_5 e CQO, respetivamente, e cerca de 24% e 22%, em termos de azoto e de fósforo, respetivamente.

A agricultura, particularmente quando praticada de forma intensiva, é uma importante fonte de contaminação por azoto e fósforo. A agricultura é responsável pela rejeição anual de cerca $7{,}4x10^3$ toneladas de azoto e $1{,}4\ x10^3$ toneladas de fósforo, o que representa 76% e 77% da carga total associada a cada um dos poluentes, respetivamente. As massas de água com maior pressão de origem agrícola são o rio Sabor (PT03DOU0335) – que recebe mais de 200 t/ano de azoto e mais de 100 t/ano de fósforo.

A atividade industrial na região hidrográfica do Douro apresenta uma expressão significativa a nível nacional e um peso determinante em contexto regional, a nível socioeconómico, principalmente em termos de emprego e de volume de negócios. A rejeição de efluentes de instalações industriais nos recursos hídricos superficiais é, em regra, efetuada após tratamento na própria unidade industrial ou em sistemas de drenagem municipal ou multimunicipal. Os sectores mais representativos são os das indústrias alimentar, têxtil e metalúrgicas de base, integrando o maior número de empresas presentes na região, assim como a indústria transformadora. Nos concelhos do interior, o sector da indústria alimentar assume especial importância em termos de poluição pontual devido à produção de azeite e vinho, responsáveis por picos de poluição em determinadas épocas do ano.

Em termos de carga proveniente de atividade industrial, no caso dos lagares, as cargas são significativas para todos os poluentes analisados, tendo maior impacte nas sub-bacias do Rabaçal/Tuela e Sabor.

Relativamente aos restantes sectores designadamente pecuária e aquicultura, as cargas poluentes estimadas, nas massas de água superficiais não são significativas quando comparadas com as dos setores urbano, agrícola e industrial.

Águas balneares são as águas superficiais, quer sejam interiores, costeiras ou de transição, tal como definidas na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), em que se preveja um grande número de banhistas e onde a prática balnear não tenha sido interdita ou desaconselhada de modo permanente (ou seja, pelo menos durante uma época balnear completa).

A qualidade das águas balneares representa assim não só um fator de saúde como também um importante indicador de qualidade ambiental e de desenvolvimento turístico.

A gestão da qualidade das águas balneares é, em termos do direito comunitário, regida pela Diretiva 2006/7/CE, de 15 fevereiro de 2006, que foi transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei nº 135/2009, de 3 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de maio,

que estabelece o regime de identificação, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, prosseguindo portanto objetivos de prevenção da saúde humana e de preservação, proteção e melhoria do ambiente.

De acordo com os dados do SNIRH as águas balneares (incluídas na categoria águas balneares interiores) pertencentes ao concelho (provenientes de Fraga da Pegada (PTCE3K) e Ribeira (PTCP9W), ambas com Bandeira Azul) têm obtido uma classificação anual de excelente desde 2011.

Importa destacar que as águas balneares estão todas monitorizadas.

Os Espaços naturais integram áreas de elevado valor paisagístico e ambiental, constituindo uma estrutura biofísica elementar, na qual se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais. Com a classificação destes espaços, pretende-se assegurar a existência de uma estrutura biofísica básica de suporte da estabilidade ecológica e de manutenção dos processos naturais, em particular no que se refere à defesa do regime hidrológico.

No concelho de Macedo de Cavaleiros estes espaços correspondem:

- ✓ Corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água (30 m para cada lado);
- ✓ Planos de água das albufeiras, com a respetiva faixa de proteção.

No que respeita aos corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água, correspondendo a uma faixa de 30 m para cada lado do leito do curso de água, estes estão incluídos na categoria de espaços naturais dada a importância das funções que desempenham nos processos de drenagem hídrica e atmosférica, e ainda por constituírem um contínuo entre os diversos espaços que compõem o território. No âmbito da 1ª Revisão do PDM foram considerados os leitos dos cursos de água principais, através da análise da rede hidrográfica.

A inclusão dos corredores ecológicos na categoria de espaços naturais contribui para a existência de um *continuum naturale,* promovendo a subsistência de áreas de proteção de diversos habitats, dado que coadjuva o intercâmbio de fauna e flora presente nas diferentes áreas do concelho.

De acordo com a informação constante da 1ª revisão do PDMMC, o concelho apresenta *"Ao longo das linhas de água, incluindo as de menor dimensão, (…) galerias ripícolas relativamente bem constituídas."*

A sua *"riqueza biológica" é muito provavelmente elevada, pela diversidade biofísica (relevo, geologia) e de ocupação do solo, o que é comprovado pela presença de vários sítios Natura 2000. (...)*

Cumpre ainda destacar o razoável estado de conservação das galerias ripícolas existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Não obstante o seu estado de conservação, e dada a sua importância na conservação de áreas de proteção de diversos habitats, é recomendável a promoção da conservação e valorização das galerias ripícolas existentes, bem como a recuperação das que se encontrarem

degradadas ou implantação de inexistentes. No que respeita a edificações e de acordo com a 1ª Revisão do PDM apenas serão permitidas aquelas que não constituam obstáculo aos cursos naturais dos leitos de água, que estejam relacionadas diretamente com o aproveitamento racional dos recursos hídricos ou com a transposição das linhas de água, e que respeitem a legislação em vigor.

De acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros num passado recente não foram implementadas quaisquer medidas de requalificação das linhas de água e suas margens.

De acordo com a informação da CMMC não existem quaisquer programas e políticas de monitorização dos aquíferos.

A Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, ou Diretiva-Quadro Água (DQA), transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água) e do Decreto-Lei nº 77/2006, de 30 de março, estabelece que a água não é um produto comercial como outro qualquer, e como tal requer estatutos de gestão e proteção especiais. Assim os Estados-Membros protegerão, melhorarão e recuperarão todas as massas de águas de superfície, com o objetivo ambiental de alcançar um Bom Estado ecológico e químico das águas superficiais.

De entre os aspetos relacionados com a água, há três que se destacam:

a. Disponibilidade e qualidade das águas superficiais;
b. Disponibilidade e qualidade das águas subterrâneas;
c. Utilização de água.

No que concerne à implementação da Diretiva-Quadro da Água, de acordo com a informação fornecida pela CMMC, tem sido assegurado o cumprimento efetivo da legislação aplicada aos recursos hídricos.

A evolução da situação atual está dependente da ocupação e utilização futuras. Assim, não sendo conhecidas atividades no concelho que justifiquem um acréscimo significativo do consumo de águas subterrâneas ou que comprometam a sua qualidade, considera-se que se manterão as condições atuais.

Num horizonte futuro, considerando que os recursos hídricos subterrâneos constituem uma reserva de água estratégica e, numa perspetiva integrada dos recursos hídricos, poderá vir a ser necessária a utilização de algumas das captações de água subterrânea para assegurar as necessidades de água geradas por futuras ocupações. Este cenário assume maior relevância em situações de emergência e de escassez de água nesta região.

O abastecimento de água no concelho de Macedo de Cavaleiros é garantido em praticamente 100% da população, verificando-se apenas ausência de abastecimento a algumas edificações isoladas, no espaço rural, para as quais a dotação de sistema de abastecimento se afigura inviável do ponto de vista económico. Em termos de evolução tendencial dos indicadores associados à utilização dos recursos hídricos para abastecimento espera-se um aumento no consumo de água e uma diminuição das perdas de água, com a aplicação de medidas adequadas, após a implementação dos novos sistemas de abastecimento.

5.1.1.2 Biodiversidade

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

O concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta uma riqueza biológica elevada apresentando diversas áreas da RN2000 que ocupam cerca de 25% do território concelhio: **os Sítios Montesinho/Nogueira (PTCON0002)** (3%)**, Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021)** (3%), **Morais (PTCON0023)** (17%), **e Romeu (PTCON0043)** (2%) **e as ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037) e Montesinho/Nogueira (PTCON0002)**.

É também de referir que estes Sítios, para além das formações vegetais (que serão detalhadas adiante), apresentam valores importantes no que se refere à fauna, nomeadamente ao lobo-ibérico (*Canis lupus*), uma vez que são utilizados por diversas alcateias do núcleo populacional que ocorre no distrito de Bragança, o maior a nível nacional, constituindo o principal corredor ecológico da espécie em direção ao sul.

A boa qualidade das águas, o bom estado de conservação das margens das linhas de água, bem como a existência de um *continuum* ecológico preservado, tornam estes Sítios muito importantes para a conservação da fauna associada ao meio aquático, sendo de salientar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*).

Relativamente a cada um dos Sítios pertencentes à RN2000, em termos faunísticos cumpre particularizar:

- **Sítio Montesinho/Nogueira** - constitui uma das mais importantes áreas para a conservação do lobo a nível nacional, uma vez que alberga cerca de 15% do efetivo populacional total. É um Sítio de grande importância também no que se refere à conservação da fauna aquática e ribeirinha, destacando-se a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*). De referir ainda que integra as melhores populações portuguesas de mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*).

- **Sítio Rios Sabor e Maçãs** – relativamente ao lobo-ibérico assume importância extrema para a sua conservação. É um sítio igualmente importante para a fauna aquática, salientando-se a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*). Refere-se ainda que é um dos Sítios com maior biodiversidade de bivalves de água doce, nomeadamente o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*).

- **Sítio Morais** – salienta-se a presença do lobo, sendo que este Sítio apresenta a área de distribuição do maior núcleo populacional do país, designadamente o que ocorre no distrito de Bragança. Refere-se ainda que este Sítio inclui um dos poucos cursos de água onde o lagostim-de-patas-brancas (*Austropotamobius pallipes*) dispõe ainda de condições para uma eventual reintrodução/recuperação.

- **Sítio Romeu** – A presença do lobo, embora apresente um carácter relativamente irregular, tendo em conta as condições de habitat que aqui se verificam, o Sítio assume

elevada importância na potenciação da expansão desta espécie na Terra Quente transmontana.

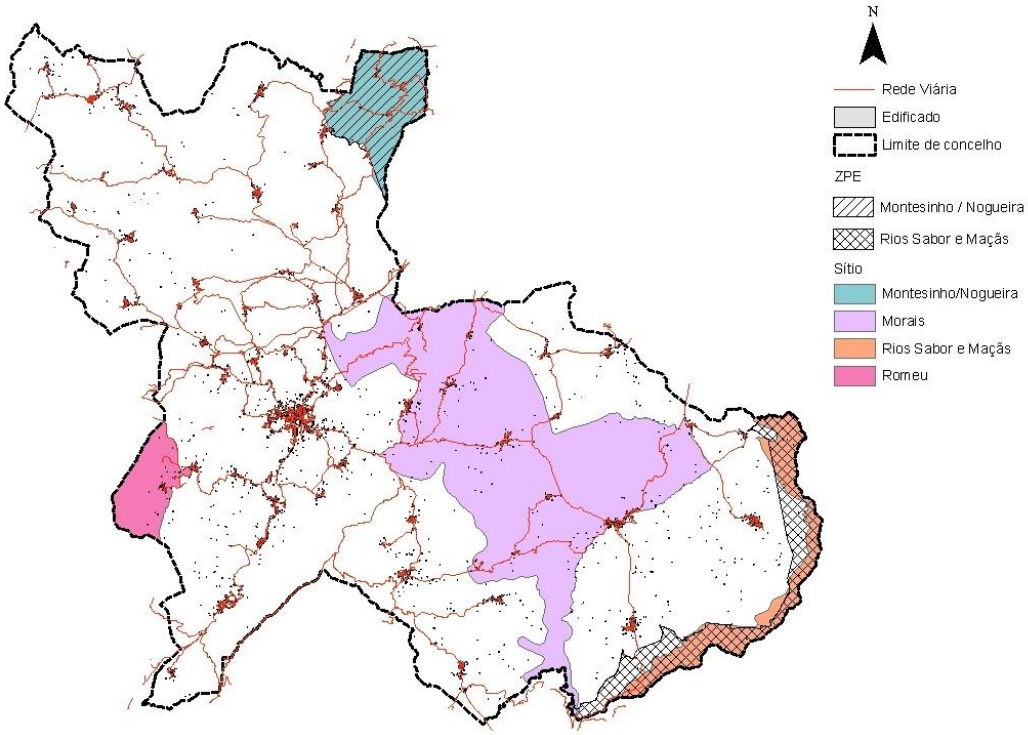
No que se refere à fauna presente nas ZPE do concelho destaca-se o seguinte:

De acordo com a informação constante da ficha de caracterização do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para a **ZPE Rios Sabor e Maçãs**: "(…) *As características naturais destes vales aliada às dificuldade de acesso e à distância a que situam em relação às zonas urbanas proporcionam as condições de necessárias à nidificação de aves rupícolas, como o Britango (Neophron percnopterus), a Águia-real (Aquila chrysaetos), o Bufo-real (Bubo bubo), sendo de destacar a população nidificante de Águia de Bonelli (Hieraaetus fasciatus), que corresponde a um dos mais significativos núcleos do nosso país. As condições naturais dos vales destes rios, ainda em bom estado de conservação das suas margens e boa qualidade das águas, permitem albergar populações importantes a nível nacional de Cegonha-preta (Ciconia nigra), Melro-de-água (Cinclus cinclos), Chasco-preto (Oenanthe leucura), Melro-azul (Monticola solitarius), Toutinegra-real (Sylvia hortensis) e Felosa de Bonelli (Phylloscopus bonelli). A sua orientação predominante Norte-Sul e a sua grande extensão faz com que esta ZPE seja também um importante corredor ecológico na região de Trás-os-Montes, seja para as espécies com carácter residente, seja para as espécies migradoras".*

Relativamente à **ZPE Montesinho/Nogueira** e de acordo com a informação descrita na ficha de caracterização do Plano Sectorial da Rede Natura 2000: *"(…)A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes. Nesta área é possível observar espécies de avifauna de montanha como o pisco-de-peito-azul (Luscinia svecica), o tartaranhão-azulado (Circus cyaneus) e o melro-de-água (Cinclus cinclos) e espécies estepárias como a petinha-dos-campos (Anthus campestres) e a cotovia (Calandrella brachydactyla); espécies de distribuição reduzida ou localizada em Portugal, como o picanço-de-dorso-ruivo (Lanius collurio), o melro-das-rochas (Monticola saxatilis) ou a petinha-das-árvores (Anthus trivialis), com espécies florestais e espécies de distribuição mais alargada.*

Esta ZPE contribui significativamente para a manutenção de populações viáveis em Portugal, com o carácter de nidificantes, das seguintes espécies: águia-real (Aquila chrysaetos), tartaranhão-azulado (Circus cyaneus), cotovia-comum (Alauda arvenses), petinha-das-árvores (Anthus trivialis), melro-de-água (Cinclus cinclos), rabirruivo-de-testa-branca (Phoenichuros phoenichuros), chasco comum (Oenanthe oenanthe), melro-das-rochas (Monticola saxatilis), tordo-comum (Turdus philomelos), felosa de Bonelli (Phylloscopus bonelli), picanço-de-dorso-ruivo (Lanius collurio), Dom-fafe (Pyrrhula pyrrhula) e sombria (Emberiza hortulana). Outras espécies como o pisco-de-peito-azul (Luscinia svecica), o cartaxo-nortenho (Saxicola rubetra), a petinha-ribeirinha (Anthus spinoleta) e a felosa (Phylloscopos collybita) apenas aqui podem ser encontrados como nidificantes, ou em mais um ou outro ponto do país."

FIGURA 2: REDE NATURA 2000 NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC (Estudos de Caracterização, Volume I), 2011

De acordo com a informação da CMMC, entre os anos de 2005 e 2013, existiram cerca de 162 processos de licenciamento em áreas da Rede Natura 2000. Do total de processos de licenciamento, a maioria, cerca 77%, encontra-se em perímetro urbano (correspondendo a 125 processos). Os restantes 37 processos referem-se a áreas localizadas fora dos perímetros urbanos.

A conservação da natureza, a proteção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a proteção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objetivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de uma rede nacional de áreas protegidas, segundo o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, o Decreto-Lei n.º 142/2008.

Também segundo essa legislação, a preservação dos valores mais significativos do património natural justifica a aplicação de políticas de gestão territorial e de desenvolvimento local sustentáveis, que garantindo a salvaguarda dos valores naturais potenciam a utilização racional dos valores culturais e económicos tradicionais, ali existentes, sem perder de vista os objetivos de conservação da Natureza e da biodiversidade.

No concelho de Macedo de Cavaleiros identifica-se a área da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA), área protegida incluída na Rede Nacional de Áreas Protegidas de âmbito regional que foi criada pelo Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 3 de agosto, por constituir um repositório de vegetação natural de importância nacional, com interesse de ordem faunística,

traduzido na ocorrência de espécies ameaçadas e com estatuto de proteção, que tem por objetivo a conservação e valorização do património natural, assim como, a promoção do repouso e recreio ao ar livre, em harmonia com um desenvolvimento sustentável e os valores naturais salvaguardados.

A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo apresenta uma área de 4.987 ha e abrange cerca de 4,5% da área do concelho.

A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo está localizada, na sua quase totalidade, no concelho de Macedo de Cavaleiros, e abrange as freguesias de Vale da Porca, Santa Combinha, Podence, Salselas, Vale de Prados.

A albufeira do Azibo, formada por três linhas de água - o rio Azibo (13 km), e as ribeiras do Azibeiro (7,3 km) e do Reguengo (7,8 km) - faz parte da bacia hidrográfica do rio Sabor e este, por sua vez, da do rio Douro.

A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, em parte incluída no Sítio "Morais" da Rede Natura 2000, constitui uma interessante mescla de flora mediterrânica e atlântica. Assim, a par do carvalho-cerquinho (*Quercus faginea)* e castanheiros (*Castanea sativa)*, que coabitam com áreas de lameiro, surge a oliveira (*Olea europaea)*, a vinha e o sobreiro (*Quercus suber)*, num mosaico valorizado por vegetação mais rasteira e rara em que se destaca dezena e meia de espécies de orquídeas espontâneas.

A construção da barragem - tendo por objetivo o regadio agrícola (5.000 ha no vale de Macedo de Cavaleiros) e o abastecimento domiciliário - que originou a albufeira do Azibo (410 ha) data do final dos anos 70, do séc. XX. Entretanto, esta massa de água possibilitou a presença de várias espécies de aves que fizeram, deste local, zona de nidificação e de refúgio, nomeadamente o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus),* ex-líbris desta Área Protegida.

Para além do valioso património natural e paisagístico, oferece a quem a visita um conjunto de infraestruturas que permitem a realização de atividades de carácter desportivo, cultural, ambiental ou de simples lazer. Estas infraestruturas permitem a realização de várias atividades, entre as quais se destacam, o pedestrianismo, a orientação, a escalada, o cicloturismo, os desportos náuticos não motorizados natação, remo, canoagem, vela, windsurf, o turismo de natureza e o turismo científico.

Dentro da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo destacam-se as duas praias fluviais: a praia da Ribeira e a praia da Fraga da Pegada, sendo que esta última tem sido galardoada sucessivamente com a Bandeira Azul e de Praia Acessível. Sobranceiro à Albufeira do Azibo e com acessos através de Salselas e Vale da Porca, encontra-se o Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. Neste complexo, destacam-se as futuras instalações da Ecoteca de Macedo de Cavaleiros, um auditório com 50 lugares e a Sala-Museu de Arqueologia (onde podem ser encontrados artefactos resultantes das escavações efetuadas pela Associação Terras Quentes). Ainda, nas proximidades da Paisagem Protegida, existem duas instalações dignas de visita: o museu Rural de Salselas e o espaço cultural "Casa do Careto", em Podence.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, e de acordo com os dados da CMMC, nos últimos anos cumpre destacar os 10 projetos/iniciativas, entre outras, que contribuíram para a valorização

dos espaços naturais. Os referidos projetos, listados abaixo, incidem sobre a área do concelho de Macedo de Cavaleiros, de iniciativa da câmara municipal ou outra:

- ✓ Percorra milhões de anos;
- ✓ Macedo Natura;
- ✓ Recuperação da ribeira de Chacim;
- ✓ Implementação do projeto do Geopark Terras de Cavaleiros;
- ✓ Projeto do Baixo Sabor;
- ✓ Guia do Azibo;
- ✓ Trilhos do Azibo;
- ✓ Eco XXI;
- ✓ Programa Bandeira Azul;
- ✓ Galardão de Ouro da Quercus.

De seguida apresenta-se uma breve descrição de cada projeto e das principais ações do mesmo.

Relativamente ao projeto "Percorra milhões de anos" este engloba duas componentes fundamentais, uma ligada à gestão ativa dos habitats no sentido de os conservar e valorizar de forma direta, e a outra ligada à divulgação e visitação do património natural que corresponde ao eixo de valorização económica direta.

Neste projeto encontram-se a decorrer as seguintes ações:

1. Estudo Integrado do Sítio de Morais para que se possa conceber um instrumento de gestão para os habitats prioritários ao nível da flora e fauna.
2. Melhoria das estruturas de apoio ao visitante: recuperação da escola primária de Salselas; recuperação de um espaço na aldeia de Morais para funcionar como centro de apoio ao visitante.
3. Comunicação dos valores do Sítio de Morais.
4. Conceção de uma exposição intitulada "uma viagem ao centro da Terra" acerca da geologia do Sítio de Morais no centro de apoio ao visitante.
5. Conceção e edição de um guia acerca do Sítio de Morais, com destaque para a sua geologia, flora e valores culturais das suas gentes.
6. Edição de materiais pedagógicos destinados a uma faixa etária compreendida entre os 8 e 13 anos de modo a promover o conhecimento acerca da geologia do Sítio de Morais e outros.
7. Conceção de uma página web que disponibiliza online os monumentos geológicos de interesse, as rotas geológicas, com informação da distância percorrida, notas explicativas de apoio e outros.
8. Preservação do Sítio de Morais e o desenvolvimento das suas gentes, sensibilizando para o empreendedorismo.

O projeto "Macedo Natura" vai ao encontro da estratégia de conservação e valorização do património natural do Município de Macedo de Cavaleiros que visa a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, sendo um complemento do projeto anterior descrito, o que permite uma maior abrangência territorial do concelho. Procura também colmatar lacunas ao nível da inventariação da biodiversidade existente na Rede Fundamental de Conservação da Natureza de modo a que apoiados nesse conhecimento, se tomem decisões adequadas ao nível da gestão e ordenamento do território e simultaneamente se possa valorizar o património natural, tornando-o um produto de visitação de excelência.

Ações a desenvolver no âmbito do projeto:

1. Estudo de caracterização dos recursos naturais e biodiversidade;
2. Desenvolvimento de medidas de apoio à visitação;
3. Ações de comunicação;
4. Ações no âmbito das Novas Tecnologias e Ações Inovadoras.

O Geopark Terras de Cavaleiros enquadra-se no Plano Setorial Rede Natura 2000, uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia, o território do Geopark integra os Sítios Montesinho/Nogueira (PTCON0002), Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021), Morais (PTCON0023), e Romeu (PTCON0043). Este Geopark engloba uma vasta extensão de 697 km^2 coincidindo com os limites do concelho de Macedo de Cavaleiros, e encerra um importante património geológico ao qual se soma um grande património de biodiversidade, um notável património histórico-cultural, os produtos locais, a rica gastronomia e a arte de bem receber das suas gentes.

Em termos de flora, o Geopark apresenta um valor botânico inquestionável, com uma interessante mescla de flora mediterrânica e atlântica, possuindo vários endemismos ibéricos e lusitânicos. A par de carvalhos cerquinhos e castanheiros, que coabitam com áreas de lameiro, surge a oliveira, a vinha e o sobreiro, num mosaico valorizado por vegetação mais rasteira e rara sendo de destacar algumas espécies de orquídeas espontâneas, plantas melíferas, aromáticas e medicinais, bem como uma considerável variedade de macrofungos (cogumelos).

A floresta é dominada por Quercíneas autóctones que imprimem à paisagem um carácter notável e singular: sobreiro, *Quercus suber*, azinheira, *Quercus rotundifólia*, carvalho-negral, *Quercus pyrenaica* e o carvalho-cerquinho, *Quercus faginea*, de folha.

Destacam-se igualmente os zimbrais, *Juniperus oxycedrus*, as quais aparecem associadas variadas plantas, muitas delas com elevado valor de conservação. Nos azinhais e sobreirais, a gilbardeira *Ruscus aculeatus* e o narciso *Narcissus triandrus*, ambos incluídos na Diretiva Habitats, partilham o habitat com o trovisco *Dapnhe gnidium* e a rosa-albardeira *Paeonia broteri*; nos carvalhais emergem belas e raras orquídeas como a *Dactylorhiza insularis* ou a *Limodorum abortivum*.

Importa salientar a presença de matos rasteiros silibasófilos, comunidade específica dos afloramentos de rochas ultrabásicas, dominada por *Plantago radicata*, o endemismo do maciço de Morais é a *Armeria langei subsp. Marizii* que partilha com as rochas ultrabásicas de Bragança-Vinhais mais dois endemismos: *Arenaria querioides subsp. fontiqueri* e *Avenula*

partensis subs lusitânica. Entre os endemismos ibéricos de distribuição restrita presentes nos afloramentos peridotíticos do maciço refere-se ainda a existência do *Alyssum serpyllifolium subsp. Lusitanicum*, o *Asplenium adiantum-nigrum subsp. corunnens*e o *Dianthus laricifolius subsp. marizii*, a *Santolina semidentata* e o *Seseli peixoteanum*.

A flora e vegetação apresentam relevância também nas comunidades ripícolas das escarpas rochosas com águas ressumantes ricas em carbonatos, onde se pode observar o ameaçado endemismo *Antirrhinum lopesianum*, e nos leitos de cheia dos rios, merecendo destaque as comunidades endémicas dominadas por *Petrorrhagia saxifraga*, com ocorrência de *Fetusca duriotagana*, e os matagais de buxo *Buxus semperivens*.

O Geopark Terras de Cavaleiros assume-se como um destino geoturístico de excelência, que proporciona vivências científicas, educativas e culturais, onde todas as vertentes desta abordagem contribuam para o desenvolvimento sustentável do território, mantendo intactas as suas características naturais e a autenticidade das suas gentes.

No que concerne ao Projeto Baixo Sabor (Fundo Baixo Sabor) este centra-se em quatro grandes eixos:

I. Valorização da paisagem, dos recursos naturais e patrimoniais;
II. Fomento da base económica regional e local;
III. Promoção da capacitação do bem-estar das populações;
IV. Desenvolvimento do turismo sustentável.

O projeto "Guia do Azibo" reveste-se de grande utilidade para o visitante da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. Este guia inclui toda a informação de relevância turística na área da Paisagem Protegida e na sua envolvente, com sugestões tipo "o que fazer", "onde comer", "onde ficar".

Dado tratar-se de um guia de uma área protegida, é dado um grande destaque à componente natural, as espécies existentes, com uma extraordinária panóplia de imagens e informação sobre as suas características e modos de subsistência.

O projeto "Trilhos do Azibo" inclui uma rede de 50,6 km de trilhos que tem como pano de fundo a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. A saber:

- ✓ Trilho dos Caretos,
- ✓ Trilho Quercus,
- ✓ Ciclovia do Azibo,
- ✓ Corredor Verde de Vale de Prados,
- ✓ Trilho dos Fornos Antigos, e
- ✓ Trilho Ricardo Magalhães.

Estes trilhos podem ser percorridos a pé ou de bicicleta e constituem-se como uma forma saudável de conhecer a Albufeira do Azibo, sem esquecer alguns dos seus pontos de interesse mais importantes na sua envolvente, como são os Caretos de Podence, o Pelourinho de Vale de Prados ou o Museu Rural de Salselas.

O Programa "ECO XXI" visa distinguir as boas práticas, políticas e ações no sentido da sustentabilidade desenvolvidas a nível local, com especial ênfase nos aspetos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objetivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diferentes vertentes de sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, educação ambiental das escolas e implementação do programa da Bandeira Azul.

Em 9 anos de implementação do programa a nível nacional, o Município de Macedo de Cavaleiros tem 8 distinções consecutivas com a Bandeira Verde (símbolo ECO XXI).

Bandeira Azul

O galardão é atribuído pela Fundação da Bandeira Azul da Europa, uma entidade não-governamental sem fins lucrativos, que vem reconhecer o cumprimento de uma série de critérios de qualidade da água e da areia, de segurança e conforto dos utilizadores, bem como de informação e sensibilização ambiental.

As duas praias fluviais de Macedo de Cavaleiros localizadas na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo são sucessivamente galardoadas com a Bandeira Azul, atestando a qualidade de excelência em termos ambientais e balneares associadas à Albufeira do Azibo.

A Praia da Fraga da Pegada é a praia fluvial mais galardoada em toda a Europa com 11 galardões. A Praia da Ribeira, construída mais recentemente, ostenta este símbolo desde há 5 anos.

Qualidade de Ouro

Esta classificação, atribuída pela Associação Ambientalista Quercus, tem como base uma avaliação efetuada relativamente à qualidade da água, segundo exigentes critérios, tendo como base a listagem disponibilizada pelo Instituto da Água, que realiza as respetivas análises, ao abrigo da legislação nacional e comunitária.

As Praias da Fraga da Pegada e da Ribeira ostentam este galardão.

A elaboração da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), no âmbito de um Plano Diretor Municipal, surge em resposta à legislação vigente em matéria de ordenamento de território, designadamente no RJIGT, bem como a Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, que fixa os demais elementos que devem acompanhar os Planos Municipais de Ordenamento do Território, referindo concretamente a obrigatoriedade da elaboração da Carta da Estrutura Ecológica Municipal.

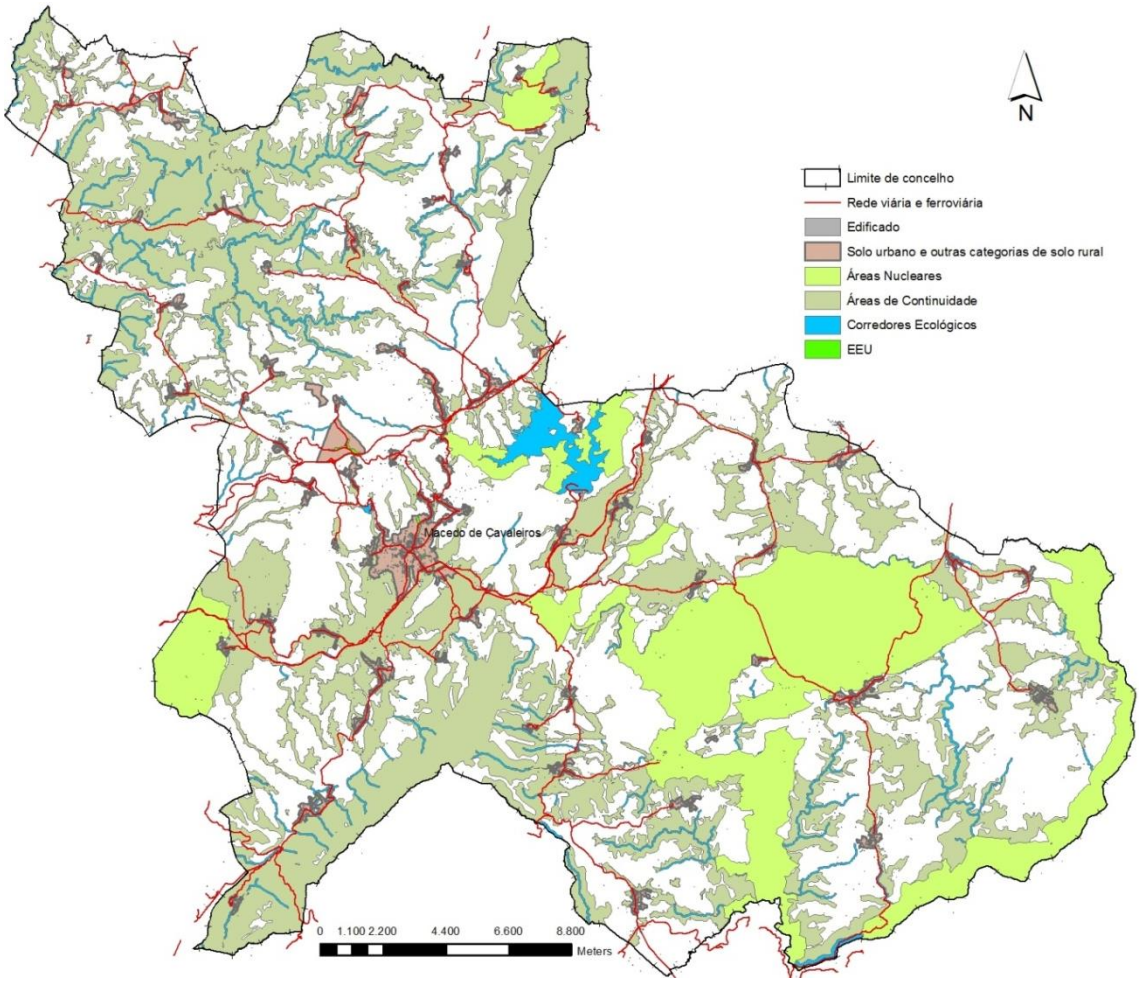
Uma das linhas mestras para o ordenamento do concelho de Macedo de Cavaleiros consiste na definição da EEM através da implementação de faixas associadas ao domínio hídrico e às linhas de drenagem superficial e a outras áreas com interesse ecológico ou biofísico.

Para a sua delimitação foram tidos em consideração os Sítios da RN 2000, os solos situados acima dos 700 metros de altitude no concelho (Terras Altas da ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental), parte da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo

(PPAA), as manchas de RAN, todos os ecossistemas da REN, nomeadamente as zonas ameaçadas pelas cheias, as áreas de máxima infiltração, as áreas com riscos de erosão com significativa expressão territorial (vales do rio Macedo, rio Azibo e Serra de Bornes), os leitos dos cursos de água da REN, o Domínio Hídrico e todas as Albufeiras de águas públicas, destacando-se a Albufeira do Azibo, com a respetiva zona reservada de 50 m.

Após a conjugação destes critérios foi efetuada uma revisão cartográfica da delimitação da EEM. Para o efeito foram feitos os seguintes acertos cartográficos: acertos de manchas de reduzida dimensão, de manchas próximas umas das outras tendo sido aglutinadas seguindo, preferencialmente, o traçado de cursos de água e manchas de formas excessivamente recortadas foram regularizadas. O resultado desta revisão traduz-se nas manchas finais que englobam a EEM, e que ocupam cerca de 50% do concelho de Macedo de Cavaleiros.

FIGURA 3: ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL



Para além da regulamentação inerente ao regime jurídico das condicionantes biofísicas e ao estipulado em cada categoria de espaço, o regulamento do PDM, no âmbito da sua revisão, também prevê um articulado específico para a EEM, nomeadamente:

- ✓ Restrição à alteração do uso atual do solo, designadamente a substituição de povoamentos florestais de autóctones por plantações florestais exóticas;

- ✓ Manutenção das estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola nomeadamente eiras, poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra e pombais, sebes de compartimentação da paisagem;
- ✓ Aplicação do Código das Boas Práticas Agrícolas às práticas agro-silvo-pastoris;
- ✓ Preservação das galerias ripícolas;
- ✓ Restrições à alteração do coberto arbóreo e do coberto arbustivo autóctone;
- ✓ Promoção de atividades socioculturais, de recreio, desporto e lazer na Estrutura Ecológica Municipal inserida em Perímetro Urbano.

A EEM está integrada na Planta de Ordenamento, sobrepondo-se à classificação do solo, mas tendo uma regulamentação própria de modo a salvaguardar os aspetos mais importantes da Estrutura, nomeadamente a preservação de elementos da paisagem e alteração do coberto vegetal. É também apresentada nos elementos do Plano Diretor Municipal, no Volume II, na peça desenhada n.º 01.

Refere-se que não se verifica a sobreposição entre as áreas de expansão dos perímetros urbanos propostos e as áreas incluídas na EEM.

Os Corredores Ecológicos são considerados zonas sensíveis para a conservação, e entendem-se como as "faixas que promovam a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da Biodiversidade". (artigo 4.º do PROF-NE).

De acordo com o artigo 10.º do mesmo Plano, os Corredores Ecológicos contribuem para a formação de meta populações de comunidades da fauna e da flora, tendo como objetivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, e integram os principais eixos de conexão, delimitados nos mapas síntese com uma largura máxima de 3 km. As normas a aplicar, no âmbito do planeamento florestal, são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais, e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, os corredores ecológicos existentes foram integrados na classe de Espaços naturais, a qual engloba as áreas de elevado valor paisagístico e ambiental, constituindo uma estrutura biofísica elementar, na qual se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais: inclui, para além dos corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água (30 m para cada lado), também os Planos de água das albufeiras, com a respetiva faixa de proteção; os Habitats da Rede Natura 2000; e as Áreas de maior sensibilidade ecológica dentro da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.

Os corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água correspondem a uma faixa de 30 m para cada lado do leito do curso de água (correspondendo a cerca de 3349 ha).

A justificação da inclusão destas áreas na categoria de espaços naturais fundamenta-se pela importância das funções que desempenham nos processos de drenagem hídrica e atmosférica, e pelo facto de constituírem um contínuo entre os diversos espaços que compõem o território.

Foram considerados os leitos dos cursos de água principais, através da análise da rede hidrográfica.

A presença destes corredores ecológicos no concelho, inseridos em espaços naturais, contribui para um *continuum naturale* que promove a existência de áreas de proteção de diversos habitats, facilitando o intercâmbio de fauna e flora entre as diversas áreas do concelho. Por estas razões deverá ser promovido ao longo dos referidos corredores ecológicos a conservação e valorização das galerias ripícolas existentes, bem como a recuperação das que se encontrarem degradadas ou implantação de inexistentes.

Os corredores ecológicos dão corpo à ERPVA, sendo, então, constituídos pela rede hidrográfica principal.

Em termos de análise tendencial, as comunidades biológicas ocorrentes numa dada área geográfica são determinadas pelas condições abióticas em que estas se inserem, pelos habitats presentes nesse território e pelo tipo de intervenções e gestão antrópicas desenvolvidas.

Assim, e na ausência de fatores adicionais de perturbação, particularmente de natureza antrópica, o cenário tendencial será de manutenção dos habitats e comunidades biológicas descritos para as diversas áreas classificadas e espaços naturais. Por outro lado a inexistência de orientações de gestão devidamente regulamentadas teria como consequência uma potenciação do risco de ocorrência de perturbações em áreas classificadas e noutros espaços naturais de interesse do concelho, bem como na inexistência de uma EEM sujeita a um regime específico de ocupação e utilização.

Em relação à estrutura verde prevê-se que, com a definição da EEM da 1ª Revisão do PDM, a tendência seja a de aumentar as áreas naturais do Concelho e, nesse contexto, gerar mais oportunidades de valorização do património natural.

Tendencialmente verifica-se o esforço do município em matérias como a conservação, proteção e valorização das áreas naturais do concelho, dado o número de licenciamentos em Rede Natura 2000, bem como a existência de vários projetos de valorização natural cujo objetivo visa a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Neste contexto, espera-se que a implementação destes projetos contribua de forma positiva na conservação e valorização do património natural do Município de Macedo de Cavaleiros.

Relativamente às áreas naturais classificadas, refere-se que, tendencialmente, a concretização dos projetos previstos e a continuação de implementação de medidas de revitalização destas áreas irá traduzir-se numa melhoria na valorização e na conservação dos espaços naturais do concelho.

5.1.1.3 Flora e Vegetação

As áreas florestais constituem uma riqueza crescente no panorama económico nacional. O valor florestal de uma dada região pode determinar a demarcação de perímetros florestais, cuja arborização, conservação e exploração são consideradas de utilidade pública, estando sujeitas portanto a certas regras e restrições.

Nesse sentido, aquando da 1ª Revisão do PDM, procurou-se delimitar de forma mais rigorosa e com cartografia atualizada as manchas florestais de interesse, nomeadamente as incluídas nas classes Espaços Florestais de Conservação e Espaços Florestais de Proteção. Esta ação permitirá uma melhor avaliação e gestão dos requisitos inerentes a cada tipo de Espaço Florestal.

A área florestal de Macedo de Cavaleiros apresenta uma grande expressividade no mosaico territorial que compõe a paisagem do concelho ocupando cerca de 31% da sua área global, sendo que 18% pertencem aos espaços florestais de conservação e 13% referem-se aos espaços florestais de proteção. Estes dados demonstram a importância ecológica da floresta do concelho.

Refere-se que o território concelhio é abrangido por manchas relativas aos perímetros florestais de Serra Nogueira, Serra de Bornes, Monte Morais e dos cursos tributários do Ribeiro da Vilariça (para a qual não se procedeu à sua delimitação na Planta de Condicionantes).

Cumpre ainda referir que a Proposta de Plano, indica que nos Espaços Florestais de Conservação "*devem ser mantidas as suas características actuais e potenciadas as possibilidades de revitalização biofísica, com vista ao equilíbrio e à valorização da diversidade paisagística e ambiental, da estabilidade e de diversidade ecológica, sendo permitidas acções que visem acelerar a evolução das sucessões naturais, com manutenção ou introdução de matas de folhosas autóctones e com aplicação de técnicas culturais não degradantes dos recursos em conservação*".

Em relação aos Espaços Florestais de Proteção a Proposta de Plano define como principal função a proteção destes Espaços, segundo uma perspetiva de proteção das linhas de água e de diminuição do risco de erosão, nos quais é integrado um conceito de sustentabilidade ecológica aliado à manutenção dos valores naturais.

"A criação destes Espaços visa essencialmente a redução da erosão do solo nas encostas graníticas dos vales alcantilados, com a implantação de matas de protecção constituídas por espécies de importante valência ecológica, nomeadamente sobreiros, carvalhos, azinheiras, medronheiros, tramazeiras e cerejeiras.

Correspondem essencialmente aos vales encaixados do rio Macedo e afluentes, do rio Azibo e afluentes e às encostas declivosas da Serra de Bornes."

De acordo com os Estudos de Análise e Diagnóstico, "*A área ocupada por povoamentos florestais predomina nas encostas declivosas dos principais festos e no planalto de Morais. As principais espécies são carvalho negral (Quercus pyrenaica), o carvalho cerquinho (Quercus faginea) e azinheira (Quercus rotundifolia) com frequência de sobreiros (Quercus suber) em povoamentos ou núcleos dispersos e de zimbros (Juniperus oxicedrus) nalguns locais. Na serra de Bornes encontram-se povoamentos de castanheiros (Castanea sativa), carvalho negral, pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii), pinheiro bravo (Pinus pinaster), pinheiro-silvestre (Pinus sylvestris) e pinheiro negro (Pinus nigra). Nos contrafortes da serra da Nogueira são visíveis essencialmente povoamentos de carvalho negral e carvalho cerquinho e ainda pinheiro bravo."*

Tal como referido anteriormente, o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta uma riqueza biológica elevada apresentando diversas áreas da Rede Natura 2000 que albergam manchas de povoamentos florestais de elevado valor conservacionista. De seguida apresenta-se uma breve caracterização do tipo de vegetação existente.

Sítio Rios Sabor e Maçãs

Segundo a ficha de caracterização do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 no Sítio Rios Sabor e Maçãs *"Vastas encostas estão cobertas por maciços de vegetação autóctone, nomeadamente por matos pré-florestais diversos, sobreirais (Quercus suber) (9330), zimbrais (Juniperus oxycedrus var. lagunae) (9560*) e bosques climácicos edafoxerófilos de azinheiras (Quercus rotundifolia) (9340), formações endémicas do maior interesse que sobrevivem nos locais mais declivosos e inacessíveis*."

No quadro abaixo apresenta-se um resumo dos habitats presentes neste Sítio bem como as respetivas áreas ocupadas.

Quadro 11: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Rios Sabor e Maçãs

Habitats	Área ocupada (ha)
5110+9340+**6220 *** – Formações estáveis xerotermófilas de ***Buxus sempervirens*** das vertentes rochosas (*Berberidionp*.p.) +Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia***+Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	21,5
5210+9340+**6220 *** - Matagais arborescentes de ***Juniperus oxycedrus*** + Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	51,7
9330+9340+**6220 *** - Florestas de ***Quercus suber*** + Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	1,5
9340+**6220 *** - Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	1638,3
9340 - Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia***	4,1

* Habitats prioritários

De acordo com o quadro acima, o habitat predominante no Sítio Rios Sabor e Maçãs é o habitat composto por florestas ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia*** e por subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea.***

Sítio Morais

Segundo a ficha de caracterização o Sítio Morais apresenta uma vegetação *dominada por azinhais (Quercus rotundifolia) (9340) e sobreirais (Quercus suber) (9330), podendo encontrar-se na margem da Barragem do Azibo um dos mais bem conservados sobreirais transmontanos. São igualmente importantes os zimbrais (Juniperus oxycedrus var. lagunae) com quercíneas (9560*) e os bosques secundários de carvalho-cerquinho (Quercus faginea subsp. faginea), formando a mais extensa área desta comunidade no norte do país.*"

No quadro abaixo apresenta-se um resumo dos habitats presentes neste Sítio bem como as respetivas áreas ocupadas.

Quadro 12: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Morais

Habitats	Área ocupada (ha)
5110 – Formações estáveis xerotermófilas de ***Buxus sempervirens*** das vertentes rochosas (*Berberidionp.p.*)	0,7
6220 * – Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	39,7
6220 *+9330 – Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea +*** Florestas de ***Quercus suber***	52,1
6220 *+9330+9340 – Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea*** + Florestas de ***Quercus suber*** + Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia***	189,3
9330 – Florestas de ***Quercus suber***	8,1
9330+**6220** *– Florestas de ***Quercus suber*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	1454,7
9330+**6220** *+6310 – Florestas de ***Quercus suber*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodiete*** + Montados de ***Quercus spp.*** de folha perene	165,6
9330+**6220 *** +9340 – Florestas de ***Quercus suber*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodiete*** +	214,9
9340+**6220** *– Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia***	4211,3
9340+**6220** * +6310 – Florestas de ***Quercus ilex*** e ***Quercus rotundifolia*** + Montados de ***Quercus spp.*** de folha perene	156,9

* Habitats prioritários

De acordo com a informação acima apresentada, o habitat com maior relevância do Sítio Morais é o habitat composto por florestas de ***Quercus suber*** e por subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea.***

Sítio Montesinho/Nogueira

O Sítio Montesinho/Nogueira alberga "*os mais extensos e bem conservados carvalhais de carvalho-negral (Quercus pyrenaica) (9320) do país; os singulares azinhais (Quercus rotundifolia) (9340) (…)" e os ecossistemas ribeirinhos em boas condições, designadamente os amiais ripícolas (91E0*).*"

No quadro abaixo apresenta-se um resumo dos habitats presentes neste Sítio bem como as respetivas áreas ocupadas.

Quadro 13: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Montesinho/Nogueira

Habitats	Área ocupada (ha)
9230+**6220** *– Carvalhais galaico-portugueses de ***Quercus robur*** e ***Quercus pyrenaica*** + ***Subestepes*** de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	266,5
9230+4030+**6220** * – Carvalhais galaico-portugueses de ***Quercus robur*** e ***Quercus pyrenaica*** + Charnecas secas europeias + ***Subestepes*** de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	3,3

* Habitats prioritários

De acordo com o quadro acima, o habitat mais expressivo do SIC Serra de Montesinho e Nogueira é o habitat composto por carvalhais galaico-portugueses de ***Quercus robur*** e ***Quercus pyrenaica*** e por subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***

Sítio Romeu

De acordo com a informação constante da Ficha de Caracterização o Sítio Romeu "engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de habitats pouco frequentes, aqui em excelente estado de conservação: sobreirais (*Quercus suber)* (9330), no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro (*Juniperus oxycedrus var. lagunae*) (9560*), no horizonte inferior".

No quadro abaixo apresenta-se um resumo dos habitats presentes neste Sítio bem como as respetivas áreas ocupadas.

Quadro 14: Habitats presentes e área efetiva ocupada no Sítio Romeu

Habitats	Área ocupada (ha)
6220 *– Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	355,8
9330+9240+**6220** * – Florestas de ***Quercus suber*** + Carvalhais ibéricos de ***Quercus faginea*** e ***Quercus canariensis*** + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodiete***	4,5
9330+6310+**6220** * – Florestas de ***Quercus suber*** + Montados de ***Quercus spp.*** de folha perene + Charnecas secas europeias + Subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea***	382,6

* Habitats prioritários

O território do SIC Romeu é maioritariamente ocupado por florestas de ***Quercus suber***, montados de ***Quercus spp.*** de folha perene, charnecas secas europeias e subestepes de gramíneas e anuais ***Thero-Brachypodietea.***

A ocupação do solo com interesse ecológico é constituída por um conjunto de manchas de vegetação arbórea com um elevado valor conservacionista.

No âmbito da 1ª Revisão do PDM, para a delimitação das manchas de vegetação arbórea, utilizou-se como fonte de informação a Carta de Ocupação do Solo - COS'90. A razão pela qual não foi utilizada informação mais recente, a COS 2007, prende-se com o facto de a

autarquia não dispor desta informação tão detalhada. De qualquer forma, as manchas foram aferidas com os ortofotomapas de 2005.

Da COS'90 foram retiradas as manchas de carvalho (*Quercus pyrenaica*), castanheiro (*Castanea sativa*), sobreiro (*Quercus suber*) e outras folhosas. A escolha destas espécies deve-se ao facto da área em estudo integrar-se na associação vegetal que inclui o seguinte elenco vegetal: *Quercus pyrenaica*; *Quercus faginea*; *Quercus ilex*; *Castanea sativa* e *Olea europea*. Estas espécies encontram-se em formações degradadas relativamente às alianças originárias – *Quercion faginae* (aliança mediterrâneo-atlântica a que o carvalho cerquinho serve de símbolo) e *Quercion occidentale* (a mais atlântica das alianças existente em Portugal caracterizada pelo predomínio das árvores de folhas caducas).

As outras folhosas referem-se essencialmente às folhosas ripícolas representadas pela vegetação marginal e pela mata de proteção das linhas de água.

No quadro abaixo apresentam-se as áreas ocupadas por manchas de carvalho, castanheiro, sobreiro e folhosas ripícolas.

Quadro 15: Área efetiva e percentual ocupada por povoamentos florestais autóctones do concelho de Macedo de Cavaleiros

Povoamentos florestais	Área ocupada	
	Hectares (ha)	Percentagens (%)
Carvalho	2.987	4,3
Castanheiro	1.795	2,6
Sobreiro	6.369	9,1
Folhosas ripícolas	824	1,2

De acordo com a informação do quadro acima verifica-se que as maiores manchas pertencem a sobreiros e carvalhos.

No que se refere a normas de controlo das monoculturas e das invasoras lenhosas no concelho, de acordo com a informação da CMMC, não existem este tipo de normas, o que traduz também, à partida, uma situação pouco preocupante a este nível no município. Contudo, em situações pontuais, seguem-se os Planos Orientadores do ICNF.

Em termos de tendências de evolução assume-se que na ausência de Proposta de Plano as condições futuras, no que se refere à flora e vegetação concelhias, seriam idênticas às condições atuais. Em termos de risco de incêndio, a maior vulnerabilidade está associada às áreas florestais de folhosas e aos olivais localizados nas áreas classificadas. Da combinação das duas variáveis (perigosidade e vulnerabilidade) constata-se que embora a maioria do concelho apresente risco baixo se verifica a ocorrência de um número significativo de áreas com risco elevado e muito elevado, sendo que a mancha mais expressiva se encontra no Monte Morais e se estende ao longo da vertente da ribeira de Vale de Moinhos.

A tendência consiste num aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da incidência dos incêndios, estratégias intimamente ligadas ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

5.1.2 Oportunidades e riscos

O Quadro 16 corresponde à matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objetivos estratégicos/Linhas Estratégicas da 1.ª revisão do PDMMC para o ***FCD#1*** *Recursos Hídricos e Biodiversidade*, ao que se segue a respetiva justificação analítica.

Quadro 16: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#1 Recursos Hídricos e Biodiversidade

Critérios de Avaliação / Objetivos/Linhas Estratégicas	Recursos Hídricos	Biodiversidade	Flora e Vegetação
Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural	++	++	++
Reforço da capacidade de acolhimento empresarial	+	+	0
Melhoria das condições de vida da população residente	+	+	0

Legenda: (+; ++) Oportunidades (-; --) Riscos
(+/-) Relação neutra ou incerta (0) Sem relação

A proposta de Plano contempla a revisão cartográfica da delimitação da EEM. Para o efeito foram feitos os seguintes acertos cartográficos: acertos de manchas de reduzida dimensão, de manchas próximas umas das outras tendo sido aglutinadas seguindo, preferencialmente, o traçado de cursos de água e manchas de formas excessivamente recortadas foram regularizadas. O resultado desta revisão traduz-se nas manchas finais que englobam a EEM, e que ocupam cerca de 50% do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Acresce que a definição da EEM, com a respetiva regulamentação associada permitirá uma melhoria da proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, compatibilizando-os com o usufruto e valorização por parte da população, o que terá efeitos muito positivos a nível do concelho.

Os habitats, que abrangem a Rede Natura 2000 no concelho de Macedo de Cavaleiros, têm, na sua maioria, características florestais, (florestas de Quercus, sistemas de montado entre outros), os que não têm, ou estão integrados em mosaico em habitats florestais, ou têm pouca expressão territorial. Por conseguinte, de modo a agilizar a gestão do território, na Proposta do Plano integrou-se todos os habitats na categoria de Espaços florestais de conservação. Para além da correspondência entre as principais características dos habitats presentes no concelho foi também efetuada uma articulação com as orientações de gestão subjacentes aos habitats e

aos respetivos Sítios; as orientações de gestão que o ICNB considera como suscetíveis para serem transpostas para o PDM são apresentadas na Proposta do Plano, com a respetiva transposição regulamentar do PDM.

Com efeito, os elementos do património natural do concelho contribuem para a presença de uma paisagem diversificada e multifuncional com uma identidade forte e de uma inegável beleza associada ao planalto transmontano. Estes elementos imprimem um fator diferenciador a nível regional devendo ser aproveitados na potenciação da oferta de Turismo de Natureza (destacando-se o potencial cinegético, os valores naturais que abrangem a área protegida da albufeira do Azibo, a tipicidade das produções agroalimentares e as atividades de turismo de natureza e aventura). Por outro lado o concelho apresenta algumas fragilidades, nomeadamente no que se refere à escassa oferta de infraestruturas e equipamentos de apoio ao recreio e lazer (parques de merendas, praias fluviais, centros de interpretação pedagógica ambiental, geológica, arqueológico, etc.), à parca rede de percursos existente e à articulação deficitária entre as entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo.

Na Proposta de Plano é referido que, no Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, está prevista a implantação da Ecoteca de Macedo de Cavaleiros, um auditório com 50 lugares e da Sala-Museu de Arqueologia (onde podem ser encontrados artefactos resultantes das escavações efetuadas pela Associação Terras Quentes). Ainda, nas proximidades da Paisagem Protegida, existem duas instalações dignas de visita: o museu Rural de Salselas e o espaço cultural “Casa do Careto”, em Podence.

Está também prevista a implantação de um Parque de Campismo.

Com a implantação destes empreendimentos turísticos e a sua promoção prevê-se uma dinamização das áreas naturais, em particular da albufeira do Azibo, sendo expectável que estes venham a ter efeitos positivos na conservação da natureza, proteção dos espaços naturais e preservação das espécies de flora e vegetação.

No concernente às áreas florestais no âmbito da proposta de Plano procedeu-se à sua delimitação com base em cartografia atualizada, incluindo as classes Espaços Florestais de Conservação e Espaços Florestais de Proteção. Esta ação permitirá uma melhor avaliação e gestão dos requisitos inerentes a cada tipo de Espaço Florestal o que vai claramente ao encontro do primeiro domínio estratégico que está relacionado com a qualificação e valorização económica do património natural.

Ainda no que se refere à proteção e preservação das áreas florestais do concelho, cumpre referir que a Proposta de Plano se baseou nas linhas da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF). Estas linhas de ações foram consideradas através dos seguintes aspetos:

- ✓ *Inserção da cartografia de risco de incêndio na Planta de Condicionantes;*
- ✓ *A importância dos Espaços florestais de proteção e os Espaços florestais de conservação no concelho, que ocupam cerca de 31% do concelho, e que contribuem para a promoção da função de proteção do solo, da rede hidrográfica e a proteção da biodiversidade e ecossistemas naturais mais relevantes, respetivamente;*

- ✓ *A promoção das atividades agro-silvo-pastoris, proporcionando a multifuncionalidade de usos da floresta;*
- ✓ *A aposta da estratégia de desenvolvimento do concelho na valorização turística dos recursos ambientais e culturais.*

Refira-se que os espaços naturais, os espaços florestais de conservação e de proteção e a EEM, são revertidos para 1.ª Revisão do PDMMC cujas disposições se regem pelas disposições expressas no Regulamento do PDMMC. As Cartas referentes a estas temáticas deverão ser atualizadas periodicamente pela CMMC.

5.1.3 Diretrizes para seguimento

Apresentam-se no Quadro 17 as diretrizes de seguimento para *FCD#1 Recursos Naturais e Biodiversidade.*

Quadro 17: Diretrizes para seguimento do FCD#1 Recursos Naturais e Biodiversidade

Diretrizes para Planeamento e Gestão
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nas áreas naturais classificadas e outras de interesse, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias;
- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água;
- Acompanhamento dos potenciais focos de contaminação, em particular daqueles que se encontrem na proximidade de captações de água e de linhas de água, assegurando-se assim uma manutenção generalizada da qualidade dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas;
- Planeamento adequado nas intervenções de requalificação de zonas ribeirinhas/fluviais em diferentes localidades com vista à preservação dos valores presentes, nomeadamente da vegetação ripícola;
- Salvaguardar a efetiva transposição da Estrutura Ecológica Municipal para os planos de hierarquia inferior, definindo critérios específicos para o efeito, bem como a sua adequação face a planos de hierarquia superior;
- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;
- Colaborar no desenvolvimento de planos de ordenamento das áreas com interesse para a conservação;
- Efetuar um levantamento das situações de degradação da paisagem existentes no território municipal e definir medidas adequadas para a sua recuperação e integração paisagística;
- Promoção e divulgação dos valores naturais e paisagísticos do concelho.

Diretrizes para Monitorização	
- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis à contaminação. - Monitorização e manutenção periódica das captações subterrâneas, uma vez que poderá haver necessidade de a elas se recorrer, ainda que em casos excecionais, nomeadamente em situações de escassez de água ou de ocorrência de falhas no sistema de abastecimento em alta. Também as condutas municipais que assegurem a ligação entre estas captações e a rede de distribuição e que sejam desativadas, devem ser objeto de manutenção, ou pelo menos monitorização, periódica; - Monitorização do estado de conservação dos valores naturais, nomeadamente das áreas degradadas sujeitas a recuperação e integração paisagística; - Desenvolvimento de ações de conservação de espécies e habitats. - Monitorizar a evolução do grau de penetração e de continuidade da Estrutura Ecológica Municipal.	
Diretrizes de Governança	
Entidades	**Responsabilidades**
CMMC e organismos com intervenção específica no domínio da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNF)	- Concretizar as diretrizes de gestão e planeamento definidas com vista à salvaguarda e à divulgação dos valores naturais do concelho; - Programa de monitorização devidamente calendarizado para determinação da sustentabilidade do desenvolvimento; - Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR, APA, DGOTDU, ICNF, etc.); - Monitorizar e controlar as fontes de poluição e o passivo ambiental do município.
APA	- Manter atualizados os diagnósticos e as respetivas metas e objetivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento.
População em geral	- Participar nos processos de consulta pública desenvolvidos no âmbito de projetos de salvaguarda do património natural do concelho; - Colaborar nos processos de preservação do património natural do concelho.

5.2 FCD#2 PATRIMÓNIO CULTURAL

5.2.1 Análise tendencial

5.2.1.1 Património Imaterial

Em termos do Património Imaterial, o concelho de Macedo de Cavaleiros conta com cerca de 7 instituições que contribuem para a conservação do património Cultural, as quais se enunciam de seguida:

- ✓ Grupo Cultural e Recreativo da casa do Povo de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Terras Quentes – Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Salselas (Grupo de Pauliteiros);
- ✓ Associação Bagueixe em Movimento (Banda de Latos de Bagueixe);
- ✓ Associação do Grupo de Caretos de Podence;
- ✓ Associação dos Amigos do Museu Rural de Salselas;
- ✓ Geoparque Terras de Cavaleiros.

No que respeita à promoção e divulgação do Património Cultural, o concelho de Macedo de Cavaleiros desenvolve várias iniciativas, sendo de destacar as seguintes:

- ✓ Festival de Folclore;
- ✓ Festival Internacional de Música Tradicional;
- ✓ Entrudo Chocalheiro;
- ✓ Jornadas da Primavera.

5.2.1.2 Património Arqueológico

O Concelho de Macedo de Cavaleiros possui um considerável número de sítios arqueológicos inventariados, apresentando um elevado potencial histórico-científico. O material existente permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no concelho.

De seguida é apresentada a listagem relativa ao património arqueológico existente no concelho de Macedo de Cavaleiros, fornecida pela Associação Terras Quentes que se encontra a elaborar a Carta Municipal do Património.

I. Carrascal - Povoado Fortificado (Ala)
II. Castelo dos Mouros - Habitat (Ala)
III. Cerquinha/Toural dos Mouros - Povoado Fortificado (Ala)
IV. Pia dos Mouros - Sepultura (Ala)
V. Estela de Pinhovelo - Estela (Amendoeira)
VI. Santa Madalena - Povoado Fortificado (Amendoeira)
VII. Solar dos Sarmentos - Necrópole (Amendoeira)

VIII. Terronha de Pinhovelo - Povoado Fortificado (Amendoeira)
IX. Forno da Urreta - Forno (Arcas)
X. Nozelos - Miliário (Arcas)
XI. Inscrição na Capela de S. Paio - Inscrição (Bagueixe)
XII. Alto do Álvaro Maio 1 - Estela (Bornes)(*)
XIII. Alto do Álvaro Maio 2 - Mamoa (Bornes)(*)
XIV. Bornes/Santa Marta - Necrópole (Bornes)
XV. Pia/ Bebedouro em Granito - Achado(s) isolado(s) (Bornes)
XVI. Alto da Madorra - Habitat (Carrapatas)(*)
XVII. Carrapatas (Alabardas) - Achado(s) isolado(s) (Carrapatas)(*)
XVIII. Fraga da Moura - Abrigo (Carrapatas)(*)
XIX. Urreta das Mós - Indeterminado (Carrapatas)(*)
XX. Capela de Sampaio - Capela (Castelãos)
XXI. Castelo de São Marcos - Povoado Fortificado (Castelãos)
XXII. Fornos dos Mouros - Abrigo (Castelãos)
XXIII. Gravura antropomórfica - Arte Rupestre (Castelãos)
XXIV. Pereiro - Indeterminado (Castelãos)
XXV. Castelo de Balsamão - Povoado Fortificado (Chacim)
XXVI. Castelucho de Balsemão - Povoado Fortificado (Chacim)
XXVII. Ladaino - Abrigo (Chacim)(*)
XXVIII. Marco Negro - Arte Rupestre (Chacim)(*)
XXIX. Ponte do Bairrinho - Ponte (Chacim)
XXX. Real Filatório de Chacim - Complexo Industrial (Chacim)
XXXI. Alto da Carvalheira - Indeterminado (Cortiços)
XXXII. Calveiro - Povoado Fortificado (Cortiços)(*)
XXXIII. Cortiços (Machado de Bronze) - Achado(s) isolado(s) (Cortiços)
XXXIV. Cramanchão - Povoado (Cortiços)
XXXV. Cruz do Galego - Monumento Fúnebre (Cortiços)
XXXVI. Santuário "Alcoforado" - Inscrição (Cortiços)
XXXVII. Meda - Vicus (Vale Benfeito)
XXXVIII. Olival do Cabo - Habitat (Cortiços)
XXXIX. Ponte de Cernadela - Ponte (Cortiços)
XL. Bovinho - Povado Mineiro (Edroso)
XLI. Igreja Matriz de Edroso - Achado(s) isolado(s) (Edroso)
XLII. Pedras reaproveitadas - Achado(s) isolado(s) (Edroso)
XLIII. Bouzende - Achado(s) isolado(s) (Espadanedo)
XLIV. Cabeço Gordo - Achado(s) isolado(s) (Espadanedo)
XLV. Espadanedo - Achado(s) isolado(s) (Espadanedo)
XLVI. Inscrição - Achado(s) isolado(s) (Espadanedo)
XLVII. Pena Mourisca - Povoado Fortificado (Espadanedo)
XLVIII. Pia com inscrição - Achado(s) isolado(s) (Espadanedo)
XLIX. Sino dos Mouros/Fraga do Berço - Povoado Fortificado (Espadanedo)
L. Vale da Viga - Indeterminado (Espadanedo)
LI. Vila dos Mouros - Povado Mineiro (Espadanedo)
LII. Mogrão/Caúnha - Povoado Fortificado (Ferreira)
LIII. Sobreirinho - Necrópole (Ferreira)
LIV. Inscrição funerária Grijó - Achado(s) isolado(s) (Grijó)(*)
LV. Lameirinho 1 - Marco (Grijó)(*)
LVI. Madorra/Estação de Grijó - Habitat (Grijó)(*)
LVII. Vale de Chafurgo - Habitat (Grijó)
LVIII. Forno da Velha - Arte Rupestre (Lagoa)
LIX. Fraga do Castelo - Povoado Fortificado (Lagoa)
LX. Lombo dos Pojos - Habitat (Lagoa)

LXI. Olival da Espondra - Indeterminado (Lagoa)
LXII. Vale de Noveia - Habitat (Lagoa)
LXIII. Alto da Pinha 1 - Miliário (Lamalonga)(*)
LXIV. Alto da Pinha/Vila Nova da Rainha 2 - Miliário (Lamalonga)
LXV. Argana - Miliário (Lamalonga)(*)
LXVI. Cabeço dos Mouros - Povoado Fortificado (Lamalonga)
LXVII. Capela de São João - Miliário (Lamalonga)
LXVIII. Carvalhal - Miliário (Lamalonga)
LXIX. Facho de Lamalonga - Atalaia (Lamalonga)
LXX. Fraga da Moura - Lagareta (Lamalonga)
LXXI. Marco do Vilarinho - Marco (Lamalonga)
LXXII. Pedra com buraco - Achado(s) isolado(s) (Lamalonga)
LXXIII. Termo da Barca - Marco (Lamalonga)
LXXIV. Terrioulo - Habitat (Lamalonga)
LXXV. Vila Nova da Rainha - Forno (Lamalonga)
LXXVI. Vila Nova da Rainha - Miliário (Lamalonga)
LXXVII. Cedelais - Indeterminado (Lamas)
LXXVIII. Letras Antigas - Inscrição (Lamas)
LXXIX. Senhora do Campo - Capela (Lamas)
LXXX. Atalaia - Atalaia (Lombo)
LXXXI. Forno de cerâmica de construção - Forno (Lombo)
LXXXII. Fraga das Ferraduras - Arte Rupestre (Macedo de Cavaleiros)
LXXXIII. Prado dos Cavaleiros - Habitat (Macedo de Cavaleiros)
LXXXIV. Travanca - Habitat (Macedo de Cavaleiros)
LXXXV. Cabeço da Paixão - Povoado Fortificado (Morais)
LXXXVI. Espondra - Povoado (Morais)
LXXXVII. Igreja da Senhora do Monte - Igreja (Morais)
LXXXVIII. Lameira da Cruz - Mina (Morais)
LXXXIX. Ponte de Paradinha - Ponte (Morais)
XC. Sobreda - Sarcófago (Morais)
XCI. Cabeço - Povoado Fortificado (Murçós)
XCII. Vale Grande - Mina (Murçós)
XCIII. Escaleira - Povoado Fortificado (Olmos)
XCIV. Fraga do Santo - Ermida (Olmos)(*)
XCV. Igreja de Malta (Ara Votiva de Aernus) - Achado(s) isolado(s) (Olmos)
XCVI. Igreja de Malta (necrópole) - Necrópole (Olmos)
XCVII. Marra 1 de Malta - Marco (Olmos)(*)
XCVIII. Marra 2 de Malta - Marco (Olmos)(*)
XCIX. Olminhos (Covinhas) - Arte Rupestre (Olmos)
C. Olminhos (Habitat) - Habitat (Olmos)
CI. Olmos (Arte descontextualizada) - Arte Rupestre (Olmos)
CII. Olmos - Arte Rupestre (Olmos)
CIII. Sarcófago da Igreja de Malta - Sarcófago (Olmos)
CIV. Terronha - Povoado Fortificado (Olmos)
CV. Fonte Caravelas 1 - Mamoa (Peredo)
CVI. Fonte Caravelas 2 - Arte Rupestre (Peredo)
CVII. Fonte Caravelas 3 - Habitat (Peredo)
CVIII. Labor - Mamoa (Peredo)(*)
CIX. Abrigo da Fraga do Castelo - Abrigo (Salselas)(*)
CX. Cabeço da Anta - Arte Rupestre (Salselas)
CXI. Forno do Pradinho - Forno (Salselas)
CXII. Fraga do Castelo - Povoado Fortificado (Salselas)(*)
CXIII. Igreja Matriz de Limãos - Necrópole (Salselas)

CXIV. Monte Calvário/Portela - Necrópole (Salselas)
CXV. Salselas/Barreiros - Forno (Salselas)
CXVI. Cabeço do Fidalgo 1 - Indeterminado (Santa Combinha)
CXVII. Cabeço do Fidalgo 2 - Arte Rupestre (Santa Combinha)
CXVIII. Fraga da Pegada 1 - Arte Rupestre (Santa Combinha)
CXIX. Fraga da Pegada 2 - Arte Rupestre (Santa Combinha)
CXX. Ilha do Cabeço do Fidalgo - Arte Rupestre (Santa Combinha)
CXXI. Cabeço da Anta - Indeterminado (Soutelo Mourisco)(*)
CXXII. Terronha - Povoado Fortificado (Soutelo Mourisco)(*)
CXXIII. Cabeço Berrão - Achado(s) isolado(s) (Talhas)
CXXIV. Cerca dos Mouros - Povoado Fortificado (Talhas)
CXXV. Levada Velha - Arte Rupestre (Talhas)
CXXVI. Ponte Velha - Ponte (Talhas)
CXXVII. Xaires - Povoado (Talhas)
CXXVIII. Castelo de Gralhós - Indeterminado (Talhinhas)
CXXIX. Estantes - Indeterminado (Talhinhas)
CXXX. Forno dos Mouros - Abrigo (Talhinhas)(*)
CXXXI. Prados de Peredo - Achado(s) isolado(s) (Talhinhas)
CXXXII. Agregoeira 1 - Mancha de ocupação - Habitat (Vale Benfeito)(*)
CXXXIII. Calveiro - Povoado Fortificado (Vale Benfeito)(*)
CXXXIV. Cheilinho - Marco (Vale Benfeito)(*)
CXXXV. Fonte do Prado - Arte Rupestre (Vale Benfeito)
CXXXVI. Lagares - Necrópole (Vale Benfeito)(*)
CXXXVII. Lameirinho - Marco (Vale Benfeito)
CXXXVIII. Mêda - Povoado (Vale Benfeito)
CXXXIX. Mourel - Povoado (Vale Benfeito)(*)
CXL. Rasca - Arte Rupestre (Vale Benfeito)(*)
CXLI. Vale Benfeito (Alabardas) - Achado(s) isolado(s) (Vale Benfeito)
CXLII. Vale Benfeito (escultura) - Achado(s) isolado(s) (Vale Benfeito)(*)
CXLIII. Banrezes - Povoado (Vale da Porca)
CXLIV. Forno de cal 2ª geração - Forno (Vale da Porca)
CXLV. Cruzeiro de Vale da Porca - Inscrição (Vale da Porca)
CXLVI. Mamoa de Santo Ambrósio - Mamoa (Vale da Porca)
CXLVII. Pedras gravadas - Inscrição (Vale da Porca)
CXLVIII. Ponte de Banrezes - Ponte (Vale da Porca)
CXLIX. Ponte de Vale da Porca - Ponte (Vale da Porca)
CL. Marra de Vale de Prados - Marco (Vale de Prados)(*)
CLI. Sepultura dos Mouros - Achado(s) isolado(s) (Vale de Prados)(*)
CLII. Abrigo 1 da Fraga dos Corvos - Abrigo (Vilar do Monte)
CLIII. Abrigo 2 da Fraga dos Corvos - Abrigo (Vilar do Monte)
CLIV. Devesas - Indeterminado (Vilar do Monte)
CLV. Fraga dos Corvos - Povoado (Vilar do Monte)
CLVI. Marco Negro 1 - Arte Rupestre (Vilar do Monte)(*)
CLVII. Marco Negro 2 - Marco (Vilar do Monte)(*)
CLVIII. Marra do Divino Espírito Santo - Marco (Vilar do Monte)(*)
CLIX. Castrilhão - Povoado Fortificado (Vilarinho Agrochão)
CLX. Castelo dos Mouros - Povoado Fortificado (Vilarinho do Monte)
CLXI. Estrada - Achado(s) isolado(s) (Vinhas)(*)
CLXII. Inscrição na Igreja Matriz de Castro Roupal - Achado(s) isolado(s) (Vinhas)(*)
CLXIII. Pedra com decoração - Achado(s) isolado(s) (Vinhas)(*)
CLXIV. São Gregório - Arte Rupestre (Vinhas)

(*) Localização em falta

No que respeita a espaços expositivos, o concelho de Macedo de Cavaleiros encontra-se equipado com cerca de 9 espaços expositivos, de natureza diversa, os quais se enumeram abaixo:

- ✓ Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Museu de Arte Sacra;
- ✓ Museu de Arqueologia;
- ✓ Real Filatório de Chacim;
- ✓ Museu Rural de Salselas;
- ✓ Casa do Careto;
- ✓ Museu do Mel e da Apicultura;
- ✓ Núcleo Museológico do azeite "Solar dos Cortiços – 1748";
- ✓ Museu Religioso de Balsamão.

O Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, inaugurado em dezembro de 2005, localiza-se no principal eixo onde se movimenta a maioria da comunidade juvenil do Município, situando-se junto ao Instituto Superior Jean Piaget/Nordeste, à Escola EB 2, 3/S e à Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, onde é ministrada a maioria da Formação Profissional concelhia.

O Museu de Arte Sacra encontra-se no centro da cidade de Macedo de Cavaleiros, na Casa Falcão, um solar do século XVIII. O seu espólio resulta do trabalho de inventariação e recuperação do património, desenvolvido desde 2004 em parceria com diversas entidades. A coleção cobre um período de mais de quinhentos anos, dos séculos XIV ao XX, e reúne exemplos de escultura, pintura, artes gráficas, ourivesaria e metais.

O Museu de Arqueologia encontra-se sediado na escola do Trinta, em Macedo de Cavaleiros, tendo sido inaugurado em 2013.

O Real Filatório de Chacim, na localidade de Chacim, constitui um exemplar único da industrialização da Sericicultura em Trás-os-Montes, sendo um dos poucos monumentos que testemunham esta atividade no país. Esta fábrica utilizava uma tecnologia italiana aperfeiçoada desde o século XIV aqui introduzida pela família Arnaut: O Moinho da Seda Redondo. Com o declínio da indústria da seda, no século XIX, deixou de laborar.

O Museu Rural de Salselas situa-se, como o nome indica, na localidade de Salselas e alberga uma considerável coleção de objetos inerentes à atividade rural, testemunhando a forte relação entre o homem e a terra.

A Casa do Careto encontra-se localizada em Podence e reúne o registo da tradição carnavalesca da aldeia de Podence, associada aos Caretos, representada nas telas das pintoras Graça Morais e Balbina Mendes e nas fotografias de António Pinto e Francisco Salgueiro.

O Museu do Mel e da Apicultura, existe em 2 vertentes: o museu de antiguidades (localizado em Macedo de Cavaleiros) e o museu vivo (localizado em Bornes). Destaca-se que este é o primeiro museu ligado ao mel e à apicultura em Portugal.

O Núcleo Museológico do Azeite situa-se na aldeia dos Cortiços, pertence à Família de Sá Miranda Patrício e faz parte da Rota do Azeite de Trás-os-Montes. O edifício é um antigo lagar, em xisto e granito, que deixou de laborar em 1953 e foi recuperado em 2005.

O Convento de Balsamão alberga o Museu Religioso de Balsamão. O referido convento é um famoso e antigo templo edificado no cabeço do Caramouro ou de Balsamão, junto do rio Azibo e da Ribeira da Veiga de Chacim.

A Igreja de Nª Senhora de Balsamão tem obras do pintor Bustamante Sá, nomeadamente o teto perspético. No museu existe uma riquíssima coleção de ex-votos, 16 telas de António Joaquim Padrão, paramentos e alafais de culto.

5.2.1.3 Património Arquitetónico

No que respeita à conservação/recuperação do património arquitetónico, tem-se verificado a realização de algumas intervenções no concelho. Com efeito, de acordo com a informação da Câmara de Macedo de Cavaleiros, no período entre os anos de 2009 e 2013, ocorreram 11 reconstruções/intervenções nos edifícios, as quais se discriminam abaixo.

Quadro 18: Lista de reconstruções ou intervenções nos edifícios do concelho de Macedo de Cavaleiros

Ano	Processo	Designação da Obra	Un.
2009	43	Beneficiação de Piscinas Municipais Descobertas	2
2009	49	Construção de Centro Escolar - Ventilação	2
2010	15	Edifícios e Outras Instalações Municipais – Beneficiação e Conservação – Grande Campo de Jogos e Pista de Atletismo	2
2011	01	Beneficiação e Conservação de Edifícios – Centro de Acolhimento em Salselas	2
2011	04	Beneficiação de Piscinas Municipais Cobertas	2
2011	07	Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros – Polo I	2
2011	14	Centro de Apoio ao Visitante em Morais	2
2011	15	Requalificação das Piscinas Municipais Descobertas	2
2011	27	Beneficiação de Edifícios Municipais - Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros – Polo I (Sala Multiusos)	2
2013	07	Museu de Arqueologia	2
2013	09	Museu Martin Gonçalves	2

No concelho de Macedo de Cavaleiros existem cinco imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público e ainda, cinco imóveis em vias de classificação.

Património Classificado:

- ✓ Pelourinho de Pinhovelo (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);

- ✓ Pelourinho de Nozelos (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);
- ✓ Pelourinho de Chacim (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);
- ✓ Pelourinho de Vale de Prados (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 de outubro de 1933);
- ✓ Igreja Paroquial de Vilarinho do Agrochão/ Igreja de Santo Antão (Decreto n.º 251/70, DG n.º 129, de 3 de janeiro de 1970).
- ✓ Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Matriz de Lamalonga e zona especial de proteção (Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2013);
- ✓ Igreja de Nossa Senhora da Purificação, Matriz de Podence e zona especial de proteção (Portaria n.º 740-AD/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24 de dezembro de 2012);
- ✓ Terronha de Pinhovelo e zona especial de proteção (Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2013).

Imóveis em vias de classificação:

- ✓ Solar das Arcas (Anúncio n.º 285/2013, DR, 2.ª série, n.º 167, de 30 de agosto de 2013 - Abertura de novo procedimento de classificação do Solar das Arcas).

Para além do património arquitetónico classificado ou em vias de classificação, os estudos de caraterização e diagnóstico identificaram outros elementos patrimoniais que importa ter em consideração, devendo, por isso, ser preservados. "*Alguns destes imóveis assinalados possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, encontrando-se exemplos de Arquitetura Religiosa, Arquitetura Civil (Pública e Privada) e Estruturas de Apoio*".

No que respeita às Igrejas e Capelas do concelho, estas estão presentes em todas as freguesias, pelo que se verifica uma grande dispersão deste tipo de imóveis por todo o território concelhio. Os imóveis de arquitetura religiosa identificados no concelho de Macedo de Cavaleiros são os seguintes:

- ✓ *Capela de São Roque do Brinço;*
- ✓ *Capela de Sampaio em Bagueixe;*
- ✓ *Igreja de Santa Marta, Matriz de Bornes;*
- ✓ *Capela de Santo Antão;*
- ✓ *Igreja Paroquial da Burga/Igreja de Nossa Senhora da Conceição;*
- ✓ *Igreja Paroquial de Castelãos/Igreja de Nossa Senhora da Assunção;*
- ✓ *Igreja Paroquial de Chacim;*
- ✓ *Alminhas junto da Ponte de Cernadela;*
- ✓ *Igreja de Edroso;*
- ✓ *Igreja de Grijó/Igreja de Santa Maria Madalena;*
- ✓ *Capela de São João em Lamalonga;*
- ✓ *Igreja de Lamas/Igreja de Nossa Senhora da Assunção;*

- ✓ *Igreja Paroquial de Macedo de Cavaleiros/Igreja de São Pedro;*
- ✓ *Igreja Senhora do Monte;*
- ✓ *Igreja de Malta/Igreja do Divino Salvador;*
- ✓ *Igreja de Limãos;*
- ✓ *Igreja de São João de Sezulfe;*
- ✓ *Igreja de Vale Benfeito/Igreja de Santa Maria;*
- ✓ *Igreja Paroquial de Vale de Prados/Igreja de São Jerónimo;*
- ✓ *Ermida do Divino Espírito Santo;*
- ✓ *Igreja Paroquial de Vilar do Monte/Igreja de São Martinho;*
- ✓ *Igreja Paroquial de São Vicente de Vinhas.*

No que respeita à Arquitetura Civil Privada esta encontra-se representada por diversos imóveis de cariz habitacional os quais comprovam a importância de alguns aglomerados no concelho no passado. Exemplo disso são os vários Solares e Casa Solarengas, com interesse arquitetónico, existentes no concelho.

Os Solares são *"edifícios de dois pisos, rebocados, deixando apenas os cunhais, cornija e molduras em cantaria. O acesso à habitação é quase sempre feito através de escadas exteriores, o que revela uma influência da arquitectura vernácula. A ornamentação concentra-se na porta de entrada e nas molduras das janelas."* Já as Casas Solarengas apresentam *"dimensões e características mais modestas, apresentando, normalmente, apenas a fachada principal trabalhada, usualmente com janelas de sacada ou guilhotina deixando as cantarias em granito ou xisto".*

Cumpre ainda destacar os vários exemplares de habitações de arquitetura tradicional (Casas tradicionais de pedra) existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cumpre no entanto alertar que muitas destas habitações estão *"um pouco alteradas devido a intervenções pouco cuidadas, muitas vezes com utilização de materiais dissonantes".*

De seguida enumeram-se os exemplares de arquitetura civil privadas inventariados no concelho de Macedo de Cavaleiros:

- ✓ Casa Malheiro de Pinhovelo;
- ✓ Solar do Visconde da Paradinha;
- ✓ Casa Brasonada em Cortiços;
- ✓ Edifício em Lamalonga (Casa S. João);
- ✓ Solar da Família Alpoim em Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Solar Morgado de Oliveira em Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Casa Brasonada em Morais;
- ✓ Casa Brasonada em Vale Benfeito;
- ✓ Casa Brasonada em Vilarinho de Agrochão.

Relativamente à Arquitetura Civil Pública cumpre destacar a Escola da Praça das Eiras, a antiga Cadeia e o edifício dos C.T.T., localizados na cidade de Macedo de Cavaleiros. Pela sua antiguidade merecem ainda destaque as pontes abaixo enumeradas:

- ✓ Ponte do Bairrinho;
- ✓ Ponte de Cernadela;
- ✓ Antiga Cadeia de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Edifício dos C.T.T. de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Escola da Praça das Eiras;
- ✓ Ponte de Paradinha;
- ✓ Ponte de Banrezes;
- ✓ Ponte de Vale da Porca.

No que concerne às Estruturas de Apoio salientam-se, pela sua antiguidade e tipologia, algumas fontes, uma vez que são as que melhor ilustram os antigos sistemas de abastecimento de água do concelho.

Relativamente a Arquitetura Pública Popular (assim designada dado que os imóveis em causa se destinam a uso comunitário e utilitário) identificaram-se os seguintes imóveis:

- ✓ Forno da Urreta;
- ✓ Fontanário da Pedreira;
- ✓ Fonte da Praça das Eiras;
- ✓ Fonte de Prado de Cavaleiros.

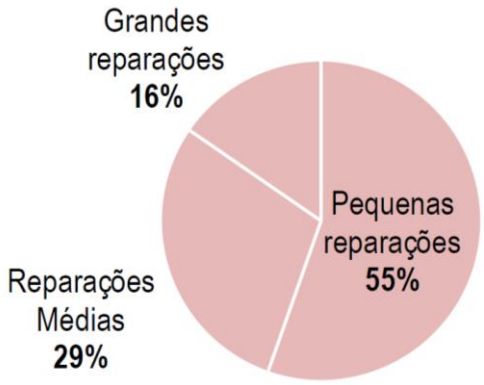
Por último importa destacar alguns Conjuntos Urbanos "pela sua unidade, integração na paisagem ou pelo seu valor histórico. Relativamente a estes importa proteger e intervir no sentido de requalificar o conjunto, promovendo a revitalização dos espaços a par da revitalização social.

São, então, detentores de bons exemplos de arquitetura tradicional, popular e/ou erudita, assim como pela conservação da coerência original, no seu traçado e edificado.

Assinala-se a delimitação de conjuntos com interesse nos núcleos antigos da cidade de Macedo de Cavaleiros (abrangendo o núcleo histórico) e dos aglomerados de Bornes, Chacim, Grijó, Pinhovelo, Podence, Santa Combinha e Vale de Prados.

No que respeita ao estado de conservação do património edificado do concelho de Macedo de Cavaleiros, de acordo com o relatório de análise e diagnóstico, os dados do INE de 2001, apontam para cerca de 3% dos edifícios se encontrarem em estado muito degradado, em oposição aos mais de metade dos edifícios que se encontravam em bom estado de conservação e que, por isso, não necessitavam de qualquer tipo de reparação exterior. Não obstante verifica-se ainda uma percentagem significativa de edifícios com necessidade de intervenções de reparação (correspondendo a 46%, dos quais cerca de 16% necessitavam de grandes reparações).

FIGURA 4: PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS QUE NECESSITAM DE DIFERENTES GRAUS DE INTERVENÇÃO DE REPARAÇÃO.



Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC (Estudos de Caracterização, Volume I), 2011

Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos. A Câmara Municipal tem desempenhado um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu concelho, com a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa e, portanto, com impacte negativo.

Como referido anteriormente, além do património classificado, importa ainda ter em consideração um vasto conjunto de imóveis que, não estando atualmente classificados ou em vias de classificação, constituem edifícios e outros testemunhos da história da cidade identificados como valores de referência e que devem ser salvaguardados no que se refere a eventuais intervenções no espaço urbano, nomeadamente na zona histórica do município.

Estes valores patrimoniais fazem parte de um inventário elaborado pela CMMC, identificando um total de 48 elementos, onde se incluem conjuntos edificados, edifícios isolados (de arquitetura civil pública ou privada, religiosa e estruturas de apoio).

Assim, tendo como base os dados do INE de 2011 que apontam para um total de 9847 edifícios no concelho, os imóveis de interesse municipal correspondem a cerca de 0,5% do concelho.

De acordo com os dados fornecidos pela CMMC, entre 2009 e 2013, foram ainda realizadas cerca de 9 intervenções no espaço público envolvente a imóveis de valor patrimonial (vide Quadro abaixo).

Quadro 19: Lista de intervenções no espaço público na envolvente ao imóvel de valor patrimonial do concelho de Macedo de Cavaleiros

Ano	Processo	Designação da Obra	Un.
2009	05	Requalificação do Jardim 1º de Maio	3
2009	22	Parque de Estacionamento Descoberto e Acessos ao Pólo Escolar	3
2009	31	Centro Escolar – Arranjos Exteriores	3
2009	44	Requalificação Urbanística da Zona Envolvente ao Complexo Desportivo	3
2011	05	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares do Concelho – Arruamento Envolvente à Igreja de Pinhovelo	3
2011	09	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares do Concelho – Movimento de Terras na Z. Industrial e Z. Envolvente ao Pólo Escolar	3
2011	13	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares do Concelho – Arruamento Envolvente à Igreja de Talhas	3
2011	16	Requalificação Urbanística da Envolvente ao Complexo Desportivo	3
2013	16	Fraga da Pegada – Estrutura de Apoio à Visitação	3

O concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta um património cultural com uma relevância assinalável, extravasando o conjunto de imóveis classificados, face à presença de diversos edifícios, não só de arquitetura erudita, como de natureza mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

O crescente abandono das aldeias e o estado de degradação do património arquitetónico revelam a necessidade de se proceder a obras de recuperação. Entre os anos de 2009 e 2013 verificou-se a realização de obras de recuperação de imóveis e espaços públicos na envolvente de imóveis de valor patrimonial.

Como referido anteriormente está em elaboração uma Carta Municipal de Património, a qual incluirá, para além de um exaustivo levantamento dos valores culturais em presença no concelho e das suas principais características, a identificação de situações de risco e respetivas causas.

Nesse sentido perspetiva-se uma continuidade nas ações que têm sido levadas a cabo, o que induzirá a um aumento continuado do conhecimento do património cultural nas suas várias vertentes, contribuindo assim de forma decisiva para a apresentação de soluções e meios de prevenção e de combate à sua degradação, o que a longo prazo, se traduzirá certamente numa mais-valia para o concelho.

5.2.2 Oportunidades e riscos

O Quadro 20 corresponde à matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objetivos estratégicos/Linhas Estratégicas da 1.ª revisão do PDMMC para o ***FCD#2*** *Património Cultural*, ao que se segue a respetiva justificação analítica.

Quadro 20: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#2 Património Cultural

Critérios de Avaliação / Objetivos/Linhas Estratégicas	Património Imaterial	Património Arqueológico	Património Arquitetónico
Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural	++	++	++
Reforço da capacidade de acolhimento empresarial	0	0	+/-
Melhoria das condições de vida da população residente	0	+/-	++

Legenda: (+; ++) Oportunidades (-; --) Riscos
(+/-) Relação neutra ou incerta (0) Sem relação

De acordo com a Proposta de Plano, o concelho de Macedo de Cavaleiros "possui uma variedade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, arquitetónicos e paisagísticos que merecem ser preservados pela sua riqueza mas que para além disso, podem e devem ser valorizados economicamente como fontes de criação de rendimentos, especialmente através das atividades turísticas. Importa assim identificar as prioridades a operacionalizar neste domínio. São essenciais a promoção e ampliação da capacidade de alojamento do município…".

Na vertente do património arquitetónico e arqueológico é de referir, a (importante) assinatura do Protocolo de Colaboração para a realização do Inventário do Património Artístico, entre a diocese Bragança-Miranda, a Câmara Municipal, a Faculdade de Letras de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa, a Associação Terras Quentes e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, com o objetivo de cooperarem para a inventariação e estudo, do património religioso, edificado e móvel, existente no Distrito de Bragança, bem como em ações sobre a sua conservação e restauro. Neste momento encontra-se em elaboração a Carta do Património.

Este Protocolo constitui uma oportunidade de excelência que poderá contribuir assim de forma decisiva para a identificação de situações de risco e respetivas causas no que respeita ao património cultural existente no concelho e consequentemente à apresentação de soluções e meios de prevenção e de combate à sua degradação, o que a longo prazo, se traduzirá certamente numa mais-valia para o concelho.

Refere-se ainda que a Proposta de Plano apresenta um conjunto de estratégias potenciadoras da salvaguarda e valorização patrimonial.

No que concerne ao património edificado existem cinco imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público e ainda, cinco imóveis em vias de classificação. Para estes imóveis aplicam-se as disposições de salvaguarda e proteção estabelecidas no respetivo quadro legal.

Por outro lado outra das Linhas Estratégicas fundamentais consiste na melhoria da qualidade de vida das populações do concelho, sendo a regeneração urbana essencial para atingir esse objetivo.

Com efeito o património arquitetónico do concelho apresenta alguns sinais de degradação física o qual se deve ao despovoamento das aldeias típicas bem como à descapitalização dos proprietários públicos e privados.

A preservação, recuperação e proteção do património cultural de Macedo de Cavaleiros constitui uma das linhas estratégicas fundamentais que orientou a definição do modelo de ordenamento preconizado para a revisão do PDM, sendo um importante fator de qualificação do quadro de vida urbano oferecido à população residente e visitante do concelho. Um dos aspetos consiste em:

- ✓ "Recuperar e classificar o património do concelho e integrá-lo em circuitos turísticos divulgados aos visitantes."

Relativamente ao aspeto supramencionado este está já parcialmente executado nomeadamente através do projeto das Terras Quentes e do Museu de Arte Sacra.

A componente patrimonial, no contexto de Macedo de Cavaleiros, é indissociável da atividade turística, recomendando-se por isso uma abordagem integrada a ambas as temáticas, por exemplo ao nível da elaboração de roteiros e percursos de visitação, orientados para uma oferta turística diversificada e inovadora, dirigidos para segmentos menos convencionais e massificados.

Neste domínio, e em reforço do já enunciado anteriormente, deverá privilegiar-se a requalificação urbana dos aglomerados com maior significância patrimonial, reorientando, conforme enfatiza o PROT-N, investimentos para a reabilitação e revitalização do edificado e a valorização dos espaços públicos, em detrimento da criação de novas áreas urbanas desenraizadas do tecido existente e excêntricas no acesso às funções centrais (equipamentos, comércio e serviços).

A recuperação do ponto de vista físico deve, assim, ser acompanhada por um conjunto de ações de revitalização cultural, social e funcional, de forma a integrar os valores culturais na vivência urbana e nas experiências, não apenas dos visitantes, mas também dos residentes.

O património construído deve ser objeto de especial cuidado através de ações de recuperação/renovação e arranjos exteriores. Deverá também ser incentivada a sua preservação com a preocupação de que as novas construções, que sejam efetuadas na sua proximidade, promovam conjuntos harmoniosos, sem, que com isto se promova a obrigatoriedade de recurso a tecnologias e linguagens tradicionais.

No concernente ao património arqueológico macedence este apresenta um vasto espólio a valorizar, podendo servir como um elemento potenciador do desenvolvimento da atividade turística no concelho, na vertente cultural. Contudo, não obstante o seu valor, foi identificado que a maioria dos sítios não apresenta condições que permitam a sua visitação. Este facto denota um subaproveitamento do notável recurso concelhio que é o património arqueológico. Nesse sentido a autarquia deverá apostar, a par da elaboração da referida Carta de Património Arqueológico, na promoção da sua divulgação, com a definição de um roteiro onde constem os sítios com maior relevância, dotando-os de condições mínimas de visitação.

O património cultural imaterial do concelho é rico e já existem algumas iniciativas de promoção do mesmo, podendo também ser um potenciador da atividade turística do concelho. Nesse

sentido deverá ser tratado no âmbito da elaboração de uma Carta do Património, por forma a garantir um tratamento adequado do património em causa.

Para além dos elementos patrimoniais que se encontram já classificados ou que possuem procedimento de classificação em tramitação, a Proposta de Plano identificou m conjunto de imóveis e estruturas isolados, bem como alguns conjuntos com interesse associados a aglomerados habitacionais que se considera possuírem valor patrimonial e com relevância na identidade local, devendo, por isso, ser preservados. Assim admite-se que estes poderão constituir uma aposta na dinamização de múltiplas atividades, nomeadamente a cultura e o turismo.

Neste sentido, na estruturação da proposta de ordenamento teve-se em conta a necessidade de considerar os conjuntos identificados, promovendo a sua salvaguarda e valorização, e conferindo-lhes um papel de alavancagem da atratividade concelhia e da melhoria da qualidade de vida da população, o que vai ao encontro das linhas estratégicas da revisão do PDM.

Um dos problemas consiste, tal como referido atrás, no estado de degradação de vários edifícios o que se deve em grande medida ao despovoamento que se tem verificado no concelho de forma continuada, tornando-se por isso urgente desenvolver mecanismos que assegurem um aumento generalizado das condições de vida da população residente.

Para proteção dos valores culturais existentes no concelho a proposta de plano apresenta algumas medidas que deverão ser adotadas pela Câmara Municipal, nomeadamente: a reabilitação dos espaços urbanos e dos edifícios sempre que justificável, apoio aos proprietários na reabilitação dos seus imóveis (técnica e financeiramente, sempre que necessário e que os meios disponíveis o permitam), emissão de pareceres e acompanhamento aos proprietários durante os licenciamentos, as obras e a utilização dos edifícios e espaços a recuperar e elaboração de orientações municipais para as novas construções e para as recuperações de edifícios.

Globalmente, no que respeita à componente patrimonial, considera-se que as iniciativas/intervenções que têm sido levadas a cabo ao longo dos últimos anos contribuíram para a reabilitação e proteção do património, com inquestionáveis benefícios ao nível local.

5.2.3 Diretrizes para seguimento

Apresentam-se no Quadro 21 as diretrizes de seguimento para *FCD#2 Património Cultural*.

Quadro 21 - Diretrizes para seguimento do FCD#2 Património Cultural

Diretrizes para Planeamento e Gestão	
- Efetuar um levantamento das situações de degradação do património existentes no território municipal (em particular das decorrentes de situações de abandono) e definir medidas adequadas para a sua recuperação e potenciação turística; - Realizar ações de sensibilização no sentido de evitar demolições bem como requalificações de qualidade duvidosa e com aspeto dissonante do original; - Criar adequados mecanismos de fiscalização do cumprimento das regras que asseguram a salvaguarda do valor histórico-cultural dos imóveis inventariados e o seu enquadramento urbanístico e paisagístico; - Proceder ao controlo prévio das operações urbanísticas a desenvolver nos solares e casas solarengas e imóveis de interesse municipal através da avaliação detalhada do projeto em causa e da definição de regras e condicionamentos específicos à ocupação e transformação de cada edifício; - Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos de qualificação urbanística das áreas localizadas nos núcleos históricos e junto a espaços naturais que permitam desenvolver projetos que consociem as duas componentes; - Requalificação da oferta turística através de projetos e ações concertadas de valorização natural e patrimonial; - Promover a divulgação dos valores culturais do concelho.	
Diretrizes para Monitorização	
- Atualizar sempre que justificável a Carta Municipal do Património; - Monitorizar as áreas degradadas sujeitas a recuperação.	
Diretrizes de Governança	
Entidades	**Responsabilidades**
CMMC	- Concretizar as diretrizes de gestão e planeamento definidas com vista à salvaguarda e à divulgação dos valores culturais do concelho; - Fomentar e apoiar as atividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais.
População em geral	- Participar nos processos de consulta pública desenvolvidos no âmbito de projetos de salvaguarda do património cultural do concelho; - Colaborar nos processos de preservação do património cultural do concelho.

5.3 FCD#3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E COESÃO SOCIAL

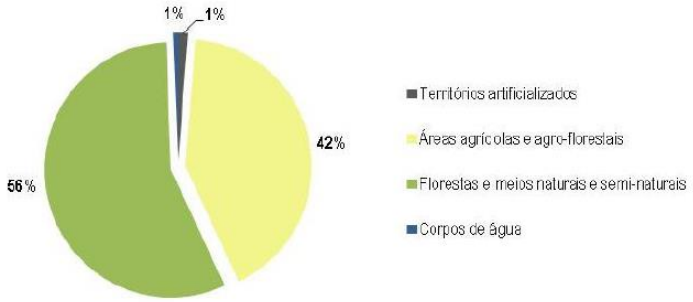
5.3.1 Análise tendencial

5.3.1.1 Uso do solo

Num território de elevada vulnerabilidade, a análise do uso do solo e das suas características biofísicas são fatores fundamentais para uma correta compreensão do território e para o planeamento de futuros usos.

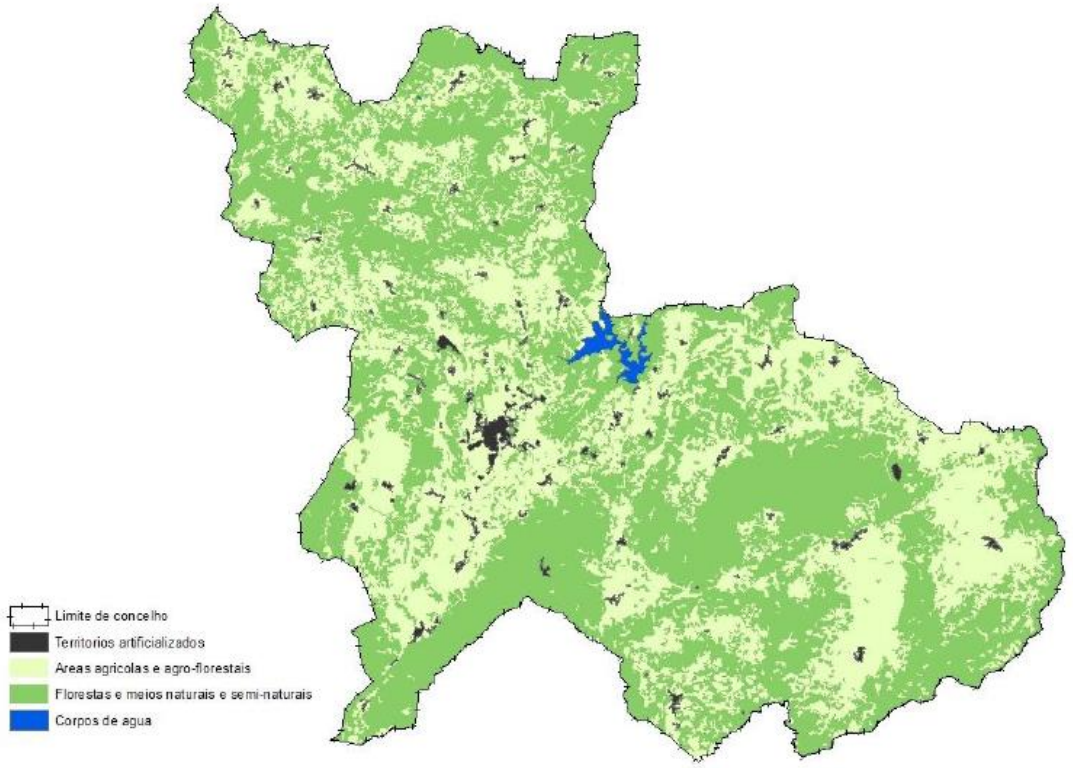
Ao analisar a figura e o gráfico, conclui-se que: as "Florestas e meios naturais e seminaturais" apresentam a área mais significativa, 56%, por sua vez, as "Áreas agrícolas e agroflorestais" apresentam uma área inferior com cerca de 42%; as áreas dos "Corpos de água" (albufeira do Azibo) e dos Territórios artificializados" (cidade de Macedo de Cavaleiros e o conjunto das aldeias do concelho) não ultrapassam os 2%, ostentando um caráter residual no total do concelho.

FIGURA 5: OCUPAÇÃO DO SOLO: ÁREAS PREDOMINANTES COS2007 - QUANTIFICAÇÃO



Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC (Estudos de Caracterização, Volume I), 2011

FIGURA 6: OCUPAÇÃO DO SOLO: ÁREAS PREDOMINANTES COS2007 - CARTOGRAFIA



Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC (Estudos de Caracterização, Volume I), 2011

No que concerne à Reserva Agrícola Nacional (RAN), as propostas de integração e exclusão resultam na figura seguidamente apresentada:

FIGURA 7: RESUMO DAS PROPOSTAS DE EXCLUSÃO DA RAN

RESUMO DA TABELA - PROPOSTAS DE EXCLUSÕES DA RAN		Área (m2)	Ha
INTEGRAÇÕES NA RAN		**263172,397**	**26,317**
Ajustamento Cartográfico (Aji)	*Espaços Agrícolas - RAN*	*263172,397*	*26,317*
EXCLUSÕES DA RAN		**621704,001**	**62,170**
Acerto Urbano (Ua)	*Perímetro Urbano*	*1332,489*	*0,133249*
Colmatação (Uc)	*Perímetro Urbano*	*53842,203*	*5,38422*
Expansão Urbana (Ue)	*Perímetro Urbano*	*228544,054*	*22,85441*
Equipamentos (E)	*Perímetro Urbano*	*322414,417*	*32,24144*
Espaços Verdes (Ev)	*Perímetro Urbano*	*3639,549*	*0,363955*
Espaços de Uso Especial (Eus)	*Perímetro Urbano*	*11869,125*	*1,186913*
RAN BRUTA FINAL		**86842263,469**	**8684,226**

RAN BRUTA FINAL (Após Propostas de Exclusões da RAN)	**87105435,866**	**8710,544**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC – Reserva Agrícola Nacional, Anexo IV - Propostas de Exclusão da RAN, 2014

Considerando que a área total da RAN atualmente em vigor é de 6484,754 ha (correspondendo a 9,28% da área total do concelho), a RAN bruta final (proposta) aumenta substancialmente, em 2225,79 ha.

Refira-se que a elaboração da Carta de Propostas de Exclusões da RAN resultou da confrontação com as propostas de perímetros urbanos, já estabilizadas e devidamente ajustadas, servindo o propósito de atualização dos limites desses perímetros (incluindo principalmente – mais de 50 ha - a reclassificação em solo urbano para equipamentos e para as necessidades de expansão urbana). Já as integrações na RAN, por motivo de ajustamento cartográfico, passam a integrar cerca de 26 ha de uso atual classificado como Espaços Agrícolas.

O concelho de Macedo de Cavaleiros inclui os perímetros florestais de Monte Morais, da Serra da Nogueira e da Serra de Bornes. Estas áreas de Perímetro Florestal estão sujeitas a um Plano de Gestão Florestal (PGF) no âmbito do PROF-NE, tendo este definido as seguintes funções:

Quadro 22 : Articulação das funções dos Perímetros Florestais, com a Proposta do PDM

Perímetro Florestal	1.ª Função	2.ª Função	3.ª Função	Articulação com as propostas do PDM
Monte Morais	Proteção	Conservação	Produção	Predominam os Espaços florestais de conservação, atendendo à presença do Sítio Morais da RN 2000
Serra da Nogueira	Conservação	Silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Produção	Predominam os espaços agro-silvo-pastoris e consequentemente a categoria dominante é a dos Espaços de uso múltiplo florestal e agrícola
Serra de Bornes	Produção	Proteção	Recreio e enquadramento paisagístico	Na área do PF na Serra de Bornes predominam os Espaços de uso múltiplo florestal e agrícola que pressupõe também objetivos de produção, tal como é definido para a 1.ª função

Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC, Proposta de Plano, 2011

De acordo com o PROF–NE, os perímetros florestais sujeitos a Planos de Gestão Florestal possuem as seguintes características:

Quadro 23: Características dos Perímetros Florestais sujeitos a Planos de Gestão Florestal

Designação	Área Total (ha)	Espaços Florestais Arborizados		Prioridade
		Ha	%	
PF de Monte Morais	2.113	941	46	1 – Alta (Floresta modelo; matas históricas e matas elementos únicos na sub-região)
PF da Serra da Nogueira	4.035	2.934	73	1 – Alta (Floresta modelo; matas históricas e matas elementos únicos na sub-região)
PF da Serra de Bornes	861	666	77	1 – Alta (Floresta modelo; matas históricas e matas elementos únicos na sub-região)

Fonte: FROF-NE, 2006

Como referido anteriormente, no concelho de Macedo de Cavaleiros estão inseridos os sítios da Rede Natura 2000 que correspondem a cerca de 25% da área do concelho: **PTCON0002 – Montesinho-Nogueira**; **PTCON00021 – Rios Sabor e Maçãs**, o **PTCON00023 – Morais**, **PTCON0043 – Romeu**, **ZPE Rios Sabor e Maçãs** e **ZPE Montesinho/Nogueira**.

Existe ainda no município a área protegida relativa à **Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo** (PPAA).

Outros valores naturais presentes no território, que de alguma forma detêm importância ecológica ou paisagística são:

- ✓ A Reserva Ecológica Nacional (REN);
- ✓ A Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- ✓ O Domínio Público Hídrico (DPH).

Em termos de tendências de evolução do uso do solo, importa referir que existem diferenças significativas entre os usos dominantes previstos no PDM em vigor e os atuais usos do solo no concelho, quer ao nível de discrepâncias entre a denominação das categorias de espaço do PDM em vigor (solo rural e urbano) e as categorias propostas na revisão, quer no que concerne ao regime de edificabilidade. É, no entanto, de assinalar que a delimitação do solo urbano constante no atual PDM, nem sempre está adequada às características físicas e da ocupação do solo, sendo que nesta 1ª revisão do PDM se procurou delimitar os espaços de forma mais rigorosa, suportada por cartografia atualizada, visitas aos aglomerados e avaliação dos compromissos resultantes de loteamentos e outras operações urbanísticas válidas – estes últimos foram assumidos como espaços urbanizados, independentemente de estarem ou não concretizados.

Em termos globais, verifica-se que a área de solo urbano proposta pela revisão do PDM regista um aumento com algum significado relativamente ao anterior PDM, correspondendo a um acréscimo de cerca de 226 ha (13,5%), destacando-se, contudo, que uma percentagem muito significativa deste acréscimo decorre essencialmente de um maior rigor na delimitação dos espaços, da integração de algumas edificações já existentes e que não tinham sido integradas em perímetro urbano e da criação de pequenas áreas de expansão noutros aglomerados além da sede de concelho.

No que se refere à quantificação do solo rural, os Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal são os que apresentam maior expressão, ocupando cerca de 47% do território concelhio, reflexo da extensa atividade agro-silvo-pastoril ainda patente no concelho e decorrente da importância dos produtos tradicionais de qualidade no concelho. Os Espaços florestais, no seu conjunto, são também representativos, ocupando os de conservação cerca de 18% e os de proteção cerca de 13%, revelando a importância ecológica da floresta macedense.

Na ausência do Plano em análise, também não são de esperar alterações significativas no que concerne à delimitação da RAN em vigor, ressalvando-se somente a desafetação pontual em caso de necessidade de compatibilização com eventuais projetos considerados de interesse público. Assim, tendo-se observado o cumprimento de todos os trâmites legalmente aplicáveis, bem como uma delimitação das áreas de RAN mais consentânea com o modelo de ordenamento preconizado (aumento da área que integra esta restrição de utilidade pública, estabelecendo um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, a qual desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura), não se identificam quaisquer efeitos negativos decorrentes da exclusão/integração das zonas de RAN no município.

5.3.1.2 Coesão Territorial

A elaboração do PROT-N, em termos de enquadramento estratégico à escala regional, partiu da validação do documento "Norte 2015 - Competitividade e Desenvolvimento: Uma Visão Estratégica" que estabelece como cenário desejável o "Norte em Rede", uma visão policêntrica de desenvolvimento sustentável consubstanciada no seguinte desígnio: "A Região do Norte será capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial".

Partindo desta ambição, e atendendo à natureza do PROT-N, assumiu-se como objetivo mobilizador central a "*Promoção e reforço da coesão territorial" não apenas como complemento optimizador da competitividade de territórios, mas como uma condição incontornável desta. Assim, da reflexão desenvolvida no âmbito deste instrumento é definida uma visão para o ordenamento territorial da Região do Norte, que se traduz por: "Promover a estruturação territorial da Região Norte configurada num sistema urbano policêntrico que projete, a nível nacional e internacional, a aglomeração metropolitana do Porto e o sistema principal de infraestruturas de suporte e, simultaneamente, potencie uma rede de cidades e de outros centros urbanos estruturantes, em combinações de geometria variável e com vocações que melhor respondam aos objetivos de competitividade, coesão e equidade territorial, tendo como bússola a qualificação dos valores ambientais, naturais e culturais e as matrizes de*

ocupação do território e de gestão dos recursos produtivos compatíveis com a evolução regional, rumo a um território mais ordenado, dinâmico e sustentável".

A visão proposta pelo PROT-N assenta em duas perspetivas fundamentais, uma ligada ao papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e outra, na exigência da sustentabilidade na utilização do território. A sua concretização apoia-se em 4 eixos estratégicos nomeadamente:

- ✓ Consolidação e qualificação do sistema urbano - este eixo está relacionado com os pontos nodais da estrutura de apropriação do território a 2 níveis, um relacionado com o estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, e outro com a valorização e promoção como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação (plataformas logísticas, polos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial …);
- ✓ Conformação e execução das redes e sistemas fundamentais de conectividade - este eixo reforça a necessidade da execução das grandes infraestruturas e interfaces de transporte, da rede rodoviária estruturante, das redes ferroviárias de alta velocidade e convencional, das redes telemáticas, e dos sistemas de transportes e de comunicações como elementos fundamentais de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial;
- ✓ Conservação e valorização do suporte territorial - este eixo prende-se com a necessidade de valorizar e conservar a matriz territorial através de políticas que atuem ao nível de:
  - Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais;
  - Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos, e atenuação/eliminação dos passivos ambientais;
- ✓ Gestão sustentada dos recursos produtivos – a região Norte deve promover:
  - Aproveitamento do potencial hídrico numa ótica de sustentabilidade do recurso;
  - Sustentabilidade energética, na vertente quer do aumento da eficácia dos consumos, como no reforço da componente da produção a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, geotérmica, biomassa);
  - Adequação das múltiplas explorações do litoral tendo em conta a capacidade de carga do sistema;
  - Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;
  - Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de "nichos de qualidade";
  - Exploração sustentada dos recursos florestais e espaços associados, e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores;
  - Exploração da fileira do turismo.

A espacialização destes 4 eixos estratégicos deu origem ao modelo territorial para a região, alicerçado num conjunto de princípios orientadores do equilíbrio regional, dos quais o concelho de Macedo de Cavaleiros deve ser subsidiário mas também tributário. Estes princípios orientadores expressam:

- ✓ "*Promoção do policentrismo assente nas vocações específicas e na intensificação dos relacionamentos entre centros urbanos, independentemente dos seus níveis funcionais, tendo em vista a promoção de complementaridades e sinergias entre estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade supramunicipal e regional.*
- ✓ *Promoção da organização dos centros urbanos em redes de geometria variável, privilegiando tanto relacionamentos de proximidade/contiguidade como associações diversas para fins específicos.*
- ✓ *Afirmação do papel das cidades e dos territórios no contexto da cooperação da Região do Norte com as regiões vizinhas.*
- ✓ *Reforço das sinergias urbano–rurais, no contexto das mutações dos padrões culturais e dos quadros de vida desses espaços.*
- ✓ *Garantia de equidade territorial na provisão de equipamentos coletivos e no acesso de todos os cidadãos aos serviços de interesse geral, tanto os básicos como os mais diferenciados.*
- ✓ *Intensificação da competitividade e da especialização no quadro de contextos territoriais alargados, aumentando a visibilidade da Região e reforçando a sua internacionalização*".

Será à luz destas orientações estratégicas mas também das vocações territoriais específicas do concelho de Macedo de Cavaleiros que foram definidos os vetores de desenvolvimento preconizados na revisão do PDMMC, que se encontram subjacentes ao modelo de ordenamento territorial proposto.

Em Macedo de Cavaleiros a Agenda 21 Local (A21L) é consubstanciada através do projeto Nordeste 21, pioneiro e inovador na Região Norte por ser a primeira A21L com carácter regional, integrando também os municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vimioso e Vila Flor.

O projeto Nordeste 21 obedece a 3 fases na sua elaboração: Fase 1 – Sensibilização e criação do fórum; Fase 2 – Diagnóstico e preparação do Plano de Ação e Fase 3 – Implementação e monitorização.

Este encontra-se na fase 2, tendo até ao momento sido desenvolvidas as etapas de inquéritos à população e fóruns participativos, a partir dos quais foi possível definir um conjunto de eixos estratégicos que deverão balizar o diagnóstico sintético e o plano de sustentabilidade a realizar. Assim os eixos estratégicos resultantes das duas primeiras reuniões dos fóruns participativos e dos inquéritos direcionaram-se para as seguintes temáticas:

1. Acrescentar valor aos produtos locais;

2. Agricultura e Floresta;

3. Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais da Região

4. Economia, Emprego, Formação e Qualificação;

5. Empreendedorismo;

6. Energia;

7. Gestão de Águas e Resíduos;

8. Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias;

9. Turismo Sustentável;

10. Acessibilidades e Mobilidade.

Relativamente às deslocações internas no município (movimentos pendulares - deslocações diárias da população entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo) - em 2011 -, verificava-se que a mobilidade no concelho e respetivas freguesias registava um padrão de mobilidade pendular (casa – trabalho/estudo) intra-concelhia, onde a maioria da população estudava ou trabalhava no concelho de residência (quer seja na própria freguesia onde reside ou noutra freguesia do concelho) (Quadro 24).

Com valores que rondam, ou acima dos 35%,destaca-se a população das freguesias de Burga (35%), Espadanedo (42,62%), Talhinhas (43,59%) e Lamalonga (44,52%), que trabalhava ou estudava noutro concelho que não o de Macedo de Cavaleiros.

Nas migrações pendulares, em praticamente todas as unidades de análise predomina o recurso ao automóvel particular (como condutor ou como passageiro), com o valor máximo de 72,73% a ocorrer nas freguesias de Lamas e Santa Combinha, e os valores mínimos a pertencer a Vilarinho de Agrochão (25,58%), Lombo (26,36%) e Murçós (26,67%).

As deslocações a pé assumem também alguma relevância, particularmente nas freguesias de Lagoa, Lombo, Talhinhas, Vilarinho de Agrochão e Vinhas, com quantitativos entre os 40 e os 54%, e Soutelo Mourisco, com 70%.

O transporte coletivo da empresa ou escola são preponderantes nas deslocações da população das freguesias de Espadanedo (54,55%), Ferreira (42,86%) e Vilarinho do Monte (41,67%). Com mais de 30% dos percursos, aparece ainda a utilização do autocarro nas freguesias de Corujas (30,61%), Edroso (30,77%) e Murçós (46,67%).

Com parca expressão aparecem o motociclo, a bicicleta, o metropolitano, e “outro meio” (Quadro 25).

Relativamente ao tempo despendido nas deslocações casa-trabalho, prevalecem as migrações que rondam os 15-25 minutos, podendo concluir-se que os locais de trabalho/estudo não são, em norma, muito distantes dos locais de residência (Quadro 26). Sobressaem as freguesias de Arcas, Edroso e Espadanedo, cujos valores se aproximam dos 30 minutos e, e a de Vilarinho do Monte, com menos de 8 minutos.

Quadro 24: População empregada ou estudante no concelho e freguesias, segundo o local de trabalho/estudo

Unidades Territoriais	População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo									
	Em casa		Na freguesia onde reside		Noutra freguesia do concelho onde reside		Noutro concelho que não aquele onde reside		No Estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Concelho de Macedo de Cavaleiros	395	4,96	4085	51,33	1863	23,41	1429	17,96	186	2,34
FR: Ala	4	2,33	59	34,30	72	41,86	35	20,35	2	1,16
FR: Amendoeira	13	5,60	46	19,83	133	57,33	32	13,79	8	3,45
FR: Arcas	20	22,22	8	8,89	33	36,67	27	30,00	2	2,22
FR: Bagueixe	3	6,00	13	26,00	22	44,00	12	24,00	0	0,00
FR: Bornes	30	18,40	16	9,82	82	50,31	31	19,02	4	2,45
FR: Burga	0	0,00	4	20,00	9	45,00	7	35,00	0	0,00
FR: Carrapatas	5	5,43	20	21,74	46	50,00	17	18,48	4	4,35
FR: Castelãos	7	3,35	47	22,49	124	59,33	30	14,35	1	0,48
FR: Chacim	15	14,42	43	41,35	35	33,65	9	8,65	2	1,92
FR: Cortiços	3	3,06	41	41,84	39	39,80	14	14,29	1	1,02
FR: Corujas	13	18,06	5	6,94	44	61,11	8	11,11	2	2,78
FR: Edroso	11	28,95	4	10,53	12	31,58	11	28,95	0	0,00
FR: Espadanedo	3	4,92	15	24,59	16	26,23	26	42,62	1	1,64
FR: Ferreira	15	25,86	8	13,79	32	55,17	3	5,17	0	0,00

Unidades Territoriais	População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo									
	Em casa		Na freguesia onde reside		Noutra freguesia do concelho onde reside		Noutro concelho que não aquele onde reside		No Estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
FR: Grijó	8	4,65	33	19,19	112	65,12	17	9,88	2	1,16
FR: Lagoa	7	7,07	51	51,52	27	27,27	14	14,14	0	0,00
FR: Lamalonga	9	6,16	54	36,99	15	10,27	65	44,52	3	2,05
FR: Lamas	9	7,03	21	16,41	73	57,03	24	18,75	1	0,78
FR: Lombo	0	0,00	67	42,95	58	37,18	31	19,87	0	0,00
FR: Macedo de Cavaleiros	112	2,68	3092	74,11	230	5,51	700	16,78	38	0,91
FR: Morais	27	9,12	77	26,01	57	19,26	32	10,81	103	34,80
FR: Murçós	1	3,85	7	26,92	10	38,46	7	26,92	1	3,85
FR: Olmos	4	4,94	17	20,99	45	55,56	14	17,28	1	1,23
FR: Peredo	1	0,90	32	28,83	56	50,45	20	18,02	2	1,80
FR: Podence	8	9,76	14	17,07	40	48,78	19	23,17	1	1,22
FR: Salselas	2	1,54	26	20,00	71	54,62	31	23,85	0	0,00
FR: Santa Combinha	0	0,00	2	9,09	17	77,27	3	13,64	0	0,00
FR: Sesulfe	12	12,12	23	23,23	51	51,52	12	12,12	1	1,01
FR: Soutelo Mourisco	0	0,00	7	70,00	3	30,00	0	0,00	0	0,00
FR: Talhas	22	20,95	39	37,14	12	11,43	32	30,48	0	0,00
FR: Talhinhas	2	5,13	15	38,46	5	12,82	17	43,59	0	0,00

Unidades Territoriais	População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo									
	Em casa		Na freguesia onde reside		Noutra freguesia do concelho onde reside		Noutro concelho que não aquele onde reside		No Estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
FR: Vale Benfeito	2	2,94	10	14,71	43	63,24	13	19,12	0	0,00
FR: Vale da Porca	2	1,77	24	21,24	63	55,75	22	19,47	2	1,77
FR: Vale de Prados	8	3,65	63	28,77	117	53,42	30	13,70	1	0,46
FR: Vilar do Monte	0	0,00	7	14,89	35	74,47	4	8,51	1	2,13
FR: Vilarinho de Agrochão	14	13,86	46	45,54	8	7,92	33	32,67	0	0,00
FR: Vilarinho do Monte	0	0,00	4	30,77	1	7,69	8	61,54	0	0,00
FR: Vinhas	3	4,69	25	39,06	15	23,44	19	29,69	2	3,13

Fonte: INE, 2011

Quadro 25: População empregada ou estudante, no concelho e freguesias, segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de estudo ou trabalho

Unidades Territoriais	Meio de Transporte															
	Nenhum, vai a pé		Autocarro		Transporte coletivo da empresa ou escola		Automóvel ligeiro particular		Motociclo		Bicicleta		Metropolitano		Outro meio	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Concelho de Macedo de Cavaleiros	1808	26,48	592	8,67	353	5,17	3967	58,10	31	0,45	5	0,07	1	0,01	71	1,04
FR: Ala	19	11,95	3	1,89	41	25,79	80	50,31	3	1,89	0	0,00	0	0,00	13	8,18
FR: Amendoeira	12	5,97	28	13,93	12	5,97	144	71,64	3	1,49	0	0,00	0	0,00	2	1,00
FR: Arcas	0	0,00	11	19,30	6	10,53	40	70,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Bagueixe	8	18,18	3	6,82	3	6,82	25	56,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	11,36
FR: Bornes	5	4,55	29	26,36	1	0,91	73	66,36	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,82
FR: Burga	1	5,26	2	10,53	4	21,05	12	63,16	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Carrapatas	14	19,18	4	5,48	10	13,70	45	61,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Castelãos	13	6,99	50	26,88	12	6,45	111	59,68	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Chacim	31	36,47	9	10,59	2	2,35	43	50,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Cortiços	13	14,77	0	0,00	20	22,73	54	61,36	1	1,14	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Corujas	5	10,20	15	30,61	4	8,16	20	40,82	3	6,12	0	0,00	0	0,00	2	4,08
FR: Edroso	2	7,69	8	30,77	1	3,85	15	57,69	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Espadanedo	5	9,09	2	3,64	30	54,55	16	29,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	3,64

Unidades Territoriais	Meio de Transporte															
	Nenhum, vai a pé		Autocarro		Transporte coletivo da empresa ou escola		Automóvel ligeiro particular		Motociclo		Bicicleta		Metropolitano		Outro meio	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
FR: Ferreira	2	4,76	2	4,76	18	42,86	20	47,62	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Grijó	19	12,18	25	16,03	8	5,13	98	62,82	3	1,92	0	0,00	0	0,00	3	1,92
FR: Lagoa	46	53,49	6	6,98	12	13,95	20	23,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	2,33
FR: Lamalonga	35	26,72	32	24,43	7	5,34	56	42,75	0	0,00	1	0,76	0	0,00	0	0,00
FR: Lamas	6	5,45	18	16,36	6	5,45	80	72,73	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Lombo	57	44,19	33	25,58	3	2,33	34	26,36	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,55
FR: Macedo de Cavaleiros	1235	33,10	71	1,90	89	2,39	2302	61,70	8	0,21	4	0,11	1	0,03	21	0,56
FR: Morais	52	33,55	37	23,87	6	3,87	58	37,42	1	0,65	0	0,00	0	0,00	1	0,65
FR: Murçós	3	20,00	7	46,67	0	0,00	4	26,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	6,67
FR: Olmos	10	13,51	15	20,27	0	0,00	48	64,86	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,35
FR: Peredo	14	14,00	28	28,00	6	6,00	50	50,00	2	2,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Podence	6	8,82	13	19,12	5	7,35	43	63,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,47
FR: Salselas	33	27,73	23	19,33	1	0,84	62	52,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Santa Combinha	1	4,55	2	9,09	3	13,64	16	72,73	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Sesulfe	17	20,73	8	9,76	5	6,10	52	63,41	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Soutelo Mourisco	7	70,00	0	0,00	2	20,00	1	10,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Talhas	23	32,86	8	11,43	4	5,71	28	40,00	1	1,43	0	0,00	0	0,00	6	8,57

Unidades Territoriais	Meio de Transporte															
	Nenhum, vai a pé		Autocarro		Transporte coletivo da empresa ou escola		Automóvel ligeiro particular		Motociclo		Bicicleta		Metropolitano		Outro meio	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
FR: Talhinhas	15	40,54	4	10,81	6	16,22	12	32,43	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Vale Benfeito	5	8,47	13	22,03	2	3,39	39	66,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Vale da Porca	6	6,32	26	27,37	1	1,05	60	63,16	2	2,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Vale de Prados	19	9,64	29	14,72	7	3,55	138	70,05	3	1,52	0	0,00	0	0,00	1	0,51
FR: Vilar do Monte	6	13,33	10	22,22	3	6,67	26	57,78	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FR: Vilarinho de Agrochão	43	50,00	18	20,93	2	2,33	22	25,58	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,16
FR: Vilarinho do Monte	1	8,33	0	0,00	5	41,67	4	33,33	1	8,33	0	0,00	0	0,00	1	8,33
FR: Vinhas	19	42,22	0	0,00	6	13,33	16	35,56	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	8,89

Fonte: INE, 2011

Quadro 26: Duração média dos movimentos pendulares (min.) da população residente empregada ou estudante por Local de residência

Unidades Territoriais	Duração média dos movimentos pendulares (min.)
Concelho de Macedo de Cavaleiros	15,26
FR: Ala	24,10
FR: Amendoeira	15,06
FR: Arcas	27,39
FR: Bagueixe	22,07
FR: Bornes	17,74
FR: Burga	21,66
FR: Carrapatas	14,42
FR: Castelãos	12,92
FR: Chacim	14,52
FR: Cortiços	20,19
FR: Corujas	19,46
FR: Edroso	30,58
FR: Espadanedo	29,25
FR: Ferreira	20,38
FR: Grijó	14,38
FR: Lagoa	14,70
FR: Lamalonga	12,57
FR: Lamas	14,70
FR: Lombo	18,76
FR: Macedo de Cavaleiros	13,81
FR: Morais	24,06
FR: Murçós	21,87
FR: Olmos	21,09
FR: Peredo	22,44
FR: Podence	15,81
FR: Salselas	13,29
FR: Santa Combinha	17,36
FR: Sesulfe	11,81
FR: Soutelo Mourisco	12,15
FR: Talhas	22,69

Unidades Territoriais	Duração média dos movimentos pendulares (min.)
FR: Talhinhas	9,59
FR: Vale Benfeito	14,33
FR: Vale da Porca	11,41
FR: Vale de Prados	12,22
FR: Vilar do Monte	10,22
FR: Vilarinho de Agrochão	16,65
FR: Vilarinho do Monte	7,5
FR: Vinhas	17

Fonte: INE, 2011

Internamente verificam-se fortes assimetrias na ocupação do espaço concelhio, destacando-se, segundo os Censos 2011, claramente a freguesia de Macedo de Cavaleiros como a mais densamente povoada (412 hab/km^2), encontrando-se no extremo oposto a freguesia de Soutelo Mourisco (2 hab/km^2). Será de referir porém que a segunda freguesia com maior densidade populacional é Vale de Prados e só atinge os 49 hab/km^2, o que realça Macedo de Cavaleiros como o principal pólo demográfico existente.

A distribuição geográfica das densidades em 2011 reforça a distribuição existente em 2001, destacando-se que as menores densidades se localizam a nordeste e sudeste do concelho, enquanto as maiores estão nas freguesias que se encontram estruturadas pelos principais eixos de comunicação, nomeadamente o IP4 e o IP2, situadas na envolvente da freguesia de Macedo de Cavaleiros.

Na última década registou-se um aumento muito significativo da densidade populacional da sede concelhia (em 1991 era de 320 hab/km^2, em 2001 era de 398 hab/km^2, passando para os 412 hab/km^2 em 2011).

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população concentrada em pequenos aglomerados dispersos no vasto território concelhio. Em 1991, mais de metade da população (cerca de 66%) residia em lugares de dimensão inferior a 500 habitantes. E se em 1991, das 38 freguesias apenas 9 tinham mais de 500 habitantes, em 2001 só as freguesias de Morais e Macedo de Cavaleiros possuíam mais de 500 habitantes, facto que se manteve em 2011.

De 1991 para 2011 destacam-se como principais alterações na estrutura do povoamento as seguintes:

- ✓ a população isolada, que aumentou significativamente na década de 80, volta a ter pouco significado em 2011, à semelhança do que já acontecia em 2001;
- ✓ aumenta a importância dos lugares com menos de 100 habitantes, não só em termos do número de lugares (18 em 1991, 21 em 2001, e 26 em 2011) mas

também em termos do número de indivíduos (com 1055 habitantes em 1991 passam para 1208 em 2011);

- ✓ a classe dos 100 a 499 habitantes, que se apresentava como a mais representativa em 1991 tem registado sucessivos decréscimos, e em 2011 os 27 lugares inseridos neste escalão polarizam apenas 33,5% da população residente;
- ✓ manutenção da importância do lugar de Morais, inserido no escalão entre os 500 a 1000 habitantes, apesar da ligeira diminuição da população residente;
- ✓ significativo aumento da importância do lugar de Macedo de Cavaleiros, que em 2011 passa a polarizar cerca de 55% de toda a população residente no concelho, realçando o desequilíbrio demográfico da rede urbana existente.

Quadro 27: Evolução da População Residente por dimensão dos lugares, no concelho de Macedo de Cavaleiros entre 1991 e 2011

População	1991			2001			2011 *		
	N.º de lugares	População residente	%	N.º de lugares	População residente	%	N.º de lugares	População residente	%
Menos de 100 hab.	18	1.055	5,6	21	1.107	6,3	26	1.208	7,7
De 100 a 499 hab.	46	11.510	60,8	38	9.505	54,3	27	5.290	33,5
De 500 a 1000 hab.	2	1.212	6,4	1	592	3,4	1	553	3,5
De 2000 a 4999 hab.	1	4.435	23,4	-	-	-	-	-	-
Mais de 5000 hab.				1	6.087	34,8	1	8.626	54,7
Pop. Isolada	-	718	3,8	-	158	0,9	-	99	0,6
Total do Concelho	67	18.930	100	61	17.499	100	55	15.776	100

*De acordo com INE - Resultados Provisórios dos Censos 2011

Fonte: INE-Portugal, Censos 1981 a 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

A concretização das UOPG pretende assegurar um desenvolvimento harmonioso de determinada parcela do território a par de uma justa repartição de encargos e benefícios.

Fundamentalmente, as UOPG são um mecanismo através do qual o PDM propõe uma ocupação específica de uma parte do território concelhio garantindo que ela se processa de forma regrada e de acordo com os objetivos globais do Plano.

A ocupação e transformação do território deve, assim, ser antecedida da elaboração de instrumentos de gestão territorial ou operações urbanísticas que podem corresponder a: Plano de Urbanização (PU); Plano de Pormenor (PP); Unidade de Execução (UE); Operação de Loteamento ou Reparcelamento.

O PDM em vigor previa a elaboração das seguintes UOPG:

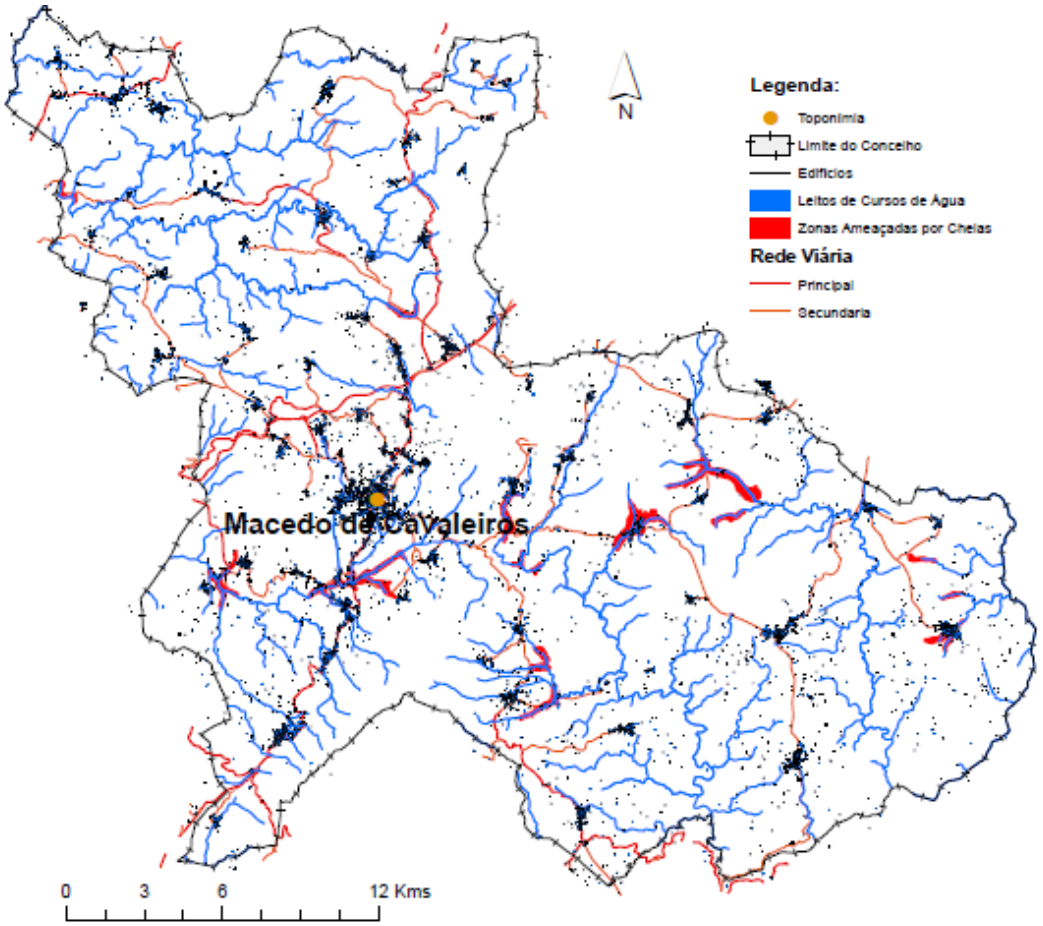
- ✓ U1 – Macedo de Cavaleiros;
- ✓ U2 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Oeste;
- ✓ U3 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Norte;
- ✓ U4 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Nordeste;

- ✓ U5 – Parque Verde de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ U6 – Cortiços;
- ✓ U7 – Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros - Ampliação do Núcleo I;
- ✓ U8 – Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros - Núcleo II;
- ✓ U9 – Núcleo Turístico da paisagem protegida da albufeira do Azibo.

No concelho de Macedo de Cavaleiros são representadas na Planta de Condicionantes os leitos e margens das águas não navegáveis nem flutuáveis, com faixa de proteção de 10 m e os leitos e margens das águas navegáveis e ou flutuáveis com faixa de proteção de 30 m para os planos de água com maior expressão no território passíveis de ser navegáveis e ou flutuáveis.

São também consideradas as zonas inundáveis atendendo à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que menciona que as "*zona inundáveis ou ameaçadas pelas cheias devem ser objeto de classificação específica e de medidas especiais de prevenção e proteção, delimitando-se graficamente as áreas em que é proibida a edificação e aquelas em que a edificação é condicionada, para segurança de pessoas e bens*".

FIGURA 8: LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA E ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS



Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC (Delimitação da REN do município de Macedo de Cavaleiros – Propostas de Exclusão), 2012

O concelho de Macedo de Cavaleiros possui uma índole marcadamente rural, sofrendo o processo de desertificação sentido pela generalidade das regiões do interior do país. A não haver medidas que contrariem esta tendência, está-se perante o agonizar desta situação, nomeadamente o esvaziamento populacional das povoações espartilhadas pelo território concelhio e a concentração na sede concelhia (acentuando o desequilíbrio da rede urbana, já atualmente deficitária).

A definição de várias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão compactua-se com o objetivo de promover a qualificação, tanto do espaço construído, como do natural, quer na beneficiação de situações existentes como na previsão e criação de novos espaços de fruição e utilização públicos; objetiva-se a promoção da imagem concelhia, tanto em termos de criação de condições mais atrativas para os residentes como também da criação de fatores de atração para turistas.

Um dos problemas que claramente se identifica no concelho como estrangulamento à coesão territorial e social é o atravessamento dos aglomerados por rodovias o que pode constituir uma barreira à livre e segura circulação pedonal dos cidadãos, particularmente nos casos em que as vias são muito movimentadas. Considera-se ainda que atualmente a mobilidade no concelho de Macedo de Cavaleiros possui algumas limitações do ponto de vista das acessibilidades/relações com o exterior, em grande medida decorrente da sua inserção territorial e também das atuais características do IP2, aliadas aos baixos efetivos populacionais que não justificam investimentos de vulto por parte da administração central e dos operadores de transporte coletivo.

5.3.1.3 Estrutura Urbana

De acordo com informação da CMMC, entre 2005 e 2013 foram licenciados cerca de 236 edifícios destinados a comércio, serviços e indústria.

Quadro 28 - Edifícios licenciados destinados a comércio, serviços e indústria

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Comércio	9	6	18	17	10	5	1	4	8	78
Serviços	13	15	8	2	11	9	3	12	8	81
Industria	10	15	15	7	8	5	0	8	9	77
TOTAL	32	36	41	26	29	19	4	24	25	236
Comércio/ indústria	---									5
Comércio/ serviços	---									2
Habitação/ comércio	---									38
Habitação/ serviços	---									4
Habitação/ turismo	---									9
Turismo	---									41

Fonte: CMMC

Entre os mesmos anos (2005 e 2013), os alojamentos licenciados referentes a edifícios novos e a reconstruções distribuem-se da seguinte forma:

- ✓ Obras de Construção – 365
- ✓ Obras de Reconstrução – 91

Com base em informações prestadas pela CMMC, a estas obras deve-se acrescentar um total de 294 edifícios para os quais a diferenciação construção/reconstrução não se encontra contabilizada.

No Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Macedo de Cavaleiros (2011), Artigo 64.º, é referido o que a seguir se transcreve, relativamente a incentivos ao licenciamento e construção de edifícios energeticamente eficientes:

"*o) Construção de edifício novo, cuja classe energética (3), no âmbito do sistema Nacional de Certificação Energética seja A (10%), ou A+ ---------- 15%;*

p) Reconstrução de edifício, cuja classe energética, no âmbito do âmbito do sistema Nacional de Certificação Energética seja A (10%), ou A+ ---------- 15%;

q) Recuperação, com manutenção das suas características físicas exteriores (fachadas, coberturas, vãos de portas e janelas cores e materiais) de edifício, cuja classe energética, no âmbito do âmbito do sistema Nacional de Certificação Energética seja B (5%), A (10%), ou A+ ---------- 15%;".

No que concerne a Projetos de reconversão da iluminação pública para uso de tecnologias mais eficientes, foi enviado pela CMMC informação relativa a algumas medidas tomadas pelo município no sentido de redução de consumo de eletricidade (em 2011), nomeadamente:

- ✓ Proposta para o fornecimento e instalação de uma bateria de condensadores nas piscinas cobertas do município, para poupança de energia reativa;
- ✓ Desativação de 7 luminárias da Estrada EN15 – (Podence – Azibeiro); de 12 luminárias da Estrada EN15 – (Podence); de 16 luminárias da Estrada EN15 – (Podence – Lamas); de 11 luminárias da Estrada EN15 – EN102 (Pontão de Lamas – Cruzamento Lamas); e de 12 luminárias da Estrada EN216.

O Regulamento Geral do Ruído (RGR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, harmonizando o regime com o Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Este Regulamento determina a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurarem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas. Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas.

O município de Macedo de Cavaleiros dispõe de Mapa de Ruído (adaptado ao RGR), datado de agosto de 2008, elemento que integra a revisão do PDMMC, e que, para além da identificação das fontes de ruído e da elaboração dos respetivos mapas de ruído, procedeu ainda à elaboração de mapas de conflito sem, contudo, associar a respetiva análise.

Uma vez que para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais se torna necessário aferir o nível de ruído a que estão expostas as zonas sensíveis e mistas, com o objetivo de minimizar ou suprimir eventuais situações de conflito entre o ruído existente e o legalmente permitido, foram identificadas as zonas de potencial conflito acústico. As zonas de conflito correspondem, portanto, àquelas onde os níveis de ruído identificados no Mapa de Ruído ultrapassam os já referidos valores do nível sonoro contínuo a que as zonas sensíveis e mistas podem ficar expostas nos períodos diurnos e noturnos.

Na Planta de Ordenamento – Áreas de Risco ao Uso do Solo (volume III – peça desenhada n.º 2), encontram-se representadas as áreas consideradas como zonas mistas e sensíveis, bem como as zonas de conflito identificadas.

A análise das zonas de conflito mostra que o município de Macedo de Cavaleiros não apresenta áreas significativas com níveis de ruído preocupantes, sendo que as principais

fontes de ruído em termos de extensão da área sob a sua influência sonora decorrem dos atravessamentos viários dos perímetros urbanos. Os aglomerados que apresentam maiores conflitos são Macedo de Cavaleiros, Podence, Arrifana e Pontão de Lamas.

Para todas as zonas de conflito, ou seja, para as zonas mistas e sensíveis identificadas em que o nível de exposição ao ruído contrarie o disposto no regime legal, a Câmara Municipal tem que proceder à elaboração e à aplicação de planos de redução de ruído, prevendo técnicas de controlo do ruído como sejam barreiras acústicas, condicionamento do tráfego rodoviário, mecanismos de controlo da velocidade praticada – lombas, estreitamento de vias, semáforos atuados, etc.. Nas zonas de conflito, na ausência de Planos de Redução de Ruído, é interdita a construção de edifícios de habitação e equipamentos escolares, de saúde e assistência a crianças e idosos. O regulamento da 1.ª Revisão do PDMMC prevê e integra orientações e restrições à edificação nestas zonas.

Em suma, não existem queixas de habitantes relativamente à poluição atmosférica ou de ruído.

Por iniciativa da autarquia está planeado, ou em curso, um conjunto de investimentos com relevância no âmbito das acessibilidades e da mobilidade urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros, bem como a beneficiação (a curto prazo) de algumas estradas e caminhos municipais, salientando-se os seguintes:

- ✓ Construção de uma “circular externa”, em Macedo de Cavaleiros, – informalmente designada como “Variante Sul” e “Variante Poente - Norte – Nascente”;

Para além de assegurar a distribuição de diversas deslocações locais, esta via permitirá segregar parte significativa do tráfego de atravessamento à sua zona central, através da interligação entre os dois principais eixos radiais que o atravessam (ER216 e EN102). É de referir que decorrem negociações entre a autarquia e a Administração Central (E.P., S.A.) tendo por objetivo a eventual integração na Rede Nacional do troço que assegura a continuidade à ER216, abrangendo a “Variante Nascente” e parte da “Variante Norte”.

- ✓ Beneficiação da estrada e largo de Vale de Prados;
- ✓ Reforço da sinalização horizontal das vias municipais.

Globalmente, e no que respeita à Rede Municipal, verifica-se que as intervenções que têm vindo a ser feitas ao longo dos últimos anos contribuíram para a melhoria das condições de circulação, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais.

Por fim, de acordo com os Estudos de Caracterização, foi desenvolvido um conjunto de propostas, tendo como objetivo a melhoria efetiva da estrutura e funcionalidade da rede viária concelhia.

As propostas preconizam um conjunto de intervenções de pavimentação/construção de vias – nomeadamente EM537, CM1100, CM1103, CM1115 e vias A, B e D -, que, deste modo, passariam a desempenhar funções com algum relevo no contexto da rede concelhia, possibilitando o fecho de algumas malhas viárias, bem como a melhoria das acessibilidades a nível local.

Complementarmente é apresentada uma solução de traçado relativa ao troço Poente da EN317 (ligação IP4 - Vinhas), propondo como alternativa ao disposto no PRN2000 (ligação ao Nó de Podence) um alinhamento desviado na direção Norte, com conexão ao Nó de Quintela de Lampaças do futuro IP4/A4.

Relativamente ao traçado previsto no PDM do Concelho de Macedo de Cavaleiros em vigor, esta opção teve, em particular atenção, as condicionantes e a elevada sensibilidade da área de "Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo" (sujeita a Plano de Ordenamento específico), sendo ainda proposto o aproveitamento de parte do traçado da EM550 – numa extensão aproximada de 1.800m, a ser objeto de beneficiação e alargamento –, bem como uma "Variante a Vinhas", na ligação ao traçado existente da EN317 (troço Vinhas - Izeda).

Complementarmente refira-se que entre os anos de 2009 e 2013 existiram 37 iniciativas de beneficiação de vias.

FIGURA 9: INICIATIVAS MUNICIPAIS EM BENEFICIAÇÃO DE VIAS

N.º	Proc.	Nome da Obra	un
2009	08	Requalificação Urbanistica do Bairro da Bela Vista	1
2009	12	Instalação de Guardas de Segurança em Estradas - Burga e Ala	1
2009	15	Arranjo Urbanistico da Envolvente ao Quartel do BV e Heliporto	1
2009	19	Pavimentação em Sezulfe	1
2009	20	Pavimentação em Grijó	1
2009	24	Beneficiação do Troço Urbano da EN102 da Rua Álvaro de Castro ao Km4,500	1
2009	32	Estrada de Latães	1
2009	34	Pavimentação da Rua da Juventude em Macedo de Cavaleiros	1
2009	39	Instalação de Grades de Segurança em estradas - EN 216	1
2009	43.A	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Arcas	1
2009	47	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Bousende	1
2009	55	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Talhas	1
2010	01	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Vº de Agrrochão	1
2010	04	Arruamentos em Morais	1
2010	05	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Vº de Agrochão	1
2010	06	Arruamentos em Lombo	1
2010	07	Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares em Macedo de Cavaleiros	1
2010	08	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Paradinha	1
2010	09	Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares em Macedo de Cavaleiros - Arruamentos no Bairro Mira Serra	1
2010	13	Beneficiação e Conservação da rede Viária Municipal- Reparação de Talude na EM536	1
2011	18	Requalificação Urbanistica do Bairro Manuel Duarte Sá M.Moreno	1
2011	19	Requalificação Urbanistica do Bairro da Cortinha do Moinho.	1
2011	21	Beneficiação e Conservação de Arruamentos em Aldeias do Municipio - Arruamentos em Arcas.	1
2011	25	Requalificação Urbanística do Bairro da Bela Vista.	1
2011	26	Sinalização Viária - Horizontal	1
2011	29	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e obras complementares no concelho - Arruamentos em Vilarinho do Monte	1
2012	01	Requalificação Urbanistica da Av. Infante D. Henrique.	1
2012	04	Beneficiação do troço urbano da EN102, da Rua Alvaro de Castro ao Km 4,5 em Macedo de Cavaleiros (Acções 2,3 e 4) - CONSTRUÇÃO DE MUROS	1
2012	05	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares no Concelho – REPARAÇÃO DE UM TROÇO DE PAVIMENTO EM CALÇADA DE CUBOS EM PINHOVELO E VALE PRADINHOS	1
2012	07	REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM BETUMINOSO, EM CHACIM - RUA DA CORREDOURA E CM1115	1
2013	01	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares no Concelho – PAVIMENTAÇÃO DA RUA SANTA BARBARA E RUA COMENDADOR EMILIO AUGUSTO PIRES	1
2013	02	Construção, Beneficiação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares no Concelho - Pavimentação em Calçada a Cubos de Granito em Castelãos, Lombo e Valdrez	1
2013	03	Beneficiação do Troço Urbano da E.N.102	1
2013	04	CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM MACEDO DE CAVALEIROS – RUA DA PERDIZ E RUAS ENVOLVENTES DA IGREJA NOVA E PIAGET	1
2013	05	BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DE MACEDO A VALE DE PRADOS	1
2013	06	ARRUAMENTOS EM BAGUEIXE	1
2013	10	CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES NO CONCELHO - ARRUAMENTOS EM MORAIS	1
2013	13	CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES NO CONCELHO - ARRUAMENTOS EM AMENDOEIRA E LAMALONGA	1

Fonte: CMMC

A aposta na produção de energias renováveis constitui um objetivo que visa dar resposta à linha estratégica constante da Proposta de Plano - 2 – Reforço da capacidade de acolhimento empresarial visando a atração de investimentos com componentes de inovação e emprego qualificado -, o qual poderá ser concretizado através da constituição de uma pequena rede de parques eólicos, constituindo um projeto de inegável interesse para o concelho, dado o seu caráter estratégico e inovador, uma vez que contribuirá para o fomento da utilização de energias alternativas e para uma menor dependência energética face ao exterior.

Existe em funcionamento o Parque Eólico da Serra de Bornes, com um total de 24 aerogeradores (turbinas eólicas) síncronos de potência unitária de 2500 KW (2604 KVA), e cujo promotor é a *Iberwind*, Desenvolvimento e Projetos, SA.. A sua potência total é de 60000 KW (62500 KVA). Estes aerogeradores estão repartidos pelo concelho de Macedo de Cavaleiros (19) e Alfandega da Fé (5). Existe uma outra turbina que não faz parte deste parque e que também se localiza no concelho de Macedo de Cavaleiros, Serra de Bornes.

Encontra-se também prevista a implantação de um outro parque na Serra da Nogueira – que se encontra em fase de licenciamento pela Câmara Municipal de Bragança -, abrangendo os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Bragança.

Tendencialmente verifica-se o esforço do município em matérias como a construção/reconversão de edifícios destinados a alojamentos, comércio, serviços e para indústria, equipamentos públicos de uso coletivo, assim como em requalificações urbanísticas (destacando-se o projeto de requalificação urbanística de Macedo de Cavaleiros) e a beneficiação de vias. De facto, é visível uma dinâmica de investimento local intensa que teve como suporte, predominantemente, Programas Operacionais da Região Norte, o Programa INTERREG e o Programa LEADER, comportando, sobretudo, três vertentes de investimento:

1. Infraestruturas básicas e equipamentos sociais, culturais, ambientais e económicos;
2. Recuperação e reabilitação urbanística;
3. Melhoramentos nos aglomerados rurais.

A aposta e os incentivos camarários ao licenciamento e construção de edifícios energeticamente eficientes demonstram uma crescente consciência/preocupação para a questão da sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos (por exemplo a desativação de luminárias nos postes em vias rodoviárias) e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (rede de Parques eólicos).

5.3.1.4 Riscos (Naturais, Tecnológicos e Mistos)

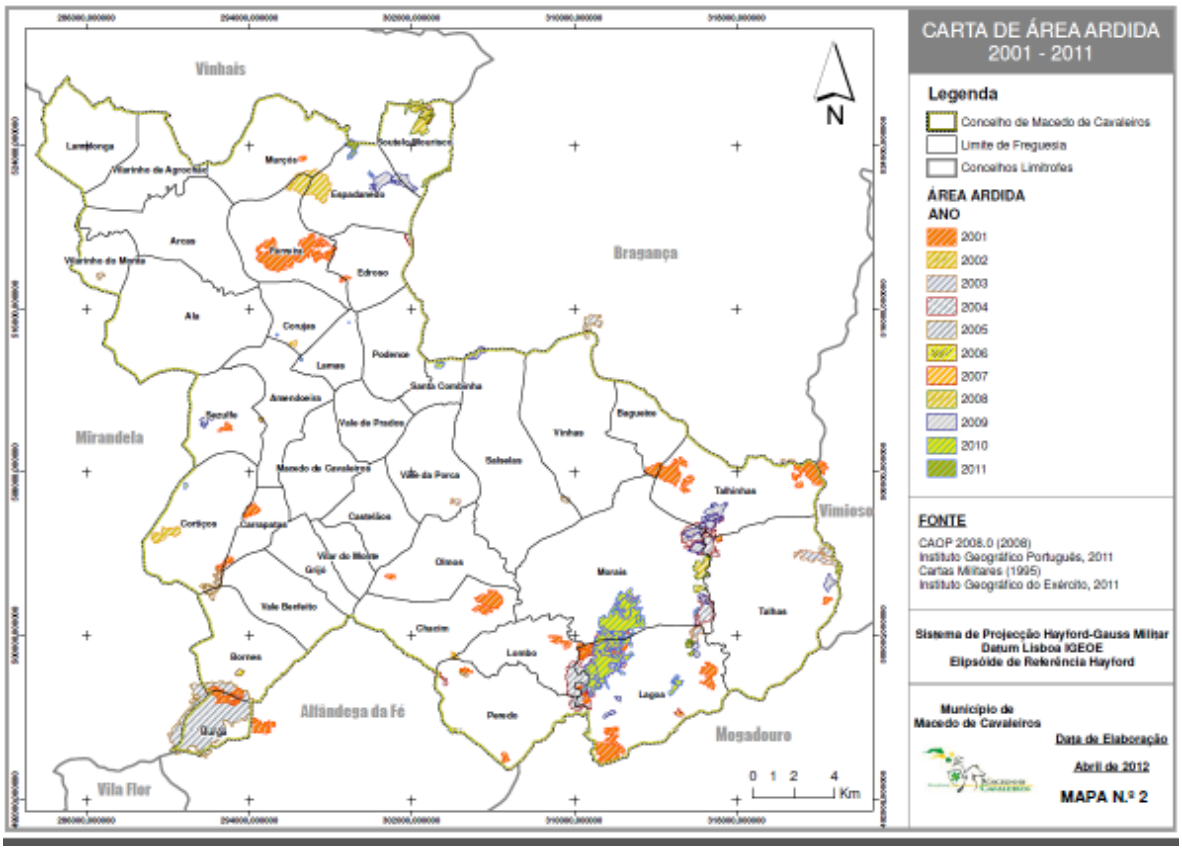
Os incêndios florestais têm sido um flagelo recorrente ao longo das últimas décadas um pouco por todo o país e Macedo de Cavaleiros não é exceção.

No POM – Plano Operacional Municipal, é referido que o número de incêndios que ocorrem anualmente no concelho de Macedo de Cavaleiros não varia na mesma proporção que a área ardida. Tomemos como exemplo o ano de 1990 (ano em que mais ardeu no concelho), em que os 2440,5 ha que arderam corresponderam a 18 ocorrências (135,58 ha/Ocorrência), sendo

que no ano de 2000, (ano com mais ocorrências), as 179 ocorrências corresponderam a uma área ardida de 969,7 ha (5,42 ha/Ocorrência).

O número de ocorrências e área ardida que tinha vindo a aumentar até ao ano de 1999, tem diminuído nestes últimos anos. No entanto, quando arde é de referir que a média da área ardida por incêndio é muito significativa nas freguesias de Lagoa, Lombo, Morais, Talhas e Talhinhas. O mês de agosto é o mais problemático quanto à área ardida, no entanto os meses de junho, julho e setembro que apresentam valores médios elevados de área ardida. Relativamente às ocorrências os meses de julho, agosto e setembro são os que registam maior número de ocorrências.

FIGURA 10: ÁREAS ARDIDAS 2001-2011 NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: POM, 2012

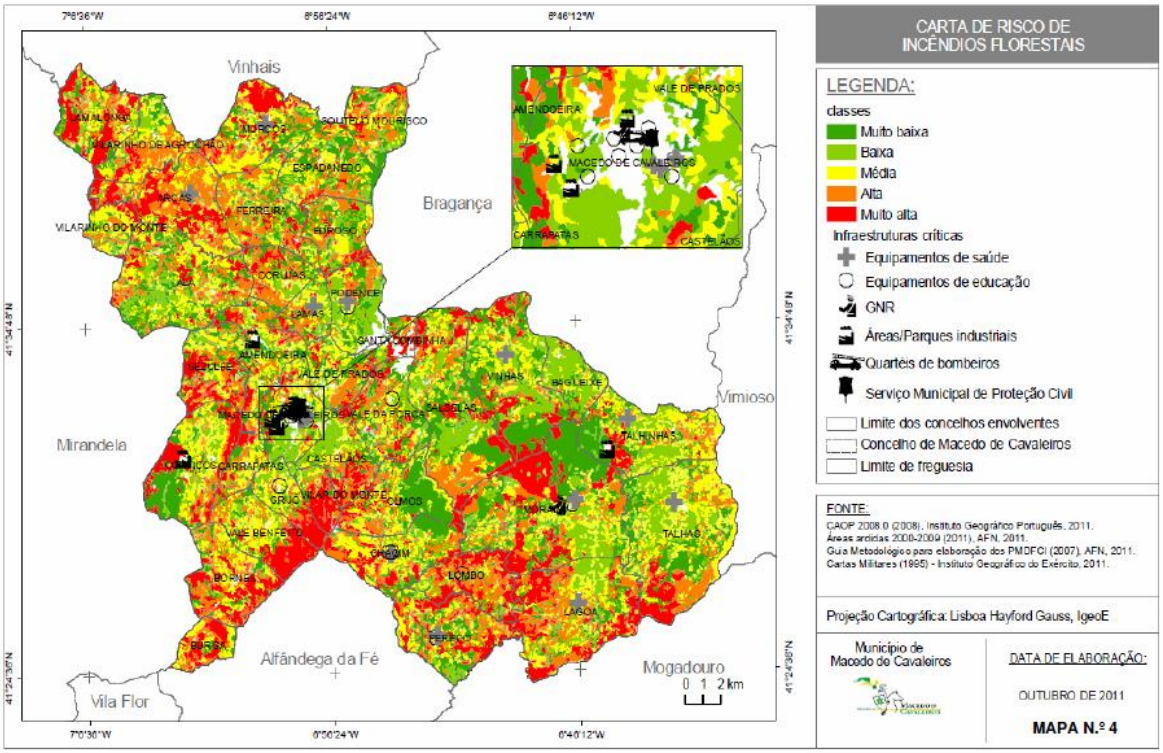
De acordo com o Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, as áreas com maior perigo de incêndio (muito elevado e elevado) são aquelas que apresentam maiores declives e cuja ocupação do solo é dominada por incultos. Estas áreas correspondem à Serra da Nogueira, Cabeço Gordo, vertentes da ribeira de Choupica, no Monte de Morais, nas vertentes do rio Azibo e das ribeiras que o alimentam a sul da albufeira, na ribeira do Vale de Moinhos e serra de Bornes.

A maior vulnerabilidade está associada às áreas florestais de folhosas e aos olivais localizados nas áreas classificadas, localizando-se as manchas mais contínuas na parte central do concelho, a Norte de Macedo de Cavaleiros. Da combinação das duas variáveis (perigosidade

e vulnerabilidade) constata-se que embora a maioria do concelho apresente risco baixo, se verifica a ocorrência de um número significativo de áreas com risco elevado e muito elevado, sendo que a mancha mais expressiva se encontra no Monte de Morais e se estende ao longo da vertente da ribeira do Vale de Moinhos. À semelhança da carta de perigosidade, a serra de Bornes também apresenta risco de incêndio florestal elevado a muito elevado. Na parte Norte do concelho, as áreas de maior risco correspondem aos vales dos principais cursos de água ai existentes, estando por vezes próximas de áreas populacionais tais como Bouzende, Murçós, Vilarinho de Agrochão, Vila Nova de Rainha e Lamalonga.

Ultimamente o concelho de Macedo de Cavaleiros tem assistido a uma proliferação de incêndios que, em casos mais gravosos, tem atingido, para além dos incultos (matos) povoamentos de resinosas, montado de sobro e azinho, o que leva a que na sua maioria a reflorestação não seja feita aumentando ainda mais as áreas de inculto.

FIGURA 11: CARTA DE RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: POM, 2012

As faixas de gestão de combustível que constituem as redes primária, secundária e terciária, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios obedecendo a critérios uniformes de modo a permitirem o necessário enquadramento regional.

As redes primárias apresentam como principais funções a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, a redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial e, finalmente, o isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As redes secundárias cumprem a função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial e a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Macedo de Cavaleiros (PMDFCIMC), são as freguesias com maior área de espaços florestais que possuem a maior densidade de faixas de gestão de combustível. As freguesias de Bornes e Chacim da Serra de Bornes, Ferreira e Soutelo Mourisco dos contrafortes da Serra da Nogueira e Morais do Sitio de Monte de Morais, com mais de 100 ha cada. As faixas que mais contribuem são as associadas a rede viária florestal, sendo no âmbito da DFCI de grande importância num concelho como de Macedo de Cavaleiros em que, os espaços florestais formam uma grande "manta de retalhos" o que poderá reduzir a propagação dos incêndios.

É ainda referido que a rede terciária de faixas de gestão de combustíveis, com cerca de 191 ha, cumpre a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios, apoiando-se nos caminhos florestais, na rede divisional das unidades locais de gestão agro-florestal e ainda da área agrícola existente nos espaços florestais. Com esta rede pretende-se também reduzir a área ardida dos grandes incêndios.

A tendência consiste num aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da incidência dos incêndios, estratégias intimamente ligadas ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

Os movimentos de massa referem-se a um evento que ocorre quando "*a força da gravidade excede a resistência proporcionada pela fricção dos materiais da vertente*", ou seja quando um mecanismo de rutura origina o desprendimento dos materiais.

Atendendo às características morfológicas e de ocupação do solo do concelho de Macedo de Cavaleiros este é um risco que afeta a grande maioria do concelho, embora as áreas que apresentam perigosidade muito elevada sejam residuais e de pequena dimensão, à escala do PDM.

No município, a maior probabilidade de ocorrência de um acidente desta natureza verifica-se: na vertente ocidental da Serra de Bornes, com declives muito acentuados e registos históricos de diversas ocorrências; e na vertente norte do Monte de Morais, também ela bastante inclinada. Há ainda a referir algumas áreas na zona sul do concelho, como o vale da ribeira do Vale de Moinhos e a ribeira de Ferreira, que apresentam perigosidade bastante elevada.

Em termos de vulnerabilidade esta é maior na sede de concelho e ao longo dos principais eixos rodoviários, com destaque para o IP4, sendo que a presença de áreas protegidas (Serra da Nogueira, Azibo e Monte de Morais) contribui para a definição de outras áreas vulneráveis aos movimentos de vertente. Na sequência desta vulnerabilidade a cidade de Macedo de Cavaleiros é a área do concelho onde o risco é mais elevado, verificando-se ainda em alguns setores do Monte de Morais e ao longo das principais vias de comunicação a generalidade as áreas de risco elevado.

As áreas com risco de erosão (ecossistema incluído no regime da Reserva Ecológica Nacional) são áreas que "*devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos*". Segundo o regime transitório (anexo II, do Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de Março) são as que possuem "*declive superior a 30%, incluindo as que foram alteradas pela construção de terraços".*

As áreas com risco de erosão, manchas consistentes de declives superiores a 30%, encontram-se dispersas um pouco por todo o concelho, com predominância nas margens dos vales encaixados do Rio Sabor, do Rio Tuela, da Ribeira das Corujas e da Ribeira de Ala e nas encostas da Serra de Bornes.

Atendendo a que o concelho possui uma área de 69.916,6 ha, a REN em vigor corresponde a 24,3% do território municipal (1,1% de Zonas ameaçadas pelas cheias, 0,6% de Albufeiras, 0,2% de Faixas de proteção das albufeiras, 11,2% de Cabeceiras de linhas de água; 6,7% de Áreas máximas de infiltração, 0,04%, de Escarpas e **11,0% de Áreas com riscos de erosão**), e a REN bruta proposta na Revisão a 32,2%.

No Quadro seguinte apresenta-se a comparação entre as áreas absolutas abrangidas pelo ecossistema "Áreas com riscos de erosão "da REN em vigor e a área absoluta do ecossistema proposto na revisão da REN.

Quadro 29: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta

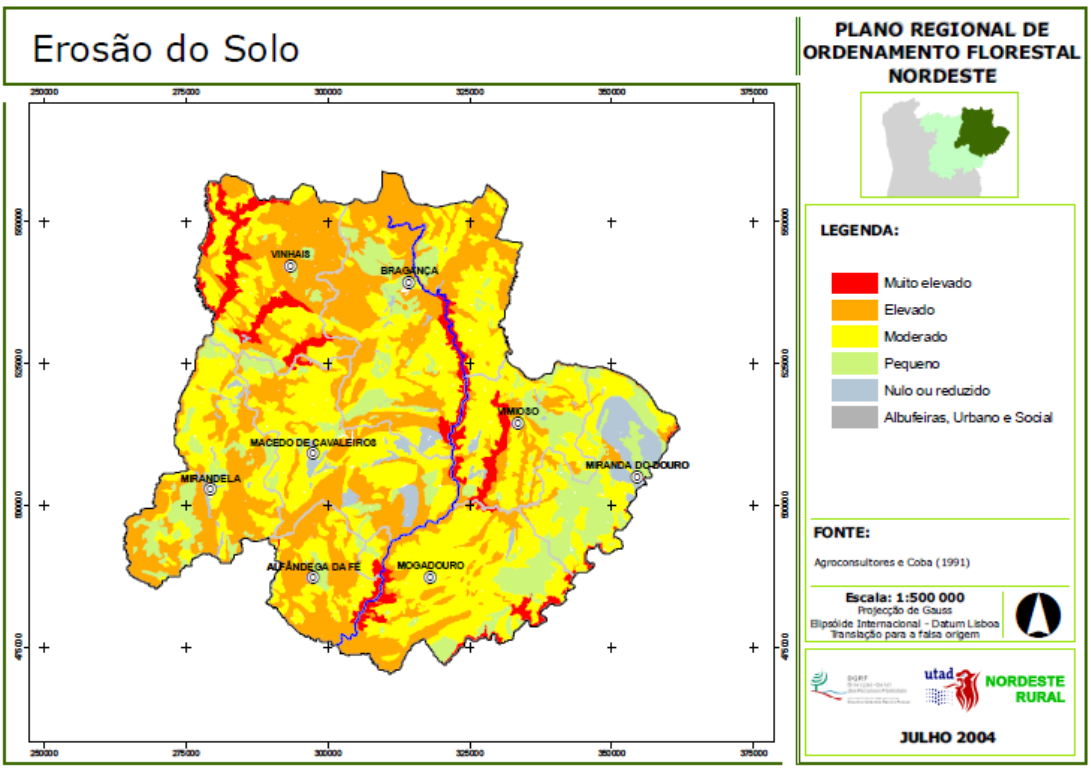
Sistema da REN	REN em vigor (ha)	REN proposta (ha)	Variação efetiva (ha)	Variação percentual	% de ocupação do território concelhio da REN em vigor (por sistema)	% de ocupação do território concelhio da REN bruta proposta (por sistema)
Áreas com riscos de erosão	7.701,29	17.046,60	9.345,31	121,35	11,01	24,38
Total	**16.951,44**	**22.534,17**	**5.582,73**	**32,93**	**24,25**	**32,23**

Fonte: 1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Delimitação da REN do Município de Macedo de Cavaleiros – 26 Pedidos de Exclusão, 2012

Em suma, da análise dos resultados comparativos, verifica-se que, embora ocorram algumas situações de diferença de áreas, as mais significativas verificam-se nas áreas de sensibilidade relacionadas com regime hídrico, nomeadamente a inclusão da faixa de proteção à Albufeira do Baixo Sabor, e as reduções das áreas de cabeceiras de linhas de água e de áreas de máxima infiltração. **Salienta-se ainda o incremento das áreas com riscos de erosão em 13,37%** (o que corresponde a um aumento em área de **9.345,31 ha**.

Apresenta-se, seguidamente, uma figura que ilustra o Risco de erosão do solo, entre outros municípios, do concelho de Macedo de Cavaleiros.

FIGURA 12: CARTA DE EROSÃO DO SOLO



Fonte: PROF-NE, 2006

As áreas constantes da proposta de exclusão da REN dividem-se em dois tipos (1.ª Revisão do PDMMC; Delimitação da REN do município de Macedo de Cavaleiros - Propostas de Exclusão, 2012):

- ✓ Pedidos de exclusão da REN - Áreas comprometidas - áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas);
- ✓ Pedidos de exclusão da REN – Proposta de Ordenamento - áreas que se pretende excluir para satisfação de carências existentes, decorrentes da proposta de ordenamento do território.

Neste âmbito apresentam-se, seguidamente, as zonas propostas para exclusão da REN – Áreas com Risco de Erosão.

Quadro 30: Propostas de Exclusão da REN - Áreas Comprometidas e derivadas de Proposta de Ordenamento em Áreas com Risco de Erosão

Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes (proposta de ordenamento)		
Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho
12,11	0,07	0,02	15,62	0,09	0,022

Fonte: 1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Delimitação da REN do Município de Macedo de Cavaleiros – 26 Pedidos de Exclusão, 2012

As Áreas dos pedidos de exclusão, decorrentes da proposta de ordenamento, em áreas com risco de erosão incluem essencialmente uso proposto para Espaços Residenciais Urbanizados (6,5 ha), Espaços de Atividades Económicas Urbanizáveis (6,5 ha) e, em menor grau, Espaços de Uso Especial – Turismo Urbanizáveis (1,1 ha).

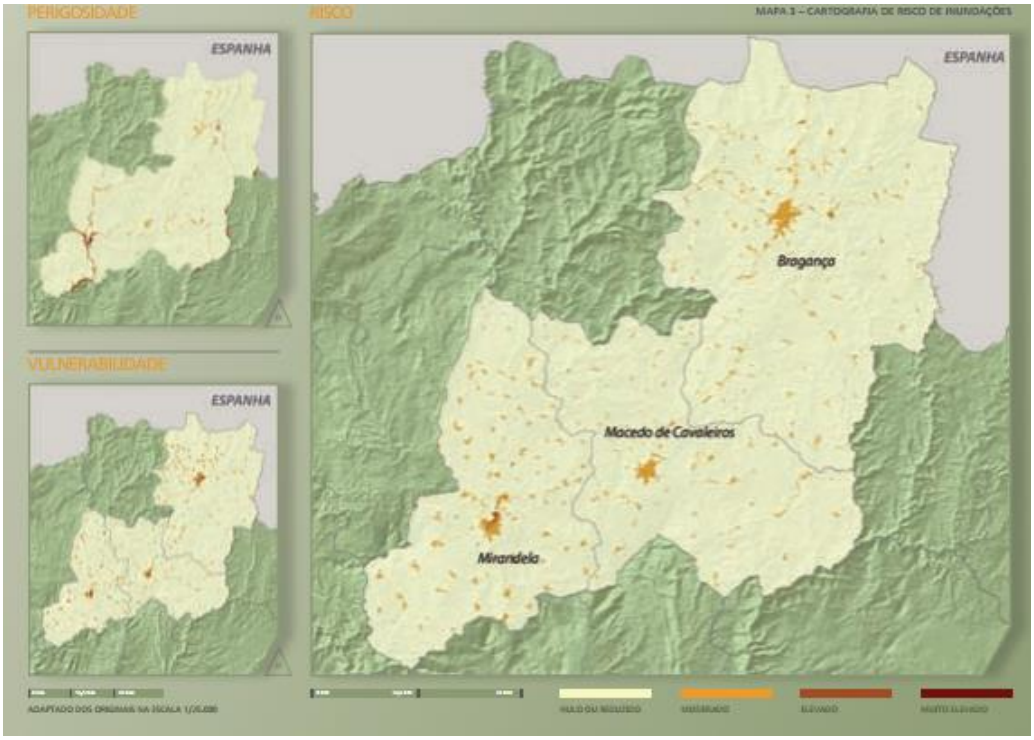
As inundações por definição são uma "*condição geral e temporária de cobertura por água de uma área de terreno habitualmente seco, como resultado do transbordar de águas interiores*" ou que poderá também ocorrer devido à "*acumulação rápida e incomum de água superficial de qualquer origem*".

De acordo com o "Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos" "*o concelho de Macedo de Cavaleiros não ocorrem importantes situações de perigosidade de ocorrência de inundações, uma vez que os principais rios que atravessam o concelho não apresentam características de inundação. Ainda assim, é de considerar com perigosidade moderada a elevada a cidade de Macedo de Cavaleiros e arredores, considerando a influência das áreas sociais e da impermeabilização dos solos para estas ocorrências. Por outro lado, existe alguma perigosidade na região de Bagueixe, no contexto do vale aplanado da ribeira de Castro.*

As áreas mais vulneráveis a este tipo de ocorrências situam-se na cidade de Macedo de Cavaleiros, bem como ao longo das vias principais, das quais se destaca o IP4 (alagamento). Por outro lado, (…) a presença de áreas naturais protegidas (serra da Nogueira, Azibo e Monte de Morais) contribui para a definição de outras áreas vulneráveis às inundações.

Deste modo, apenas na cidade de Macedo de Cavaleiros existem áreas onde o Risco de inundações se pode considerar com alguma relevância, principalmente em função da sua vulnerabilidade e tendo em conta que as inundações podem ter outra origem que não a fluvial."

FIGURA 13: CARTA DE RISCO DE INUNDAÇÕES



Fonte: Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos, 2008

Quadro 31: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta

Sistema da REN	REN em vigor (ha)	REN proposta (ha)	Variação efetiva (ha)	Variação percentual	% de ocupação do território concelhio da REN em vigor (por sistema)	% de ocupação do território concelhio da REN bruta proposta (por sistema)
Zonas ameaçadas pelas cheias	759,82	714,82	-45,00	-5,92%	1,09	1,02
Total	**16.951,44**	**22.534,17**	**5.582,73**	**32,93%**	**24,25**	**32,23**

Fonte: 1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Delimitação da REN do Município de Macedo de Cavaleiros – 26 Pedidos de Exclusão, 2012

Mencione-se que não foram efetuados pedidos de exclusão da REN (quer para áreas efetivamente já comprometidas - legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas -, quer para Áreas a excluir para satisfação de carências existentes (proposta de ordenamento) para os sistemas da REN "Leitos dos cursos de água" e "**Zonas ameaçadas pelas cheias**", mantendo-se estas áreas da REN sobrepostas ao solo urbano.

Na proposta de Regulamento da Revisão do PDMMC, é referido no Artigo 84.º - Regime específico –, relativamente a Áreas com Risco de inundação, o seguinte:

1. *"A ocupação das áreas com risco de inundação, sem prejuízo de legislação aplicável, obedece aos seguintes condicionalismos:*

   a. É permitida a reconstrução de edifícios existentes, desde que a área de implantação seja inferior ou igual à inicial e a cota de soleira no uso habitacional seja superior à cota da zona inundável;

   b. É interdita a construção de novas edificações para uso habitacional, exceto em situações que correspondam à colmatação da malha urbana existente, em que a cota de soleira no uso habitacional tem de ser superior à cota da zona inundável;

   c. Nos casos definidos na alínea a) a ocorrer fora das áreas urbanas maioritariamente edificadas, a cota de soleira nos usos de comércio e serviços tem de ser superior à cota da zona inundável;

   d. É interdita a construção de caves e de aterros;

   e. É interdita a instalação de novos equipamentos de ensino, saúde, assistência a crianças e idosos e de gestão de emergência e de socorro;

   f. Nos Espaços verdes é permitida a edificação de estruturas ligeiras de apoio ao recreio e lazer que não constituam um obstáculo à livre circulação das águas.

2. *Os efeitos das inundações devem ser minimizados através de normas específicas e de sistemas de proteção e drenagem, bem como medidas para a manutenção e recuperação de condições de permeabilidade dos solos, devendo para tal ser desenvolvidos os estudos necessários."*

As Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (nova categoria de área integrada na REN – Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro – correspondendo às áreas Cabeceiras das linhas de água e Áreas de máxima infiltração, definidas no Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de março) são "*as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos e se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração*" (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto (ANEXO I) (a que se refere o artigo 5.º).

Nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos só podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

I. "Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;
II. Contribuir para a proteção da qualidade da água;
III. Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;
IV. Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobre-exploração dos aquíferos;
V. Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros e estuarinos;
VI. Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársicos, como por exemplo invertebrados que ocorrem em cavidades e

grutas". (n.º 3 da alínea d) da secção II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto).

Neste contexto, destacam-se no concelho de Macedo de Cavaleiros as seguintes áreas ecológicas e morfológicas sensíveis:

- ✓ As cabeceiras de linhas de água existentes nos seguintes festos: Serra de Bornes, Serra do Cubo, Serra do Facho, Serra da Ala, parte da Serra da Nogueira e festo sobranceiro aos aglomerados de Mogrão e Comunhas;
- ✓ As áreas de máxima infiltração, zonas de declive suave associadas a fluvissolos, com especial incidência em Castro Roupal, em Salselas, em Vinhas e em Castelãos.

Quadro 32: Comparação das áreas da REN em vigor com a área da REN bruta proposta

Sistema da REN	REN em vigor (ha)	REN proposta (ha)	Variação efetiva (ha)	Variação percentual	% de ocupação do território concelhio da REN em vigor (por sistema)	% de ocupação do território concelhio da REN bruta proposta (por sistema)
Cabeceiras das linhas de água	7.840,18	4.430,33	-3.409,85	-43,49	11,21	6,34
Áreas de máxima infiltração	4.651,52	1.101,15	-3.550,37	-76,33	6,65	1,57

Fonte: 1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Delimitação da REN do Município de Macedo de Cavaleiros – 26 Pedidos de Exclusão, 2012

Constata-se algumas diferenças nas áreas de sensibilidade relacionadas com regime hídrico, nomeadamente as reduções das áreas de cabeceiras de linhas de água e de áreas de máxima infiltração.

Relativamente às zonas propostas para exclusão da REN – Áreas de máxima infiltração e Cabeceiras das Linhas de água – estas são exibidas no quadro infra.

Quadro 33: Propostas de Exclusão da REN - Áreas Comprometidas e derivadas de Proposta de Ordenamento

Tipologias da REN	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes (proposta de ordenamento)		
	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho
Áreas de máxima infiltração	15,01	1,36	0,02	12,97	1,18	0,019
Cabeceiras das linhas de água	58,91	1,33	0,08	188,29	4,25	0,269

Fonte: 1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Delimitação da REN do Município de Macedo de Cavaleiros – 26 Pedidos de Exclusão, 2012

Em termos de áreas a excluir decorrentes da proposta de ordenamento destaca-se o pedido para Espaços de Atividades Económicas Urbanizáveis (183,2 ha), maioritariamente integrados no sistema de Cabeceiras das Linhas de Água, relativo à ampliação da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros, que pretende garantir a instalação rápida de novas atividades económicas emergentes.

Os restantes pedidos de exclusão resultam das propostas relativas aos Espaços Residenciais Urbanizados (8,7 ha), Espaços Residenciais Urbanizáveis (9,4 ha) e Espaços de Uso Especial – Equipamentos Urbanizáveis (7,3 ha), estes últimos para a criação de um *Driving Range*, como complemento ao futuro campo de golfe do Azibo, e por forma a garantir uma área de reserva para a implementação de equipamentos e infraestruturas de apoio a um centro hípico existente. Estes pedidos registam áreas totais semelhantes, abrangendo sistemas que dizem respeito a Áreas com Risco de Erosão, **Áreas de Máxima de Infiltração** e **Cabeceiras das Linhas de Água**, havendo sobreposição de diferentes sistemas da REN em algumas situações.

Apresentam menor importância, os pedidos afetos aos Espaços de Uso Especial – Equipamentos Urbanizados (0,3 ha) em Áreas de Máxima de Infiltração.

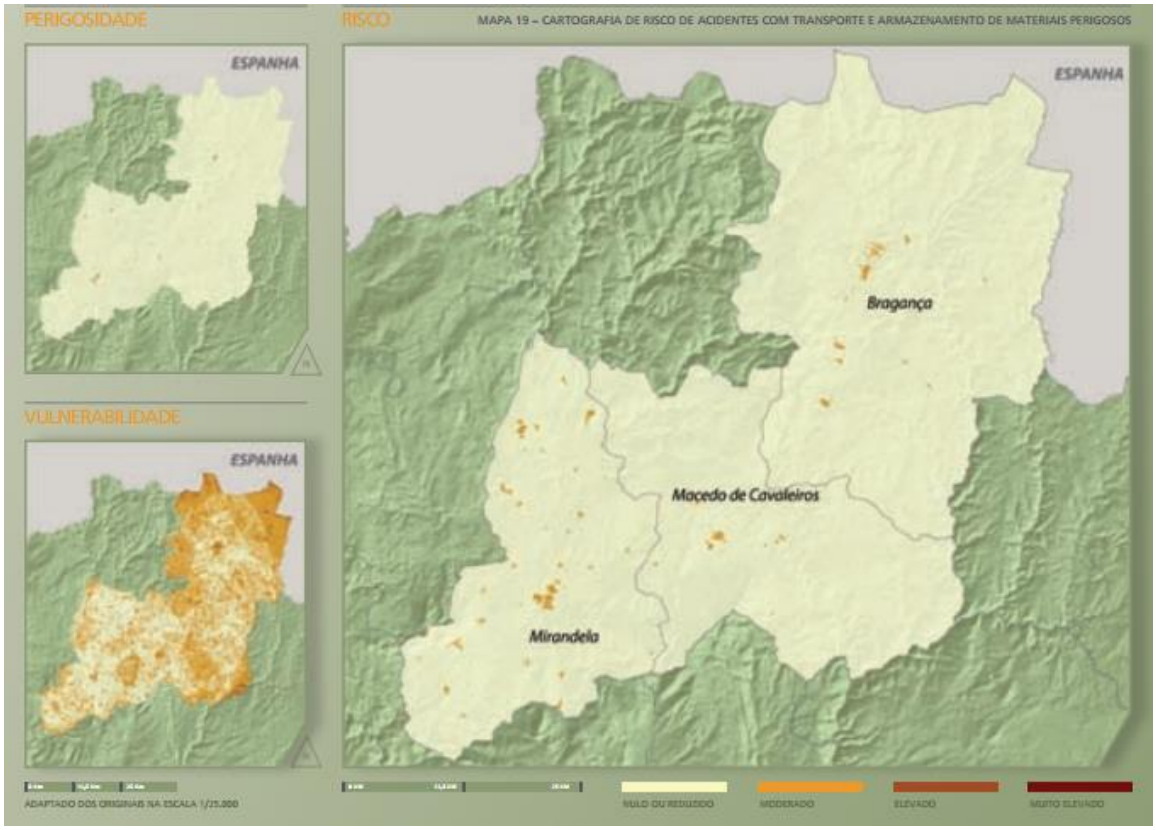
No concelho de Macedo de Cavaleiros a perigosidade de acidentes com armazenamento e transporte de matérias perigosas pode ser nula, reduzida ou moderada. Na maioria do concelho é nula, ou seja, nas áreas onde não existem vias de comunicação (e perigosidade rodoviária) e áreas industriais. É reduzida na maioria das vias de comunicação e é moderada na cidade de Macedo de Cavaleiros e nos arredores, onde se localizam indústrias e postos de combustível. Nesse aspeto merece especial atenção o setor Amendoeira/Sezulfe, onde a perigosidade é moderada, devido à localização de equipamentos industriais, na proximidade do IP4/A4.

Quanto à vulnerabilidade, esta pode ser reduzida, moderada e elevada. De um modo geral, apresenta-se elevada na cidade de Macedo de Cavaleiros e principalmente na parte sudeste do concelho (setor de Talhas e Lagoa) devido essencialmente à distância em relação aos

meios de combate. Apresenta-se reduzida principalmente na região envolvente da cidade de Macedo de Cavaleiros.

Deste modo, o risco de acidentes com armazenamento e transporte de matérias perigosas é, no geral, reduzido ou moderado. É reduzido na maioria do concelho, e é moderado principalmente na cidade de Macedo de Cavaleiros e na envolvência das povoações de Amendoeira e Vale da Porca.

FIGURA 14: CARTA DE RISCO DE ACIDENTES COM TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS PERIGOSOS



Fonte: Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos, 2008

Em Macedo de Cavaleiros, há a destacar, no que concerne a estabelecimentos com produtos explosivos, a presença de um paiol existente na freguesia de Peredo. Este estabelecimento dispõe de uma zona de segurança que é fixada no licenciamento do estabelecimento de fabrico de produtos explosivos, contudo, esta nunca poderá distar menos de 60 m de qualquer construção que possa conter produtos explosivos. Na zona de segurança não podem existir ou construir-se quaisquer edificações, vias de comunicação ou instalações de transporte de energia ou comunicações, além das indispensáveis ao serviço do estabelecimento.

Estes estabelecimentos, de acordo com a legislação vigente na matéria, estão obrigados à elaboração de um plano de segurança consistente e adequado às condições específicas do exercício da atividade, morfologia do terreno e tipo de construções (próprias e envolventes), que terá de prever as medidas a adotar face aos perigos e riscos identificados.

O município de Macedo de Cavaleiros dispõe, relativamente à temática dos Riscos e Proteção Civil, de dois instrumentos fundamentais[1] (ainda que intimamente relacionados e articulados), ambos de 2008, para a intervenção ao nível do planeamento, prevenção, proteção e socorro:

1. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, elaborado para os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Bragança, que no essencial procede à identificação e cartografia dos riscos;
2. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Macedo de Cavaleiros, que tem como objetivo central a organização dos meios humanos e materiais e a indicação dos procedimentos para fazer face às situações de emergência que possam constituir uma ameaça para as pessoas, os bens, o ambiente ou a operacionalidade do concelho.

O PMEPC decorre do reconhecimento da "necessidade de prevenir possíveis catástrofes/desastres naturais e tecnológicos torna imperiosa a tarefa de avaliar a perigosidade e a vulnerabilidade dos territórios" e foi elaborado com o "intuito de controlar a generalidade das situações de emergência que possam ocorrer em todo o território concelhio". Assim a elaboração do Plano pretende responder, e organizar a intervenção, por um lado mediante a estruturação da organização de segurança, e por outro definindo os procedimentos a seguir nas ações para salvar as pessoas, bens e o ambiente e as responsabilidades dos diversos intervenientes.

Este documento reflete a tipologia de risco do concelho de Macedo de Cavaleiros relativamente a riscos de ordem natural e de ordem antrópica.

Genericamente o PMEPC pode resumir-se à organização dos meios (humanos e materiais) e à indicação dos procedimentos para fazer face a situações de emergência que possam constituir uma ameaça para pessoas, bens, ambiente ou para a própria operacionalidade do concelho de Macedo de Cavaleiros. Os objetivos principais definidos pelo Plano são por isso os seguintes:

- ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis a minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- ✓ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- ✓ Inventariar os meios e recursos disponíveis para posterior mobilização;
- ✓ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;

[1]Ambos elaborados no âmbito do projeto RNT "Sistema de prevenção e atuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos" inserido a iniciativa comunitária INTERREG III A, Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, Subprograma Norte de Portugal. Castilla y Léon (co-financiado pelo FEDER)

- ✓ Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- ✓ Garantir a todos os cidadãos residentes neste concelho, o conhecimento antecipado de riscos existentes, através de ações de sensibilização, de modo a que a população interiorize a cultura de autoproteção e a forma de agir em caso de emergência; definir as atuações e tarefas específicas para garantir uma maior eficácia e maior rapidez de intervenção;
- ✓ Estabelecer ações adequadas de modo a limitar os efeitos dos sinistros; definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- ✓ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário a gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta a emergência;
- ✓ Treinos e simulacros associados ao nível do PMEPCMC.

Refira-se que no capítulo relativo à articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território, e no que à articulação com o PDM concerne, é reforçado que o PMEPC "*é parte integrante de um processo de planeamento e ordenamento do território que se assume como dinâmico, o que significa que houve a necessária articulação com os restantes planos, nomeadamente a Revisão do Plano Director Municipal (ainda em curso) onde deverão estar salvaguardadas as áreas de maior perigosidade*".

De referir por fim, que uma vez caracterizado o risco e organizada a resposta a situações de emergência, o Plano estabelece uma estratégia para a mitigação dos riscos, que constituiu um importante contributo para a proposta de Plano, sobretudo no que respeita aos riscos com impacte sobre o ordenamento do território.

5.3.2 Oportunidades e riscos

O Quadro 34 corresponde à matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objetivos estratégicos/Linhas Estratégicas da 1.ª revisão do PDMMC para o ***FCD#3*** *Ordenamento do Território e Coesão Territorial*, ao que se segue a respetiva justificação analítica.

Quadro 34: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#3Ordenamento do Território e Coesão Social

Critérios de Avaliação / Objetivos/Linhas Estratégicas	Uso do Solo	Coesão Territorial	Estrutura Urbana	Riscos
Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural	++	+/-	+	+
Reforço da capacidade de acolhimento empresarial	++	+	++	+/-
Melhoria das condições de vida da população residente	++	++	++	+

Legenda: (+; ++) Oportunidades (-; --) Riscos
(+/-) Relação neutra ou incerta (0) Sem relação

Na Proposta de Plano, a qualificação do solo, tanto rural como urbano, foi estabelecida com base em critérios de ordem funcional, contribuindo para a adequação da regulação do uso do solo às suas funções predominantes.

Dentro desta lógica, e tendo presente a demais legislação vigente sobre a matéria procedeu-se à adequação do Solo Rural e Solo Urbano, definindo categorias e subcategorias de espaço, bem como uma regulamentação específica, que visa ir ao encontro das orientações nacionais e regionais de ordenamento do território.

A Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal representa o "*modelo de organização espacial do território municipal de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e a qualificação dos solos, e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas*". (RJIGT). O PROT-N, por sua vez, estabelece ainda que "*a definição e regulação dos usos do solo devem visar o aproveitamento eficiente dos recursos territoriais a longo prazo, promovendo a multifuncionalidade dos diversos espaços, numa perspetiva de sustentabilidade*." Deve ainda "*acautelar a promoção da equidade social e territorial e a competitividade económica das atividades produtivas*".

De uma forma geral, apresentam-se de seguida as linhas mestras seguidas para o ordenamento do concelho de Macedo de Cavaleiros:

- ✓ Ajustar os espaços urbanizados, delimitando-os com rigor, em função da ocupação efetiva, da dotação de infraestruturas urbanísticas e do seu comprometimento legal de ocupação;
- ✓ Definir os solos urbanizáveis, em função das expetativas de desenvolvimento e de crescimento, tendo em conta as características do território em causa e a estratégia de desenvolvimento;
- ✓ Dotar os aglomerados com maior relevância no sistema urbano de espaços urbanizáveis que permitam criar condições para a fixação de nova população, e dar resposta, às necessidades ao nível dos equipamentos e espaços verdes urbanos, caso existam;

- ✓ Definir a estrutura ecológica municipal através da implementação de faixas associadas ao domínio hídrico e às linhas de drenagem superficial e a outras áreas com interesse ecológico ou biofísico;
- ✓ Definir espaços verdes em solo urbano por forma a enquadrar áreas verdes, de recreio e lazer existentes e áreas com interesse ecológico ou cultural;
- ✓ Consolidar áreas de atividades económicas, como suporte à autonomização da base económica concelhia, fomentando, sempre que possível, iniciativas de carácter local;
- ✓ Dinamizar o sector turístico através da implementação de um quadro normativo que permita enquadrar os programas a desenvolver;
- ✓ Promover o potencial natural do concelho propondo espaços de fruição e lazer;
- ✓ Desenvolver uma proposta de rede viária estruturante e hierarquizada, articulada com as acessibilidades externas, e que sustente as propostas de ordenamento;
- ✓ Melhorar a mobilidade através da promoção dos diferentes modos de transporte existentes e da definição de modos de transporte inovadores adaptados às características de ocupação concelhias;
- ✓ Definir as características do ordenamento em solo rural ajustadas à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com a necessidade da sua utilização equilibrada para diversos fins;
- ✓ Identificar os valores culturais a salvaguardar e definir medidas de proteção, incentivo à conservação e revitalização;
- ✓ Identificar as áreas a sujeitar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, em função da especificidade da ocupação existente e da existência de valores a salvaguardar e promover, tendo em vista a sua requalificação ou, por outro lado, uma ocupação urbana planeada.

Deste modo, na definição da proposta de ordenamento de solo rural, consideraram-se as atividades produtivas do concelho (agricultura, silvo-pastorícia) e as atividades conservacionistas, em especial a florestal. A regulamentação é feita de modo a cumprir o conceito de utilização dominante, evitando-se incompatibilidades de usos.

Quadro 35: Critérios de ordenamento do solo rural

Categorias do solo rural	Critérios de Ordenamento
Espaço Agrícola Produção	Espaços com maior aptidão agrícola que, na essência, correspondem à RAN. As manchas inferiores a 2 hectares são incluídas ou excluídas conforme acerto cartográfico
	Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros
Espaço Agrícola Conservação	Englobam as áreas de produção agrícola, designadamente as zonas de culturas anuais de sequeiro e regadio e as zonas de culturas permanentes como o olival e vinha, inseridas na área da PPAA
Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e	Espaços cuja conservação requer a manutenção de usos

Categorias do solo rural		Critérios de Ordenamento
Florestal		agrícolas, pastoris ou florestais em regime extensivo, dentro da área da PPAA
		Restante território do concelho, que não é abrangido por nenhum dos outros critérios, seguindo a diretriz do PROF do Nordeste Transmontano para a sub-região Bragança em que a 1.ª função é a Silvo pastorícia
Espaços Florestais de Conservação		Áreas importantes para a conservação da biodiversidade e que consistem nos habitats de cariz florestal da RN2000 existentes no concelho 9230, 9240, 9330 e 9340
		Áreas de povoamentos florestais dentro da área da PPAA
		Zonas com uso ou aptidão florestal, na sub-região homogénea do Sabor em que a 1.ª função prioritária é de proteção
Espaços Florestais de Proteção		Zonas com uso ou aptidão florestal, nas sub-regiões homogéneas do Tua e de Bornes em que a 1.ª função prioritária é de proteção e produção, respetivamente. Inclui as áreas significativas com risco de erosão.
Espaços Naturais		Albufeiras com o Plano de água delimitado pelo Nível de Pleno Armazenamento acrescido de uma faixa de 100 m.
		Leitos dos cursos de água (corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água com 30 m de largura).
		Inclui a ilha do Cabeço do Fidalgo, bem como estão incluídas as zonas ocupadas por galerias ripícolas e carvalhais, as zonas de matos e matagais, os cursos de águas e sectores específicos da albufeira que são de extrema importância para as populações de avifauna aquática
		Áreas importantes para a conservação da biodiversidade e que consistem nos habitats de cariz natural da RN2000 existentes no concelho 4030, 5110, 5210, 6220 e 6310
Espaços de Recursos Geológicos	**Áreas de exploração consolidada**	Mediante informação da Direção Geral de Energia e Geologia, levantamento de campo e análise e delimitação nos ortofotomapas.
	Áreas de exploração consolidada	Mediante informação da Direção Geral de Energia e Geologia, levantamento de campo e análise e delimitação nos ortofotomapas.
Áreas de Recursos Geológicos Potenciais		Mediante informação da Direção Geral de Energia e Geologia para os Contratos de prospeção e pesquisa.

Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC, Proposta de Plano, 2015

Quadro 36: Quantificação da proposta de solo rural

Categoria e Subcategorias de Espaço			Área		
			Parcial (ha)	Total (ha)	%
Espaços agrícolas	Espaços agrícolas de produção		8.612	10.034	12,3
	Espaços agrícolas de conservação		1.422		2,03
Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal			31.051		44,4
Espaços florestais	Espaços florestais de conservação		9.418	21.308	13,5
	Espaços florestais de proteção		11.890		17,0
Espaços naturais			5.402		7,7
Espaços de recursos geológicos		Espaços consolidados	65	102	0,09
		Espaços complementares	37		0,05
Total de Solo Rural			**67.897**		**97,1**
Solo Urbano			2.021		2,9
Superfície total do concelho			**69.918**		**100,0**

Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC, Proposta de Plano, 2015

A proposta de Solo Urbano foi desenvolvida em articulação com os níveis de hierarquia definidos no Sistema Urbano Proposto, tendo a aplicação dos princípios e critérios apresentados resultado na manutenção da delimitação de perímetros urbanos para todos os aglomerados concelhios, à semelhança do que se verifica no anterior PDM. Uma vez que o anterior PDM de Macedo de Cavaleiros definiu perímetros e ordenamento urbano para todos os aglomerados concelhios, a atual revisão do PDM preocupou-se essencialmente em ajustar os perímetros existentes a novos compromissos, pretensões, sensibilidades, perspetivas de evolução e a um maior rigor na delimitação de condicionantes. É somente proposta a criação de dois novos perímetros urbanos, que representam um acréscimo de 26,7ha de solo urbano: um novo núcleo da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros localizado junto a Latães (25,7 ha); o Bairro da Boa Vida localizado a Nordeste de Chacim e a Nascente da ER216 (1,0 ha).

Quadro 37: Quantificação da proposta de solo urbano em vigor (PDM anterior) e da proposta de revisão (em hectares e em peso percentual)

PDM				Proposta de Revisão do PDM						Comparação	
Subcategorias de Espaço		Área		Subcategorias de Espaço			Área			Área (ha)	Var. (%)
		(ha)	%				Parcial (ha)	Total (ha)	%		
Solos Urbanizados	Espaços Urbanos	1.105,6	66,2	Solos Urbanizados	Espaços Centrais		35,9	1.313,7	65,0	208,1	18,8
					Espaços Residenciais	Tipo I	97,3				
						Tipo II	392,7				
						Tipo III	740,1				
					Esp. de Uso Especial equipamentos		47,7				
	Espaços Industriais Existentes	6,4	0,4		Espaços de Ativ. Económ.		45,9		2,2	39,5	617,2
	Espaços	26,3	1,6		Espaços	Prot. Enq.	26,8	28,4	1,4	2,1	8,0

PDM				Proposta de Revisão do PDM						Comparação	
Subcategorias de Espaço		Área		Subcategorias de Espaço			Área			Área (ha)	Var. (%)
		(ha)	%				Parcial (ha)	Total (ha)	%		
	Verdes				Verdes	Recreio e Lazer	1,6				
Sub-Total		**1138,3**	**68,2**	**Sub-Total**			**1.388,0**		**68,7**	**249,7**	**21,9**
Solos Urbanizáveis	Esp. Urbanizáveis	444,1	26,6	**Solos Urbanizáveis**	Espaços Residenciais	Tipo I	3,7	389,3	19,3	-54,8	-12,3
						Tipo II	48,4				
						Tipo III	70,7				
						Tipo IV	238,8				
					Esp. para Uso Especial de Equipamentos		19,9				
					Esp. para Uso Especial de Turismo		4,0				
					Espaços Verdes para Recreio e Lazer		3,8				
	Espaços Industriais Previstos	87,3	5,2		Espaços para Ativ. Económ.		243,7		12,1	156,4	179,2
Sub-Total		**531,4**	**31,8**	**Sub-Total**			**633,0**		**31,3**	**101,6**	**19,1**
Total de Solo Urbano		**1.669,7**	**100,0**	**Total de Solo Urbano**			**2.021,0**		**100,0**	**351,3**	**21,0**

Fonte: 1.ª Revisão do PDMMC, Proposta de Plano, 2015

Na delimitação das diferentes categorias e subcategorias, o modelo de ordenamento do solo urbano atendeu ainda à disciplina instituída nas várias unidades operativas de planeamento e gestão, planos de urbanização (PU) e de pormenor (PP), pelo respeito das tipologias edificatórias e funcionais preconizadas por esses planos para as respetivas áreas de intervenção.

No que concerne aos parâmetros de regulação da edificação, desde que os PU e PP sejam eficazes, assumiu-se que são seguidas as normas constantes desses planos para as respetivas áreas, sendo as regras do PDM de caráter supletivo. A existência de um regime supletivo para as áreas com PU ou PP em vigor é essencial quer na situação de revogação desses planos, quer em situação de alteração ou revisão dos mesmos.

A compatibilização da Proposta de Plano com os PU e PP em vigor contribui para a eficácia e eficiência do sistema municipal de planeamento urbano, constituindo uma oportunidade relevante ao nível da articulação da disciplina de uso e transformação do solo e da conformação do território do novo PDMMC com esses planos. As delimitações dos planos municipais de ordenamento do território na proposta de Plano foram efetuadas de forma a evitar conflitos com as condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública presentes no território concelhio.

Na1ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, é proposta a elaboração de:

- ✓ **Plano de Urbanização para a U1.**

Esta UOPG corresponde à revisão do plano de urbanização que se encontra em vigor e abrange a cidade de Macedo de Cavaleiros e os aglomerados de Nogueirinha, Travanca e Vale de Prados. Estes têm sido alvo de diversas intervenções ao longo da última década, quer de

requalificação, quer de expansão urbana, assinalando-se a implementação de novos equipamentos públicos, culturais, sociais, escolares e desportivos.

A elaboração deste Plano deverá ter como objetivos centrais:

- ✓ Definir uma estratégia integrada de desenvolvimento, particularizando as diretrizes da Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Estabelecer a organização espacial a partir da qualificação do solo, estabelecendo o zonamento para localização das diversas funções urbanas, a rede viária estruturante, o sistema de circulação e de estacionamento, a localização de equipamentos de utilização coletiva e os espaços verdes urbanos;
- ✓ Promover a requalificação do tecido urbano existente, dinamizando a estrutura económica e comercial existente;
- ✓ Apostar na regeneração urbana do Núcleo Histórico, criando mecanismos que permitam contrariar o seu tendencial despovoamento;
- ✓ Assegurar uma adequada ligação entre as áreas de concentração de equipamentos coletivos e o restante tecido urbano, procurando, sempre que possível, promover nesse interface espaços de recreio e lazer;
- ✓ Integrar o património cultural em presença na vida urbana, revitalizando-o e promovendo a sua reutilização para fins de índole cultural, pedagógica e turística;
- ✓ Articular o tecido urbano definido com os espaços verdes afectos à Estrutura Ecológica Municipal, permitindo, sempre que possível, a sua fruição pela população como área de recreio e lazer.
- ✓ **Plano de Pormenor (PP) ou Unidade de Execução para a U2 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Oeste, U3 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Norte, U4 – Macedo de Cavaleiros - Expansão Nordeste e U6 - Cortiços.**

Os Planos de Pormenor ou Unidades de Execução a elaborar têm por objetivo a definição do desenho urbano para as áreas abrangidas, a desenvolver de forma faseada, segundo os parâmetros estabelecidos nas respetivas subcategorias de espaço, e privilegiando a habitação unifamiliar em moradias isoladas ou geminadas, assegurando a existência de zonas verdes e de equipamentos suficientemente amplas para constituírem locais de referência e de desafogo para utilização da população. Nestas áreas deve procurar definir-se uma rede viária que contribua para uma estruturação do espaço equilibrada, e que garanta boas acessibilidades. Deve ser preferencialmente dada prioridade à área de expansão Oeste.

- ✓ Plano de Pormenor ou Unidade de Execução para a U5, U7 e U8.

U5 – Parque Verde de Macedo de Cavaleiros

O objetivo desta unidade é a criação de um parque verde na cidade de Macedo de Cavaleiros, numa área central que é atravessada por uma linha de água e que se encontra desqualificada, uma vez que corresponde a uma situação de traseiras das diversas frentes urbanas que a envolvem. Desta forma, pretende-se que seja criado um novo espaço verde qualificado que preveja a implementação de um percurso pedonal/ circuito de manutenção, áreas de estadia,

bem como a criação de novas frentes urbanas através da edificação de unidades habitacionais, garantindo também uma ligação equilibrada com os campos agrícolas existentes a sul.

U7 – Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros - Ampliação do Núcleo I e U8 – Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros - Núcleo II

A U7 tem por objetivo assegurar a futura expansão da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros – Núcleo I, enquanto a U8 enquadra a criação de um novo núcleo localizado imediatamente a Norte junto ao aglomerado de Latães. Estas UOPG permitirão assegurar o acolhimento de novas atividades industriais e/ou empresariais e suas funções complementares, designadamente armazenagem, logística, serviços e comércio, devendo ser alvo de uma programação adequada, através da definição de fases distintas de implementação, de modo a que a sua ocupação se dê de forma faseada e equilibrada, num espaço que se pretende qualificado, salvaguardando as áreas com maior sensibilidade ecológica.

- ✓ Plano de Intervenção no Espaço Rural (Plano de Pormenor na modalidade específica) ou Unidade de Execução para a U9 – Núcleo Turístico da paisagem protegida da albufeira do Azibo.

O Núcleo Turístico do Peneireiro está localizado na envolvente da Albufeira do Azibo, tendo sido definido com o objetivo de integrar o campo de golfe que se encontra previsto para esta área e ainda permitir a criação de um empreendimento turístico complementar a este uso.

Pretende-se, com o desenvolvimento deste núcleo, criar uma oferta de alojamento turístico diferenciada da que já existe no concelho, tirando partido das sinergias resultantes da proximidade à albufeira do Azibo, complementadas com a oferta do golfe.

Determina-se para esta Unidade as seguintes orientações:

- ✓ Deve privilegiar-se a concentração das áreas impermeabilizadas e da edificação;
- ✓ A área infraestruturada tem de ser inferior a 30% da área do Núcleo;
- ✓ A capitação de espaços verdes de utilização comum por unidade de alojamento é de 100m^2 e inclui as áreas integradas na estrutura ecológica;
- ✓ A intervenção deve minimizar mobilizações significativas de solos e procurar uma adequada inserção na morfologia do terreno;
- ✓ As soluções arquitetónicas que venham a ser adotadas devem adequar-se às características climáticas da região e valorizar a paisagem e a identidade regional, sem prejuízo de se poder recorrer a soluções inovadoras, desde que não constituam dissonâncias;
- ✓ As soluções paisagísticas devem valorizar os valores naturais e culturais em presença;
- ✓ A estrutura ecológica deve ser contínua e articular-se com a EEM;
- ✓ As áreas onde ocorram povoamentos de sobreiro e azinheira têm de ser delimitadas, estando aí interdita a edificação.

Ao nível da coesão territorial e estrutura urbana, a oportunidade centra-se na promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico e de um desenvolvimento integrado dos

territórios de baixa densidade. Encontra-se implícito o reordenamento dos aglomerados populacionais do concelho de modo a ampliar os benefícios do investimento público, melhorando, em simultâneo, as condições de vida da população residente e as condições de atração de investimento; ao mesmo tempo que se cria massa crítica demográfica e de infraestruturação de suporte à atração de fluxos de investimento e visitantes. Em contrapartida a complexidade reside na dificuldade em criar medidas que possibilitem a inversão da tendência de despovoamento das zonas rurais, face à conjuntura socioeconómica desfavorável atualmente existente no país. Assim, com a necessidade de travar o processo de despovoamento que se tem vindo a realizar de forma continuada, torna-se imperativo desenvolver mecanismos que assegurem um aumento generalizado das condições de vida da população residente.

Os constrangimentos identificados no que concerne à rede viária concelhia, a nível estrutural e funcional que poderão, em certa medida, condicionar o seu bom funcionamento são:

- ✓ Insuficiências registadas ao nível da sinalização horizontal e vertical, assim como, colocação de guardas de segurança, com particular relevância nos troços de vias de maior capacidade que atravessam os aglomerados urbanos;
- ✓ Necessidade de implementação de medidas de acalmia de tráfego no atravessamento de aglomerados urbanos;
- ✓ Estrangulamentos provocados pelo atravessamento de vias com destaque para a ER216, que atravessa a cidade de Macedo e os aglomerados de Olmos, Chacim e Peredo, a ER206, que atravessa Vila Nova da Rainha e Lamalonga, a EN316, Espadanedo e a EN317, Bagueixe, com impactes negativos na qualidade de vida e segurança urbanas, e no nível de serviço da própria via.

Na Proposta de Plano são identificadas quais as vias integradas na Rede Nacional, cuja concretização permitirá uma melhoria sensível das suas acessibilidades externas a diversos níveis, bem como os investimentos, por iniciativa da autarquia (em curso ou planeadas) com relevância no âmbito das acessibilidades e da mobilidade urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros, incluindo a beneficiação (a curto prazo) de algumas estradas e caminhos municipais.

Globalmente, e no que respeita à Rede Municipal, verifica-se que as intervenções que têm vindo a ser feitas ao longo dos últimos anos contribuíram para a melhoria das condições de circulação, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais.

Foi definido um conjunto de propostas, tendo como objetivo a melhoria efetiva da estrutura e funcionalidade da rede viária concelhia, como sejam: intervenções de pavimentação/construção de vias, que passam a desempenhar funções com algum relevo no contexto da rede concelhia, possibilitando o fecho de algumas malhas viárias, bem como a melhoria das acessibilidades a nível local e a apresentação de uma solução de traçado relativa ao troço Poente da EN317 (ligação IP4 - Vinhas), propondo como alternativa ao disposto no PRN2000 (ligação ao Nó de Podence) um alinhamento desviado na direção Norte, com conexão ao Nó de Quintela de Lampaças do futuro IP4/A4. Esta última opção teve em particular atenção às condicionantes e a elevada sensibilidade da área de "Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo" (sujeita a Plano de Ordenamento específico), sendo ainda proposto o aproveitamento de parte do traçado da EM550 – numa extensão aproximada de 1 800m, a ser

objeto de beneficiação e alargamento –, bem como uma "Variante a Vinhas", na ligação ao traçado existente da EN317 (troço Vinhas - Izeda). É ainda preconizada uma nova hierarquização funcional da rede rodoviária em três sistemas funcionais, aos quais estão associadas diferentes características e exigências operacionais, com parâmetros de conceção e de proteção adequados ao seu eficaz desempenho.

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

No domínio dos Riscos e Proteção Civil, o município de Macedo de Cavaleiros dispõe de dois instrumentos fundamentais (ainda que intimamente relacionados e articulados) para a intervenção ao nível do planeamento, prevenção, proteção e socorro: Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos (que no essencial procede à identificação e cartografia dos riscos) e o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), que tem como objetivo central a organização dos meios humanos e materiais e a indicação dos procedimentos para fazer face às situações de emergência que possam constituir uma ameaça para as pessoas, os bens, o ambiente ou a operacionalidade do concelho.

Neste contexto, na Proposta de Plano foram consideradas as áreas sujeitas aos seguintes riscos ao uso do solo: Movimento de vertentes; Ocorrência de sismo; Inundação; Inundação por rutura de barragem; áreas com risco de incêndio florestal; e Classificação acústica; sendo a sua ocorrência no território, sempre que possível, cartografada. No âmbito da Proposta de Ordenamento e atendendo aos riscos identificados, procurou-se minimizar os conflitos entre as áreas de risco de nível mais elevado com as propostas não só de solo urbano, mas também nas categorias de solo rural. Desta forma, procurou-se integrar, sempre que possível, as áreas de risco mais significativo em solo rural ou em espaços verdes. Assim, a Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros contribui para a prevenção e para a mitigação de danos e impactes associados aos riscos identificados, através de um conjunto de restrições e condicionalismos à ocupação/edificação das áreas de maior suscetibilidade, pormenorizadas no Regulamento do Plano.

Assim, a título de exemplo, e atendendo às consequências sobre pessoas e bens que poderão estar associadas à eventual ocorrência de movimentos de vertente, no âmbito da proposta de ordenamento da revisão do PDM, identificaram-se as áreas de maior perigosidade, distinguindo-se as duas classes de perigosidade mais alta (elevada e muito elevada) - ao deslizamento e rutura de solos, situadas em especial nas zonas com geologia mais desfavorável - e prevendo regulamentação diferenciada para as áreas enquadradas em cada uma delas.

No Artigo 87.º - Regime específico – do Regulamento, é referido o seguidamente enunciado:

1. "*Nas áreas com risco de movimento de vertentes sujeitas a perigosidade elevada quando permitida a construção de novos edifícios ou conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes tem de ser efetuado o reforço dos terrenos e a estabilização dos taludes.*

2. Nas áreas com risco de movimento de vertentes sujeitas a perigosidade muito elevada a ocupação destas áreas obedece aos seguintes condicionalismos:

a) A construção de novos edifícios só é permitida quando seja comprovada a inexistência de risco de derrocada, após elaboração de estudo específico;
b) Quando permitida a construção de novos edifícios ou conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes tem de ser efetuado o reforço dos terrenos e a estabilização dos taludes."

Ainda no contexto da temática dos riscos, refira-se que as áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta, definidas no PMDFCI e no POM, são revertidas para a Planta de Condicionantes Anexa – Defesa da Floresta contra Incêndios, integrante da 1.ª Revisão do PDMMC cujas disposições se regem, no que diz respeito ao uso, ocupação e transformação do solo, pelas disposições expressas no Regulamento do PDMMC, condicionadas ao respetivo regime legal vigente da servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. Tendencialmente, esta carta deverá ser atualizada anualmente pela Autarquia.

5.3.3 Diretrizes para seguimento

Apresentam-se no Quadro 38 as diretrizes de seguimento para *FCD#3 Ordenamento do Território e Coesão Territorial*.

Quadro 38: Diretrizes para seguimento do FCD#3 Ordenamento do Território e Coesão Territorial

Diretrizes de Planeamento e Gestão
- Promover o desenvolvimento de elementos de polarização funcional em áreas de uso quase exclusivamente habitacional, contribuindo para a emergência de centros secundários locais
- Acompanhar a implementação do modelo espacial e de nucleação proposto, nomeadamente no que respeita à capacidade do mesmo fixar a população das zonas mais rurais
- Condicionar o licenciamento de operações urbanísticas em áreas urbanizáveis à prévia urbanização e infraestruturação dessas áreas
- Implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético
- Definir níveis mínimos de certificação energética e ar interior no licenciamento urbanístico de edifícios e equipamentos públicos, empreendimentos turísticos, e outras edificações de carácter estruturante
- Assegurar a execução dos requisitos definidos no âmbito do Plano Municipal de Emergência de Macedo de Cavaleiros
Diretrizes de Monitorização
- Monitorizar a elaboração da Agenda 21 Regional do Nordeste Transmontano e respetiva implementação
- Monitorizar a aplicação dos parâmetros de edificação propostos para as diferentes categorias e subcategorias de espaço
- Monitorizar a aplicação das normas do PDM nas áreas de incidência de PU e PP que se encontrem em elaboração à data de revisão do PDM até à entrada em vigor daqueles planos
- Monitorizar a execução de operações urbanísticas em solo urbanizado tendo em conta a sua

natureza, dimensão e inserção no tecido urbano envolvente - Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO_2 e por tipo de setor consumidor/emissor (transportes, RSU, indústria, setor doméstico) - Monitorizar as componentes ambientais ao nível da poluição sonora e atmosférica - Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável no concelho (em estreita colaboração com a CCDR-N, DGEG, entre outras) - Monitorizar a evolução dos riscos relativos a áreas com riscos de inundação e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal	
Quadro de Governança	
Entidades	**Responsabilidades**
CMMC	- Verificar o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis às diferentes categorias e subcategorias de solo rural e urbano - Conter a dispersão urbana em solo rural, nomeadamente através da imposição de condicionantes de edificabilidade neste tipo de espaços (incluindo nos espaços condicionados, como a RAN) - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo - Promover o desenvolvimento de centros secundários locais - Fomentar o uso racional e eficiente da energia e o recurso a fontes de energia renovável
Câmaras Municipais dos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vimioso e Vila Flor, cidadãos, técnicos, empresários, associações e outros grupos de relevo numa comunidade	- Definição das prioridades para o desenvolvimento sustentável do seu concelho no trinómio: economia, social e ambiental e concretização das ações e projetos a desenvolver por grupo temático
CCDR-N	- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território regional, assegurando o cumprimento das condicionantes regionais nesta matéria
População em geral	- Participar nos processos de consulta pública desenvolvidos no âmbito de ações de planeamento urbano - Participar em inquéritos de perceção e satisfação públicas em relação à qualidade do espaço e vivência urbana - Adotar comportamentos de prevenção (medidas de autoproteção) e adaptação aos riscos naturais - Adotar hábitos de consumo energético mais eficientes

5.4 FCD#4 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

5.4.1 Análise tendencial

5.4.1.1 Infraestruturas

No concelho de Macedo de Cavaleiros a população encontra-se na sua totalidade servida por rede pública de abastecimento de água, verificando-se apenas ausência de abastecimento a algumas edificações isoladas, no espaço rural, para as quais a dotação de sistema de abastecimento se afigura inviável do ponto de vista económico; nestes casos o fornecimento de água é garantido através do recurso a furos particulares. Neste sentido, o abastecimento público domiciliário de água apresenta atualmente um funcionamento bastante satisfatório, servindo, quase 100% da população concelhia, apenas estando por servir a população considerada residual, ou seja, residente em habitações localizadas fora dos aglomerados populacionais.

O abastecimento de água no concelho de Macedo de Cavaleiros é sustentado pelo Sistema do Azibo (com origem nessa albufeira), da responsabilidade da AdTMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e por um conjunto de sistemas municipais cuja gestão é, naturalmente, da responsabilidade da Autarquia. O município não é, no entanto, completamente autónomo no que diz respeito à origem da água que abastece a população, recorrendo-se à albufeira de Camba (concelho de Alfândega da Fé).

Saliente-se o facto de ao longo de toda a rede de distribuição de água, se verificar a ocorrência frequente perdas de água, que normalmente resultam de:

- ✓ Ausência de estanqueidade absoluta das componentes do sistema;
- ✓ Ocorrência de parcelas de água não recuperadas nos processos de tratamento; existência de ligações clandestinas ao sistema de abastecimento;
- ✓ Ausência de contagem de água utilizada de forma legal.

Este é um domínio onde será fundamental intervir atendendo a que concorre diretamente para uma maior eficiência (económica e ambiental) do sistema. Assim, deverão a AdTMAD e a Autarquia em conjunto proceder à implementação, não só de medidas que permitam minimizar estas perdas, mas também de um sistema de monitorização eficaz.

Admite-se que com a entrada em funcionamento dos novos sistemas de abastecimento (quer o intermunicipal, quer os municipais integrados) a situação melhore de forma progressiva, ainda assim, deverão ser feitos todos os esforços, pelas entidades que gerem os sistemas de abastecimento, para implementar uma estratégia conjunta e pró-ativa de controlo de perdas de água.

Para a resolução deste problema é recomendada como medida minimizadora destas perdas, a promoção de uma campanha de identificação de fugas e eventuais tomadas de água clandestina, que permita, por um lado a eliminação de ligações clandestinas, e por outro a instalação de contadores em ramais de alimentação de usos públicos camarários. Existem, ainda, perdas de água e problemas de abastecimento que importa ultrapassar, no que diz respeito aos sistemas de rega, assumindo estes últimos particular destaque no contexto do

abastecimento de água para fins agrícolas durante o período estival (julho a setembro), que representa cerca de três quartos das necessidades de água totais anuais, uma vez que, é nesse período que as disponibilidades hídricas são menores.

Não obstante o bom nível de serviço de abastecimento de água, interessa referenciar algumas ameaças à qualidade, nomeadamente as relacionadas com o risco de contaminação.

Esta questão está frequentemente associada a descargas de águas residuais domésticas e de explorações pecuárias, à utilização de fertilizantes, de pesticidas e de herbicidas na agricultura, à deposição de resíduos sólidos no solo e à presença de águas lixiviantes com deposição de terras na proximidade de linhas de água. Neste domínio a intervenção deverá passar por um acompanhamento dos potenciais focos de contaminação, em particular daqueles que se encontrem na proximidade de captações de água e de linhas de água, assegurando-se assim uma manutenção generalizada da qualidade dos recursos hídricos.

Tal como o que acontece com o abastecimento de água, também no domínio dos sistemas de saneamento se pode considerar que a quase totalidade da população concelhia dispõe de ligação à rede de drenagem estando mesmo servida por instalações de tratamento, uma vez que quase todos os aglomerados têm sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

Desde 2008 que a quase totalidade da população concelhia é servida por sistema de drenagem de águas residuais, situação muito favorável atendendo ainda a algumas debilidades existentes no panorama nacional; também o nível de atendimento relativamente à dotação de instalações de tratamento de águas residuais é muito satisfatória, sendo que a população servida se encontra acima dos 90%, situação que evoluiu muito favoravelmente ao longo dos últimos anos – refira-se que em 2006 esta não chegava aos 80%.

De referir que os aglomerados da freguesia de Soutelo Mourisco, e os lugares de Valongo, Bouzede, Argana, Carrapatinha, Azibeiro, Arrifana, Pontão de Lamas e Paradinha de Besteiros constituem uma exceção a esta situação verificando-se que aqui os sistemas de deposição de efluentes são individuais (fossas sépticas individuais), não havendo nestes casos um controle efetivo por parte dos serviços municipais do seu funcionamento. Relativamente a estes, atendendo ao muito reduzido número de habitantes que possuem, poderá não se justificar o investimento em infraestruturas de deposição e tratamento de resíduos coletivas, contudo, deverá ser feito, por parte dos serviços municipais, um acompanhamento e monitorização frequentes do funcionamento das fossas individuais e dos pontos de descarga dos efluentes.

À semelhança do que acontece com as infraestruturas de abastecimento de água, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a AdTMAD dividem entre si a responsabilidade da recolha e tratamento das águas residuais do concelho. A primeira é responsável por cinco ETAR do concelho e por um conjunto de outras infraestruturas, emissários e estações elevatórias, sendo que aquelas com maior extensão integram o que se poderá designar por sistema de Macedo de Cavaleiros.

A Autarquia tem a seu cargo a gestão do sistema de recolha de efluentes no interior dos aglomerados e os sistemas autónomos de tratamento – fossas séticas coletivas e ETAR compactas. A percentagem de cobertura dos efluentes domésticos é de 99%.

O sistema de Macedo de Cavaleiros recolhe os efluentes produzidos na cidade, em Amendoeira (servindo inclusive a zona industrial), Travanca, Castelãos, Vilar de Monte, Grijó, Carrapatas, Vale Benfeito e Bornes, conduzindo-os posteriormente por meio de emissários gravíticos ou condutas elevatórias às ETAR de Macedo de Cavaleiros e de Carrapatas. As restantes três ETAR geridas pela AdTMAD situam-se em Santa Combinha, Morais e Talhas e tratam apenas as águas residuais desses núcleos urbanos. De referir que em todas as ETAR o nível de tratamento não vai além do secundário.

No que diz respeito aos sistemas autónomos estes integram, atualmente, 51 ETAR compactas e três fossas séticas coletivas que asseguram a deposição dos efluentes da quase totalidade dos aglomerados do concelho. Refira-se que apenas não possuem qualquer sistema coletivos nenhum dos aglomerados da freguesia de Soutelo Mourisco, e os lugares de Valongo, Bouzede, Argana, Carrapatinha, Azibeiro, Arrifana, Pontão de Lamas e Paradinha de Besteiros, nestes aglomerados os efluentes são conduzidos a fossas individuais. A dotação destes aglomerados de sistemas coletivos deverá ser a prioridade e intervenção do município neste domínio.

Ao nível da rede separativa de recolha de águas pluviais, esta encontra-se instalada apenas em algumas áreas da sede de concelho. Seria pois conveniente equacionar a extensão deste sistema, pelo menos à totalidade da cidade de Macedo de Cavaleiros e aos principais aglomerados concelhios, e garantir que todas as novas áreas urbanas que venham a ser criadas assegurem a separação dos efluentes. Este facto potencia o futuro aproveitamento deste recurso, atendendo à crescente necessidade de procurar soluções sustentáveis para a utilização da água.

Não foram identificadas carências significativas ou disfunções ambientais no sistema de recolha e tratamento de RSU no concelho, estando as intervenções previstas essencialmente associadas a melhorias e dotação de maior capacidade e cobertura ao sistema, sobretudo ao nível da deposição de resíduos recicláveis.

O sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) atinge já há longos anos a totalidade da população concelhia, tendo-se verificado mais recentemente um incremento da aposta na recolha diferenciada de resíduos, não só com a instalação de ecopontos mas também com a promoção de diversas campanhas de sensibilização das populações para a temática dos RSU. Em Macedo de Cavaleiros, tanto a recolha indiferenciada como a recolha seletiva, são da responsabilidade da Resíduos do Nordeste.

A recolha indiferenciada dos RSU abrange a totalidade do concelho e é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados e de acordo com circuitos de recolha pré-definidos. A deposição dos resíduos domésticos é feita por meio de contentores, com capacidade de 1100, 1000 ou 800 litros; atualmente encontram-se distribuídos pelo município 1040 contentores (519 com uma capacidade de 1100 litros, 89 de 1000 litros e 432 de 800 litros), sendo que, em termos de distribuição do equipamento, se destaca naturalmente a cidade de Macedo de Cavaleiros, por concentrar o aglomerado mais populoso do concelho (314 contentores).

A periodicidade da recolha varia, efetuando-se diariamente (exceto domingos) na sede de concelho e uma vez por semana no Inverno, e duas no Verão, nos restantes aglomerados concelhios.

Uma vez recolhidos, os RSU são encaminhados para o Aterro Sanitário de Urjais (destinado à deposição de resíduos não perigosos – resíduos urbanos), situado no limite dos concelhos de Mirandela e de Vila Flor. O Aterro Sanitário é o local onde são depositados os resíduos que já não podem ser alvo de valorização e os que resultam da recolha indiferenciada. Este encontra-se preparado para assegurar medidas de proteção e controlo que possibilitam a monitorização ambiental do aterro, que inclui a vigilância de assentamentos e enchimentos, lixiviados, águas subterrâneas, superficiais e gases. Os lixiviados provenientes do Aterro Sanitário de Urjais encontram-se a ser tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes no aterro. O Aterro Sanitário entrou em funcionamento em Setembro de 1997 e a sua vida útil está prevista até 2017. Além de receber os RSU dos concelhos que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, alargou a sua área de influência para os municípios que integram o Douro Superior e, ainda, a Terra Fria do Nordeste Transmontano.

Assinala-se ainda a existência de uma Central de Valorização Energética de Biogás que tem como objetivo a recuperação da energia produzida a partir dos RSU depositados no Aterro evitando, ao mesmo tempo, a libertação dos gases para a atmosfera. Em 2010, esta Central produziu um total de 2.507.056 kWh de energia, tendo sido evitada a emissão de 1.103,1 toneladas de dióxido de carbono. Uma última referência para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, que se encontra em construção e que irá tratar a totalidade dos resíduos recolhidos no Nordeste Transmontano (Terra Quente, Terra Fria e Douro Superior). Esta unidade irá separar mecanicamente a fração orgânica dos RSU para submetê-los a processos de biometanização e compostagem, sendo também assegurada de forma automática e manual a separação de materiais recicláveis.

Uma última referência para o Ecocentro de Macedo de Cavaleiros, que se localiza na sede de concelho, e que permite a deposição de resíduos de outra natureza e dimensões, nomeadamente monstros domésticos.

Apesar do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos estar já totalmente enraizado no quotidiano dos munícipes, e de não estarem previstas intervenções de vulto no campo dos RSU para o concelho, importa chamar a atenção para a importância de serem controlados eventuais depósitos ilegais de sucatas e de entulhos.

A Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU):

- ✓ Em 2008: 336 kg/hab/ano ou 0.921 Kg/dia;
- ✓ Em 2009: 322 kg/hab/ano ou 0.881 Kg/dia.

No ano de 2013 existiram 5244,65 toneladas de Resíduos sólidos urbanos domésticos produzidos, sendo os Resíduos urbanos domésticos *per capita* de 332,44 t/hab.

Relativamente à recolha seletiva, esta é também da responsabilidade da Resíduos do Nordeste, sendo os resíduos, posteriormente transportados para a Estação de Triagem dos Resíduos do Nordeste, em Mirandela. É nesta estação que são recebidos os materiais provenientes da recolha seletiva (ecopontos), para se proceder à sua separação final e acondicionamento para posterior envio para as respetivas unidades de reciclagem.

Em 2011 encontravam-se distribuídos pelo concelho um total de 67 Ecopontos, dispondo Macedo de Cavaleiros da existência de um ecocentro, localizado na cidade, onde os resíduos

para reciclagem, com um volume superior aos ecopontos, podem ser depositados e armazenados em contentores por tipo de material para posterior tratamento e reciclagem.

O sistema de recolha de *monstros* (resíduos como eletrodomésticos, mobiliário, baterias, pneus, etc., que pela sua natureza, peso e dimensão não podem ser objeto de remoção normal) funciona com base em oito pontos de recolha distribuídos pelo concelho – Podence, Espadanedo, Sezulfe, Limãos, Gralhós, Arcas, Chacim e Morais – tendo a sua localização sido definida com base num modelo de áreas de influência. Estes resíduos são posteriormente depositados no Ecocentro.

A Resíduos do Nordeste tem desenvolvido algumas iniciativas no campo da sensibilização e da educação ambiental junto da população em geral, alertando para o problema dos RSU e para a importância da implementação da política dos três R's.

Encontram-se em fase de implementação diversos projetos, nomeadamente o "*Roadshow* de Sensibilização Ambiental", que pretende sensibilizar toda a população da área de intervenção da Resíduos do Nordeste para a problemática ambiental atual, focando 5 áreas temáticas (água, resíduos, ruído, poluição atmosférica e energia), com vista à adoção de comportamentos pró-ambientais. Consiste num veículo itinerante que se desloca a todos os municípios, permitindo às áreas mais remotas aceder à informação (atendendo à existência de uma população envelhecida e sem meios de transporte).

A Percentagem de RSU recolhidos seletivamente, com base nos dados disponíveis é:

- ✓ 2008 – 6,07%
- ✓ 2009 – 6,83%

Aumentaram as recolhas seletivas de todas as categorias (vidro, papel e embalagens), mas sobretudo as embalagens e o papel. A taxa de recolha seletiva de RSU nacional foi de 4,9%, em 2004 (Fonte: INE) e a Distrital, em 2007 foi de 5.99%.

Os Resíduos de embalagem recolhidos seletivamente (ecoponto, porta-a-porta e ecocentro em toneladas em 2013, total – 243,1 t: contentor azul (inclui papel/ cartão não embalagem) – 84,59 t; contentor amarelo – 64,06 t; contentor verde – 94,45 t. Existem ainda 1074 pontos de recolha seletiva de REEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares usados.

A empresa do Grupo Santos, Viagens e Turismo e RodoNorte é a empresa que assegura o serviço de transporte coletivo a nível concelhio, efetuando o seguinte conjunto de carreiras regulares:

- ✓ Parada (Alfândega da Fé) - cidade de Macedo de Cavaleiros, com paragem em: Peredo, Lombo, Chacim e Olmos (duas ligações diárias de segunda a sexta-feira). Na época de aulas esta linha também faz o transporte dos alunos para as escolas da cidade de Macedo de Cavaleiros;
- ✓ Freixo de Espada à Cinta (por Torre de Moncorvo) - cidade de Macedo de Cavaleiros, com paragem em: Bornes, Vale Benfeito e Grijó (duas ligações diárias de segunda a sexta-feira); Murçós - cidade de Macedo de Cavaleiros, com paragem em: Espadanedo, Soutelo Mourisco, Vilar Douro, Bousende, Cabanas, Valongo, Edroso, Podence e Arrifana (duas ligações diárias em dias de feira).

Estas carreiras asseguram o serviço a poucos aglomerados (maioritariamente localizados na zona sul), e ainda algumas ligações interurbanas, verificando-se contudo um escasso número de circulações diárias disponíveis, a existência de um serviço adaptado a níveis de procura relativamente diminutos e com necessidades de mobilidade muito específicas, como sucede no caso do acesso da população estudantil aos estabelecimentos de ensino situados em Macedo de Cavaleiros.

Em síntese, mesmo atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, pode considerar-se como muito reduzido o grau de cobertura alcançado pelo transporte coletivo de passageiros, sendo contudo de salientar a existência de ligações de âmbito local que possibilitam a ligação entre Macedo de Cavaleiros e alguns aglomerados.

Por fim, referência para o serviço de transporte público prestado pelos táxis licenciados no concelho, os quais apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte coletivo.

A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros disponibiliza um serviço de Plano de Transporte Escolar destinado a garantir o transporte aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino situados na sede de concelho e ainda nos concelhos vizinhos de Bragança (Izeda) e Mirandela (Torre D. Chama). Este serviço abrange horários e zonas não servidas pelo transporte público regular, sendo assegurado quer pelas carreiras públicas da empresa do Grupo Santos, Viagens e Turismo e RodoNorte e outras como a Rede de Expressos, quer através de Circuitos Especiais de Transportes Escolares (serviços municipais e de aluguer). No ano letivo 2011/2012, este Plano assegurou o transporte a 759 crianças e jovens (53 alunos do ensino pré-escolar, 178 do 1º ciclo, 144 do 2º ciclo, 223 do 3º ciclo e 161 do secundário).

Não existe, no município, transporte público adaptado a idosos ou pessoas portadoras de deficiência. A CERCIMAC possui uma carrinha adaptada que utiliza para transportar os seus utentes. A Câmara Municipal tem uma carrinha com rampa. Normalmente, quando as pessoas têm necessidade deste tipo de transporte normalmente recorrem aos bombeiros.

FIGURA 15: CIRCUITOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES E NÚMERO DE ALUNOS

Itinerários	N.º de alunos
Burga, Bornes, Vale Benfeito, Grijó, Vilar do Monte /Macedo de Cavaleiros	71
Cernadela, Cortiços, Carrapatas/ Macedo de Cavaleiros	22
Peredo, Lombo, Chacim, Olmos, Castelãos / Macedo de Cavaleiros	58
Arcas, Ferreira, Mogrão (Cruz), Comunhas (Cruz), Corujas, Lamas, Arrifana / Macedo de Cavaleiros	50
Meles, Brinço, Ala, Sezulfe, Vale Pradinhos, Pinhovelo, Amendoeira / Macedo de Cavaleiros	38
Lagoa, Morais, Castro Roupal, Limãos, Bairro Social / Macedo de Cavaleiros	76
Talhas, Talhinhas, Gralhós, Bagueixe, Vinhas, Valdrez, Salselas, Vale da Porca, Centro D. Abílio / Macedo de Cavaleiros	62
Murçós, Soutelo Mourisco (Cruz), Espadanedo, Valongo, Bousende (Cruz), Edroso, Podence, Stª Combinha, Vale de Prados / Macedo de Cavaleiros	53
Latães, Gradíssimo, Nogueirinha / Macedo de Cavaleiros	21
Murçós, Soutelo Mourisco e Cabanas (Cruz), Espadanedo, Valongo, Bousende (Cruz), Edroso, Podence, Stª Combinha / Macedo de Cavaleiros	14
Sezulfe, Vale Pradinhos, Amendoeira, Latães, Gradíssimo, Nogueirinha /Macedo de Cavaleiros	24
Cernadela, Cortiços, Carrapatas, Grijó-Mina / Macedo de Cavaleiros	21
Limãos, Valdrez, Salselas, Vale da Porca, Castelãos, Bairro Social / Macedo de Cavaleiros	27
Arcas, Ferreira, Mogrão, Comunhas, Vale de Prados / Macedo de Cavaleiros	22
Burga, Bornes, Vale Benfeito, Grijó, Vilar do Monte, Castelãos, Bairro Social, Centro D. Abílio Vaz das Neves /Macedo de Cavaleiros	50
Meles, Brinço, Ala, Corujas, Lamas, Arrifana, Vale de Prados / Macedo de Cavaleiros	26
Peredo, Lombo / EB 1 de Chacim	14
Burga - Cruz.Mouco / Bornes	4
Malta, Cruz.Olmos, Chacim /Jardim de Infância de Peredo	7
Cabanas, Vilar D´Ouro, Soutelo Mourisco / Espadanedo	4
Bousende-Cruz.Edroso	3
Bagueixe, Vinhas, Castro Roupal / EB 1 e Jardim de Infância de Morais	8
Lagoa /Jardim de Infância de Morais	5
Lagoa /E.B 1 Morais	4
Paradinha, Sobreda, Cruz. Sobreda / EB 1 de Morais -Total de alunos	7
Talhas, Talhinhas, Gralhós / EB 1 e Jardim de Infância de Morais- Total de alunos	7
Itinerários para escolas de outros concelhos	-
Talhas, Talhinhas, Gralhós / Izeda	9
Arcas, Vilarinho de Agrochão, Fornos de Ledra, Vila Nova da Rainha, Lamalonga /Torre D.Chama	45
Argana /Torre D. Chama	4
Vilarinho do Monte / Torre D. Chama	3
Total	**759**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

O concelho apresenta elevados índices de qualidade de vida e de bem-estar para a população. No que concerne ao quadro infraestrutural básico e respetivos níveis de cobertura assegura

uma cobertura de 100%, apresentando igualmente elevadas taxas no que concerne à drenagem e tratamento de águas residuais.

Assim, em termos gerais, o município encontra-se satisfatoriamente dotado das principais infraestruturas urbanas, pelo que perante uma rede consolidada e bastante desenvolvida, os investimentos futuros não deverão promover o desenvolvimento e expansão da rede atual, mas sim a criação de um modelo sustentado de manutenção dos diversos equipamentos.

Mais do que assegurar as condições básicas de sobrevivência, nomeadamente de habitação e saneamento básico, trata-se, antes, de criar um conjunto de condições que potenciem a qualidade de vida da população para além do vital, o qual está, de um modo geral, assegurado.

No concernente a Operadoras de carreiras que servem o concelho, admite-se que a não ser repensado o conjunto do serviço de transportes públicos coletivos (cobertura territorial, temporal e qualidade do serviço prestado), a tendência é para a manutenção de níveis de procura relativamente baixos que não incentiva a criação de novas carreiras; neste âmbito, o setor perde competitividade, não se revela um investimento atrativo para os operadores, nem tampouco para os utentes.

5.4.1.2 População

As tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

O concelho de Macedo de Cavaleiros está, efetivamente, a registar um tendencial envelhecimento da sua pirâmide etária, materializado duplamente: **i**) envelhecimento na base da pirâmide, nomeadamente com a progressiva redução do peso da população jovem (12% em 2011) e **ii**) progressivo incremento da percentagem de população idosa (28%, em 2011).

Sendo os equipamentos coletivos destinados à utilização de toda a população concelhia, com o fim último de satisfazer as necessidades básicas da população, a análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população que se destina servir, exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social se destinam a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos.

Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem.

Quadro 39: População por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino no concelho de Macedo de Cavaleiros

Escalão etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 2001
0-2 anos	Creche	358
3-5 anos	Jardim Infantil	551
6-9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	581
10-11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	511
12-14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	511
Subtotal (população jovem)	-	2.512
15-17 anos	Ensino Secundário	628
≥ 65 anos (população idosa)	Lares e Centros de Dia	4.450 *

* Valor de população apurado de acordo com os dados provisórios dos Censos 2011

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Educação pré-escolar

No concelho existem 12 Jardins-de-Infância, seis dos quais na freguesia de Macedo de Cavaleiros, com capacidade para 550 crianças, mas no ano letivo 2009/2010 frequentaram este nível de ensino apenas 305 crianças. Destes Jardins-de-Infância 3 são privados, ficando todos localizados na freguesia de Macedo de Cavaleiros e são os que apresentam um maior rácio de alunos.

Se considerarmos apenas os alunos inscritos nos equipamentos públicos, que no ano letivo de 2009/2010 foram cerca de 150 crianças, verificamos que a oferta pública existente detém uma taxa de cobertura (diferencial entre a população existente no escalão etário respetivo - população escolarizável e a população escolarizada) de apenas 27%, isto tendo em consideração os valores demográficos de 2001, que se creem mais baixos atualmente em função das dinâmicas demográficas operadas, pelo que o valor da taxa de cobertura deverá ser substancialmente superior.

Com estes valores, verifica-se que a taxa de ocupação das instalações existentes é na ordem dos 55%, e se considerarmos apenas os equipamentos públicos observamos que essa taxa de ocupação ainda é mais baixa, na ordem dos 43%, verificando-se uma expressiva subocupação do parque escolar ao nível da educação pré-escolar.

Quadro 40: Educação Pré-Escolar (Jardins-de-Infância) no ano lectivo 2009/2010

Freguesias	N.º de Unidades	N.º de Alunos	Capacidade	N.º de Salas
Macedo de Cavaleiros	6	260	350	14
Vale da Porca	1	5	25	1
Peredo	1	4	50	1
Lombo	1	6	25	1
Grijó	1	6	25	1
Podence	1	13	50	1
Morais	1	21	25	2
TOTAL	**12**	**305**	**550**	**21**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

1.º Ciclo do Ensino Básico

Em Macedo de Cavaleiros a oferta pública de 1º ciclo do ensino básico cinge-se à existência de 4 estabelecimentos, nomeadamente o Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros (Polos I e II) a Escola Básica de Chacim e a Escola Básica de Morais, localizados nas freguesias com a mesma designação. De salientar que no espaço de apenas 6 anos (ano letivo 2005/2006) encerraram 43 escolas primárias existentes no concelho, na sequência da implementação das politicas emanadas da Administração Central e algumas incorporadas na Carta Educativa municipal.

Estes estabelecimentos de ensino ministraram o 1º ciclo, no ano letivo de 2009/2010, a cerca de 496 alunos, num total de 25 salas com capacidade para 625 alunos, o que nos indica uma taxa de ocupação na ordem dos 79%., e um rácio de 25 alunos/sala.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Os alunos do 2º e 3º ciclo distribuem-se por dois estabelecimentos de ensino, um público - Escola EB2,3 e Secundária de Macedo de Cavaleiros, localizado na cidade, e um privado – Colégio Ultramarino Nossa Senhora da Paz, situado em Chacim, sendo que este último é o único estabelecimento de carácter particular existente nas freguesias rurais do concelho.

O Colégio Ultramarino de Nossa Senhora da Paz é frequentado por alunos não só de Macedo de Cavaleiros, mas também de vários concelhos vizinhos, nomeadamente Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro, Mirandela, Moncorvo, Mogadouro e Vila Flor.

No ano letivo de 2009/2010 frequentaram o 2º ciclo do ensino básico no estabelecimento público cerca de 215 alunos e no privado 73 alunos. No caso do 3º ciclo foi frequentado por 356 alunos no estabelecimento público e 45 alunos no estabelecimento privado.

Considerando o estabelecimento público verificamos taxas de cobertura na ordem dos 42% para o 2º ciclo do ensino básico e de 70% para o 3º ciclo. Porém e à semelhança do que tem vindo a ser descrito trata-se de valores meramente indicativos pois está-se a considerar a

população de referência do ano de 2001 e no espaço de uma década o cenário demográfico alterou-se substancialmente.

Ensino Secundário

No concelho existe apenas a Escola EB2,3 e Secundária de Macedo de Cavaleiros, a qual foi frequentada no ano letivo de 2009/2010 por 327 alunos, traduzindo-se numa taxa de cobertura indicativa de 52%.

Este estabelecimento ministra cursos cientifico-humanísticos nas áreas de Ciências e Tecnologias, e Ciências Sociais e Humanas, assim como cursos tecnológicos de informática de gestão, turismo e ambiente rural, técnico de gestão, técnico de animador cultural e técnico de energias renováveis.

Outros

Em Macedo de Cavaleiros existe Ensino Superior ministrado pelo Instituto Jean Piaget. Neste complexo de ensino Superior de Macedo de Cavaleiros estão em funcionamento os seguintes estabelecimentos: Escola Superior de Educação e Escola Superior de Saúde.

No ano letivo de 2010/2011 estavam inscritos nestes estabelecimentos de ensino cerca de 402 alunos o que traduz a importância deste polo de ensino na região.

O campus académico de Macedo de Cavaleiros além dos cursos que conferem o grau de licenciatura dispõe de dois mestrados integrados (2º ciclo) nas áreas de Cuidados Continuados (7 inscritos) e em Educação Especial (26 inscritos).

Em suma, ao nível escolar, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença e possui todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior: 12 estabelecimentos de educação pré-escolar, 4 Escolas Básicas do 1º Ciclo, uma Escola Básica e Secundária (EB2,3/S de Macedo de Cavaleiros). Existe ainda o Colégio Ultramarino de Nossa Senhora da Paz, em Chacim, que é um estabelecimento particular e leciona os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. O ensino superior é ministrado pelo Instituto Jean Piaget, através de dois polos.

Os estabelecimentos do 2.º, 3.º ciclo e do Ensino Secundário e Superior localizam-se na sede do concelho.

A Carta Educativa de Macedo de Cavaleiros encontra-se homologada, e encontra-se totalmente concretizada, pelo que não se perspetivam intervenções futuras no domínio da construção de novos equipamentos de ensino, considerando que os existentes dão resposta às necessidades.

Em termos tendenciais, estabelecem-se as seguintes orientações em matéria de rede de equipamentos de ensino:

- ✓ Monitorização e eventual revisão da Carta Educativa em função da avaliação da concretização das suas propostas, dos novos dados dos Censos 2011 e da realidade educativa municipal;

- ✓ Reutilização dos equipamentos escolares inativos para outras valências, eventualmente direcionadas para o apoio social, a jovens e a idosos, bem como para estruturas recreativas e culturais;
- ✓ Melhorias qualitativas das instalações e condições de funcionamento dos equipamentos existente.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Macedo de Cavaleiros, essa ação passa designadamente por:

FIGURA 16: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL

Apoio à infância e juventude:
Creche
Centro ATL
Lar para crianças
Centro de Reabilitação e Formação de Deficientes
Apoio à população idosa:
Lar
Centro de dia
Apoio domiciliário

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

O concelho de Macedo de Cavaleiros tem manifestado um particular dinamismo no domínio do desenvolvimento social, estando envolvido, desde cedo, na execução de medidas e projetos de apoio vocacionados para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos. Os grupos alvo da incidência dos projetos desenvolvidos e em curso são naturalmente as populações socialmente mais carenciadas, nomeadamente, as pessoas portadoras de deficiência, jovens em risco (toxicodependência), idosos, famílias monoparentais carenciadas, população beneficiária do RMG, crianças oriundas de famílias disfuncionais e desempregados.

Creches

O concelho de Macedo de Cavaleiros possui, três creches localizadas na freguesia de Macedo de Cavaleiros que no presente ano prestam apoio a 123 crianças, num contexto de capacidade para 141 crianças, o que demonstra uma subocupação das estruturas existentes.

A taxa de cobertura, tendo em conta os residentes em 2001, era na ordem dos 34%, porém com o decréscimo populacional verificado e com a diminuição progressiva da taxa de natalidade concelhia, a taxa de cobertura provavelmente será superior. Não obstante, tendo em conta que as metas que estavam estabelecidas pelo Estado para o ano de 2010 eram de 33% ao nível da taxa de cobertura verifica-se que o concelho responde a estes critérios.

Quadro 41: Creches no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	Creche (n.º utentes)
Nuclisol – Piaget	Macedo de Cavaleiros	50	40
Centro N. S. de Fátima		58	58
Sociedade de Educação Infantil Macedense		33	15
TOTAL		**141**	**123**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Considerando as projeções demográficas, verifica-se que a oferta proporcionada pelas três creches existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros será, em teoria, suficiente para as necessidades suscitadas até 2021, na medida em que os dois cenários de evolução populacional admitidos contemplam o decréscimo demográfico e a clara diminuição da população infantil. Neste âmbito, o concelho não deverá necessitar de mais nenhuma creche até 2021, excetuando se a taxa de cobertura estabelecida pela Administração Central ascender, entretanto, a um valor bastante superior. Não obstante o contexto traçado, propõe-se que, na perspetiva de uma dotação territorial mais equilibrada e socialmente mais equitativa, e sobretudo, num contexto económico local e nacional mais favorável, que se incentive/favoreça a criação de uma creche em Morais, naquele que é o 2º núcleo populacional do concelho e que se espera, de futuro, que venha a assumir esse papel de forma substancialmente reforçada, tanto em termos demográficos como de equipamentos e serviços de apoio à população.

Em síntese, propõe-se que, idealmente, se deva aumentar ligeiramente a capacidade atual por via da ampliação, preferencialmente, das instalações existentes, caso no curto prazo isso se justifique, e ainda implantar uma creche em Morais.

Atividades de Tempos Livres (ATL)

No concelho de Macedo de Cavaleiros existem 3 instituições que se encontram em funcionamento e que possuem a valência de Atividades de Tempos Livres (ATL), dando apoio (ano de 2011) a 117 alunos, com um total de capacidade para 130 alunos. O diferencial entre a oferta ao nível da capacidade dos ATL e a atual ocupação, por si só, traduzem uma situação confortável, na medida em que ainda existe possibilidade de assegurar apoio a mais 13 alunos.

Também nesta valência se regista uma total polarização da sede do município em detrimento do restante território concelhio, que não possui nenhuma valência de ATL. Contudo, face ao cenário global concelhio, e à recente distribuição do ensino no concelho, a distribuição destas unidades encontra-se relativamente ajustada.

Quadro 42: Atividades de Tempos Livres (ATL) no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	N.º Utentes
Nuclisol (Piaget)	Macedo de Cavaleiros	50	60*
Salta Pocinhas		60	50
Escolinha Mágica		20	7
	TOTAL	**130**	**117**

* Em horários diferentes

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Considera-se que a oferta ao nível dos centros de ATL é hoje suficiente (apenas existe um ligeiro desajuste entre a oferta e a procura) e julga-se que o continuará a ser no próximo decénio, sobretudo se se considerar que a população do concelho continuará a diminuir e que a proporção da população até aos 14 anos também diminuirá, fazendo jus ao tendencial e generalizado envelhecimento demográfico.

Outros

Existe, ainda no concelho, propriedade do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, um Lar para crianças e juventude privadas de lar familiar normal, com capacidade para albergar 62 utentes, estando atualmente ocupado por 49 utentes.

Em matéria de outras ofertas para infância e juventude, destacam-se, igualmente, a existência de um centro de intervenção precoce e um centro de atividades ocupacionais, ambos propriedade da Cercimac – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL, ambos localizados na cidade de Macedo de Cavaleiros. Os dois equipamentos funcionam no limiar das suas capacidades, sendo que o centro de intervenção precoce presta apoio a 20 utentes e o centro de atividades ocupacionais a 30 utentes. A existência destes equipamentos se, por um lado, traduz a ocorrência neste concelho de situações familiares complicadas, por outro lado, reflete a capacidade de resposta das instituições de segurança social para a ocorrência de situações mais específicas.

Lares e Centros de Dia

Esta é uma área de atuação em que o município, face ao forte envelhecimento demográfico da população, deverá, e tem-no feito, no sentido da colmatação das sérias dificuldades que se colocam às pessoas idosas.

Em matéria de lares, o concelho de Macedo de Cavaleiros detém 7 equipamentos com esta valência, que no ano de 2011 prestavam apoio a 237 utentes num contexto de capacidade para 272, verificando-se que a maioria dos existentes funciona muito próximo do limiar das capacidades e o instalado na cidade, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, em situação de sobrelotação. Esta situação, aliada à existência de 308 utentes em lista de espera evidencia a necessidade de uma melhor dotação nesta matéria. Os lares existentes localizam-se nas freguesias de Macedo de Cavaleiros, Lombo, Grijó, Castelãos, Sezulfe e Vale de Prados.

Quadro 43: Lares no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	N.º utentes	Lista de espera
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	69	75	273
	Lombo	55	26	-
Centro Social e Paroquial de Grijó	Grijó	33	32	35
Casa de Repouso	Castelãos	33	32	-
Lar Santa Ana		26	26	-
Casa de Repouso	Sezulfe	30	20	-
Lar Santa Marinha	Vale dos Prados	26	26	-
TOTAL		**272**	**237**	**308**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Quadro 44: Centros de Dia no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	N.º Utentes	Lista de Espera
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	83	83	10
Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Lagoa	15	17	--
Centro Social e Paroquial de Santo André	Morais	15	12	--
Centro Social e Paroquial de St. António	Talhas	25	20	--
Centro Paroquial	Grijó	8	8	--
Centro Social e Paroquial de São Geraldo	Carrapatas	30	2	--
Casa de Repouso	Castelãos	5	3	--
7 Equipamentos		**181**	**145**	**10**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

No concelho de Macedo de Cavaleiros existem 7 Centros de Dia que possuem uma capacidade superior em termos de oferta, quando comparada com a sua ocupação/utilização efetiva. Contudo, existe uma lista de espera de 10 pessoas para o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia, o que leva a concluir que mais do que ausência de capacidade de apoio, existe sobretudo um desajuste entre a oferta e a procura, sobretudo na cidade.

O apoio domiciliário (que pode incluir serviços de higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre) é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar,

com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares.

Esta valência possui uma capacidade instalada superior ao número de utentes, porém alguns equipamentos funcionam sobrelotados, nomeadamente os serviços na cidade de Macedo de Cavaleiros e na freguesia de Grijó.

Quadro 45: Apoio Domiciliário no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	N.º utentes
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	69	75
	Lombo	40	0
Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Lagoa	15	17
Centro Paroquial de Morais	Morais	15	12
Centro Social e Paroquial	Talhas	25	20
Centro Paroquial	Grijó	10	20
Centro Social e Paroquial de S. Geraldo	Carrapatas	45	34
TOTAL		**219**	**178**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

No seu conjunto, o concelho presta atualmente apoio a 13%[2] da população com mais de 65 anos, tendo, todavia, capacidade para apenas 15%. No seu conjunto, para a totalidade das valências centro de dia e lares existem um volume de idosos "em espera" (318) que corresponde a cerca de metade do número de idosos que efetivamente ocupam/utilizam as valências existentes hoje no município (560).

Quadro 46: Síntese das Valências de Apoio aos Idosos no Concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Tipologia	Capacidade Instalada	N.º Utentes	% de Utilização	Lista de Espera
Centro de Dia	181	145	80	10
Apoio Domiciliário	219	178	81	--
Lar	272	237	87	308
Total	**672**	**560**	**83**	**318**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

A dotação existente é manifestamente insuficiente e continuará a agravar-se pois, tendencialmente, a população está a envelhecer.

[2]Consideram-se os valores provisórios dos Censos 2011

A insuficiência de apoio social a esta população mede-se, sobretudo, pelas "listas de espera" existentes para as várias valências, em que de acordo com os dados mais recentes, ascende aos 318 idosos em listas de espera, dos quais a esmagadora maioria é para a valência lar. Ou seja, se na realidade, o concelho de Macedo apoia 11% da população idosa, a necessidade efetiva situa-se, assim, nos 17,0%.

Face a este contexto, verifica-se a necessidade de alargar a rede atualmente existente, não só em matéria de capacidade instalada como numa distribuição territorial mais alargada, privilegiando a dotação da área norte do concelho mais desfavorecida em termos de equipamentos de apoio social. Poderão existir outras formas mais adequadas tanto em termos financeiros como sociais para a resolução ou, pelo menos, minoração das dificuldades neste setor, nomeadamente com o reforço recurso ao apoio domiciliário.

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Centros de Saúde e Extensões

A oferta pública de cuidados primários é prestada através do centro de saúde de Macedo de Cavaleiros e de extensões de saúde localizadas nas freguesias de Lagoa, Morais, Murçós, Vinhas e Macedo de Cavaleiros.

Para além de cuidados primários, o concelho também presta cuidados secundários através da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros inserida no Centro Hospitalar do Nordeste. Esta unidade hospitalar possui as valências de anestesiologia, cirurgia geral, medicina física e de reabilitação, medicina interna, neurologia, oncologia médica e ortopedia.

O quadro seguinte permite visualizar alguns indicadores de saúde no concelho e sua relação com a sub-região de referência.

Quadro 47 : Indicadores de saúde no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2010

Unidade Territorial	Médicos por 1000 hab.	Enfermeiros por 1000 hab.	Consultas por hab.
Região Norte	3,7	5,8	3,9
Alto-Trás-os-Montes	2,4	8,4	---
Macedo de Cavaleiros	1,9	10,1	2,2

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Verifica-se que o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta um rácio de médicos inferiores ao da sub-região de Alto Trás-os-Montes e da própria região de Norte, mas superior em matéria de enfermeiros. No concernente a consultas por habitante verifica-se um rácio inferior ao da região Norte.

A nível de estabelecimentos de saúde privados, o concelho possui algumas unidades complementares, nomeadamente cobrindo as valências de Análises Clínicas, Clínica Médica e Clínica Dentária, todas elas localizadas na sede de concelho.

Ainda no domínio dos equipamentos de saúde há a destacar o projeto "Saber Cuidar" que começou em Março de 2011 e tem por objetivo transmitir conhecimentos às pessoas com problemas de saúde, que lhes permita ter mais qualidade de vida para fazer face aos tratamentos que têm de fazer diariamente. Este projeto tem por base um protocolo da Câmara Municipal, Centro de Saúde e Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, abrange todo o concelho e já foram realizadas intervenções nos aglomerados de Morais, Ala, Sobreda, Amendoeira. Comporta equipas de enfermeiros que se deslocam a cada aglomerado. No total encontram-se 50 pessoas afetas ao projeto.

Farmácias

As quatro farmácias existentes no concelho localizam-se todas na freguesia de Macedo de Cavaleiros.

Em relação à capitação farmácia/habitantes, o concelho não responde aos critérios (3500 habitantes * 4 farmácias = 14 000 habitantes), já que Macedo de Cavaleiros possuía, em 2011, 15844 habitantes.

A este nível, a exclusiva concentração das quatro farmácias existentes na sede municipal e o número insuficiente face ao critério da melhor cobertura farmacêutica (3500 habitantes/farmácia), indicia a existência de carências a este nível. Face ao padrão de povoamento concelhio e às distâncias a percorrer pelas populações rurais para obterem medicação na sede concelhia, justificava-se uma distribuição geográfica socialmente mais amigável.

A área da Saúde é uma das que se encontra em acelerada e incerta transformação/reestruturação no espaço físico e político português, na sequência da aplicação das recentes e esperadas políticas de saúde da administração central, manifestamente polémicas e penalizadoras aos olhos dos seus mais diretos utilizadores. Neste contexto, afigura-se uma tarefa difícil prever as necessidades a este nível.

Ainda assim, é assumido, que qualquer opção no sentido da melhor dotação de equipamentos de saúde e, sobretudo, da melhor prestação de cuidados médicos, deverá ter como elemento fundamental de suporte, a realidade do envelhecimento tendencial desta população e das inerentes dificuldades de mobilidade de muitos utentes - serviços de saúde que se "desloquem" até ao doente e não o inverso (exemplos: Apoio Domiciliário Integrado; Unidade Móvel de Saúde; "farmácia ao domicílio" ou os postos de medicamentos localizados no espaço rural, entre outros.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

O concelho de Macedo de Cavaleiros encontra-se muito bem equipado ao nível do equipamento desportivo, se considerarmos o objetivo dos 4 m^2 de área útil desportiva por habitante, adotada desde 1988 de acordo com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional de Educação Física e Desporto da UNESCO.

No seu conjunto, em 2011, a relação área desportiva útil/habitante é de 11,8 m^2, quase o triplo daquele rácio. Contudo, esta dotação poderá ser questionável no sentido de ela ser utilizada no seu máximo potencial, pois entre outras características da população local, coloca-se a questão do crescente envelhecimento populacional e de quem (que população) efetivamente

utiliza toda a área desportiva do concelho. Por outro lado, a distribuição por tipologias, também sugerida oficialmente difere bastante do indicado, existindo relativamente mais área ao ar livre do que deveria, em detrimento dos espaços desportivos relativos a salas de desporto e a superfícies de plano de água.

Concretamente, a oferta de equipamentos desportivos em Macedo de Cavaleiros materializa-se na predominância dos grandes campos de jogos (40), seguidos pelos pequenos campos de jogos (18) e pelos pavilhões/salas de desporto (5), sendo que um dos existentes é um pavilhão de apoio a atividades náuticas. Existe ainda um complexo de piscinas e uma pista de atletismo. A oferta é complementada por algumas estruturas especiais como um grande campo de tiro na freguesia de Macedo de Cavaleiros.

De referir que das instalações existentes a maioria, sobretudo as que se encontram nas freguesias mais rurais e envelhecidas, são de utilização esporádica, encontrando-se três grandes campos de jogos abandonados, nomeadamente nas freguesias de Lagoa, Lamalonga e Salselas (lugar de Valdrez), e alguns em mau estado de conservação.

Não obstante o excesso de área desportiva por habitante, existem duas freguesias que não possuem qualquer instalação desportiva, nomeadamente Burga e Talhinhas, assim como Sezulfe apresenta uma dotação inferior à recomendada oficialmente. A freguesia de Macedo de Cavaleiros é a que apresenta um rácio mais próximo do recomendado oficialmente.

No concelho de Macedo há uma clara concentração dos equipamentos desportivos na sede (sendo a cidade o principal polo demográfico concelhio). As restantes freguesias possuem, todas, com as exceções referidas, pelo menos um campo de futebol.

FIGURA 17: EQUIPAMENTO DESPORTIVO DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS, POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA, 2011

Freguesia	Lugar	Grande Campo de Jogos	Pequeno Campo de Jogos	Pavilhão/Sala Desporto	Pista de Atletismo	Piscinas	Total
Ala	Ala	3500					3500
	Meles	3500					3500
	Brinço	3500					3500
Amendoeira	Gradíssimo	3500					3500
Arcas	Arcas	3500					3500
	Mogrão	3500					3500
Bagueixe	Bagueixe		1600				1600
Bornes	Bornes	3500					3500
Carrapatas	Carrapatas	3500					3500
Castelãos	Castelãos	3500	800				4300
Chacim	Chacim	3500	800				4300
Cortiços	Cortiços	3500	800				4300
	Cernadela	3500					3500
Corujas	Corujas	3500					3500
Edroso	Edroso	3500					3500
Espadanedo	Espadanedo	3500	800				4300
Ferreira	Ferreira	3500					3500
Grijó	Grijó	3500	800				4300
Lagoa	Lagoa	3500	800				4300
Lamalonga	Lamalonga	3500					3500
	Fornos de Ledra	3500					3500
Lamas	Lamas	3500					3500
Lombo	Lombo	3500	800				4300
Macedo de Cavaleiros	Mac. de Cavaleiros	21594	3200	4000	400	576	29770
Morais	Morais	5988					5988
	Sobreda	3500					3500

Freguesia	Lugar	Grande Campo de Jogos	Pequeno Campo de Jogos	Pavilhão/Sala Desporto	Pista de Atletismo	Piscinas	Total
Murços	Murços	3500					3500
Olmos	Olmos	3500					4200
Peredo	Peredo	3500	800				4300
Podence	Podence	3500	200				3700
Salselas	Salselas	3500					3500
	Valdrez	3500					3500
	Limãos	3500					3500
Santa Combinha	Santa Combinha	3500	430				3930
Sezulfe	Vale Pradinhos		700	200			900
Soutelo Mourisco	Vilar Douro	3500					3500
Talhas	Talhas	3500					3500
Vale Benfeito	Vale Benfeito	3500					3500
Vale da Porca	Vale da Porca	3500					3500
Vale de Prados	Vale de Prados	3500	800				4300
Vilar do Monte	Vilar do Monte	3500					3500
Vilarinho de Agrochão	Vilarinho de Agrochão	3500					3500
Vilarinho do Monte	Vilarinho do Monte	3500					3500
Vinhas	Vinhas	3500					3500
Concelho	-	**167582**	**14030**	**4200**	**400**	**576**	**186788**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

FIGURA 18: SUPERFÍCIE DESPORTIVA ÚTIL POR HABITANTE, NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

Freguesia	Superfície Desportiva Útil em 2011 (m2)	População 2011	SDU/Hab. (m2)
Ala	10500	420	25,0
Amendoeira	3500	427	8,2
Arcas	7000	262	26,7
Bagueixe	1600	153	10,5
Bornes	3500	391	9,0
Burga	0	54	0,0
Carrapatas	3500	200	17,5
Castelãos	4300	445	9,7
Chacim	4300	265	16,2
Cortiços	7800	304	25,7
Corujas	3500	168	20,8
Edroso	3500	95	36,8
Espadanedo	4300	188	22,9
Ferreira	3500	194	18,0
Grijó	4300	369	11,7
Lagoa	4300	314	13,7
Lamalonga	7000	403	17,4
Lamas	3500	278	12,6
Lombo	4300	345	12,5
Macedo de Cavaleiros	29770	6297	4,7
Morais	9488	655	14,5
Murçós	3500	134	26,1
Olmos	4200	208	20,2
Peredo	4300	258	16,7
Podence	3700	250	14,8
Salselas	10500	387	27,1
Santa Combinha	3930	56	70,2
Sezulfe	900	263	3,4
Soutelo Mourisco	3500	31	112,9
Talhas	3500	316	11,1
Talhinhas	0	175	0,0
Vale Benfeito	3500	182	19,2
Vale da Porca	3500	285	12,3
Vale de Prados	4300	428	10,0
Vilar do Monte	3500	107	32,7
Vilarinho de Agrochão	3500	234	15,0
Vilarinho do Monte	3500	67	52,2
Vinhas	3500	236	14,8
TOTAL	**186788**	**15844**	**11,8**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Tendo em consideração a dotação atual e a tendência para o decréscimo e envelhecimento demográfico (diminuição da proporção de jovens e aumento da população idosa), o concelho de Macedo de Cavaleiros encontra-se muito bem dotado, ao nível do equipamento desportivo, não necessitando, no prazo de vigência do PDM, de aumentar a sua área desportiva. Assim, no concelho de Macedo de Cavaleiros, a gestão do parque de equipamentos desportivos deverá sobretudo promover a adequação entre as necessidades desportivas da população local e a oferta de estruturas físicas de suporte à prática desportiva, a qual deverá ter em linha de conta as variáveis específicas do território (estrutura demográfica, grau de urbanização, estrutura socioeconómica, diversidade climática, impacte das atividades turísticas, características do parque escolar, entre outras).

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

No âmbito do equipamento cultural, atendendo aos quantitativos populacionais do concelho, existe alguma oferta e diversidade de equipamentos culturais e recreativos, embora possa carecer de alguns equipamentos estruturantes e emblemáticos para uma cidade, como sejam um arquivo e um museu municipais.

Em termos de estruturas fixas, existem as seguintes valências: centro cultural (Macedo de Cavaleiros e Podence - Casa do Careto), cinema, biblioteca, vários núcleos museológicos, parque municipal de exposições, salões de festas, salas de espetáculos, imprensa local, rádio local, posto de turismo, ecoteca e anfiteatros ao ar livre, sendo de salientar a importância fundamental das associações culturais /recreativas/desportivas existentes (cerca de 123 associações), que desenvolvem variadas atividades, que vão desde a animação de tempos livres, folclore, atividades desportivas várias, música, desenvolvimento social e cultural, *ateliers* de pintura, culinária, teatro, desporto aventura, jogos populares, entre outros.

Quadro 48: Equipamento Cultural e Recreativo no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2011

Tipologia do Equipamento	Número de Unidade	Freguesia
Centro Cultural	2	Macedo de Cavaleiros e Podence
Cinema	1	Macedo de Cavaleiros
Biblioteca	1	Macedo de Cavaleiros
Museu	5	Salselas, Chacim, Cortiços e Macedo de Cavaleiros
Biblioteca Municipal	1	Macedo de Cavaleiros
Parque Municipal de Exposições	1	Macedo de Cavaleiros
Salão de festas		Em quase todas as localidades do concelho
Salão de espetáculos	2	Macedo de Cavaleiros
Imprensa Local	3	Macedo de Cavaleiros
Rádio Local	1	Macedo de Cavaleiros
Posto de turismo	1	Macedo de Cavaleiros
Ecoteca	1	Macedo de Cavaleiros

Tipologia do Equipamento	Número de Unidade	Freguesia
Anfiteatro ao Ar Livre	2	Macedo de Cavaleiros
Associações Culturais, Recreativas e Humanitária	123	Em quase todas as freguesias, com exceção de Espadanedo, Soutelo Mourisco, Santa Combinha, Burga e Talhinhas

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a atividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo de grupos e de associações culturais. É com efeito, neste domínio que esta autarquia tem investido, sendo de destacar, para além da ocorrência das festas populares, alguns eventos culturais emblemáticos, que se constituem referências regionais, nomeadamente a Feira de Caça e do Turismo e a Feira de São Pedro, cujos eventos constituem relevante importância a nível regional e que contam com inúmeros visitantes, constituindo-se como principais catalisadores da visibilidade do concelho.

A atividade cultural e associativa é muito significativa neste concelho, sendo marcada pela existência de um vasto número de associações (123), que desenvolvem variadas atividades, que vão desde a animação de tempos livres, folclore, atividades desportivas várias, música, desenvolvimento social e cultural, *ateliers* de pintura, culinária, teatro, desporto aventura, jogos populares, entre outros.

Neste concelho, mais do que investir em novas estruturas físicas, que naturalmente terão sempre lugar na oferta cultural concelhia, importa, sobretudo, dar continuidade à promoção cultural, isto é, à mobilização dos agentes culturais e do público, no sentido da dinamização e diversificação dos conteúdos culturais.

Ainda neste contexto, propõe-se que se continuem a apoiar as iniciativas das várias associações culturais e recreativas que existem no concelho de Macedo de Cavaleiros, bem como a introdução crescente das novas tecnologias de comunicação e informação, dando continuidade às iniciativas já promovidas a este nível, nomeadamente os Gabinetes de Apoio ao Cidadão, bem como o Espaço *Internet*.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA

As instituições de prevenção e segurança existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros são a Guarda Nacional Republicana (GNR) e os Bombeiros.

Existem dois Quartéis da GNR (na sede de concelho e em Morais) e um Quartel de Bombeiros, também, em Macedo de Cavaleiros.

Apesar de todas as instituições de prevenção e segurança pública terem instalações físicas de dimensão suficiente, destaca-se o Posto Territorial da GNR de Macedo de Cavaleiros por se encontrar em mau estado de conservação.

Excetuando esta situação, não se verificam necessidades relativamente a estas tipologias de equipamentos, pelo que a tendência será de manutenção da situação atual.

Quadro 49: Equipamentos de Prevenção e Segurança no concelho de Macedo de Cavaleiros, 2011

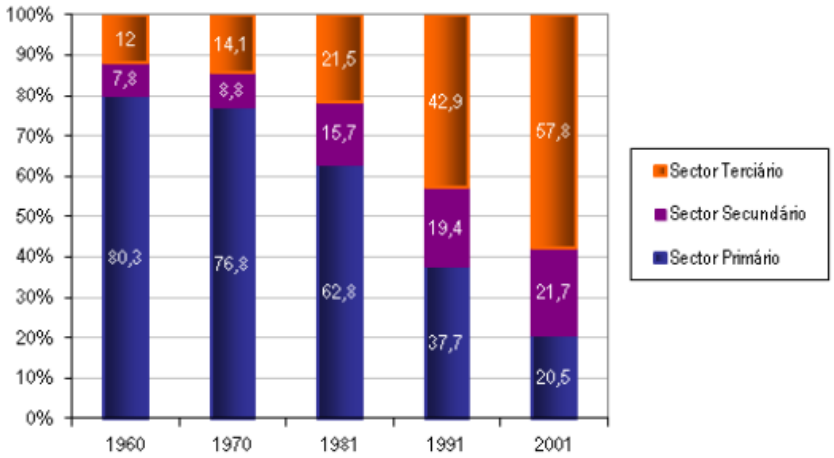
Tipo de Unidade	Freguesia	Tipo de Instalações (próprias ou adaptadas)	Estado de Conservação (Bom, razoável, mau)	Dimensão (instalações suficientes, reduzidas ou excedentárias)
GNR	Posto Territorial de Macedo de Cavaleiros	Adaptadas	Mau	Suficientes
	Posto Territorial de Morais*	Próprias	Razoável	Suficientes
Quartel de Bombeiros	Macedo de Cavaleiros	Próprias	Bom	Suficientes

* as freguesias policiadas pelo PT de Morais são: Morais, Lagoa, Talhas, Vinhas Bagueixe, Chacim, Peredo e Olmos.

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

A estrutura produtiva do concelho de Macedo de Cavaleiros assentou, desde 1960, predominantemente, no setor primário, tendo vindo a decrescer, nas décadas seguintes, até que, em 1991, perde a sua predominância histórica a favor do setor terciário; em 2001, o peso da população ativa no terciário era já largamente predominante (58%).

FIGURA 19: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ATIVA, ENTRE 1960 E 2001



Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

O setor primário, que se apresentou, desde sempre, como o de maior importância, no concelho de Macedo de Cavaleiros até 1981, resume-se aos ramos da Agricultura e Pecuária e representava, em 1991, 37,7% do total dos ativos do concelho, valor bastante inferior ao que se verificava em 1981 (62,4%) e já muito superior ao valor mais recente publicado: 20,5%, em 2001. Na maior parte das explorações, a totalidade ou a maior parte do trabalho agrícola é feito pelo agregado doméstico do produtor e em muito poucas explorações é que o recurso a pessoal remunerado é mais importante que o uso do agregado doméstico do produtor. Além disso, é muito raro o recurso exclusivo a pessoal remunerado.

O setor secundário apesar de representar aproximadamente um quinto da população ativa residente (22%) tem vindo a registar um aumento progressivo nos últimos anos. Com efeito, em

1981, era o setor que empregava menor volume de mão-de-obra (15,7%), sendo que em 2001, o peso da população afeta ao setor secundário ultrapassou a população agrícola, acompanhando a evolução que se está a registar na economia e na sociedade portuguesa de modo generalizado. As atividades que mais contribuíram para o peso deste setor são a construção (224 pessoas e 24 estabelecimentos) e a indústria transformadora (129 pessoas e 31 estabelecimentos). A importância da construção está, efetivamente, associada à dinâmica construtiva que se tem registado no concelho.

O setor terciário absorvia cerca de 58% da população ativa residente. No segmento do emprego formal com pessoal ao serviço (por conta de outrem), o setor terciário encontrava-se assente no comércio (que representa 51% do emprego do setor) e nos serviços de educação, saúde e ação social (24%). Em 1998, estas duas atividades eram responsáveis por 64% do emprego gerado no setor terciário.

No espaço de uma década o emprego no setor terciário aumentou sensivelmente 60% (criaram-se 520 postos de trabalho), tendo-se verificado um crescimento, maior ou menor, de todas as atividades terciárias, com exceção das atividades imobiliárias. Apesar da estrutura terciária do concelho assentar ainda sobre as atividades comerciais, os indicadores mais recentes nesta matéria indicam, como tendência, um incremento das atividades de restauração e alojamento, intrinsecamente ligadas à atividade turística.

A população de Macedo de Cavaleiros apresenta um reduzido nível de instrução; com efeito, em 2001, a taxa de analfabetismo era de 15,6%, semelhante à registada em Alto Trás-os-Montes, mas ainda bastante distanciada da média da região Norte (8,3%).

Os dados provisórios dos Censos 2011 relativos à distribuição da população residente segundo o nível de instrução demonstra que ainda 22,4% da população residente no concelho de Macedo de Cavaleiros não detém qualquer nível de ensino, enquanto 32,3% não possuem mais do 1º ciclo do ensino básico.

A população com o 2º ciclo é de 11,6% e com o 3º ciclo é de 13,6%. A população com o ensino secundário tem uma representatividade de 10% no universo dos residentes, valor muito idêntico ao da população com o ensino superior que se cifra nos 9,4%. A distribuição destas percentagens reflete-se no **nível de qualificação do emprego concelhio, que, como é óbvio, é forçosamente baixo**.

Quadro 50: População residente segundo o nível de instrução, em 2011

Zona Geográfica	Total	Nível de Ensino Atingido (% da população)						
		Nenhum	Básico			Secundário	Pós-Secundário	Superior
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Região Norte	3689609	18,8	27,6	15,2	15,5	11,5	1,1	10,3
Alto Trás-os-Montes	204381	22,8	31,4	12,0	13,0	10,6	0,8	9,5
Macedo de Cavaleiros	15776	22,4	32,3	11,6	13,6	10,0	0,8	9,4

Fonte: CMMC; INE, Censos 2011 – Resultados Provisórios; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

A distribuição da população residente empregada, em 2001, fazia-se predominantemente em torno de quatro grupos de profissões, nomeadamente, "agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura" (18%), "operários, artificies e trabalhadores similares" (16%), "trabalhadores não qualificados" (16%) e "pessoal dos serviços e vendedores" (14%). No total, as profissões exigentes em níveis de instrução ao nível do ensino universitário apenas representavam 15% do total. Esta distribuição apesar de ainda ser bastante penalizadora do desenvolvimento local acompanha de perto a distribuição da sub-região em que se insere.

Quadro 51: População residente empregada segundo a profissão, em 2001

Situação na Profissão	Macedo de Cavaleiros		Alto Trás-os-Montes	
	N.º	%	N.º	%
Quadros superiores adm. Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	389	6,7	4.773	6,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	461	8,0	6.086	8,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	428	7,4	5.768	7,6
Pessoal administrativo e similares	438	7,6	5.980	7,8
Pessoal dos serviços e vendedores	816	14,2	11.468	15,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	1.020	17,7	14.692	19,2
Operários, artífices e trabalhadores similares	912	15,8	12.818	16,8
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	355	6,2	3.792	5,0
Trabalhadores não qualificados	910	15,8	10.430	13,7
Forças Armadas	35	0,6	549	0,7
Total (População Empregada)	**5.764**	**100,0**	**76.356**	**100,0**

Fonte: CMMC; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

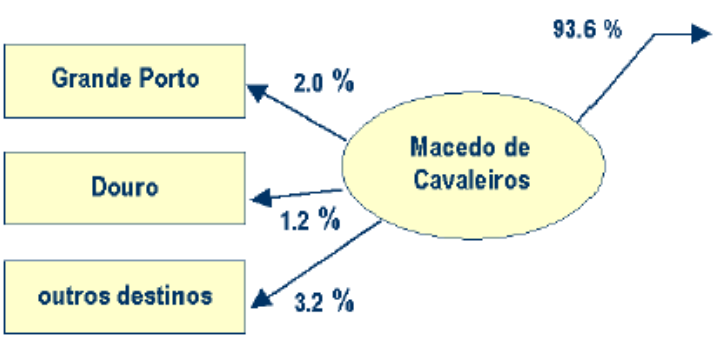
A dinâmica do emprego e dos estabelecimentos é reveladora de uma concentração setorial em ramos de atividade assentes ainda em mão-de-obra pouco qualificada, não contribuindo para a diversificação e qualificação da base económica local.

No Sistema de Informação 2010/2011 da Rede Social do município de Macedo de Cavaleiros são apresentadas medidas para combater as desigualdades sociais no acesso à educação/formação de crianças e jovens, e adultos, como sejam, entre outras:

- ✓ Percursos curriculares alternativos - visa flexibilizar dispositivos de gestão de recursos e currículos em escolas com elevadas taxas de insucesso.
- ✓ Curso de Educação e Formação (CEF) - visa combater o insucesso e o abandono escolar precoce por parte dos jovens, com vista a uma formação para o exercício de uma prática profissional futura, com equivalência ao 9ª ano de escolaridade.
- ✓ Cursos Profissionais - visa combater o insucesso e o abandono escolar precoce por parte dos jovens, com vista a uma formação para o exercício de uma prática profissional futura, com equivalência ao 12º ano.
- ✓ Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) - visa combater o insucesso e o abandono escolar precoce por parte dos jovens, com vista a uma formação para o exercício de uma prática profissional futura.
- ✓ Educação e Formação de Adultos (EFA) e Alfabetização - visa aumentar as qualificações escolares da população adulta.
- ✓ Sistema de Empréstimo e Alargamento no âmbito de atribuição de Bolsas de Estudo - visa conceder empréstimo a estudantes do ensino superior e promover o alargamento no âmbito da atribuição de bolsas de estudo a fundo perdido a estudantes inscritos em cursos de licenciatura e em mestrados.
- ✓ Novo regime de acesso ao Ensino Superior a maiores de 23 anos - visa flexibilização o ingresso e acesso ao ensino superior a maiores de 23 anos, alargando a base social dos estudantes deste grau de ensino. (Decreto-Lei 64/2006 de 21 de março).

Quanto à mobilidade, Macedo de Cavaleiros, segundo dados de 2001, gerou um total de 8683 deslocações, sendo 3090 (35,6%) relacionadas com estudo e 5593 (64,4%) por motivos de trabalho. Refira-se ainda que, do total de deslocações, 93,6% tiveram como destino a sub-região do Alto de Trás-os-Montes e 85,3% como origem e destino o concelho de Macedo de Cavaleiros (4947 – Trabalho, 2458 – Estudo). O esquema abaixo é representativo das deslocações geradas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros.

FIGURA 20: PRINCIPAIS FLUXOS PENDULARES COM ORIGEM NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Concelho	Trabalho	Estudo
Alfândega da Fé	34	1
Bolicas	-	-
Bragança	141	204
Chaves	4	1
Macedo de Cavaleiros	4947	2458
Miranda do Douro	1	-
Mirandela	124	179
Mogadouro	11	-
Montalegre	2	-
Murça	2	-
Valpaços	5	-
Vila Pouca de Aguiar	3	1
Vimioso	5	-
Vinhais	7	3

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Das deslocações efetuadas por motivos de estudo são de destacar as que têm por destino, quer o concelho de Macedo e municípios adjacentes (Ensino Básico, Secundário e Superior), quer as que têm por destino estabelecimentos de ensino universitário noutros concelhos (Grande Porto – Porto, Douro – Vila Real, Baixo Mondego – Coimbra).

FIGURA 21: MOVIMENTOS PENDULARES ORIGINADOS EM MACEDO DE CAVALEIROS, POR SUB-REGIÃO DE DESTINO

Sub-região	Trabalho	Estudo
Minho-Lima	5	-
Cávado	8	11
Ave	5	7
Grande Porto	89	85
Tâmega	35	3
Entre Douro e Vouga	4	-
Douro	64	43
Alto de Trás-os-Montes	5286	2841
Baixo Vouga	2	14
Baixo Mondego	6	36
Pinhal Litoral	1	3
Pinhal Interior Norte	-	-
Dão-Lafões	5	1
Pinhal Interior Sul	-	-
Serra da Estrela	2	-

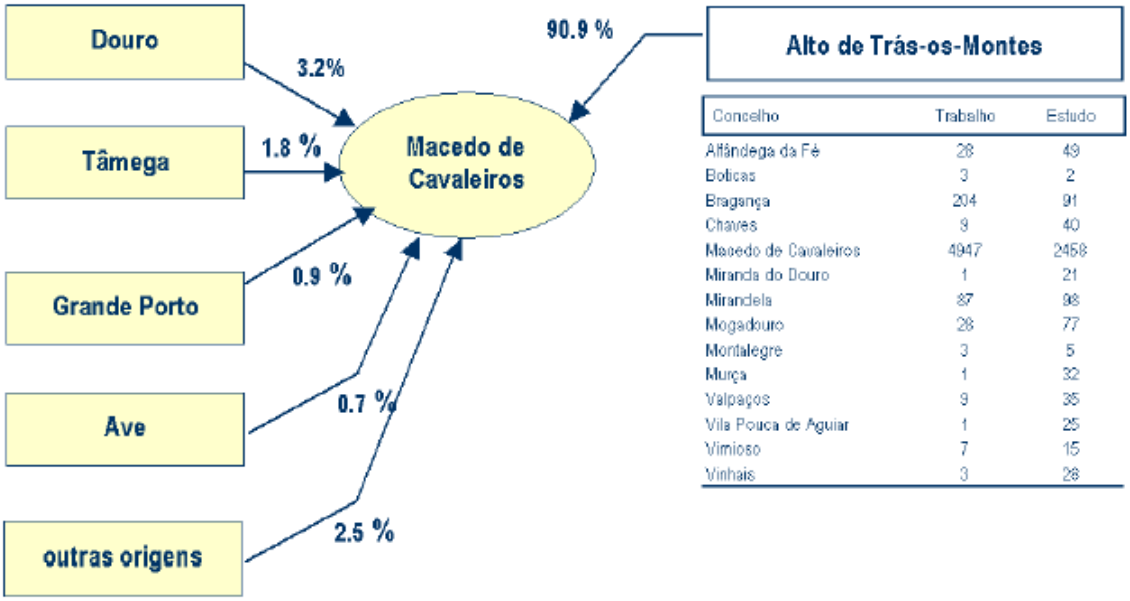
Sub-região	Trabalho	Estudo
Beira Interior Norte	10	2
Beira Interior Sul	1	3
Cova da Beira	-	7
Oeste	2	-
Grande Lisboa	32	23
Península de Setúbal	2	-
Médio Tejo	18	4
Lezíria do Tejo	-	-
Alentejo Central	4	2
Alentejo Litoral	-	-
Alto Alentejo	-	-
Baixo Alentejo	-	-
Algarve	7	5
R.A. Açores	1	-
R.A. Madeira	4	-
TOTAL	**5593**	**3090**

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

No que diz respeito aos movimentos pendulares com destino ao concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2001, foram contabilizadas um total de 9136 deslocações: 61,3% por razões profissionais e as restantes 38,7% relacionadas com a atividade escolar. Do total, 90,9%

tiveram como origem concelhos da sub-região e 81,1% tiveram origem no concelho de Macedo de Cavaleiros. Apresenta-se, seguidamente o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino a Macedo:

FIGURA 22: PRINCIPAIS FLUXOS PENDULARES COM DESTINO NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Concelho	Trabalho	Estudo
Alfândega da Fé	28	49
Boticas	3	2
Bragança	204	91
Chaves	9	40
Macedo de Cavaleiros	4947	2458
Miranda do Douro	1	21
Mirandela	87	98
Mogadouro	28	77
Montalegre	3	5
Murça	1	32
Valpaços	9	35
Vila Pouca de Aguiar	1	25
Vimioso	7	15
Vinhais	3	28

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Os movimentos no interior do concelho são, uma vez mais, muito expressivos. O concelho de Macedo de Cavaleiros manifesta alguma capacidade em atrair população na sua envolvente territorial, polarizando, um pouco, os concelhos limítrofes, particularmente no que se refere a deslocações por motivos de estudo.

FIGURA 23: MOVIMENTOS PENDULARES COM DESTINO A MACEDO DE CAVALEIROS, POR SUB-REGIÃO DE ORIGEM

Sub-região	Trabalho	Estudo
Minho-Lima	9	19
Cávado	9	20
Ave	3	58
Grande Porto	29	49
Tâmega	57	108
Entre Douro e Vouga	6	13
Douro	79	210
Alto de Trás-os-Montes	5331	2976
Baixo Vouga	8	13
Baixo Mondego	1	6
Pinhal Litoral	-	4
Pinhal Interior Norte	-	1

Sub-região	Trabalho	Estudo
Beira Interior Norte	4	12
Beira Interior Sul	1	-
Cova da Beira	-	2
Oeste	-	2
Grande Lisboa	16	7
Península de Setúbal	3	3
Médio Tejo	3	2
Lezíria do Tejo	1	5
Alentejo Central	1	-
Alentejo Litoral	-	1
Alto Alentejo	-	1
Baixo Alentejo	1	2

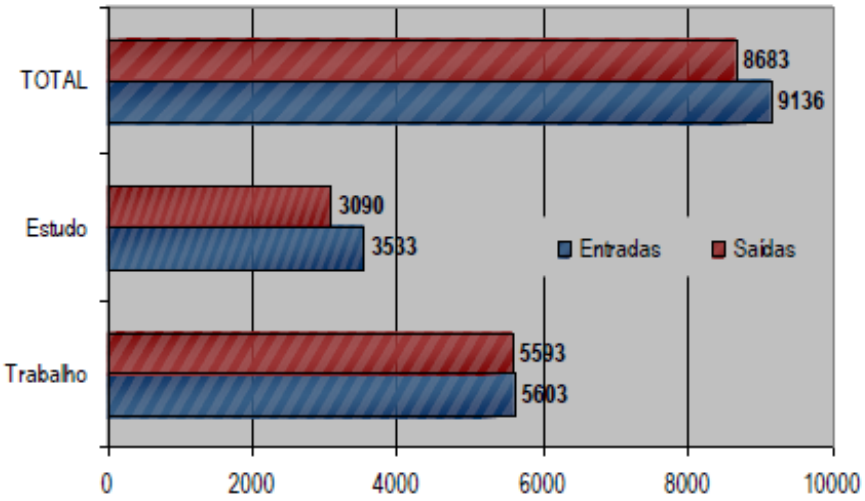
Sub-região	Trabalho	Estudo
Dão-Lafões	3	4
Pinhal Interior Sul	-	-
Serra da Estrela	-	-

Sub-região	Trabalho	Estudo
Algarve	32	10
R.A. Açores	5	2
R.A. Madeira	1	3
TOTAL	**5603**	**3533**

Fonte: INE – Portugal, Censos 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

Resumindo, em 2001, o concelho de Macedo de Cavaleiros possuía um saldo pendular positivo em 10 postos de trabalho, revelando uma melhoria substancial face a 1991, em que este saldo era negativo em 205 postos de trabalho. Esta evolução fica a dever-se à abertura de mais vagas no ensino superior, ao aumento e diversificação dos postos de trabalho e à melhoria das acessibilidades ao concelho.

FIGURA 24: MOVIMENTOS PENDULARES NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001; 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

No Sistema de Informação 2009 da Rede Social do município de Macedo de Cavaleiros são apresentadas medidas de promoção do emprego e combate ao desemprego, como sejam, entre outras:

- ✓ Microcrédito - Apoio técnico e financeiro para a criação do autoemprego, junto de pessoas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho - Abranger 5000 projetos.
- ✓ Programas Ocupacionais - Visam a ocupação socialmente útil de pessoas desempregadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou formação profissional, garantindo um rendimento de subsistência e proporcionando o contacto com outros trabalhadores e outras atividades, prevenindo o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização. Abranger 97 000 indivíduos.

- ✓ Empresas de Inserção - As “empresas de inserção” promovidas por pessoas coletivas sem fins lucrativos têm por objetivo a (re)inserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de particular desfavorecimento face ao mercado de trabalho. Abranger 12 984 indivíduos.

Outros Eixos de Intervenção incluem:

- ✓ Medidas para facilitar a transição de jovens para a vida ativa:
  - Programa Estágios Profissionais - visa facilitar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho.
  - INOV-JOVEN - visa apoiar a realização de estágios profissionais em PME, visando a inserção, nas empresas, de jovens com qualificação de nível superior, complementando a sua qualificação através de uma formação prática em contexto de trabalho.
  - Apoios à Criação de Emprego - As Iniciativas Locais de Emprego visam incentivar e apoiar projetos que deem lugar à criação de novas entidades, independentemente da respetiva forma jurídica, e que originem a criação líquida de postos de trabalho).
- ✓ Medidas para reforçar a integração de grupos específicos – pessoas com deficiências:
  - Redefinição do Programa Informação, Avaliação e Orientação Profissional – A redefinição do programa passa por definir um prazo limite para este tipo de processo. Obriga também à existência de um Plano Pessoal de Emprego. Estas ações são realizadas através de Centros de Recursos criados para esse efeito e existe um valor monetário de referência por cada candidato.
  - Ajudas Técnicas - possibilita às pessoas com deficiência o acesso a meios (dispositivos, produtos, equipamentos ou sistemas) que compensem as desvantagens inerentes às suas deficiências, proporcionando-lhes maiores níveis de autonomia pessoal no acesso às oportunidades de formação e emprego. Permite ainda a eliminação de barreiras arquitetónicas no posto de trabalho.

O Programa Rede Social encontra-se implementado no concelho desde o ano de 2000.A Rede Social tem uma preocupação fundamental: a Ação Social. Embora sejam notórios os avanços nesta área - tendo-se multiplicado os projetos e medidas de intervenção -, a exclusão subsiste e as populações, designadamente aquelas que se localizam em espaços rurais, onde falta quase tudo, sobretudo a (in)formação, necessitam de intervenção urgente.

Os sistemas de proteção social constituem importantes instrumentos de inserção social, os quais, todavia, face à pressão crescente de âmbito socioeconómico, como seja o aumento do desemprego e o aumento do rácio da dependência dos pensionistas, fruto, em grande medida, do envelhecimento da população e do aumento da esperança de vida, sofrem deficiências na sua aplicação quer em termos de população atingida, quer no montante atribuído, que ficam muito aquém do exigido.

O concelho de Macedo de Cavaleiros tem particularidades específicas, características do interior português: composto por uma vasta zona rural, desertificada e envelhecida e pela

cidade que concentra o maior volume de população, os serviços e os equipamentos. O desafio que se coloca é o de conhecer essa realidade e inventariar os problemas e o seu grau de incidência e ainda o tipo de recursos disponíveis e a sua adequação ao território municipal. Como referido, a resposta a este desafio tem vindo a ser implementada desde o ano de 2000 e avaliada através dos Sistemas de Informação e dos Diagnósticos Sociais, os quais se iniciam com uma introdução sobre a situação presente, seguindo-se a apresentação da metodologia participativa utilizada nas oficinas de reflexão-ação para a elaboração do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

O município de Macedo de Cavaleiros dispõe de Carta Educativa eficaz desde o ano de 2006, sendo que esta se encontra concretizada a 100%. Do conjunto das suas propostas apenas não se verificou o funcionamento das escolas integradoras, nomeadamente a Escola Integradora de Vilarinho de Agrochão, uma vez que os encarregados de educação optaram pelo encaminhamento dos seus educandos, para uma escola de outro concelho.

Apesar de estar previsto em Carta Educativa a construção de dois centros escolares, apenas foi construído um, uma vez que o Ministério da Educação disponibilizou um bloco com 12 salas nas instalações do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, para o funcionamento do 1º ciclo embora este bloco não ofereça as condições previstas no documento.

O concelho de Macedo de Cavaleiros encontra-se, em termos globais, razoavelmente dotado de equipamentos e serviços de apoio social, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença. Não obstante este cenário, existem alguns domínios onde se poderá/deverá investir, no sentido de uma melhor e mais adequada prestação de serviços/equipamentos de apoio à população residente, nomeadamente no que respeita aos níveis de cobertura dos equipamentos de apoio a idosos e de equipamentos e serviços de saúde (decorrentes da progressiva tendência de envelhecimento da população que incrementa a pressão deste grupo populacional no acesso a determinados equipamentos sociais).

No concelho, a distribuição geográfica dos equipamentos coletivos, traduz a polarização exercida pela sede de concelho onde se localizam os equipamentos de ordem superior; a tendência de esvaziamento populacional que vai acentuar os desequilíbrios territoriais existentes em matéria de distribuição de equipamentos coletivos.

Em termos tendenciais e apesar das iniciativas implementadas no sentido de melhoria da instrução da população residente e de criação de emprego, persiste um padrão de baixas qualificações e de profissões pouco especializadas, fator inibidor ao pleno desenvolvimento económico e de diminuição da taxa de desemprego.

5.4.1.3 Atividades Económicas

A necessidade de garantir a existência de uma área afeta exclusivamente ao uso industrial no concelho, devidamente pensada e que possuísse as condições básicas necessárias à operação das unidades industriais que aí se implantassem, conduziu à elaboração do PP da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (proposto no PDM em vigor), localizada junto ao IP4/A4 a norte da Amendoeira e com uma área de implantação de 112 330,30 m^2. Com efeito, do ponto de vista económico, a implantação de uma área industrial assumia, no contexto

macedense, uma oportunidade para atrair investidores, e do ponto de vista urbanístico, a possibilidade de relocalizar algumas unidades localizadas de forma inadequada.

A procura de lotes por empresas que pretendem instalar-se neste espaço é significativa, justificando a delimitação de uma área de expansão, se possível contígua a esta. Neste âmbito, a proposta de Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros prevê um aumento de cerca de 38,4ha (596,2%), em relação ao ordenamento estabelecido no PDM em vigor, que corresponde à concretização da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros.

No município existe ainda a Zona Oficinal de Travanca e ainda o parque de máquinas da Câmara Municipal - encontra-se englobada no perímetro urbano da cidade de Macedo de Cavaleiros.

De acordo com a informação constante no documento Sistema de Informação 2010/2011 o número total de sociedades constituídas, por setor de atividade económica, no ano de 2010, no concelho de Macedo de Cavaleiros, foi superior ao número de sociedades dissolvidas no mesmo ano (correspondendo a um rácio de 1,3).

Este facto acompanha a tendência nacional para o mesmo período, revelando um crescimento no empreendorismo existente no concelho. Contudo estes resultados têm que ser vistos com reserva dado que dizem respeito a um ano antecedente ao período de crise atual.

Quadro 52: Variação da taxa de constituição e dissolução de sociedades no concelho de Macedo de Cavaleiros, em 2010

Unidade Territorial	Número de sociedades constituídas	Número de sociedades dissolvidas	Rácio
Macedo de Cavaleiros	37	28	1,3

Fonte: Sistema de Informação 2010/2011

Em matéria de economia, verificou-se no espaço da última década um aumento dos indicadores relacionados com o emprego e com as atividades produtivas o que evidencia, perante este cenário, alguma capacidade empreendedora do tecido económico local. A estrutura de atividades destaca naturalmente o terciário, sobretudo assente nas atividades comerciais e nos serviços de apoio à saúde e de ação social, enquanto o setor primário tem vindo a perder protagonismo. No setor industrial destacam-se os ramos associados às indústrias alimentares e de fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos.

Não obstante, o fenómeno do duplo envelhecimento da população, o decréscimo populacional, constituído pela diminuição do peso relativo da população jovem e pelo aumento considerável das camadas etárias superiores, e os fluxos migratórios poderão conduzir ao estrangulamento do mercado de trabalho e, ainda, consequentemente na “fuga” das empresas para outros locais de maior dinamismo económico.

5.4.1.4 Turismo

Setor estratégico para a economia nacional, o turismo constitui-se como um dos sistemas produtivos inserido nos sistemas estruturantes considerados no Modelo Territorial do PROT-N, merecendo destaque quer na estratégia regional, como na estratégia para o município de Macedo de Cavaleiros.

Macedo de Cavaleiros insere-se numa região com inegáveis potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística. O potencial de atratividade turística concelhia advém do seu vasto património natural, histórico e sociocultural que proporciona o desenvolvimento de vários segmentos turísticos, nomeadamente do turismo cultural, turismo de natureza e turismo rural.

A oferta turística do concelho é diversificada e está ancorada num significativo património natural e cultural, do qual se destacam a albufeira de Azibo, as serras de Bornes e da Nogueira, o Monte dos Morais, o vale do Rio Sabor, o Real Filatório de Chacim, uma série de construções religiosas, solares, casas senhoriais e casas de quinta, pelourinhos e outros elementos de arquitetura civil classificados e/ou com interesse, aldeias típicas, os Caretos de Podence, os Pauliteiros de Salselas, tradições agrícolas e cinegéticas, bem como riqueza gastronómica e etnográfica.

Num quadro de macrotendências da procura internacional e de orientações estratégicas nacionais para o setor que prefiguram e privilegiam um perfil de turistas mais exigente e sofisticado – na qualidade e diversidade da experiência turística – a estratégia a prosseguir a nível concelhio passa pela consolidação dos recursos existentes, acrescentando-lhes valor, pela afirmação de novas ofertas/atrativos que se articulem e complementem com os recursos-âncora e/ou que promovam a diversificação de produtos locais.

No caso do município, a questão não se coloca tanto pelo desenvolvimento atual que o setor representa na economia concelhia, mas sobretudo, pelo potencial da área onde o município se insere, utilizando para o efeito a estratégia definida no âmbito do Plano de Marketing Territorial do concelho de Macedo de Cavaleiros e respetivo Plano de Ação (2009).

Nesse sentido, é definido no âmbito do Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros a seguinte visão: "***Até 2013 Macedo de Cavaleiros será um exemplo regional de turismo sustentável, constituindo-se como um território de referência no quadro do destino turístico Trás-os-Montes.***

Macedo de Cavaleiros será um território com elevada notoriedade externa, materializada ao nível local no aproveitamento das mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da atividade turística".

A concretização desta visão assenta em três linhas de orientação (L) que por sua vez se desdobram em seis objetivos (O) gerais conforme exposto no quadro seguinte:

FIGURA 25: MATRIZ-SÍNTESE DA VISÃO ESTRATÉGICA, LINHAS DE ORIENTAÇÃO E OBJETIVOS PARA A DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

VISÃO ESTRATÉGICA	
Até 2013 Macedo de Cavaleiros será um exemplo regional de turismo sustentável, constituindo-se como um território de referência no quadro do destino turístico Trás-os-Montes. *Macedo de Cavaleiros será um território com elevada notoriedade externa, materializada ao nível local no aproveitamento das mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da actividade turística*	
L1 – Qualificar e valorizar os recursos existentes numa óptica de sustentabilidade **L2** – Aumentar os níveis de visibilidade, notoriedade e reconhecimento externo **L3** – Aproveitar as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da actividade turística	**O1** – Qualificar e valorizar os recursos com potencial de atractividade **O2** – Criar, diversificar e qualificar as infra-estruturas de base (alojamento, restauração, animação, ...) **O3** – Criar estruturas e serviços de apoio **O4 –** Comunicar, promover e projectar a oferta **O5 –** Dinamizar eventos e outras actividades de animação **O6 –** Promover a qualificação e a formação dos recursos humanos

Fonte: Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros (2009); 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2011

A operacionalização destes objetivos tem em conta a criação de uma marca territorial "Terras de Cavaleiros", uma marca – chapéu para os produtos endógenos e a estruturação de 3 grandes produtos turísticos, de acordo com o exposto no quadro seguinte:

FIGURA 26: A PERSPETIVA DO PLANO DE MARKETING TERRITORIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS FACE AOS PRODUTOS TURÍSTICOS A DESENVOLVER

MARCA TURÍSTICO-PROMOCIONAL:		Terras de Cavaleiros
PRODUTOS TURÍSTICOS	**MOTIVAÇÕES**	**DESCRIÇÃO/MEDIDAS DE INTERVENÇÃO**
Aldeias de Cavaleiros	- Relaxamento - Escape da rotina (desejo de mudança) - Paisagens - Interesse pelo património cultural e etnográfico - Gastronomia e vinhos - Eventos festivos como o Carnaval	- Definição pela CMMC, em colaboração com os parceiros locais públicos e privados, das aldeias a integrar a rede de Aldeias de Cavaleiros, devendo ser equacionada a inclusão de Cortiços, Pinhovelo, Chacim, Vale Pradinhos, Podence, Salselas, Santa Combinha, Lamalonga e Soutelo Mourisco. - Elaboração do Plano de Aldeia - Definição do modelo de gestão e criação da rede de parceiros - Recuperação patrimonial (criação ou remodelação das infraestruturas básicas; recuperação de coberturas e fachadas; requalificação e reabilitação de imóveis; requalificação dos espaços públicos) - Promoção da Rede de Lojas de Aldeia

MARCA TURÍSTICO-PROMOCIONAL:		Terras de Cavaleiros
PRODUTOS TURÍSTICOS	**MOTIVAÇÕES**	**DESCRIÇÃO/MEDIDAS DE INTERVENÇÃO**
Albufeira do Azibo	- Relaxamento; - Escape da rotina (desejo de mudança); - Contacto com a natureza; - Paisagens; - Prática de desporto; - Participação em eventos desportivos; Interesse pela ciência (fauna e flora).	- Promoção de atividades de animação (balonismo, btt, orientação, windsurf, canoagem, orientação, campeonatos de volley de praia, de futebol de praia, passeios pedestres, passeios a burro, de cavalo, etc.) - Criação de um Observatório de Aves - Criação de ecopistas e vias cicláveis, em especial na linha do Tua - Criação de alojamento "alternativo" (casas abrigo, ecocamp, "camping à la femme" …) - Criação e promoção do Ecocampo de Golfe do Azibo
GeoParque de Macedo de Cavaleiros	- Relaxamento - Interesse pela ciência - Escape da rotina (desejo de mudança) - Contacto com a natureza - Paisagens - Prática de desporto	- Realização de um inventário detalhado do património geológico do concelho por forma a preparar uma candidatura do GeoParque à UNESCO Global GeoParks Network - Criação de um centro interpretativo que poderá vir a integrar um Centro da Ciência Viva - Promoção de um conjunto de atividades de animação (como passeios pedestres e observação de aves ou com desportos como a escalada, o BTT, a canoagem e o para-quedismo). - Criação de uma imagem gráfica e divulgação nos media

Fonte: Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros (2009); 1.ª Revisão do PDMMC, Estudos de Caracterização, 2015

Salientam-se alguns projetos de referência, nomeadamente: Praia fluvial na Albufeira do Azibo (mais cais acostável, rampa de mergulho e espaço para desportos radicais), centros rurais (pequenas infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva, valorização de produtos locais e prestação de serviços às populações), Portas da Terra Quente (intervenções na aldeia de Chacim e área envolvente) e Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros.

No domínio dos equipamentos destaque para alguns projetos relevantes como a construção do campo de golfe no Azibo, importante na estratégia de desenvolvimento concelhia, especialmente na orientada para a captação de novos fluxos turísticos.

Em termos de modelo de ordenamento são definidos 2 espaços de uso especial para o turismo, nos aglomerados de Santa Combinha e Pontão de Lamas, que se destinam fundamentalmente, à instalação de empreendimentos turísticos, podendo acolher usos complementares como comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas, espaços verdes e equipamentos. No espaço de uso especial de turismo em Pontão de Lamas prevê-se a instalação de um estabelecimento hoteleiro, e de Santa Combinha de um

parque de campismo. É também previsto um espaço de ocupação turística correspondente ao núcleo turístico do Azibo, para implementação de um campo de golfe e criação de unidades de alojamento.

Para além da marcação específica destes espaços de uso especial turístico, são admitidas em quase todas as classes de uso de solo a implantação de empreendimentos turísticos nas tipologias mais consentâneas com o uso onde se insere, sendo o plano bastante flexível a esse nível, perspetivando por um lado o cumprimento da multifuncionalidade dos espaços (em especial do solo rural) e por outro o desenvolvimento de condições propícias para a atividade turística.

Ainda no quadro de ordenamento, o plano transpõe as normativas do PROT-N para a implementação de núcleos de desenvolvimento turístico, que não obedecem a uma marcação física em planta, potenciando que o investimento possa ocorrer em qualquer parte do território desde que cumpra cumulativamente os requisitos definidos.

O turismo constitui-se como um importante ativo da estratégia de desenvolvimento local. A região possui um mosaico multifacetado de recursos turísticos, enquanto espaço natural e cultural de elevado valor identitário. Apesar de não ser o motor da economia macedense, os indicadores económicos disponíveis demonstram um aumento desta atividade e das que se encontram conexas, perspetivando um novo ciclo (otimizado) para o município.

5.4.2 Oportunidades e riscos

O Quadro 53 corresponde à matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objetivos estratégicos/linhas estratégicas da 1.ª revisão do PDMMC para o ***FCD#4*** *Desenvolvimento Económico e Social*, ao que se segue a respetiva justificação analítica.

Quadro 53: Matriz de oportunidades e riscos para o FCD#4 Desenvolvimento Económico e Social

Critérios de Avaliação / Objetivos/Linhas Estratégicas	Infraestruturas	População	Atividades Económicas	Turismo
Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural	+	++	++	++
Reforço da capacidade de acolhimento empresarial	+	++	++	++
Melhoria das condições de vida da população residente	++	++	++	++

Legenda: (+; ++) Oportunidades (-; --) Riscos
(+/-) Relação neutra ou incerta (0) Sem relação

Atendendo às principais fragilidades e constrangimentos em termos de infraestruturas, associadas ao abastecimento de água, a Autarquia deverá atender às seguintes questões, propostas no Plano, procedendo aos investimentos que venham a ser necessários para se não ultrapassá-los, pelo menos minimizá-los: Monitorização da qualidade da água para consumo; Proteção dos aquíferos subterrâneos; Redução ou eliminação de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários não tratados, nos cursos de água; Melhoria de alguns

sistemas de abastecimento de água, principalmente os mais antigos; Diminuição das perdas de água existentes na atual rede de abastecimento; Garantir que as infraestruturas existentes e os investimentos previstos absorvem as necessidades da população prevista para o horizonte deste plano.

Relativamente à qualidade do serviço dos transportes públicos e identificação qualitativa dos constrangimentos à operação dos mesmos, verifica-se que o serviço dos transportes públicos no concelho é muitíssimo limitado, o que é claramente um fator condicionante da mobilidade, sendo que a população concelhia globalmente muito reduzida não cativa o investimento por parte das empresas transportadoras na expansão de carreiras de transportes coletivos rodoviárias. A dimensão dos aglomerados não justifica a criação de transportes urbanos e as distâncias entre eles associadas ao potencial volume de passageiros transportados torna complexo implementar um sistema de transportes públicos operacional e economicamente sustentável.

Embora a complexidade do território não aponte para a indispensabilidade de elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio, a realização de um estudo desta natureza contribuiria decerto para a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente que permitira otimizar recursos, sobretudo de natureza financeira, usufruindo de um planeamento e gestão das condições de mobilidade e acessibilidade.

As intervenções prioritárias patentes na Proposta da Revisão baseiam-se em padrões de mobilidade sustentáveis, do ponto de vista ambiental mas sobretudo financeiro, o que deverá passar, fundamentalmente, pela criação de condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficientes e pela adoção de soluções inovadoras de transporte em territórios caracterizados pela baixa densidade.

Assim, deverá ser repensada a oferta de transporte coletivo rodoviário no território concelhio, de modo a torná-la mais competitiva, financeiramente mais interessante para os operadores e mais atrativa para os utentes, assegurando a melhoria do acesso da população a equipamentos e serviços. Assumindo que a procura pode não incentivar a criação de novas carreiras, existem algumas situações que devem ser consideradas, nomeadamente:

- ✓ Monitorização da necessidade de criação de novas carreiras, do prolongamento ou alteração do circuito de carreiras existentes, de forma a acompanhar as necessidades verificadas e os potenciais padrões de procura. Por exemplo, atendendo aos equipamentos que se pretendem instalar junto à albufeira do Azibo, e numa ótica de promoção cultural e turística deste espaço, deveria ser equacionada a sua dotação com serviço rodoviário de passageiros, assegurando a ligação a Macedo de Cavaleiros.
- ✓ Criação de pequeno interface na cidade de Macedo de Cavaleiros, incluindo um terminal rodoviário associado a um pequeno parque de estacionamento, parque de táxis e zona para estacionamento de bicicletas.
- ✓ Monitorização da necessidade de relocalização das paragens existentes, ou de inserção de novas, de forma a acompanhar as necessidades verificadas em função de novos pontos de atração ou de geração de utentes.

- ✓ Dotar as paragens, ao longo dos percursos servidos pelas carreiras de transportes públicos rodoviários, de abrigos adequados que permitam aos utentes aguardar pelo transporte em condições de conforto e segurança.

A proposta de criação de um pequeno interface em Macedo de Cavaleiros afigura-se também como uma oportunidade para se pensar na possibilidade de formação de um sistema de transporte coletivo municipal, que integrasse um maior número de carreiras matinais e vespertinas para, respetivamente, recolha e distribuição da população da sua área de influência.

São ainda propostas alternativas ao transporte coletivo tradicional (e mesmo ao individual):

- ✓ "Transporte coletivo de baixa capacidade", nomeadamente através de miniautocarros, já com experiências de sucesso confirmadas em alguns locais. Trata-se de uma modalidade de transporte com menores exigências e custos em termos de operação e que permitiriam servir locais de baixa procura. Esta solução poderia ser articulada entre municípios vizinhos e de preferência com parcerias entre os municípios e as operadoras.
- ✓ "Transporte a pedido". Esta é uma solução que pode ser muito funcional em áreas de baixa densidade populacional sendo habitualmente tido como um sistema híbrido entre o táxi e o transporte regular de passageiros, procurando associar as vantagens de maior flexibilidade do táxi com as vantagens de custos mais baixos associado ao autocarro, e podendo ser encarado como um táxi partilhado ou um autocarro com serviços flexíveis. Pressupõe que o cliente desencadeie a viagem, contactando, habitualmente por telefone, um centro de atendimento e coordenação de viagens, o qual posteriormente organiza a oferta de transporte no sentido de servir o cliente à hora marcada (e local estabelecido) levando-o até ao seu destino final, sendo o veículo partilhado com outros clientes cujas viagens têm um padrão idêntico ou se intersetam.

Um aspeto fundamental na análise e avaliação dos equipamentos coletivos é o tendencial envelhecimento demográfico da população concelhia: i) envelhecimento na base da pirâmide: progressiva redução do peso da população jovem (11,7% em 2011) e ii) progressivo incremento da percentagem de população idosa (28,2%, em 2011). Este facto obriga a pensar, em termos estratégicos, que a dotação de equipamentos coletivos deverá ser reforçada no sector de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio a este grupo. Na proposta de Plano não são identificados locais concretos nem definidas possíveis tipologias, (embora se detetem carências na zona norte do concelho e na cidade de Macedo de Cavaleiros), sugerindo-se que, na previsão de mais equipamentos desta natureza, que no âmbito do processo de monitorização do Plano se venham a julgar necessários, se tenham em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ "Privilegiar o Apoio Domiciliário e, se possível, o Apoio Domiciliário Integrado, tendo em conta a sua importância crescente, uma vez que tem vantagens óbvias sobre as outras valências, sendo de destacar o facto de permitir ir ao encontro dos anseios dos idosos no prolongamento de uma vida autónoma e não institucionalizada. O envelhecimento anunciado, em paralelo com as consequentes

dificuldades de mobilidade de parte da população idosa, bem como as distâncias a percorrer para aceder aos serviços de saúde públicos, justifica amplamente a possível aposta no Apoio Domiciliário Integrado;

- ✓ Ponderar a possibilidade de alargar as valências atuais a serviços mais inovadores, no sentido de fornecer respostas integradas e mais adequadas às reais necessidades dos grupos, comunidades e famílias, nomeadamente a Centros de Noite (resposta social dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas atividades de vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento necessitam de algum suporte de acompanhamento), serviços de tele-alarme, "Residências Sénior" (ou "condomínios da 3ª idade" que tem como objetivo aliar a privacidade da habitação própria ao conforto dos serviços hoteleiros e à segurança de apoio médico e de outros serviços, destinando-se à população com mais de 65 anos e com capacidade financeira), etc."

É também importante mencionar como fator de risco a necessidade de recursos humanos qualificados nas áreas do turismo: hotelaria, restauração e animação turística, pelo que a formação de competências em domínios profissionais dinamicamente ajustados às necessidades procedentes constitui uma oportunidade emergente. A vantagem reside na existência de uma rede escolar com oferta de cursos em diferentes graus de ensino e no desenvolvimento do ensino superior com contributo potencial para o aparecimento de novos agentes e iniciativas de desenvolvimento locais.

Em termos de atividades económicas, o maior risco reside na permanência de uma economia dependente de atividades tradicionais insuficientemente organizadas, nomeadamente na relação com o mercado, com reflexos na fixação de valor acrescentado local (por exemplo, a venda de castanha sem transformação e certificação) - estrangulamento do setor agrícola pela fraca articulação entre a produção e os circuitos de comercialização.

O fraco dinamismo económico patente no município – tecido empresarial incipiente – resulta numa débil capacidade de iniciativa privada, associada à ausência de tradição de empreendimento e de fatores locativos, mas também à indefinição de oportunidades de investimento. Neste âmbito, o que acontece é o constante abandono de empresas de serviços para áreas de maior dinamismo económico (Bragança, Vila Real, Braga e Porto) com vista a rentabilização económica dos investimentos.

Ao nível do enquadramento de áreas de atividade económica e ampliação de existentes, no âmbito da proposta de ordenamento prevê-se a ampliação da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (não só com o objetivo de possibilitar o acolhimento de novas unidades industriais, mas também alargar as suas valências a unidades empresariais que permitam outras atividades económicas, tais como um *outlet*, um centro de negócios, um espaço para exposições empresariais, uma possível incubadora de empresas, um entreposto comercial de produtos agroalimentares, entre outras que possam surgir) e criação de um novo núcleo junto a Latães, assim como a ampliação da Zona Oficinal da Travanca, procurando, assim, dinamizar e incrementar a consolidação do setor industrial na estrutura económica do concelho. Foi ainda inserido um espaço de atividades económicas numa área adjacente ao cemitério da cidade de Macedo de Cavaleiros e ainda a criação de duas áreas novas de apoio aos aglomerados de Arcas e Vilarinho de Agrochão. Pretende-se com estas propostas contribuir para a concretização da linha estratégica "reforço da capacidade de acolhimento empresarial",

dotando o território de espaços devidamente infraestruturados e destinados para o efeito - oferta de solo infraestruturado de qualidade, de suporte à atração de empresas e localização estratégica da zona industrial face ao eixo industrial do Litoral nacional e à zona industrial de Valladolid (existência da A4 e IP2 - eixos rodoviários potenciadores da mais-valia que constitui a Zona industrial de Macedo -, minimizando os efeitos decorrentes da coabitação de usos, por vezes conflituosos, bem como potenciando economias de escala que favoreçam o dinamismo empresarial do concelho.

Contudo, existem outras oportunidades não negligenciáveis, como é a aposta na produção de energias renováveis, concretizada através da constituição de uma pequena rede de parques eólicos, constituindo um projeto de inegável interesse para o concelho, dado o seu caráter estratégico e inovador, uma vez que contribuirá para o fomento da utilização de energias alternativas e para uma menor dependência energética face ao exterior.

Os elementos do património natural e cultural constituem importantes ativos do território concelhio, convergindo para compor um produto turístico com procura própria (destacando-se o potencial cinegético, os valores naturais que abrangem a área protegida da albufeira do Azibo, a gastronomia regional de qualidade e a tipicidade das produções agroalimentares e as atividades de turismo de natureza e aventura). Não obstante esta dotação de recursos turísticos, existem limitações de aproveitamento derivadas da insuficiência da oferta de alojamento (escassez de unidades dimensionadas para receber grupos, unidades de alojamento em self-catering e de parques de campismo rurais), défice de complementos de animação turística nas unidades de alojamento e má articulação nas entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo. Acresce ainda a insuficiente integração, na atividade turística regional, de ações e iniciativas de valorização dos produtos agroalimentares de qualidade, suscetível de ampliar a presença de mercado destas produções junto dos vários segmentos de visitantes. Por outro lado, no que concerne concretamente a atividade turística, a Proposta de Plano identifica as estratégias a implementar com vista ao desenvolvimento e consolidação de novos segmentos e nichos de mercado, contribuindo para corrigir algumas debilidades reconhecidas.

Na Proposta de Plano procedeu-se à demarcação de vários espaços para afetação a usos predominantemente turísticos, nomeadamente o núcleo turístico do Azibo, onde se pretende a instalação do Ecocampo do Azibo associado ao campo de golfe também a construir, assim como à criação de unidades de alojamento, uma área no aglomerado de Santa Combinha para instalação de um parque de campismo e outra em Pontão de Lamas para instalação de um estabelecimento hoteleiro, claramente no sentido da constituição de infraestruturas turísticas, procurando dar resposta ao primeiro domínio estratégico que está relacionado com a diversificação e qualificação do alojamento existente.

5.4.3 Diretrizes para seguimento

Apresentam-se no Quadro 54 as diretrizes de seguimento para o*FCD#4 Desenvolvimento Económico e Social*.

Quadro 54: Diretrizes para seguimento do FCD#4Desenvolvimento Económico e Social

Diretrizes para Planeamento e Gestão
- Condicionar o licenciamento de novos equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas à relação entre a procura e a oferta existente e prevista - Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo - Desenvolver um sistema de gestão integrado das infraestruturas que permita uma intervenção criteriosa nas ações de manutenção, adequando os trabalhos de beneficiação nos diversos equipamentos aos níveis de serviço pretendidos - Criar meios de controlo dos níveis de qualidade das infraestruturas tendo em vista uma constante melhoria do serviço prestado ao cidadão, principalmente nas zonas de ocupação dispersa - Fazer depender o licenciamento de projetos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública - Proceder à elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio que permita a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente na ótica da otimização de recursos - Desenvolver um estudo com vista à identificação das oportunidades de diversificação do atual modelo de desenvolvimento económico, baseadas numa maior incorporação de inovação, conhecimento e qualificação de recursos humanos, e definição das respetivas estratégias e medidas de promoção - Desenvolver e implementar um sistema dinâmico de indicadores económicos que permita acompanhar a evolução da estrutura económica do concelho - Desenvolver e implementar uma estratégia de promoção de novos segmentos e nichos do mercado turístico, que explorem de forma mais exaustiva a cadeia de valor da atividade turística, potenciando os equipamentos turísticos existentes
Diretrizes para Planeamento e Gestão
- Aplicar, de forma assertiva, o Plano de Comunicação e a estratégia de marketing turístico baseada nos valores naturais, paisagísticos e culturais do concelho - Estudar a possibilidade de implementar um sistema de incentivos fiscais municipais à fixação de empresas - Promover a utilização de TIC, particularmente nos serviços municipais
Diretrizes para Monitorização

- Monitorizar a evolução da oferta e da procura de equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas - Monitorizar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura das infraestruturas de saneamento básico, em função do crescimento do concelho - Monitorizar as condições efetivas de ocupação de zonas industriais e de acolhimento empresarial de modo a determinar a eventual necessidade de redimensionamento dos espaços previstos pela CMMC - Monitorizar eficazmente as perdas de água durante o processo de abastecimento e o risco de contaminação de forma a prevenir quaisquer ameaças à qualidade e disponibilidade de água - Monitorizar o Programa da Rede Social e a Carta Educativa (reordenamento da rede escolar, adaptado às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo) em função da avaliação da concretização das suas propostas e da realidade municipal - Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono e elevem o nível médio de qualificação escolar - Monitorizar o contributo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros na concretização do Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros

Diretrizes de Governança	
Entidades	**Responsabilidades**
CMMC	- Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico - Colaborar com as diversas entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas urbanas no desenvolvimento um sistema de gestão integrado dessas infraestruturas - Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária municipal tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional - Promover e mediar, relativamente às questões de transportes, a concertação entre os interesses dos operadores privados de transporte e o interesse público, bem como a promoção de informação e sensibilização da população, particularmente no respeitante a medidas de mobilidade alternativa ao transporte coletivo convencional (reduzindo os custos associados aos transportes e otimizando os recursos) - Estabelecer, em conjunto com os municípios de Bragança e Mirandela, um protocolo para gestão conjunta dos transportes públicos coletivos interconcelhios - Elaborar, em conjunto com outros municípios, um programa intermunicipal de cobertura das Zonas de Baixa Densidade de Procura (ZBDP) - Promover o desenvolvimento e implementação de estratégias de diversificação do modelo económico do concelho e de um sistema de monitorização da evolução da estrutura económica - Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais

	- Promover o desenvolvimento de novos segmentos e nichos do mercado turístico e contribuir ativamente na concretização da visão e implementação das medidas que permitam desenvolver um turismo dinâmico e sustentável, assente no Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros
Entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas urbanas	- Desenvolver um sistema de gestão integrado das infraestruturas urbanas - Criar meios de controlo dos níveis de qualidade das infraestruturas urbanas - Proceder à manutenção periódica e um permanente acompanhamento do funcionamento das estações de tratamento de águas residuais compactas e fossas sépticas coletivas que integram os sistemas individuais (CMMC e AdTMAD) - A AdTMAD e a Autarquia em conjunto deverão proceder à implementação de estratégias e de medidas que permitam minimizar e/ou controlar as perdas de água
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	- Promover a integração efetiva de Macedo na dinâmica de promoção do desenvolvimento regional de Alto Trás-os-Montes, designadamente a partir da concretização de estratégias de atuação e de projetos no âmbito do desenvolvimento rural, Turismo e Ambiente
Entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo	- Reforçar a articulação e cooperação estratégica entre as entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo, na definição de um modelo de desenvolvimento económico que permita maximizar o aproveitamento do investimento turístico no concelho
População em geral	- Participar nos processos de consulta pública desenvolvidos no âmbito de projetos de desenvolvimento socioeconómico - Propor iniciativas individuais e comunitárias proactivas para desenvolvimento e valorização dos recursos económicos do município

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das tendências da evolução do Plano para cada critério de avaliação e objetivo de sustentabilidade, com a implementação do Plano e na sua ausência.

Quadro 55: Síntese das tendências com e sem plano

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
Recursos Naturais e Biodiversidade	***Recursos Hídricos***	Preservar, proteger e valorizar os recursos hídricos	Não sendo conhecidas atividades no concelho que justifiquem um acréscimo significativo do consumo de águas subterrâneas ou que comprometam a sua qualidade, considera-se que se manterão as condições atuais. Galerias ripícolas das linhas de água em razoável estado de conservação.	Num horizonte futuro, considerando que os recursos hídricos subterrâneos constituem uma reserva de água estratégica e, numa perspetiva integrada dos recursos hídricos, poderá vir a ser necessária a utilização de algumas das captações de água subterrânea para assegurar as necessidades de água geradas por futuras ocupações. Este cenário assume maior relevância em situações de emergência e de escassez de água nesta região.
		Proteger e revitalizar os troços de rio com galeria ripícola		
		Proteger a qualidade da água das zonas balneares fluviais		
	Biodiversidade	Manter e valorizar a continuidade dos espaços naturais, classificados e protegidos	Na ausência de fatores adicionais de perturbação, particularmente de natureza antrópica, o cenário tendencial será de manutenção dos habitats e comunidades biológicas para as diversas áreas classificadas e espaços naturais. Prevê-se que, com a definição da EEM da 1ª Revisão do PDM, a tendência seja a de aumentar as áreas naturais do Concelho e, nesse contexto, gerar mais	Verifica-se o esforço do município em matérias como a conservação, proteção e valorização das áreas naturais do concelho, dado o número de licenciamentos em Rede Natura 2000, bem como a existência de vários projetos de valorização natural cujo objetivo visa a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. No Núcleo Central da Paisagem
		Promover do estudo e proteção das comunidades faunísticas e florísticas		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	**Com implementação do Plano**
			oportunidades de valorização do património natural.	Protegida da Albufeira do Azibo, está prevista a implantação da Ecoteca de Macedo de Cavaleiros, um auditório com 50 lugares e da Sala-Museu de Arqueologia (onde podem ser encontrados artefactos resultantes das escavações efetuadas pela Associação Terras Quentes). Ainda, nas proximidades da Paisagem Protegida, existem duas instalações dignas de visita: o museu Rural de Salselas e o espaço cultural "Casa do Careto", em Podence. Está também prevista a implantação de um Parque de Campismo.
	Flora e Vegetação	Recuperar e reforçar as formações vegetais degradadas relativamente às alianças originárias	Assume-se que na ausência de Proposta de Plano as condições futuras seriam idênticas às atuais. Em termos de risco de incêndio, a maior vulnerabilidade está associada às áreas florestais de folhosas e aos olivais localizados nas áreas classificadas.	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da incidência dos incêndios, estratégias intimamente ligadas ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.
		Proteger as áreas com floresta à base de espécies de *Quercus* sp. e revestimento vegetal climácico		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
Património Cultural	***Património Imaterial***	Proteger e valorizar o património	Manutenção da promoção e divulgação do património imaterial através do desenvolvimento de várias iniciativas locais promovidas pelas instituições que contribuem para a conservação do património Cultural.	Potenciação das ações de divulgação e de salvaguarda do património.
		Divulgar o património cultural existente mais significativo (tradições, festividades, gastronomia, etc.)		
	Património Arqueológico	Salvaguardar o património	Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos valores arqueológicos com interesse.	Revitalização do património arqueológico e sua consequente conservação, através da implementação da atividade turística no concelho, na vertente cultural, bem como a definição de um roteiro onde constem os sítios com maior relevância, dotando-os de condições mínimas de visitação. Conclusão da Carta Municipal de Património.
		Evitar a destruição indiscriminada do património arqueológico		
	Património Arquitetónico	Recuperar o património arquitetónico, face à descaracterização concelhia	O crescente abandono das aldeias e o estado de degradação do património arquitetónico revelam a necessidade de se proceder a obras de recuperação.	Realização de obras de recuperação de imóveis e espaços públicos na envolvente de imóveis de valor patrimonial. Conclusão da Carta Municipal de Património.
		Contrariar o abandono da ocupação de construções mais antigas nos núcleos urbanos		
		Valorizar os imóveis com elevado valor arquitetónico e sua		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
		envolvente		
Ordenamento do Território e Coesão Territorial	***Uso do Solo***	Valorizar a atividade agrícola no concelho, garantindo a preservação do recurso solo	Não são de esperar alterações significativas no que concerne à delimitação da RAN em vigor, ressalvando-se somente a desafetação pontual em caso de necessidade de compatibilização com eventuais projetos considerados de interesse público. Existência dos perímetros florestais de Monte Morais, da Serra da Nogueira e da Serra de Bornes sujeitos às orientações dos Planos de Gestão Florestal (PGF) no âmbito do PROF-NE. Inadequação das características físicas e da ocupação do solo urbano.	Delimitação dos espaços de forma mais rigorosa, suportada por cartografia atualizada, visitas aos aglomerados e avaliação dos compromissos resultantes de loteamentos e outras operações urbanísticas válidas. Qualificação do solo, tanto rural como urbano estabelecida com base em critérios de ordem funcional, contribuindo para a adequação da regulação do uso do solo às suas funções predominantes.
		Ordenar e qualificar os espaços florestais		
		Controlar a ocupação florestal ao nível das espécies nos espaços florestais de produção		
		Minimização dos conflitos com outros usos		
	Coesão Territorial	Diminuir a distância social, económica e cultural entre as aldeias dispersas pelo território do concelho	Processo de desertificação, pelo que a não haver medidas que contrariem esta tendência, está-se perante o agonizar desta situação, nomeadamente o esvaziamento populacional das povoações espartilhadas pelo território concelhio e a concentração na sede concelhia (acentuando o desequilíbrio da rede urbana, já	Identificação das vias integradas na Rede Nacional, cuja concretização permitirá uma melhoria sensível das suas acessibilidades externas a diversos níveis, bem como os investimentos, por iniciativa da autarquia (em curso ou planeadas) com relevância no âmbito das acessibilidades e da mobilidade
		Fortalecer a estrutura urbana das aldeias, e reduzir a edificação dispersa		
		Promover projetos dinamizadores das áreas mais		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
		rurais do concelho	atualmente deficitária). Limitações do ponto de vista das acessibilidades/relações com o exterior, aliadas aos baixos efetivos populacionais que não justificam investimentos de vulto por parte da administração central e dos operadores de transporte coletivo. Atravessamento dos aglomerados por rodovias o que pode constituir uma barreira à livre e segura circulação pedonal dos cidadãos, particularmente nos casos em que as vias são muito movimentadas.	urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros, incluindo a beneficiação (a curto prazo) de algumas estradas e caminhos municipais.
	Estrutura Urbana	Promover e dinamizar os centros urbanos das aldeias	Manutenção e agravamento tendencial do fenómeno de desertificação. Aumento do nível de abandono e da degradação dos núcleos antigos. Existência de uma Carta de Ruído com a identificação das potenciais áreas de conflito. Continuação na aposta na produção de energias renováveis. Desenvolvimento de um conjunto de propostas, tendo como objetivo a melhoria efetiva da	Reforço da aposta e nos incentivos camarários ao licenciamento e construção de edifícios energeticamente eficientes demonstram uma crescente consciência/preocupação para a questão da sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos
		Promover formas de utilização eficiente da energia		
		Monitorizar as componentes ambientais ao nível da poluição sonora e atmosférica		
		Adequar as características físicas das vias ao seu nível de serviço		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	**Com implementação do Plano**
			estrutura e funcionalidade da rede viária concelhia.	
	Riscos (Naturais, Tecnológicos e Mistos)	Reduzir a área ardida	Existência de dois instrumentos fundamentais (ainda que intimamente relacionados e articulados) para a intervenção ao nível do planeamento, prevenção, proteção e socorro: Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos (que no essencial procede à identificação e cartografia dos riscos) e o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).	Prevenção e mitigação de danos e impactes associados aos riscos identificados, através de um conjunto de restrições e condicionalismos à ocupação/edificação das áreas de maior suscetibilidade, pormenorizadas no Regulamento do Plano.
		Assegurar o ordenamento sustentável dos territórios florestais		
		Prevenir a erosão dos solos através da adoção de boas práticas de conservação do solo		
		Gestão da ocupação de áreas de risco por atividades humanas		
		Minimizar os impactos das inundações		
		Preservar as zonas de infiltração e recarga de aquíferos		
		Prevenir a ocorrência de possíveis acidentes industriais		
Desenvolvimento Económico e Social	***Infraestruturas***	Garantir o acesso à rede de abastecimento de água e saneamento básico nos aglomerados urbanos	A população encontra-se na sua quase totalidade servida por rede pública de abastecimento de água e saneamento básico.	Criação de um conjunto de condições que potenciem a qualidade de vida da população para além do vital, o qual está, de

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	**Com implementação do Plano**
		Controlar a existência e o funcionamento de depósitos de sucata	Manutenção de níveis de procura relativamente baixos de transportes públicos que não incentiva a criação de novas carreiras. Não existência de carências significativas ou disfunções ambientais no sistema de recolha e tratamento de RSU no concelho.	um modo geral, assegurado. Aumento da competitividade do setor de transportes públicos, no sentido que constitua um investimento atrativo para os operadores e utentes. Criação de condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficientes e pela adoção de soluções inovadoras de transporte em territórios caracterizados pela baixa densidade As intervenções previstas visam a melhoria e dotação de maior capacidade e cobertura ao sistema, sobretudo ao nível da deposição de resíduos recicláveis. Elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio.
		Alargar o número de locais de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e a sua frequência de recolha		
		Melhorar e expandir a rede de transportes públicos do concelho		
		Promover a equidade na acessibilidade a equipamentos de saúde, educação e culturais		
	População	Promover a diversificação de equipamentos socioculturais	A distribuição geográfica dos equipamentos coletivos traduz a polarização exercida pela sede de	A dotação de equipamentos coletivos deverá ser reforçada no setor de apoio da população idosa

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
		Reforçar a dotação dos equipamentos no sector de apoio da população idosa e melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem	concelho onde se localizam os equipamentos de ordem superior; a tendência de esvaziamento populacional que vai acentuar os desequilíbrios territoriais existentes em matéria de distribuição de equipamentos coletivos. Persistência de um padrão de baixas qualificações e de profissões pouco especializadas, fator inibidor ao pleno desenvolvimento económico e de diminuição da taxa de desemprego	e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio a este grupo. Na proposta de Plano não são identificados locais concretos nem definidas possíveis tipologias, (embora se detetem carências na zona norte do concelho e na cidade de Macedo de Cavaleiros), sugerindo-se que, na previsão de mais equipamentos desta natureza, que no âmbito do processo de monitorização do Plano se venham a julgar necessários.
		Incrementar a qualificação dos recursos humanos apoiando a formação profissional		
		Inverter a tendência de imigração e migração da população ativa		
	Atividades Económicas	Fortalecer e diversificar a estrutura económica e empresarial	Permanência de uma economia dependente de atividades tradicionais insuficientemente organizadas. O decréscimo populacional, diminuição da população ativa e os fluxos migratórios poderão conduzir ao estrangulamento do mercado de trabalho e, ainda, consequentemente na "fuga" das empresas para outros locais de maior dinamismo económico.	Reforço e aumento de cerca de 38,4 ha (596,2%), em relação ao ordenamento estabelecido no PDM em vigor, com a concretização da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros. Aposta na produção de energias renováveis, concretizada através da constituição de uma pequena rede de parques eólicos.
		Implantar, desenvolver e manter a zona industrial/oficinal		
		Minimizar os impactos na cidade de Macedo de Cavaleiros, gerados pela disseminação de inúmeras instalações de cariz industrial e oficinal		
		Promover o desenvolvimento e o investimento e iniciativas locais		

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Tendências de Evolução	
			Sem implementação do Plano	Com implementação do Plano
	Turismo	Desenvolver atividades turísticas que respeitem e se integrem com as condicionantes naturais e patrimoniais do território	Apesar de não ser o motor da economia macedense, os indicadores económicos disponíveis demonstram um aumento desta atividade e das que se encontram conexas, perspetivando um novo ciclo (otimizado) para o município.	Fortalecimento da oferta de espaços para afetação a usos predominantemente turísticos, nomeadamente o núcleo turístico do Azibo e a criação de outras unidades de alojamento.
		Promover a criação de atividades turísticas organizadas e de qualidade, que fortaleçam a imagem do concelho		

>6
CONCLUSÕES

6. CONCLUSÕES

A AAE da Proposta de Revisão do PDMMC teve como objetivo central a avaliação das oportunidades e riscos potenciais decorrentes da implementação das estratégias inerentes ao modelo de ordenamento proposto, contribuindo para a integração ambiental com vista à sustentabilidade do território.

Através da análise realizada podem retirar-se algumas conclusões transversais.

Em primeiro lugar, salienta-se o carácter mais programático da Proposta de Plano, suportada num Modelo Espacial de Desenvolvimento que aponta as orientações estratégicas do PDMMC, em detrimento de uma abordagem de natureza mais regulamentar, assumindo um instrumento que se pretende, na sua essência, estratégico e estrutural. Esta opção torna a Proposta mais flexível em termos da implementação estratégica do plano. A simplificação da classificação e qualificação do solo adotada na Proposta, bem como a definição de disposições regulamentares associada a critérios de desenvolvimento estratégico (como a referenciação espacial dos usos e atividades) e de sustentabilidade, em detrimento da fixação de índices urbanísticos quantificados estanques, contribuem também para a flexibilização da proposta em termos da implementação estratégica do plano.

Em segundo lugar, considera-se que a Proposta de Plano reflete um conjunto de preocupações fundamentais para o desenvolvimento sustentável do município, como sejam a necessidade de reinvenção do modelo de desenvolvimento económico vigorante, a preservação e valorização dos valores naturais, paisagísticos e culturais, a redução dos níveis de exposição aos riscos naturais ou a eficiência energética. Neste âmbito e apesar de Macedo de Cavaleiros dispor de uma Carta Estratégica municipal, serviram de referencial de atuação para o concelho as perspetivas de desenvolvimento regional constantes na visão e objetivos estratégicos formulados no âmbito do PROT-N, bem como no Documento Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21, elaborado no âmbito da Agenda 21 Regional do Nordeste Transmontano. Contudo, nem sempre dá sequência de forma clara e explicita às respetivas opções estratégicas, o que dificultou a interpretação dessas opções, resultando em alguma incerteza quanto às oportunidades e aos riscos potenciais avaliados.

Não obstante, denota-se alguma preocupação em estabelecer a articulação entre as opções propostas de ordenamento territorial (materializadas na Planta de Ordenamento e regulamentadas em documento próprio) com as orientações estratégicas de desenvolvimento constantes dos planos hierarquicamente superiores, embora, como é lógico, muitas das medidas de desenvolvimento são imateriais e não possuem tradução territorial.

Por último, refere-se a insuficiente clareza de ligação entre a Proposta de Plano e outros planos, programas ou regulamentos municipais de intervenção setorial. A título de exemplo, refere-se o caso do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Macedo de Cavaleiros, em relação ao qual não é evidente o modo como o PDMMC se compatibiliza com a estratégia preconizada nesse plano e de que forma a concretiza territorialmente. Este facto poderá originar dissonâncias ao nível do posicionamento estratégico no que concerne à eficiência energética e à valorização dos recursos energéticos renováveis, com incompatibilidades subsequentes ao nível da gestão municipal.

Tendo por base a avaliação realizada no presente relatório sintetizam-se de seguida as oportunidades e riscos mais significativos detetados na avaliação estratégica da Proposta de Plano; sendo que no caso das desvantagens e riscos, o esforço deverá ser no sentido de diminuir ou mesmo de anular o seu previsível efeito negativo, que poderá ser conseguido exatamente a partir da enfatização das vantagens e oportunidades:

- ✓ **Afirmação do posicionamento de Macedo de Cavaleiros na rede urbana nacional e ibérica** ambicionando uma integração regional mais vasta, de carácter transfronteiriço com vantagens locativas potenciais a explorar, a par de um posicionamento no triângulo Chaves/Mirandela/Bragança na ótica da distribuição de produções agrícolas e agroalimentares e na ótica da massa crítica indispensável a funções administrativas e terciárias de importância regional. Este posicionamento é favorecido pela configuração atual dos principais eixos rodoviários de ligação do país ao nordeste transmontano (o IP2 e o IP4 (A4)) cruzam-se em território de Macedo) e futuramente à rede transeuropeia, com reflexos nas potencialidades de desenvolvimento de um vasto território.

Ao nível local, a concretização desta premissa é transversal às três Linhas Estratégicas de Desenvolvimento da proposta de revisão do PDM e pressupõe o desenvolvimento de padrões de mobilidade sustentável, suportados, por um lado, numa rede de acessibilidades estruturada, com cobertura suficiente do território concelhio e composta por vias com características adequadas aos níveis de serviço a fornecer, e, por outro, numa rede de transportes que promova a utilização de modos coletivos e suaves em detrimento do transporte individual e convencional. Esta estratégia é igualmente relevante enquanto oportunidade no que concerne à eficiência energética e às alterações climáticas.

A qualidade e operação do serviço dos transportes públicos é muito limitado, o que é claramente um fator condicionante da mobilidade: por um lado a população concelhia, globalmente muito reduzida, não cativa o investimento por parte das empresas transportadoras na expansão de carreiras de transportes coletivos rodoviárias; por outro, a dimensão dos aglomerados não justifica a criação de transportes urbanos e as distâncias entre eles associadas ao potencial volume de passageiros transportados torna complexo implementar um sistema de transportes públicos operacional e economicamente sustentável. Assim, na Proposta de Plano são enunciadas as intervenções prioritárias baseadas em padrões de mobilidade sustentáveis, do ponto de vista ambiental mas sobretudo financeiro, o que deverá passar, fundamentalmente, pela criação de condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficientes e pela adoção de soluções inovadoras de transporte em territórios caracterizados pela baixa densidade. A elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio, mencionado na Revisão, contribuiria decerto para a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente que permitiria otimizar recursos, sobretudo de natureza financeira, usufruindo de um planeamento e gestão das condições de mobilidade e acessibilidade.

- ✓ **Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural**. A potenciação dos serviços públicos e privados e dos equipamentos turísticos do concelho apresenta oportunidades potenciais significativas para a diversificação do modelo de desenvolvimento económico de Macedo e, em particular, da atividade turística.

Ao nível do património natural e cultural o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta uma riqueza assinalável, devendo por isso ser utilizada de forma concertada com a atividade turística. É de destacar o potencial cinegético, os valores naturais que abrangem a área protegida da albufeira do Azibo e várias áreas naturais da rede natura 2000, a tipicidade das produções agroalimentares e as atividades de turismo de natureza e aventura. Merece também importância o elevado valor patrimonial do concelho, com um considerável número de sítios arqueológicos inventariados, cinco imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público e ainda, cinco imóveis em vias de classificação. Em termos de património imaterial existem 7 instituições de conservação e várias iniciativas de promoção do património cultural. Refere-se que está em curso a elaboração da Carta do Património concelhio o que contribuirá de forma decisiva para a salvaguarda e valorização patrimonial.

Por outro lado o concelho apresenta algumas fragilidades, nomeadamente no que se refere à oferta de infraestruturas e equipamentos de apoio ao recreio e lazer (parques de merendas, praias fluviais, centros de interpretação pedagógica ambiental, geológica, arqueológico, etc.), à rede de percursos e à articulação precária entre as entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo Refere-se ainda que apesar do número expressivo de sítios arqueológicos do concelho, apenas um parco número apresenta condições para poder ser visitado.

Neste contexto, a Proposta de Plano faz referência a vários empreendimentos turísticos, nomeadamente na albufeira do Azibo. Com a implantação destes empreendimentos turísticos e a sua promoção prevê-se uma dinamização das áreas naturais, em particular da albufeira do Azibo, sendo expectável que estes venham a ter também efeitos positivos na conservação da natureza, proteção dos espaços naturais e preservação das espécies de flora e vegetação.

Ainda no que se refere à componente patrimonial, recomenda-se que esta temática seja tratada em consonância com a componente turística, por exemplo ao nível da elaboração de roteiros e percursos de visitação, orientados para uma oferta turística diversificada e inovadora, dirigidos para vertentes menos convencionais e massificadas.

Contudo, a falta de concretização de alguns aspetos desta estratégia condiciona fortemente o aproveitamento dessas oportunidades, representando alguns riscos, considerando-se que contributo desta Proposta é afetado por um grau de incerteza assinalável. A qualificação do quadro de vida urbana oferecido aos residentes e visitantes de Macedo decorrente da valorização do património natural, paisagístico e patrimonial, bem como da promoção da mobilidade, constitui uma oportunidade relevante para a manutenção dos elevados níveis de qualidade e atratividade turística do concelho.

- ✓ **Reforço da capacidade de acolhimento empresarial e Melhoria das condições de vida da população residente**. Denota-se um esforço nítido ao nível do investimento municipal quer no que respeita à cobertura de serviços básicos e na extensão territorial de abrangência, quer ao nível da infraestruturação de apoio à atração e fixação de empresas. Em paralelo, o investimento público contribuiu decisivamente para melhorar as acessibilidades intrarregionais e entre o interior e o litoral. Não obstante o esforço de investimento feito, é inegável que persistem debilidades difíceis de contornar e estas têm de ser, inevitavelmente, consideradas na formulação de possíveis cenários de desenvolvimento, como sejam a

incapacidade de fixar população, de atrair investimento gerador de riqueza e emprego, em simultâneo com um esforço pela melhoria das condições de vida da população residente, independentemente de qualquer preocupação de rentabilização económica dos investimentos.

Na Proposta de Plano são identificadas várias propostas setoriais, entre outras, e face ao tendencial envelhecimento da população, as estratégias na dotação reforçada de equipamentos coletivos no sector de apoio da população idosa; no entanto, não são identificados locais concretos nem definidas possíveis tipologias, sugerindo-se somente aspetos a ter em consideração aquando da previsão de mais equipamentos desta natureza.

A atração de investimentos com componentes de inovação e emprego qualificado implica uma estratégia nas condições de acolhimento no sentido de atrair novas indústrias e novas atividades empresariais que valorizem as componentes de inovação e sustentabilidade ambiental. No âmbito da proposta de ordenamento encontra-se prevista a ampliação da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (não só com o objetivo de possibilitar o acolhimento de novas unidades industriais, mas também alargar as suas valências a unidades empresariais que permitam outras atividades económicas), a criação de um novo núcleo junto a Latães, a ampliação da Zona Oficinal da Travanca, a inserção de um espaço de atividades económicas numa área adjacente ao cemitério da cidade de Macedo de Cavaleiros e ainda a criação de duas áreas novas de apoio aos aglomerados de Arcas e Vilarinho de Agrochão, procurando, assim, dinamizar e incrementar a consolidação do setor industrial na estrutura económica do concelho. A concretização destas propostas dotará o território de espaços devidamente infraestruturados, de suporte à atração de empresas e potenciará economias de escala que favorecerão o dinamismo empresarial do concelho.

Contudo, existem outras oportunidades, como a aposta na produção de energias renováveis através da criação de uma rede de parques eólicos, que não se encontra materializada espacialmente nem regulamentada na Proposta, e que, a ser considerada, constituiria um projeto de inegável interesse para o concelho, dado o seu caráter estratégico e inovador, contribuindo para o fomento da utilização de energias alternativas e para uma menor dependência energética face ao exterior.

- ✓ **O fortalecimento da resiliência urbana**, através da redução dos níveis de exposição a riscos naturais ou situações excecionais de emergência, constitui uma oportunidade significativa a diversos níveis, nomeadamente, no que concerne ao desenvolvimento económico, à salvaguarda da imagem de destino turístico de elevada qualidade. Assim, a abordagem condicionadora e restritiva da Proposta de Plano em termos das disposições regulamentares aplicáveis às áreas edificadas em risco ou ameaçadas, interditando novas obras de edificação nestas zonas, realça o significado das oportunidades geradas por esta estratégia.
- ✓ **A estratégia de contenção da mancha urbana e de qualificação e consolidação do tecido urbano**(Sistema Urbano Proposto) apresenta oportunidades a diversos níveis, nomeadamente, no que concerne ao uso do solo, à conformação do território urbano, ao modelo de desenvolvimento económico, à preservação dos valores naturais e paisagísticos, à ocupação de áreas com elevado risco natural, às acessibilidades, aos meios de transporte, à eficiência energética e às alterações climáticas. Não obstante, considera-se que a Proposta

de Plano poderia ter sido em algumas situações mais restritiva no que concerne às tipo-morfologias e à escala edificatória definidas, salvaguardando a ocorrência de situações de excessiva concentração de carga urbanística e rutura de escala que constituem um risco para a coerência da imagem urbana e qualificação do tecido urbano.

- ✓ **A eficácia e eficiência do sistema municipal de planeamento urbano** alcançada através da compatibilização da Proposta de Plano com os PU e PP em vigor e propostos, constitui uma oportunidade relevante ao nível da articulação da disciplina de uso e transformação do solo e da conformação do território do novo PDMMC com esses planos.

Em suma, e apesar da dificuldade em contrariar alguns aspetos estruturais, há que apostar em alguns vetores capazes de inverter a atual situação concelhia, e que vão no sentido da exploração das reais potencialidades do concelho de Macedo de Cavaleiros. No conjunto das mais-valias concelhias o destaque vai para as condições de aproveitamento dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais na ótica de uma valorização e exploração turísticas e de lazer. Como as potencialidades de Macedo de Cavaleiros não se esgotam aqui, há que apostar, igualmente, num maior aproveitamento das atividades agro-silvo-pastoris, enquanto atividade económica rentável, no sentido da produção de produtos certificados e na aposta da agricultura biológica em paralelo com o desenvolvimento de atividades industriais associadas a esta atividade. A prossecução destes objetivos poderá ser mais fácil e melhor sucedida se se procurarem sinergias e complementaridades na região.

Releve-se, ainda, que o acompanhamento permanente pela CMMC na fase de Seguimento do Plano aquando da execução do PDM e da sua monitorização, assume elevada importância, através da sua avaliação contínua e da realização das adaptações das estratégias definidas sempre que considerado necessário, visando garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade apresentados, bem como na perspetiva de articulação e colaboração entre as várias entidades e agentes, no quadro da Governança. Com efeito, assume-se que o êxito da implementação da proposta de PDM encontra-se intimamente relacionado com a cooperação e comunicação das várias entidades intervenientes, devendo, pois, ser promovido o envolvimento das entidades durante a fase de seguimento e gestão do território.

>7
BIBLIOGRAFIA

7. BIBLIOGRAFIA

Partidário, M.R. (2007). "Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas", 1ª ed. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros/Plural (2011). 1.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros. Volume 1: Estudos de Caracterização.

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros/Plural (2011). 1.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros. Volume 2: Proposta de Plano.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) - Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte.

Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). Documento Técnico DGOTDU n.º 1/2011 – Eficiência Energética e Ordenamento do Território. Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2010) – Servidões e Restrições de Utilidade Pública, Atualizações, Coleção Informação 9.

Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste e ESB-UCP (2007) - Documento Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21 (em elaboração)

Instituto da Água – Plano de Bacia Hidrográfica do Douro.

Instituto da Água (2000). Sistema de Aquíferos de Portugal Continental.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Fichas de Caraterização

Município de Macedo de Cavaleiros (2011). Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Macedo de Cavaleiros.

Município de Macedo de Cavaleiros (2012). Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios. POM – Plano Operacional Municipal.

Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos (2008) do Município de Mirandela, Município de Macedo de Cavaleiros; Município de Bragança.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) (2007) – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste Transmontano.

Município de Macedo de Cavaleiros (2005) – Carta Estratégica Municipal.

Município de Macedo de Cavaleiros (2007) - Agenda 21 Regional do Nordeste Transmontano.

Município de Macedo de Cavaleiros (2007). Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Macedo de Cavaleiros (PMDFCIMC). Caderno I – Plano de Ação. Caderno II – Informação Base.

Município de Macedo de Cavaleiros (2009). Conselho Local de Ação Social de Macedo de Cavaleiros. Rede Social. Sistema de Informação 2009.

Município de Macedo de Cavaleiros (2009) - Plano de Marketing Territorial para o concelho de Macedo de Cavaleiros.

Município de Macedo de Cavaleiros (2012). Conselho Local de Ação Social de Macedo de Cavaleiros. Rede Social. Sistema de Informação 2010/2011.

Município de Macedo de Cavaleiros (2012) - Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Macedo de Cavaleiros.

Município de Macedo de Cavaleiros (2012 e 2013). Conselho Local de Ação Social de Macedo de Cavaleiros. Rede Social. Diagnóstico Social. Atualização do Diagnóstico Social 2012.

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II - 2007-2013).

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

>8
ANEXOS

8. ANEXOS

8.1 ANEXO I - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO PARA A REVISÃO DO PDMMC

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 – 2013 (QREN)	***2007***	Constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal. Assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial	- Aumento da competitividade dos territórios e das empresas; - Melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante; - Melhoria da qualificação escolar e profissional; - Estímulo às dinâmicas culturais; - Estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica; - Prevenir riscos naturais e tecnológicos; - Melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (PO Norte)	***2007***	Efetua um diagnóstico do território abrangido pelo programa, a partir do qual estabelece uma estratégia de desenvolvimento da Região do Norte, tendo sempre em consideração que este exercício se insere no contexto de preparação do QREN.	- Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia; - Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores da especialização; - Promoção de ações em eficiência energética; - Valorização da excelência turística regional (Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro).

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (PO Norte)	***2007***	Efetua um diagnóstico do território abrangido pelo programa, a partir do qual estabelece uma estratégia de desenvolvimento da Região do Norte, tendo sempre em consideração que este exercício se insere no contexto de preparação do QREN.	- Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da atividade económica do(s) território(s) rural(is); - Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, otimização da recolha seletiva e da triagem e prevenção de riscos naturais e tecnológicos e sanitários; - Gestão ativa da Rede Natura e da biodiversidade; - Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade; - Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)	***2007***	Visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspetiva de sustentabilidade. Os objetivos da ENDS pretendem colocar Portugal em 2015 num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia.	- Generalizar a educação promovendo a participação de todos num ambiente estimulante, contribuindo para uma efetiva igualdade de oportunidades para todos; - Promover o uso efetivo das TIC e uma sociedade da informação inclusiva; - Assegurar a gestão do património histórico e cultural em equilíbrio dinâmico com a criação, como um valioso recurso para o crescimento económico;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)	***2007***	Visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspetiva de sustentabilidade. Os objetivos da ENDS pretendem colocar Portugal em 2015 num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia.	- Imprimir um novo impulso à inovação, apoiando a entrada no mercado de produtos e serviços inovadores (incluindo o desenvolvimento de produtos e serviços com marca própria); - Promover a gestão integrada da água no quadro das bacias hidrográficas, atendendo às interdependências das diferentes massas de água; - Promover políticas agrícolas e florestais que compatibilizem as atividades produtivas com as atividades de conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção da paisagem; - Promover uma política de gestão dos riscos naturais e tecnológicos, envolvendo as populações expostas aos riscos, visando mitigar os respetivos efeitos; - Estimular e reforçar o serviço público no domínio da cultura e das artes.
Estratégia Nacional para a Energia 2020	***2010***	Define uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do País através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética.	- Promoção do desenvolvimento de uma fileira industrial indutora do crescimento económico e do emprego, que permita atingir as metas nacionais de produção de energia renovável;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Estratégia Nacional para a Energia 2020	***2010***	Define uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do País através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética.	- Redução de 20% do consumo de energia final em 2020, através da aposta em medidas comportamentais e fiscais – recurso a veículos elétricos e a redes inteligentes, produção descentralizada de base renovável, otimização dos modelos de iluminação pública e de gestão energética dos edifícios públicos, residenciais e de serviços; - Criar riqueza e consolidar um *cluster* energético no sector das energias renováveis em Portugal, desenvolvendo um *cluster* industrial associado à promoção da eficiência energética.
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)	***2008***	Plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética, num horizonte temporal que se estende até ao ano de 2015. Orientado para a gestão da procura energética relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos, estando em articulação com o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE).	Agrega um conjunto de programas, que integram de uma forma coerente um vasto leque de medidas de eficiência energética, orientadas para a procura energética: - Transportes: programa renove carro, programa mobilidade urbana, sistema de eficiência energética nos transportes; - Residencial e Serviços: programa renove casa, sistema de eficiência energética nos edifícios; - Indústria: programa sistema de eficiência energética na indústria; - Estado: programa eficiência energética no estado.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Nacional da Água 2002 - 2012	***2010***	É um dos instrumentos de ordenamento e planeamento dos recursos hídricos. O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades de forma a garantir a sua utilização sustentável. Visa proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos	- Estabelecer as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política; - Analisar os principais problemas das águas à escala nacional que fundamentem as orientações estratégicas, as opções e as prioridades de intervenção política e administrativa neste domínio; - Definir os objetivos que visem formas de convergência entre os objetivos da política de gestão das águas nacionais e os objetivos globais e sectoriais de ordem económica, social e ambiental.
Plano Nacional para o uso Eficiente da Água	***2005***	Estabelece linhas orientadoras para o aumento da eficiência na utilização da água, que se traduz numa redução de caudais captados e dos volumes de águas residuais afluentes aos meios hídricos, contribuindo para não delapidar as disponibilidades e reservas estratégicas de recursos, bem como para a conservação e qualidade dos ecossistemas dulciaquícolas.	- Orientar a atuação dos agentes públicos na sua atividade de planeamento e gestão, incluindo a atividade de licenciamento; - Veicular o comprometimento de agentes públicos e privados, nomeadamente através de compromissos específicos no domínio da promoção do uso eficiente da água, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	***2001***	Procede à articulação com os compromissos internacionais estabelecidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica e com a Estratégia Europeia.	- Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; - Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	***2001***	Procede à articulação com os compromissos internacionais estabelecidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica e com a Estratégia Europeia.	- Salvaguardar e valorizar o património paisagístico e os elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico; - Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	***2008***	É um instrumento para a gestão da biodiversidade, que apresenta a caracterização dos habitats naturais e seminaturais e das espécies da flora e da fauna. Define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido pelas áreas de Rede Natura 2000.	- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE; - Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação; - Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; - Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Sítio Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	***1997***	A posição geográfica do sistema montanhoso Montesinho, Coroa e Nogueira, onde a amplitude das altitudes atingidas, a variedade geológica e geomorfológica, e a atividade humana desenvolvida ao longo de séculos, foram e são fatores concorrenciais para o estabelecimento do Sítio de uma extraordinária diversidade de comunidades e espécies.	- As orientações de gestão para este Sítio visam a manutenção da sua elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular e que permitem albergar os valores naturais nele existentes. - Deverá ser dada especial relevância à manutenção em bom estado de conservação de: carvalhais de *Quercus pyrenaica* (e das respetivas orlas de herbáceas perenes); das comunidades herbáceas perenes pioneiras, fissurículas e seminitrófilas sobre rochas ultrabásicas; de lameiros, juncais e cervunais de montanha; das comunidades de solos higroturfosos; dos raros azinhais, particularmente sensíveis quando sobre rochas ultrabásicas; das sebes (*Pruno-Rubion ulmifolii*); e ainda das comunidades fissurículas de escarpas de xistos e anfibolitos. - É igualmente prioritário conservar a naturalidade e o contínuo ecológico dos sistemas ribeirinhos (cursos de água e bosques ripícolas associados) presentes em toda a área.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Sítio Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021)	***1997***	É uma área de influência mediterrânica, com um relevo montanhoso onde alternam troços de vales escarpados com características geológicas variadas e margens alcantiladas, encostas pedregosas e leitos aplanados, o que se reflete na notável diversidade de formações vegetais, sendo justamente considerado uma área singular e reliquial para a vegetação mediterrânica do Norte de Portugal.	- As orientações de gestão para este Sítio são dirigidas prioritariamente para a manutenção do extenso contínuo de ecossistemas ribeirinhos que aqui ocorre e que o torna singular, permitindo albergar uma tão elevada variedade de valores naturais. - Deverá ser dada especial relevância à manutenção em bom estado de conservação das galerias ripícolas e da vegetação natural adjacente, da manutenção do caudal e da sua variação sazonal, assegurando que não existem quebras no contínuo ecológico. - Deverá igualmente ser assegurado o relativo sossego de que esta área atualmente goza e que é também uma das razões do seu valor único no país.
Sítio Morais (PTCON0023)	***1997***	O Sítio Morais apresenta uma paisagem montanhosa de média altitude, e é uma das maiores unidades contínuas de serpentinitos em Portugal, o que lhe confere um elevado interesse geológico e botânico. É a área mais representativa dos ultrabásicos lusitano-durienses, coberta por diversas comunidades e espécies endémicas.	As orientações de gestão do Sítio Morais são dirigidas essencialmente para a conservação das comunidades vegetais dos afloramentos de rochas ultrabásicas e da flora endémica silibasófila.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Sítio Romeu (PTCON0043)	***2000***	O Sítio Romeu engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de habitats pouco frequentes, aqui num excelente estado de conservação: sobreirais *(Quercus suber*), no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*), no horizonte inferior.	- A gestão deve ser orientada para a conservação dos bosques esclerófilos e para a manutenção do Sítio como área potencial para o lobo, sendo importante conservar/recuperar os povoamentos florestais autóctones e os estratos herbáceo e arbustivo, mas em concomitância manter o mosaico. - Devem assim ser condicionadas as alterações ao uso do solo na área ocupada pelos bosques, restringindo o pastoreio no subcoberto e ordenadas as acessibilidades e as atividades de recreio e lazer (contribuindo para o decréscimo da perturbação). - Nos bosques esclerofilos, as técnicas de redução de riscos de incêndio a adotar devem ser aplicadas após ponderação dos seus custos e benefícios ambientais.
ZPE Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	***1999***	A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes.	- As orientações de gestão para a ZPE Montesinho-Nogueira são dirigidas para a conservação da elevada diversidade avifaunística existente e, em particular, para aquelas espécies cuja ZPE desempenha um papel essencial na sua conservação a nível nacional.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
ZPE Montesinho/Nogueira (PTCON0002)	***1999***	A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes.	- Neste âmbito torna-se fundamental a manutenção de extensas zonas de matos acima dos 700-800 metros de altitude, a conservação dos bosques autóctones de carvalho-negral e azinheira, a conservação dos ecossistemas ribeirinhos de toda a área e a manutenção das práticas agrícolas que fomentem a conservação dos lameiros, das pequenas áreas de cereal e de pastagens de sequeiro e que preservem os soutos de castanheiro antigos.
ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037)	***1999***	As características naturais destes vales, aliadas às dificuldades de acesso e à distância a que se situam em relação às zonas urbanas, proporcionam as condições necessárias à nidificação de aves rupícolas.	- As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas prioritariamente para a conservação das aves que utilizam os habitats rupícolas para nidificação e para um conjunto de passeriformes para os quais esta área é fundamental para a sua conservação em território nacional. - É essencial garantir a aplicação de medidas que garantam a ausência de perturbação das zonas rupícolas e assegurar que sejam aplicadas medidas que salvaguardem os habitats de nidificação e de alimentação destas espécies.
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	***2006***	Define as medidas para que Portugal consiga atingir as metas que lhe estão fixadas no âmbito do Protocolo de Quioto (PQ) e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia.	Oferta e procura de energia: - Novo plano de expansão do sistema electroprodutor; - Aumento da eficiência térmica dos novos edifícios em 40%; - Programa Água Quente Solar para Portugal;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	***2006***	Define as medidas para que Portugal consiga atingir as metas que lhe estão fixadas no âmbito do Protocolo de Quioto (PQ) e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia.	- Prevenção e Controlo Integrado de Poluição; Transportes: - Incentivo ao abate de veículos em fim de vida; - Introdução de biocombustíveis no modo rodoviário; Agricultura: - Prevenção e Controlo Integrado de Poluição; Floresta: - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa; Resíduos: - Metas de valorização de embalagens; - Metas de redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados aos aterros; - Prevenção e Controlo Integrado de Poluição.
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	***2010***	Identifica um conjunto de linhas de ação e de medidas de adaptação a aplicar, designadamente através de instrumentos de carácter sectorial. Tendo em conta que a adaptação às alterações climáticas é um desafio transversal, que requer o envolvimento de um vasto conjunto de sectores e uma abordagem integrada.	- Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta (corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação); - Participar, sensibilizar e divulgar (levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas, transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação da estratégia).

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação	***1999***	Pretende orientar as ações de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas. Tem o homem como centro das preocupações e visa no fundamental quer a adoção de atitudes e ações ativas de combate à degradação dos recursos quer a aplicação de normas de prevenção.	- Promover a fixação das populações nas regiões mais suscetíveis à desertificação e à seca; - Diminuição das pressões humanas sobre as zonas mais densamente povoadas; - Melhoria das condições de exercício das atividades agrícolas compatíveis com as características do suporte natural em que são desenvolvidas; - Melhoria da ocupação e gestão florestal para reforço do papel da floresta na conservação do solo e da água; - Identificação das áreas mais afetadas e afetação dos meios necessários para recuperação das áreas degradadas; - Articular adequadamente as diferentes utilizações da água e a proteção do ambiente e conservação dos recursos naturais.
Estratégia Nacional para as Florestas	***2006***	Insere-se na Estratégia Florestal da União Europeia e pretende ser, sobretudo, o elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do sector florestal nas próximas décadas.	- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; - Especialização do território; - Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; - Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Estratégico Nacional de Turismo	***2007***	Tem a função de articular o turismo com outras áreas, nomeadamente o ordenamento do território, o ambiente, o desenvolvimento rural, o património cultural, a saúde, o desporto, as infraestruturas e o transporte aéreo.	- Este plano pretende que cada região tenha um conceito de desenvolvimento, resultante dos fatores distintivos específicos e da proposta de valor do destino Portugal. Para a região Norte: - Crescimento em quantidade (cidade do Porto) e valor da região (Douro) – crescimento do Turismo nacional e internacional; - Potenciar o crescimento do Turismo na cidade do Porto – aposta em diversos produtos para aumentar as taxas de ocupação; - Desenvolver, protegendo, a região do Douro – crescimento em valor; - Apostar no Turismo de Negócios para reduzir a sazonalidade.
Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN)	***1998***	É aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação «turismo de natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados.	- Compatibilizar as atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respetivas capacidades de carga; - Promover no interior das Áreas Protegidas (AP) a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN)	***1998***	É aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação «turismo de natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados.	- Instalação em cada AP de centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos e de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas; - Incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades na área do turismo mais aliciantes à fixação dos jovens; - Promover as atividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural; - Promover os produtos de base local e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia; - Divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural.
Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)	***2009***	Estabelece as prioridades conjuntas da ação do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (Feader) e de cada Estado Membro, para o período 2007-2013. Conjuga as orientações estratégicas comunitárias com as orientações de política nacional, constituindo o instrumento de referência para a preparação da programação do Feader, e sendo concretizado através dos Programas de Desenvolvimento Rural.	- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal; - Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; - Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais; - Reforçar a coesão territorial e social.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	***2007***	Estabelece as grandes opções para a organização do território nacional. Consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia	- Desenvolver o cluster do turismo, explorando as multiplas potencialidades existentes: património mundial, rio Douro, quintas, solares, paisagens, identidade cultural das aldeias e pequenas cidades, termalismo, produtos de qualidade; - Reforçar a cooperação transfronteiriça, promovendo a cooperação inter-urbana para liderar projectos de valorização do território transfronteiriço e de exploração dos mercados de proximidade; - Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural, notáveis pela qualidade do ambiente e do património, pela genuinidade e qualidade dos seus produtos, pela sustentabilidade de práticas de produção e pelo nível dos serviços acessíveis à população; - Assegurar a sustentabilidade dos serviços colectivos e de administração numa óptica de equidade social e de combate ao despovoamento, reforçando a dimensão funcional dos principais aglomerados numa perspectiva de especialização, complementaridade e cooperação.
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)	***2007***	Define objetivos e propõe medidas de otimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de otimização do desempenho ambiental do sector.	- Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)	***2007***	Define objetivos e propõe medidas de otimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de otimização do desempenho ambiental do sector.	- Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida; - Promover uma maior integração territorial e funcional de sistemas plurimunicipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e de gama e mais-valias ambientais; - Promover a criação, na vertente em baixa, de sistemas integrados, tanto quanto possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em alta; - Incentivar o uso eficiente da água e o controlo e a prevenção da poluição.
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)	***2007***	Define orientações e objetivos claros, bem como uma estratégia de investimento que confere coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes envolvidos. Estabelece as prioridades a observar no domínio dos RSU, as metas a atingir e ações a implementar.	- Reduzir, reutilizar, reciclar; - Separar na origem; - Minimizar a deposição em aterro; - "Waste to Energy" para a fração "resto" (não reciclável); - Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões; - Qualificação e otimização da gestão de resíduos; - Sistema de Informação como pilar de gestão dos RSU.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agroindustriais 2007 - 2013 (ENEAPAI)	***2007***	Identifica com rigor as oportunidades suscetíveis de consolidar processos de desenvolvimento diferenciados, inovadores e sustentados e aponta para a definição de um modelo institucional, técnico e de gestão, que, sendo uma alternativa sustentável, contribua, com eficácia e eficiência, para a valorização e o tratamento de efluentes produzidos pelos sectores da produção pecuária e agroindustriais.	- A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e da aplicação do princípio do utilizador-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os sectores económicos; - Adoção de soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada; - Definir uma agenda clara de prioridades, incidindo designadamente sobre questões como a biomassa, as emissões de gases com efeito de estufa e a valorização agrícola de efluentes e de subprodutos associada ao controlo da contaminação de solos e meios aquáticos.
Direcção-Geral da Saúde – Circular Informativa	***2009***	O desenvolvimento da temática 'Saúde' nos instrumentos de ordenamento do território, para além dos aspetos relacionados com a rede de equipamentos de Saúde, já habitualmente contemplados, deve incluir o aprofundamento dos efeitos do ambiente envolvente na saúde humana.	- Apreciar as condições do meio envolvente (natural e construído) a que a população está exposta; - Identificar aspetos críticos para o conforto e saúde da população; - Analisar a constituição sociodemográfica e a preponderância de cada grupo; - Considerar as condições existentes para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis; - Apreciar as condições de base de enquadramento da vida familiar; - Identificar áreas e situações propiciadoras ao desenvolvimento de doenças e acidentes.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	***2008***	Visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país.	- Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos; - Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais; - Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco; - Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-NE)	***2007***	Faz parte dos instrumentos de planeamento territorial cujos princípios orientadores da política florestal, nomeadamente os relativos à organização dos espaços florestais, determinam a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais. Propõe-se contribuir para o ordenamento dos espaços florestais desenvolvidos numa perspetiva multifuncional, integrados no aproveitamento sustentável do turismo da região.	- Incentivar a gestão profissional florestal; - Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais, nomeadamente no aumento dos serviços no âmbito do turismo em espaço rural e natural, e produtos não lenhosos; - Fomentar modelos se silvicultura e espécies que permitam uma maior valorização dos produtos florestais; - Promover a descontinuidade dos povoamentos, através de rede de compartimentação e aproveitamento das potencialidades do território para a floresta autóctone, aumentando a diversificação dos espaços florestais da região;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-NE)	***2007***	Faz parte dos instrumentos de planeamento territorial cujos princípios orientadores da política florestal, nomeadamente os relativos à organização dos espaços florestais, determinam a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais. Propõe-se contribuir para o ordenamento dos espaços florestais desenvolvidos numa perspetiva multifuncional, integrados no aproveitamento sustentável do turismo da região.	- Promover o aumento de área ocupada por floresta sustentável pela conversão de terras agrícolas em espaços florestais e fomentando modelos de silvicultura mais adequados e adaptados às condições locais; - Diminuir o número de ignições de incêndios florestais; - Reabilitação de ecossistemas florestais; - Beneficiação de espaços florestais.
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE)	***2009***	Estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão do território regional e enquadra não só os planos de nível municipal e as áreas sujeitas a planeamento especial mas também as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional	- Valorização das suas especificidades territoriais e à criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais; - Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais; - Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como a salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE)	***2009***	Estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão do território regional e enquadra não só os planos de nível municipal e as áreas sujeitas a planeamento especial mas também as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional	- Propor medidas para a proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes.
Plano de Bacia Hidrográfica do Douro	***2001***	Assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Douro, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	- Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais atuais associadas à qualidade dos meios hídricos; - Necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água; - Proteger e valorizar meios hídricos de especial interesse, com destaque para as origens destinadas ao consumo humano; - Resolver carências de abastecimento, garantindo o fornecimento de água a toda a população e à indústria; - Melhorar a qualidade do serviço; - Aumentar a eficiência da utilização da água para rega; - Estabelecer medidas de proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico e que ainda se apresentam atualmente relativamente próximos da situação pristina;

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Plano de Bacia Hidrográfica do Douro	***2001***	Assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Douro, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	- Estabelecer caudais ambientais para as diferentes linhas de água, em função da sua importância e de uma prévia e cuidada definição de critérios; - Prevenção contra inundações, entendida como o estudo e implementação de medidas no sentido de evitar o aparecimento de novas zonas críticas de inundação ou reduzir (ou mesmo eliminar) algumas dessas zonas atualmente existentes; - Definição de diretrizes para libertar a faixa ribeirinha das atividades industriais mais danosas para o meio; - Definição de diretrizes para a salvaguarda das áreas ribeirinhas e de recarga de aquíferos nas zonas de maior dinamismo territorial e expansão urbana.
Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico	***2007***	Tem como meta principal atingir uma capacidade instalada hidroelétrica nacional superior a 7000 MW em 2020, em que os novos grandes aproveitamentos hidroelétricos a implementar deverão assegurar valores de potência instalada adicional da ordem de 2000 MW.	- Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos, e da promoção da eficiência energética; - Estimular e favorecer a concorrência, de forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas; - Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às diversas escalas nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.

PLANO E PROGRAMA	ANO	CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS	ORIENTAÇÕES PARA O ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE MACEDO DE CAVALEIROS
Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo	***1999***	Em conjunto com as suas zonas envolventes, constitui um repositório de vegetação natural de importância nacional, para além do interesse de ordem faunística, traduzido na ocorrência de espécies ameaçadas e com estatuto de proteção.	- A conservação da Natureza e a valorização do património natural da albufeira do Azibo como pressuposto de um desenvolvimento sustentável; - A promoção do repouso e do recreio ao ar livre em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados.
Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo	***1993***	Pretende estabelecer uma estratégia de ordenamento para a albufeira e zona envolvente, regulamentar os usos e atividades e definir os índices urbanísticos e de ocupação das áreas naturais tendo em conta o equilíbrio ambiental e social da zona.	- Compatibilização entre utilizações principais da albufeira (rega e abastecimento público de água), com as atividades secundárias e recreativas que nela se desenvolvem; - Preservação de recursos naturais como solos de elevada capacidade de uso e recursos faunísticos e florísticos de elevado interesse; - Delimitação de áreas de maior aptidão para a localização de atividades de recreio e ocupação de tempos livres.
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	***2010***	Instrumento que engloba as orientações e normas do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Define as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.	- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; - Redução da incidência dos incêndios; - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; - Recuperar e reabilitar os ecossistemas; - Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.